

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



Nº 490 | Ano XVI
08/08/2016

ISSN 1981-8769
(impresso)
ISSN 1981-8793
(online)

A volta do

Fascismo e a Intolerância

como fundamento político

Rodrigo Karmy Bolton: *O fascismo vive em nós através do dispositivo do neoliberalismo*

Adriano Correia Silva: *Um fascismo liberal exótico e a nostalgia do Brasil Colônia*

Sérgio Villalobos-Ruminott: *O esgotamento da política como efeito inevitável da globalização*

Frei Carlos Josaphat:
Veritas: a bandeira que deve guiar todo o conhecimento

Donatella di Cesare:
O Islã e o niilismo apocalíptico: a aposta deve ser na humanidade comum

Paulo Sergio Peres:
A barganha nas vísceras do modo brasileiro de governar

A volta do fascismo e a intolerância como fundamento político

Ao mesmo tempo que há o incremento das possibilidades de expressão a partir do desenvolvimento de múltiplas tecnologias de comunicação que potencializam espaços de interação e manifestação de pensamento, simultaneamente observamos a redução da capacidade de debate, reflexão conjunta e coexistência de diferentes pontos de vista. Sobre tudo no campo político, recrudescem posicionamentos autoritários, por vezes até violentos, fundados em posturas fascistas, em uma antítese da democracia. No entanto, como alerta um dos entrevistados, não se trata somente de continuar pensando no binômio “democracia-ditadura”, procurando salvar a democracia, mas de “desarticular as formas “religiosas” do capitalismo”.

A revista **IHU On-Line** desta semana, dando continuidade ao debate sobre este tema muitas vezes abordado neste ano nas “**Notícias do Dia**”, atualizadas diariamente na página do **Instituto Humanitas Unisinos - IHU**, aprofunda a compreensão deste fenômeno crescente.

Contribuem **Rodrigo Karmy**, doutor em Filosofia, professor e pesquisador da Universidade do Chile, o historiador alemão **Andrej Angrick**, **Sérgio Villalobos-Ruminott**, professor de Estudos Latino-Americanos e Espanhóis da Universidade de Michigan, Estados Unidos, **Ricardo Timm**, doutor em Filosofia, professor e pesquisador da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC-RS, **Adriano Correia**, doutor em Filosofia e professor da Universidade Federal de Goiás - UFG, **Edson Teles**, filósofo e professor da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, **Leonardo Avritzer**, doutor em Sociologia Política e professor da Universidade Federal de Minas Gerais - da UFMG.

Igualmente podem ser lidas as seguintes entrevistas:

- **Donatella di Cesare**, doutora em Filosofia e professora da Universidade de Roma, debate modos

de compreender o Islã hoje e afirma que para isso é necessário resistir, preservar a esperança e pensar no humano que existe em nós e no outro, transpondo o medo e a desconfiança;

- **Frei Carlos Josaphat**, teólogo dominicano e professor emérito da Universidade de Friburgo, Suíça, por ocasião do Jubileu de 800 anos de fundação da Ordem dos Dominicanos, descreve a caminhada histórica da Ordem ressaltando, entre outras, as figuras de Domingos de Gusmão, Tomás de Aquino, Bartolomeu de las Casas, Francisco de Vitoria, Marie-Dominique Chenu e Edward Schillebeeckx.

- **Alberto Reppold**, professor e diretor da Escola de Educação Física e coordenador do Centro de Estudos Olímpicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, que analisa as dificuldades de diálogo e os problemas de articulação entre as instâncias federal, estadual e municipal na organização dos Jogos Olímpicos do Rio;

- **Cleber da Silva Brandão**, enfermeiro sanitário, membro da Equipe do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST Canoas/Vale do Sinos, que participará do I Ciclo de Estudos: Saúde e segurança no trabalho na região do Vale do Rio dos Sinos;

- **Paulo Sergio Peres**, professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, que participará do debate **Presidencialismo de Coalizão: Um Modelo em Crise?**

Enfim, “As disputas no mar do sul da China: uma queda de braço entre China e EUA”, artigo de **Diego Pautasso**, professor de Relações Internacionais da Unisinos, e **Gaio Doria**, doutorando na Universidade do Povo da China em Beijing, completa esta edição.

A todas e a todos uma boa leitura e uma excelente semana!

Imagem da capa: Alberto Garcia/Flickr - Creative Commons

IHU ON-LINE

A **IHU On-Line** é a revista do **Instituto Humanitas Unisinos - IHU**. Esta publicação pode ser acessada às segundas-feiras no sítio www.ihu.unisinos.br e no endereço www.ihuonline.unisinos.br.

A versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8 horas, na Unisinos. O conteúdo da **IHU On-Line** é *copyleft*.

Diretor de Redação

Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br)

Coordenador de Comunicação - IHU

Ricardo Machado - MTB 15.598/RS (ricardom@unisinos.br)

Jornalistas

João Vitor Santos - MTB 13.051/RS (joavvs@unisinos.br)

Leslie Chaves - MTB 12.415/RS (leslies@unisinos.br)

Márcia Junges - MTB 9.447/RS (mjunges@unisinos.br)

Patrícia Fachin - MTB 13.062/RS (prfachin@unisinos.br)

Revisão

Carla Bigliardi

Projeto Gráfico

Ricardo Machado

Editoração

Rafael Tarcisio Forneck

Atualização diária do sítio

Inácio Neutzling, César Sanson, Patrícia Fachin, Cristina Guerini, Evelyn Zilch, Fernanda Forner, Matheus Freitas e Nahiene Alves.

Colaboração

Jonas Jorge da Silva, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, de Curitiba-PR.



Instituto Humanitas Unisinos - IHU

Av. Unisinos, 950
São Leopoldo / RS
CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 | Ramal 4128

e-mail: humanitas@unisinos.br

Diretor: Inácio Neutzling

Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br)

Sumário

Destaques da Semana

- 6 Destaques On-Line
- 8 Linha do Tempo
- 10 **Alberto Reppold:** O legado e os erros de planejamento das Olimpíadas do Rio de Janeiro
- 14 **Donatella di Cesare:** O Islã e o niilismo apocalíptico: a aposta deve ser na humanidade comum

Tema de Capa

- 20 **Rodrigo Karmy Bolton:** O fascismo vive em nós através do dispositivo do neoliberalismo
- 33 **Andrej Angrick:** Continuidade, transformação ou apenas rotulagem incorreta?
- 38 **Sérgio Villalobos-Ruminott:** O esgotamento da política como efeito inevitável da globalização
- 47 **Ricardo Timm de Souza:** O fascista não argumenta; rosna. A exclusão de temáticas humanísticas dos currículos escolares
- 54 **Adriano Correia:** Um fascismo liberal exótico e a nostalgia do Brasil Colônia
- 60 **Edson Teles:** Na dissimulação democrático-liberal, o fascismo apresenta suas armas
- 65 **Leonardo Avritzer:** As avenidas de inclusão no Brasil e uma disputa política intensa

IHU em Revista

- 70 **Agenda de Eventos**
- 72 **Cleber da Silva Brandão:** Promoção da saúde no mundo do trabalho: no Vale do Sinos o desafio é a diversidade
- 75 **Paulo Sergio Peres:** A barganha nas vísceras do modo brasileiro de governar
- 83 **Frei Carlos Josaphat:** Veritas: a bandeira que deve guiar todo o conhecimento
- 92 **#Crítica Internacional - Diego Pautasso e Gaio Doria:** As disputas no mar do Sul da China: uma queda de braço entre China e EUA
- 95 **Retrovisor**

O Ensino Social da Igreja à luz do pontificado do Papa Francisco

Conferência ministrada pelo

Prof. Dr. Gaël Giraud

jesuíta economista e pesquisador do
Centre National de la Recherche Scientifique
CNRS – França

**12 de setembro (segunda-feira)
14h30min às 17h**

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
Campus da Unisinos de São Leopoldo (RS)

O Prof. Dr. Gaël Giraud também estará no
IV Colóquio Internacional IHU. Políticas
Públicas, Financeirização e Crise
Sistêmica, que acontecerá nos dias 13 e
14 de setembro de 2016.



Informações e inscrições:
ihu.unisinos.br



IHU ON-LINE



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Destques da Semana

Destques On-Line

Entrevistas publicadas entre os dias 01-08-2016 e 05-08-2016 no sítio do IHU.

A tradicional indústria da seca permite que o sertanejo morra de sede com água no joelho

Entrevista com João Abner Guimarães Júnior, doutor em Engenharia Hidráulica e Saneamento, professor nos cursos de Engenharia Sanitária e Engenharia Civil da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

Publicada em 05-08-2016

Disponível em <http://bit.ly/2aKunFl>

“Qual a explicação para no Nordeste semiárido se disponibilizar água para irrigação durante um evento com criticidade secular? Ou se tem muita água - ao contrário do que se propaga, ou não se tem gestão, ou as duas coisas”, afirma o engenheiro hidráulico. A atual seca no Nordeste - NE Setentrional brasileiro “tem posto em xeque o sistema de gestão dos recursos hídricos”, e na parte interiorana do Rio Grande do Norte “se repete o quadro de colapso generalizado do abastecimento de água retratado no semiárido brasileiro, apesar de atualmente constatarem-se reservas substanciais de água para atender plenamente o abastecimento de água de toda população do Estado”, diz João Abner Guimarães à IHU On-Line.



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

Ocupações das escolas no RS: da criminalização à constituição de novos movimentos

Entrevista com José Carlos Sturza de Moraes, cientista social, mestre em Educação e conselheiro dos Conselhos Estadual - CEDICA e Nacional - CONANDA dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Publicada em 04-08-2016

Disponível em <http://bit.ly/2aKvBQJ>

“Em quase todas as cidades do Rio Grande do Sul, os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e Tutelares ou não tomaram conhecimento das lutas dos estudantes ou ficaram desconfiados delas, não se solidarizando”, critica José Carlos Sturza de Moraes, ao comentar os movimentos de ocupação das escolas no estado no primeiro semestre deste ano. Na avaliação dele, os Conselhos poderiam ter atuado como intermediários nas negociações com os estudantes, e poderiam ter se pronunciado “contra a violação de direitos manifestada por ameaças, agressões físicas e psicológicas contra estudantes”. Na entrevista Moraes faz uma análise do contexto em que essas manifestações surgiram no estado e frisa que “o governo Sartori resolveu tratar a ocupação como um caso de polícia”.



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

“Não é aceitável que se faça um ajuste fiscal focado apenas na previdência, sem qualquer medida que atinja o último andar da sociedade brasileira”

Entrevista com Sérgio Gobetti, mestre e doutor em Economia pela Universidade de Brasília - UnB. É Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

Publicada em 03-08-2016

Disponível em <http://bit.ly/2algOYE>

“No ano passado, a conta de juros da nossa dívida ultrapassou os 8% do PIB. Não é possível que o país conviva com uma conta dessa magnitude. Não há superávit primário que dê cobertura suficiente a um custo desses”, constata o economista. Uma análise sobre o gasto público brasileiro nos últimos 15 anos “mostra uma realidade bem diferente daquela imaginada pelo senso comum, que é o de um governo inchado, que gasta principalmente com o pagamento dos seus funcionários e tem muita gordura para cortar”, diz Sérgio Gobetti, autor da pesquisa “Uma Radiografia do Gasto Público Federal entre 2001 e 2015”, publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea.



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

O espectro da tragédia de Mariana. Depois de Belo Monte, Belo Sun é a nova ameaça à Volta Grande do Xingu

Entrevista com Carolina Reis, advogada e responsável pelo setor de monitoramento do impacto das obras de infraestrutura da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Programa Xingu, desenvolvido pelo Instituto Socioambiental - ISA.

Publicada em 02-08-2016

Disponível em <http://bit.ly/2anIZxH>

O Projeto Volta Grande, da empresa canadense Belo Sun, “pretende ser a maior mina de exploração de ouro no país”, com a extração de minérios no município de Senador José Porfírio, no estado do Pará, a cem quilômetros de distância do Rio Xingu, que já teve sua “vazão reduzida em 80% devido ao barramento e desvio da água destinada às operações da hidrelétrica de Belo Monte”, informa Carolina Reis à IHU On-Line. Segundo ela, a mina a ser explorada, caso o projeto seja aprovado, “encontra-se a apenas 9,5 km da Terra Indígena Paquiçamba e a 13,7 km da TI Arara da Volta Grande do Xingu”. De acordo com Carolina, a Belo Sun está realizando pesquisas no país desde 2008, mas ainda não há previsão para o início da instalação da mina, embora o Projeto Volta Grande já possua uma Licença Prévia emitida pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará.



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

Movimento Brasil Livre – MBL e junho de 2013. Uma franquia americana que depois do impeachment está presente no movimento Escola Sem Partido

Entrevista com Marina Amaral, jornalista há 32 anos, integrou a equipe criadora da revista Caros Amigos, e é codiretora da Agência Pública de Jornalismo Investigativo.

Publicada em 01-08-2016

Disponível em <http://bit.ly/2aAvzNh>

“Quem acompanhou os protestos de junho em São Paulo percebeu claramente o momento em que a direita começou a se apropriar do movimento por cidadania, por mais democracia”, diz a jornalista. “Não acho que o MBL ocupou um espaço vazio. Acho que ele criou seu espaço de forma planejada e patrocinada por essa direita representada nas fundações americanas”, diz Marina Amaral à IHU On-Line, ao analisar rapidamente os desdobramentos das manifestações que iniciaram em 2013 contra o aumento da passagem e que culminaram, posteriormente, em uma série de manifestações difusas por todo o país. Na avaliação dela, que vem acompanhando jornalisticamente as manifestações que têm ocorrido no país desde 2013 até este ano, o protesto que ficou conhecido com a frase de ordem “não é por 20 centavos” “foi incorporado e ressignificado pela direita naquele momento”.



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

Linha do Tempo

A IHU On-Line apresenta seis notícias publicadas no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, entre os dias 01-08-2016 e 05-08-2016, relacionadas a assuntos que tiveram repercussão

Rio 2016: quem são os verdadeiros ganhadores e perdedores?

O período que antecede qualquer Olimpíada é marcado por ansiedade e controvérsia, mas o Rio de Janeiro possivelmente superou todas as outras cidades nesse quesito. Contra um pano de fundo de recessão econômica, o impeachment da presidente Dilma Rousseff, uma epidemia de zika, a criminalidade renovada e a poluição da água, as autoridades municipais não apenas têm de responder às acusações de corrupção, incompetência e prioridades desequilibradas, como também fazer um esforço para justificar se valeu a pena sediar os Jogos, para começar.

A reportagem é de Jonathan Watts e Bruce Douglas, publicada por The Guardian, e reproduzida por Carta Capital, em 05-08-2016.

Leia mais em <http://bit.ly/2aEdLkY>

Idiotas

“O desencanto com políticos talvez tenha começado, ou pelo menos se agravado, com a renúncia de Jânio Quadros. As frustrações de hoje são apenas as mais recentes de uma sucessão de blefes que foram liquidando com nossas forças cívicas. Assim como a falta de calor vai nos imbecilizando, a privação política vai nos idiotizando”, escreve Luís Fernando Verissimo, escritor, em crônica publicada por Zero Hora, em 04-08-2016.

Leia mais em <http://bit.ly/2aEeWkt>

Francisco: em Auschwitz rezei pelo mundo doente de crueldade

No silêncio que quis manter durante a visita ao campo de concentração nazista de Auschwitz, o Papa rezou pelas vítimas daquela época e pensou na “crueldade de hoje, que se assemelha à de ontem, não tão concentrada como naquele lugar, mas presente em todas as partes do mundo”, um mundo “doente de crueldade, de dor, de guerra, de ódio e de tristeza”. A revelação foi feita pelo próprio Pontífice durante a Audiência Geral das quartas-feiras, que acaba de retomar após o intervalo de julho.

A reportagem é de Iacopo Scaramuzzi e publicada por Vatican Insider, em 03-08-2016.

Leia mais em <http://bit.ly/2aUt4ql>



ECOFEIRA UNISINOS

TODAS AS QUARTAS

LOCAL
Praça de Heráclito / Taquareiras
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU
Saiba mais: ihu.unisinos.br

Horário
10h - 18h

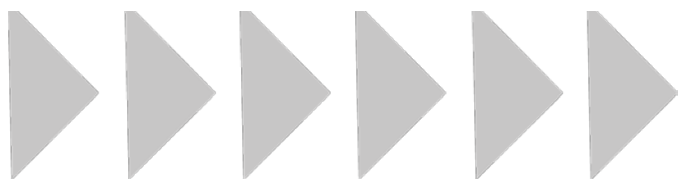
Cozinha e projeto
TENDA VIVA
TENDAVIVA-STRIKINDLY.COM

EMATER/RS

CCIAS
CENTRO DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO UNISINOS

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

UNISINOS



Bem-formada, nova geração chega mal-educada nas empresas, diz filósofo

Segunda-feira, seis da manhã. O despertador toca e você não quer sair da cama. Está cansado? Ou não vê sentido no que faz? Na introdução de seu novo livro, o filósofo e escritor Mario Sergio Cortella coloca em poucas palavras o questionamento central da obra, "Por que fazemos o que fazemos?". Lançada em julho, ela trata da busca por um propósito no trabalho, uma das maiores aflições contemporâneas.

A entrevista é de Ingrid Fagundes, publicada por BBC Brasil, em 02-08-2016.

Leia mais em <http://bit.ly/2aUsPvm>

Cristãos e islamitas. Uma só prece

"Hoje estamos numa época muito vital para as religiões. O mundo tornou-se um laboratório que chama cada religião com os seus ritos e as suas liturgias a colocar-se ao serviço desta dimensão existencial da prece, bem mais importante do que a prece como expressão da fé doutrinal", escreve Vito Mancuso, teólogo italiano e professor da Universidade de Pádua, em artigo publicado por La Repubblica, em 02-08-2016.

Leia mais em <http://bit.ly/2aAP23v>

"No Brasil hoje há um desejo de morte, de aniquilação". Entrevista com Leticia Sabatella

Quando discursou contra o impeachment de Dilma Rousseff em um ato organizado por artistas e intelectuais no fim de março, Leticia Sabatella (Belo Horizonte, 1971) expressou sua preocupação com os rumos da democracia brasileira. Fez o mesmo quando se encontrou com o Papa Francisco, que a recebeu no Vaticano e lhe prometeu "orar pelo povo brasileiro". Mesmo em estado de alerta, a atriz não esperava ser hostilizada e viver na pele reações violentas como as que experimentou no último do mingo em Curitiba, onde cresceu.

A entrevista é de Camila Moraes, publicada por El País, em 02-08-2016.

Leia mais em <http://bit.ly/2aAHDhH>



Prof. Dr. Liszt Vieira

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC–Rio

**A Cidadania no espaço público democrático:
desafios diante a fragmentação identitária**

20 de outubro (quinta-feira) | 19h30min às 22h

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

Informações e inscrições: ihu.unisinos.br

4º Ciclo de Estudos Metrôpoles, Políticas Públicas e Tecnologias de Governo.
Territórios, governo da vida e o comum

O legado e os erros de planejamento das Olimpíadas do Rio de Janeiro

Para Alberto Reppold, “a despoluição da Baía da Guanabara era uma meta real, e houve falta de vontade política de diferentes entes públicos se articularem para efetivamente resolver essa situação”

Por João Flores da Cunha

“O nível de consciência social que nós temos hoje é muito maior” em relação ao que significa ser sede de megaeventos esportivos na comparação com antes dos Jogos Pan-Americanos do Rio, em 2007, diz Alberto Reinaldo Reppold Filho, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ele aponta como grande desafio para o legado olímpico no Rio a utilização futura das instalações esportivas que foram construídas para os Jogos, que correm o risco de se tornar “elefantes brancos”. Para ele, o legado deveria ter sido planejado já no momento da candidatura.

Em entrevista concedida por telefone à IHU On-Line, Reppold critica as dificuldades de diálogo e os problemas de articulação entre as instâncias federal, estadual e municipal na organização dos Jogos do Rio. Essa foi uma das causas pelas quais não foi cumprido

da a promessa de despoluição da Baía da Guanabara, que era “aquilo que de mais importante havia na candidatura” do Brasil para sediar as Olimpíadas. Isso significa que “não vai haver praticamente nenhum legado ambiental nos Jogos do Rio de Janeiro”, segundo ele.

Alberto Reppold é professor e diretor da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e coordenador do Centro de Estudos Olímpicos da mesma universidade. É membro da Academia Olímpica Brasileira e professor visitante da Academia Olímpica Internacional (Grécia). É doutor em Educação pela Universidade de Leeds, Inglaterra (2000), mestre em Educação pela UFRGS (1988), especialista em Desportos Coletivos pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UFSC (1985) e licenciado em Educação Física pela UFRGS (1983).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - O noticiário recente sobre os Jogos foi dominado por problemas na Vila Olímpica. A linha 4 do metrô foi inaugurada às pressas, e ainda não funcionando totalmente. Em comparação com outros Jogos, esses problemas e ajustes de última hora são comuns? Ou trata-se de algo exclusivo do Rio?

Alberto Reppold - Toda cidade apresenta algum problema próximo dos Jogos, mas algumas cidades têm apresentado problemas

maiores. É o caso de Atenas, em que houve muitas dificuldades, e no nosso caso, no Brasil, há vários problemas. Efetivamente, algumas obras não estarão concluídas dentro do prazo que havia sido estabelecido. Os problemas que nós vimos agora na Vila Olímpica são muito sérios, eles não poderiam estar acontecendo em tal intensidade. O volume de problemas que apareceu na Vila Olímpica é muito grave e isso tem muito a ver com os contratos que são feitos, com a falta de fiscalização das obras, de

planejamento, de combate à corrupção de recursos. As obras dos Jogos do Rio de Janeiro são problemáticas quando comparamos com Jogos anteriores. É comum vermos problemas menores nos Jogos, mas nós temos no Brasil problemas muito grandes, e isso é muito sério.

IHU On-Line - Em relação a esses contratos, o Estado do Rio de Janeiro declarou estado de calamidade pública, o que lhe permite adotar medidas excepcionais,



Em termos de mudanças estruturais na cidade do Rio de Janeiro, de mobilidade urbana, muita coisa foi feita, mas não se atingiu o nível que se esperava

como a dispensa de licitação, por exemplo. Medidas de flexibilização como essa são comuns na organização de Jogos Olímpicos ou trata-se de um caso único?

Alberto Reppold - Não é incomum em megaeventos. Em Copas do Mundo de futebol, é mais comum. No caso dos Jogos Olímpicos, não é tão comum, mas acontece. A crítica sobre isso é que, de forma geral, o motivo para que se faça isso talvez não seja o mesmo do que no Brasil. Aqui o argumento sempre é o de que “nós estamos em cima da hora e agora temos que fazer as obras”, e as obras precisam ter uma legislação que possibilite que elas sejam feitas mais rapidamente.

Em outros lugares, essa legislação diz respeito normalmente às comunidades que têm de ser deslocadas em função das obras. Então, às vezes, há alterações na legislação para permitir a entidades governamentais de forma mais intensa a retirada das famílias e o seu deslocamento para outros lugares, às vezes não seguindo aquilo que está estabelecido na legislação, de respeito aos direitos humanos e assim por diante. No Brasil, a legislação que surgiu para dar conta dessas questões, das obras da Copa e dos Jogos Olímpicos, se deve justamente a uma incompetência de órgãos públicos para fazer um planejamento adequado. Isso é um fato. Se nós não tivéssemos essas mudanças na legislação, não conseguiríamos chegar à conclusão dessas obras nunca.

É claro que isso favorece uma série de aspectos que nós estamos

vendo serem reportados. Os valores das obras são muito elevados, a qualidade não é adequada, por conta da falta de fiscalização. O que aconteceu em Porto Alegre com as obras da Copa, que tiveram de ser refeitas depois, por conta da péssima qualidade, é muito provável que vá acontecer no Rio de Janeiro também. É um grande problema, que mostra justamente a nossa incompetência de planejamento para esses grandes eventos.

IHU On-Line - Sobre o planejamento, existem muitos órgãos encarregados das Olimpíadas: a Autoridade Pública Olímpica, o Comitê Rio 2016, e instâncias municipais, estaduais e federais. Existe clareza sobre quais responsabilidades pertencem a qual órgão no planejamento dos Jogos?

Alberto Reppold - Existe, em termos de governança, uma estrutura que estabelece isso, de alguma forma. Mas há uma grande dificuldade de diálogo entre os diferentes segmentos. Apenas na instância pública federal, há vários ministérios envolvidos. Há a segurança, a questão sanitária, ministério de Ciência e Tecnologia, além do ministério do Esporte. Então, há uma dificuldade tremenda de articulação dessas ações em nível federal. Isso também acontece nas outras instâncias: há várias secretarias estaduais e municipais que estão envolvidas nisso. Há uma dificuldade de articulação entre os diferentes níveis, federal, estadual e municipal.

Então, sim, há uma ideia de como as coisas deveriam funcionar, quais

são as competências de cada um, mas às vezes há sobreposições e há dificuldade de diálogos entre os diferentes segmentos. Por exemplo, quando se fala da poluição no Rio de Janeiro e da dificuldade que se tinha para fazer a despoluição da Baía da Guanabara, uma das grandes dificuldades é justamente a de que há vários órgãos envolvidos e a falta de diálogo entre eles acaba inviabilizando que se faça uma obra assim. É um problema de articulação.

IHU On-Line - A promessa de despoluição da baía da Guanabara tem sido feita desde antes dos Jogos Pan-Americanos, e que acabou não sendo cumprida nem sequer para as Olimpíadas. O que se pode concluir disso? Era uma expectativa irreal, ou foi efetivamente uma dificuldade de esses órgãos se articularem e conseguirem fazer essa obra?

Alberto Reppold - Não era uma expectativa irreal. A obra poderia ter sido executada. Uma das causas foi justamente essa dificuldade de diferentes entes públicos se articularem de maneira a poder funcionar. Uma obra como essa não acontece de um dia para o outro. Em uma região vasta como aquela, envolve todo um trabalho de saneamento, um trabalho de educação ambiental... Acabou não sendo feito, e isso era o que de mais importante havia na candidatura do Rio de Janeiro. Era justamente o que a candidatura poderia produzir e deixar de melhoria para a cidade. Então, era uma meta real colocada, e houve falta de vontade política de diferentes entes públicos se articularem para efetivamente resolver essa situação. Quem acaba perdendo com isso é, obviamente, a população do Rio de Janeiro.

IHU On-Line - “Legado” se tornou uma palavra corrente para se falar dos megaeventos no Brasil há mais de uma década, desde antes dos Jogos Pan-Americanos. Que apontamentos podemos fazer em relação ao legado dos megaeventos esportivos no Brasil?

Alberto Reppold - Sobre a questão do legado, há algo que é conhecido por todas as pessoas que trabalham com megaeventos esportivos: ele precisa ser planejado já na candidatura. Quando o Brasil se candidatou aos Jogos Olímpicos, era sempre citada a questão do legado. Mas ele precisa ser efetivamente planejado de uma maneira que seja viável. Se nós pensarmos em relação ao legado educacional: o que efetivamente os Jogos Olímpicos nos trouxeram de legado educacional? Praticamente nada. Há um programa só, o programa Transforma, da prefeitura do Rio de Janeiro, com algum apoio do governo federal, que é um projeto de formação de professores para a escola. O legado educacional poderia ser uma das grandes contribuições que os Jogos poderiam deixar, mas isso não vai acontecer. O legado ambiental envolvia a despoluição de que falamos. Não vai haver praticamente nenhum legado ambiental nos Jogos do Rio de Janeiro.

Sob o ponto de vista da infraestrutura esportiva, são muitas as instalações esportivas construídas no Rio de Janeiro. Então, há um legado. Nosso grande desafio será: não foi pensado efetivamente o que vai ser feito com essas instalações, e isso envolve gestão de espaços físicos. O que vai acontecer com esses espaços, será que eles vão ser mantidos depois? Alguns desses espaços são enormes. Vai ser um grande desafio para nós, porque temos um bom legado em termos de infraestrutura, mas poderemos cair, e as coisas parecem se encaminhar nessa direção, em uma situação de termos apenas elefantes brancos, ou seja, as instalações ficarem lá e não serem utilizadas para praticamente nada. Esse será o grande desafio: lidar com esse legado.

Há uma preocupação, que deve ser reconhecida também, com as instalações temporárias. Elas têm um custo, e serão desmontadas. Algumas delas vão simplesmente desaparecer, como a estrutura da área da vela. Outras vão ser trans-

formadas em escolas, ou seja, uma utilização efetiva. Há uma utilização no Parque Olímpico que vai ser depois demolida e o material todo vai ser usado para construir duas escolas. Há uma preocupação também com esse tipo de legado, de não deixar elefantes brancos - mas alguns ficarão.

Em termos de mudanças estruturais na cidade do Rio de Janeiro, de mobilidade urbana, muita coisa foi feita, mas não se atingiu o nível que se esperava. Entre estações de metrô e BRT, não se chegou ao nível esperado. Mas também precisamos reconhecer que houve uma melhoria. Houve também um avanço na área onde foi criado o Museu do Amanhã, uma área que foi totalmente reformulada, na qual foram envolvidos custos privados, e creio que vai ser um grande legado.

“

Antes do Pan de 2007, nem a sociedade, nem a mídia, nem os órgãos governamentais tinham muita clareza sobre o que significava um megaevento esportivo

Do ponto de vista da Vila Olímpica, das instalações e dos apartamentos, tivemos problemas de construção no passado e que até hoje são discutidos na Justiça com as obras que foram feitas para a vila dos Jogos Pan-Americanos. Não sabemos como isso vai funcionar, e vamos ter mais clareza com o tempo, mas já vimos que a Vila Olímpica já apresentou alguns problemas.

Em termos de legado, o nosso problema foi não termos pensado

antecipadamente essas coisas com mais clareza. Algumas coisas aconteceram, e outras não vão acontecer. Sob o ponto de vista das instalações esportivas, e de projetos vinculados a ela, fica esse grande desafio. O Tribunal de Contas da União - TCU colocou um limite para o Ministério do Esporte apresentar um programa de legado. Veja bem: os jogos estão começando e nós ainda não temos um plano de legado. Essa é a pressão atual que o TCU está colocando sobre o Ministério do Esporte: como as instalações esportivas vão ser utilizadas depois dos Jogos. Isso deveria ter sido pensado muitos anos atrás, e até agora o Rio de Janeiro não conseguiu resolver isso.

IHU On-Line - Em relação à transparência: nós temos condições ou teremos, no futuro, de saber quanto os Jogos custaram ao poder público?

Alberto Reppold - Há uma preocupação grande com isso. O nível de consciência social que nós temos hoje é muito maior. Se pensarmos em relação aos Jogos Pan-Americanos que nós tivemos no Brasil, nem a sociedade brasileira, nem a mídia, nem os órgãos governamentais tinham muita clareza sobre tudo o que significava um megaevento esportivo. Inclusive as organizações sociais que estão envolvidas nisso, principalmente aqueles segmentos que perdem com os Jogos, geralmente nas comunidades mais pobres da população. Hoje há um entendimento muito maior sobre o que significam esses eventos.

Existe um controle dos órgãos públicos responsáveis, tanto no nível federal quanto estadual e municipal. Isso está sendo acompanhado sistematicamente em relatórios que precisam ser prestados e em cobranças que são feitas pelos tribunais de contas. Há uma cobrança da mídia, que está mais atenta hoje. Diria que a transparência não é a que gostaríamos. Ela poderia ter começado já em uma discussão preliminar sobre se deveríamos ter trazido os Jogos para o Rio de Janeiro. Isso acontece em outras

idades e deveria ter acontecido. Nós teríamos que ter uma discussão pública em relação aos investimentos que precisam ser feitos.

No final, teremos condições de saber quanto de dinheiro público federal foi investido no Rio de Janeiro, e com bastante detalhe. Há contas que devem ser prestadas depois, o Tribunal de Contas vai ficar em cima disso e nós teremos uma estimativa razoável do que foi gasto em termos de recursos. O penúltimo relatório aponta para 40% de investimentos públicos e 60% de investimentos privados, mas eu tenho dúvidas sobre isso.

IHU On-Line - A partir do lançamento da Agenda Olímpica 2020¹, o COI faz sinalizações de mudanças em relação ao modelo dos Jogos através da redução de custos. Os megaeventos devem mudar a partir de agora?

Alberto Reppold - Sim, e inclusive já estão mudando. Já houve uma decisão de incluir novos esportes, como experiência. Em

¹ **Agenda Olímpica 2020:** série de mudanças na organização dos Jogos Olímpicos que foram aprovadas em 2014 pelo Comitê Olímpico Internacional – COI. A partir de mais de 40 mil sugestões, foram feitas 40 recomendações para guiar o futuro do movimento olímpico. (Nota da **IHU On-Line**)

Tóquio, em 2020, teremos beisebol e softball, que faziam parte dos Jogos e estão retornando, e a entrada do skate, do surfe e da escalada, que são esportes voltados para a juventude. O Comitê Olímpico Internacional tem feito muitas pesquisas, principalmente junto aos jovens, e tem percebido que algumas modalidades esportivas não caem no gosto da geração mais jovem. Algumas provas de atletismo, por exemplo, como o arremesso de peso, não têm apelo junto à juventude. Os jovens querem outro tipo de esporte. Os jogos olímpicos de inverno já começaram a fazer modificações nesse sentido, os jogos olímpicos da juventude têm feito experiências positivas, e, a partir da Agenda 2020, os Jogos de Tóquio também vão introduzir novas modalidades, em caráter experimental.

Há outras mudanças importantes, como o fato de os Jogos acontecerem apenas em uma cidade, a qual precisa passar por muitas transformações, e isso é muito oneroso para uma cidade. Então há a possibilidade de termos mais jogos funcionando ao mesmo tempo em cidades diferentes, como é a Copa do mundo. É uma ideia interessante que visa reduzir os custos para a cidade.

Há a questão de uma aproximação entre Jogos Paralímpicos e Jogos Olímpicos, talvez em um único evento que pudesse congregá-los. Há a ideia de modalidades mistas. Também tem a questão da sustentabilidade, que passa a ter uma relevância muito maior e a partir de agora precisa ser incorporada no dia a dia das práticas esportivas e do COI. Surgiram muitas ideias, e, em uma discussão pública, recebeu-se mais de 40 mil sugestões, que foram sistematizadas em cerca de 1.200 ideias-chave e acabaram culminando em 40 recomendações.

Isso mostra que há preocupações com o futuro dos Jogos, e que eles precisam mudar. Para seguirem existindo, eles precisarão mudar. Não há dúvida sobre isso. Eles devem mudar para atender às futuras gerações, que terão outros interesses. Outro aspecto importante é repensar quais são os tipos de patrocinadores que o movimento olímpico vai querer associar ao seu nome. Esse somatório de ideias e de recomendações que surgiram indicam que há ao menos uma vontade por parte do COI de fazer mudanças. Algumas já estão acontecendo e outras maiores irão acontecer. No futuro, teremos outros Jogos, diferentes dos que temos hoje. ■



Prof. Dr. Roberto Romano

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia da igualdade e dos afetos

26 de setembro (segunda-feira) | 19h30min às 22h

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

Informações e inscrições: ihu.unisinos.br

4º Ciclo de Estudos Metrópoles, Políticas Públicas e Tecnologias de Governo.
Territórios, governo da vida e o comum

O Islã e o niilismo apocalíptico: a aposta deve ser na humanidade comum

Para Donatella di Cesare, é necessário resistir, preservar a esperança e pensar no humano que existe em nós e no outro, transpondo o medo e a desconfiança

Por Patricia Fachin | Tradução Ramiro Mincato

Quando se trata de compreender o Islã, é preciso perceber que o “religioso confina no político, e vice-versa”, e que, “em sua versão violenta e perversa”, o jihadismo “assumiu traços apocalípticos de terror”, e é “através e além do niilismo apocalíptico” que precisamos nos deter para “decifrar seu projeto político, reconhecível na *ummah*, na comunidade dos fiéis, que quer o califado global”, adverte Donatella di Cesare à **IHU On-Line**, na entrevista a seguir, concedida por e-mail.

Segundo a filósofa italiana, “não se pode cometer o erro de ver o Islã apenas como uma religião”, porque estamos diante de uma “ameaça planetária da jihad política”. Na interpretação dela, uma das chaves para compreender o Islã é analisá-lo a partir da “teologia política”. Ela explica que, do mesmo modo, o judaísmo e o cristianismo são uma teologia política, mas “tiveram que renunciar de sua dimensão política” e “já no início da mo-

dernidade”, fizeram “um pacto com o Estado, reconhecendo sua soberania”. Em contrapartida, frisa, “o Islã está apenas começando a entrar no ‘pacto laico’ e na nação. A entrada do Islã para a cidadania europeia traz consigo muitas incertezas e muitas perguntas. Tanto mais que, para este fim, o Islã deve renunciar ao seu projeto político”, defende.

Donatella di Cesare é doutora em Filosofia pela Universidade de Tübingen, Alemanha, e atualmente leciona no Departamento de Filosofia da Universidade de Roma. Também faz parte do conselho editorial da revista *Internationales Jahrbuch für Hermeneutik*, e integra o Comitê Gestor da revista alemã *Philosophisches Jahrbuch* e das séries *Wittgenstein-Studien*.

A entrevista foi publicada nas **Notícias do Dia** de 30-07-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2bdVCSn>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como analisa o papel do Islã no Ocidente e no Oriente hoje? O que tem motivado suas ações?

Donatella di Cesare - O Islã, no cenário atual, tem o papel de protagonista. Daí a dificuldade de análise. Certamente ele poderia desempenhar uma ação profícua - mas não é dito que não o faça ou não o fará. Mas é também evidente que, em sua versão violenta e perversa, no fenômeno epocal e pla-

netário do jihadismo, assumiu traços apocalípticos de terror. Atrás e além do niilismo apocalíptico, no entanto, devemos decifrar seu projeto político, reconhecível na *ummah*¹, na comunidade dos fiéis,

¹ **Ummah**: termo que se refere à comunidade constituída por todos os muçulmanos do mundo, unida pela crença em Alá, no profeta Maomé, nos profetas que o antecederam, nos anjos, na chegada do dia do Juízo Final e na predestinação divina. Todo o muçulmano deve velar pelo bem-estar dos integrantes da Ummah, sendo estes muçulmanos. (Nota da **IHU On-Line**).

que quer o califado global. Por isso não basta derrotar o ISIS.

IHU On-Line - É possível dissociar o Islã religioso do Islã político? Se você faz distinção, o que os diferencia?

Donatella di Cesare - Os confins são fluidos. O Islã religioso confina no político, e vice-versa. Portanto, a este respeito, gostaria de falar de uma teologia política. Não se pode, no entanto, cometer o erro de ver



Por outro lado, o jihadismo é o caminho do desejo de derrotar o capitalismo como forma de vida. Mas, para substituí-lo com o modo de vida marcado pela lei islâmica

o Islã apenas como uma religião. Por outro lado, também o judaísmo e o cristianismo são uma teologia política, no sentido de que tiveram que renunciar sua dimensão política, sem que esta renúncia fosse definitiva. Mas, enquanto o judaísmo e o cristianismo abandonam muitas prerrogativas, acordaram, já no início da modernidade, um pacto com o Estado, reconhecendo sua soberania, e o Islã está apenas começando a entrar no “pacto laico” e na nação. A entrada do Islã para a cidadania europeia traz consigo muitas incertezas e muitas perguntas. Tanto mais que, para este fim, o Islã deve renunciar ao seu projeto político.

IHU On-Line - Por que muitos jovens têm se identificado com o que você denomina de islamismo político? Como explica o fato de muitos jovens estarem se convertendo ao Islã e morrendo por essa causa?

Donatella di Cesare - Muitos jovens tornaram-se ativistas do sonho islâmico, que se opõe ao americano. Para poder entender, dever-se-ia falar da fenomenologia da humilhação. Graças a um contato mais ou menos superficial com a ideologia jihadista, uma enorme reserva de sentimentos, ou de ressentimentos, negativos assume uma direção política. A pequena criminalidade ascende à ação bélica. O pequeno delinquente - e nenhum desses jovens quer sê-lo, embora muitos deles, infelizmen-

te, o são - se transforma, então, em combatente.

IHU On-Line - Em artigo recente² você menciona que grupos de esquerda, em prol do combate a um inimigo comum, a saber, o imperialismo e o capitalismo, apoiaram indiretamente e defenderam organizações fundamentalistas como o Hezbollah e o Hamas. O que isso demonstra sobre a atuação da esquerda, sobre sua capacidade reflexiva e de análise da realidade? A esquerda compreende o que quer o islamismo político ou ela simplesmente apoiou esses grupos por achar que eles estavam, digamos, “todos do mesmo lado”?

Donatella di Cesare - Na esquerda havia, e ainda há, uma ambivalência fatal para com o Islã político. Porque de repente uma nova força fez espetacular irrupção no palco da história, colocando em crise a globalização capitalista, bem mais do que fazia o internacionalismo. Na medida em que o islamismo se impunha no cenário político internacional, a esquerda do Terceiro Mundo foi forçada a escolher: distanciar-se dos movimentos islâmicos, antimodernistas, por muitos, versos reacionários, defendendo direitos civis e liber-

² Quando o Islã desloca o terceiro-mundismo e a teologia da libertação. Artigo de Donatella Di Cesare reproduzido nas Notícias do Dia, de 06-07-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2aQzCWH> (Nota da IHU On-Line).

dade de expressão, até coalizar-se com as correntes liberais, ou escolher o “front único” islâmico-socialista, em nome da comum luta anti-imperialista.

Muitas vezes, a esquerda terceiro-mundista acabou por escolher a aliança com o Islã político, convencida de que ele poderia orientar jovens islâmicos em direção de objetivos progressistas. E, de fato, a aliança impulsionou-se até a apoiar organizações fundamentalistas como o Hezbollah³, no Líbano, e o Hamas⁴, na Faixa de Gaza. O critério era o inimigo comum: “estamos todos do mesmo lado”, “somos todos contra o imperialismo”. Para além da presunção paternalista, na pretensão, isto é, de poder “conduzir” o protesto dos jovens islâmicos, a esquerda mostrou claramente não ser capaz de ver a disparidade dos projetos políticos. Os “irmãos mais novos” não queriam, e não querem, a revolução socialista e internacionalista. Querem o califado e o governo islâmico. Por trás dessa falta de reflexão política da esquerda, deve-se perceber, no entanto, também uma lacuna cultural, ou melhor, um tabu: o da religião. A esquerda tem sumariamente considerado a religião como “ópio do povo” (Marx diz, na verdade, algo bem diferente). E assim, ela acredita que o Islã, como religião, poderia ser rapidamente posto de lado. O único que - na minha opinião - viu bem o problema, foi Michel Foucault.

³ **Hezbollah:** organização política e militar dos muçulmanos xiitas do Líbano, criada em 1982 no contexto da invasão de Israel ao sul do Líbano. (Nota da IHU On-Line)

⁴ **Hamas:** partido político sunita palestino que mantém a maioria dos assentos no Conselho Legislativo da Autoridade Nacional Palestina. O Hamas foi criado em 1987, pelos Xeques Ahmed Yassin, Abdel Aziz al-Rantissi e Mohammad Taha da ala palestina da Irmandade Islâmica no começo da Primeira Intifada. Nôtorio pelos ataques suicidas, o Hamas mantém extensivos programas sociais e ganhou popularidade por estabelecer hospitais, escolas e bibliotecas através da Cisjordânia e Faixa de Gaza. A Carta Fundamental do Hamas exorta à recaptura do Estado de Israel e sua substituição pela República Islâmica Palestina na área que hoje é conhecida como Israel, a Cisjordânia e a Faixa de Gaza. (Nota da IHU On-Line)

IHU On-Line - Quais são as consequências desse tipo de comportamento da esquerda?

Donatella di Cesare - As consequências são fatais. A dissolução da esquerda é devido também a essa ambivalência, à impossibilidade e incapacidade de denunciar o projeto do Islã político, por aquilo que é, sem hesitação.

IHU On-Line - Por que alguns defendem ou defenderam que o islamismo pode ser entendido como movimento anticapitalista e anti-imperialista? Quais são as evidências de que são essas as pautas que orientam as ações deles? Se não são essas as pautas que orientam suas ações, quais são?

Donatella di Cesare - Nas lutas anticolonialistas, o papel do Islã ainda não estava claro. Surgia a inspiração anticapitalista e anti-imperialista. Porque, é claro, esta inspiração existe. Mas, em seguida, ficou claro que a questão é bem mais complexa. Primeiro, porque o Islã não é um bloco monolítico. Como não lembrar aqueles países como a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos que adotaram o modelo capitalista? Por outro lado, o jihadismo é o caminho do desejo de derrotar o capitalismo como forma de vida. Mas, para substituí-lo com o modo de vida marcado pela lei islâmica.

IHU On-Line - Como lhe parece que a esquerda compreende esse fenômeno do Islã e dos ataques terroristas? Percebe diferenças, por exemplo, entre a relação da esquerda europeia e da esquerda do terceiro mundismo com o Islã, o jihadismo e os grupos fundamentalistas?

Donatella di Cesare - A levantar a voz estão as direitas populistas que têm, assim, jogo fácil. A esquerda está, ao invés, bastante desorientada diante dos ataques terroristas. Seja porque, de fato, vivemos um momento em que as

reflexões são proibidas e se prefere explicações simples, seja também porque a esquerda é ambivalente em relação ao Islã. Em geral procura fornecer uma análise veteroeconômica, afirmando, por exemplo, que o terrorista de turno, o que cumpriu o último atentado, era um pária, desempregado etc. E isto é certamente verdade, mas não é o suficiente para explicar. Acredito que isso se aplica, sobretudo, à esquerda europeia. A esquerda do Terceiro Mundo está mais distante do cenário apocalíptico dos atentados. Talvez, por isso, mantém-se mais íntegra, mais fiel a si mesma - mas apenas porque está mais distante da geopolítica do Islã.

IHU On-Line - Você estabelece uma relação entre a teologia da libertação na América Latina e a esquerda com o Islã político. Quais as razões dessa comparação? A que conclusões quer chegar com elas?

Donatella di Cesare - Eu disse que na história do terceiro-mundismo, a teologia da libertação apresentou um precedente: desde os anos sessenta a esquerda encontrou um formidável aliado no profetismo anti-imperialista, naqueles padres das favelas que, apelando para a justiça e a igualdade, conjugavam o Evangelho com a luta de classes. É uma aliança bem-sucedida, simplesmente por causa da afinidade constitutiva entre o socialismo moderno e o messianismo judaico-cristão. Não havia praticamente nenhum líder político da esquerda que não conhecesse este vínculo. No fundo, não apelava também Rosa Luxemburgo ao comunismo da época do chamado "cristianismo primitivo"? Neste sentido, a religião pode tornar-se - para citar Marx - "protesto" contra a pobreza. Em outras palavras, o comunismo é um messianismo secularizado. A distância do Islã, no entanto, é grande.

IHU On-Line - Nesse mesmo artigo você também pontua que em

breve, parece evidente, o islamismo não pretende apoiar os movimentos progressistas, mas sim marginalizá-los e suplantá-los. Isso já vem acontecendo? Pode nos dar exemplos?

Donatella di Cesare - Sim, isso já aconteceu. Os exemplos são numerosos. Basta pensar no Egito, onde as forças progressistas, partidos de esquerda e sindicatos foram silenciados pelo islamismo fundamentalista. E, no fim, venceu o despotismo do Al Sisi⁵. Um olhar mais atento mostra que todas as "primaveras árabes", para além do caso da Tunísia, foram esmagadas pelo Islã radical. Então, não se pode mais iludir-se: não se trata de buscar uma aliança lá onde não se pode encontrar.

IHU On-Line - Como o Ocidente deveria se comportar em relação ao Islã, já que, como você menciona no artigo, ele não é simplesmente uma religião, mas um modo de vida, pertence a uma história e a uma civilização?

Donatella di Cesare - Quando falo dos movimentos de libertação, refiro-me às mulheres. O Islã não é apenas uma religião, mas é uma forma de vida, em que as mulheres são tradicionalmente confinadas a um papel de subordinação. Isso não quer dizer que as mulheres já são livres e protagonistas em todos os países ocidentais. Mas esta é precisamente uma das questões que suscita a maior preocupação: nós gostaríamos de ter mais direitos civis. Mas isso vai acontecer no encontro e confronto com o Islã?

⁵ **Abdel Fattah Saeed Hussein Khalil el-Sisi**: mais conhecido como General Sisi, é um militar e político egípcio. Desde agosto de 2012 é o chefe das Forças Armadas e o ministro da Defesa do país africano. Tornou-se protagonista no golpe de Estado que derrubou Mohamed Morsi, o primeiro presidente eleito democraticamente no Egito. Em maio de 2014 foi eleito o novo presidente do Egito. Ele terá um mandato de sete anos, para depois disputar reeleição para ter seu segundo e último mandato de sete anos no poder. (Nota da IHU On-Line).

IHU On-Line - Como você avalia o uso do termo islamofobia?

Donatella di Cesare - A palavra realmente não me agrada. Mas é frequentemente utilizada no léxico político e jornalístico. Há, porém, certamente, uma fobia do Islã que atravessa a Europa, em particular. Creio que a esta fobia se misturem medos atávicos, o velho temor da invasão, que em séculos passados muitos países europeus, incluindo a Itália, viveram. Mas a fobia atual é deletéria. Em vez disso, seria melhor conhecer melhor o Islã, do qual muito pouco se sabe.

IHU On-Line - Em termos políticos, como os governos europeus têm atuado e se posicionado em relação aos ataques terroristas?

Donatella di Cesare - A Europa, neste momento, está dividida, fragmentada. Comprova-o, em primeiro lugar, o Brexit, a saída da Grã-Bretanha da União Europeia. Para todos aqueles que acreditaram e acreditam no projeto europeu, esses dias são marcados pela decepção. Não existe uma política europeia comum - por isso não há uma resposta comum aos ataques terroristas. Sabemos que as inteligências de diferentes países não cooperam umas com as outras, não trocam informações. Após cada ataque, há apelos para a unidade. Mas isso não é suficiente.

IHU On-Line - Como a questão das imigrações na Europa tem se misturado com a situação do terrorismo e do avanço do islamismo?

Donatella di Cesare - A questão da imigração é constantemente confundida com a do terrorismo. Quem faz isso são a direita e os partidos populistas que, então, estão se afirmando, e provavelmente vencerão as próximas eleições, em muitos países europeus. O medo do outro estimula a ver em cada imigrante um potencial terrorista. Isto é profundamente errado. Além do caso dos *foreign fighters* [combatentes estrangeiros], que vão com-

bater na Síria, o terrorismo não é trazido por imigrantes que chegam nos barcos. Explode, ao invés, dentro, entre aqueles que não conseguiram encontrar, mesmo depois de duas ou três gerações, seu lugar. E é aqui que se insere o curto-circuito com o racismo, que deveria, ao contrário, ser destruído.

IHU On-Line - Em contraste com o Islã, o Ocidente tem abandonado sua história, seus valores, suas origens, sua cultura? Qual é o peso do multiculturalismo nessa discussão?

Donatella di Cesare - Já por mais de um século o Ocidente parece ter abandonado sua tradição, sua história - e, portanto, perdeu também a visão de seu futuro. Não gosto de falar de "origem", porque é uma palavra perigosa. Penso que o Ocidente encontra sua força nas muitas vozes da sua complexa tradição. Não creio que o problema seja o "multiculturalismo", que significaria o encontro de diferentes culturas. Não há encontro, porque a própria história já foi abandonada e, uma vez eliminada a profundidade temporal, permanece somente a superfície do encontro virtual que, por causa do seu vazio, rapidamente se transforma em confronto.

IHU On-Line - Quais são os choques universais e incompatíveis que identifica entre o *ethos* do Ocidente e do Oriente, segundo a perspectiva dos jihadistas?

Donatella di Cesare - É óbvio que o terrorismo não pode ser atribuído ao Islã, dado que ele é uma versão violenta. Por outro lado, também é verdade que o terrorismo atual se reconhece na jihad e, tal como uma forma de "islamismo" radical, está conectado com o Islã. Acredito que o desafio representado pela jihad mundial seja a arma absoluta da sua própria morte, uma arma que nós nunca poderemos manejar. Este apocalipse lançado contra a

globalização, por mais que seja injusto, é o choque mais tremendo.

IHU On-Line - O que tem acontecido com a esquerda nos últimos anos? Que balanço faz da esquerda do nosso tempo, por exemplo? A esquerda ainda tem alguma relevância política ou, a partir de agora, suas agendas se limitam a questões culturais?

Donatella di Cesare - É uma pergunta difícil. A esquerda, pelo menos a da Europa, está extremamente desorientada e dividida. E o balanço dos últimos anos não pode ser positivo. Penso que a esquerda perdeu o papel político que tinha antes, e que esteja apertada, quase sufocada, entre o triunfo marcante do mercado, isto é, a vitória do liberalismo econômico, e a ameaça planetária da jihad política. Eis por que a esquerda parece ter ficado bastante no domínio da cultura. Falta-lhe, porém, um projeto político.

IHU On-Line - O que ainda pode ser visto como fonte de segurança, esperança, felicidade e de dias melhores?

Donatella di Cesare - Fonte de segurança, de esperança, de felicidade, quer queiramos, quer não, é sempre o "outro" - são os outros ao nosso redor. Não podemos esperar encontrar o futuro só dentro de nós mesmos, nem podemos nos fechar, nos encerrarmos na própria couraça. A dificuldade do nosso tempo é que o outro vem, de repente, como inimigo - mas não como um inimigo declarado, não um inimigo na frente de batalha, mas um inimigo que se esconde em cada esquina, que pode ser vizinho de casa. E isto infunde medo, mina a confiança no próximo. No entanto, apesar disso, é necessário resistir, preservar a esperança, pensar no humano que ainda existe, no outro, como também em nós, e apostar nessa humanidade comum. ■

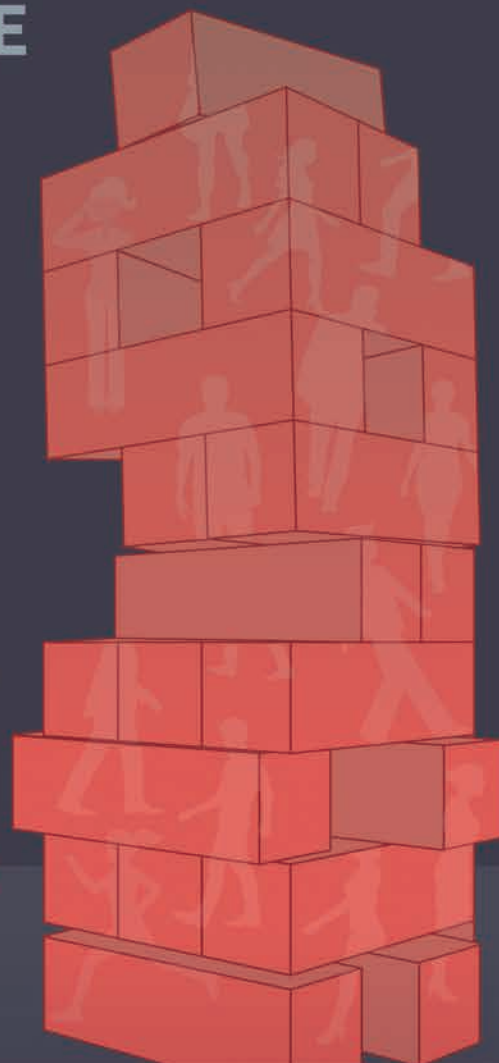
IV Colóquio
Internacional IHU

POLÍTICAS PÚBLICAS, FINANCEIRIZAÇÃO E CRISE SISTÊMICA

13

de setembro
de 2016

Local: Sala Ignacio Ellacuría
e Companheiros – IHU
Campus da Unisinos
São Leopoldo/RS



**Conferencista: Prof. Dr. Yann Moulier Boutang –
Université de Technologie de
Compiègne – UTC – França**

*9h15min às 10h15min – Compreendendo a
financeirização: conceito(s), origens,
impactos e (im)possibilidades*



Informações e inscrições em
ihu.unisinos.br



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

 UNISINOS
Somos infinitas possibilidades

IHU ON-LINE



INSTITUT
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Tema de Capa

O fascismo vive em nós através do dispositivo do neoliberalismo

Interrogar o fascismo radicalmente deve nos levar a uma reflexão séria acerca da democracia, pontua Rodrigo Karmy. Produção de sujeitos “dóceis”, que “amem” seu patrão e a precarização permanente de sua condição são características dessa conjuntura

Por Márcia Junges | Tradução Moisés Sbardelotto

“**U**ma mutação radical da soberania moderna em uma definitiva inscrição biopolítica.” Assim o filósofo chileno Rodrigo Karmy caracterizaria o fascismo em nosso tempo. Um regime que não reconhece a lei, porém sua exceção permanente, “não conhece a técnica, senão como imperialismo; não sabe do outro mais do que como inimigo; não conhece o exército, senão como aparato policial; converte o silêncio em seu aliado mais forte, combinado com uma estetização completa da vida social; reduz a noção de progresso à extensão de suas rodovias e vislumbra o passado apenas como um mito que, tendo sido esquecido por muito tempo, é reeditado em e como presente”. Contudo, Karmy adverte que é preciso problematizar não apenas o fascismo, mas também o discurso humanista: “O fascismo, diríamos, é um humanismo. Para o fascismo, trata-se de salvar a ‘raça’ que serão os últimos propriamente ‘humanos’ que sobreviveram à invasão parasitária dos ‘outros’ (muçulmanos, judeus, índios, negros etc.)” E acrescenta: “Somente como ‘humanismo’ o fascismo pode identificar o ‘outro’ como não ‘humano’ e fazer do fascista um ‘humano’ nesse mesmo ato de exclusão - de sacrifício”.

De acordo com Karmy, o fascismo vive em nossos corpos, “porque o “revés” entre soberania e biopoder se aprofundou na cena capitalista contemporânea. Sob essa luz, o neoliberalismo seria o nome do fascismo feito dispositivo”, define. Sua consumação na sociedade contemporânea é um desdobramento da anarquia do capital como uma verdadeira e já explícita guerra civil global.

Karmy tece, ainda, uma profunda crítica ao neoliberalismo e sua disseminação até as ca-

mas mais profundas da sociedade: “o neoliberalismo é uma doutrina aristocrática, pois privilegia os “melhores”. Um aristocratismo econômico, e não político, como se pode depreender a partir da tradição grega. Essa cena mostra que, *no Chile, a vida está inteiramente financeirizada*”.

O fascismo, observa Karmy, é uma espécie de “captura total da vida e a privação do seu mundo.

A entrevista foi publicada nas Notícias do Dia de 26-07-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2azg5qg>

Rodrigo Karmy Bolton é doutor em Filosofia pela Universidade do Chile, onde leciona e é pesquisador do Centro de Estudos Árabes da Faculdade de Filosofia e Humanidades. Suas linhas de trabalho incluem a angelologia e governamentalidade no cristianismo e no Islã, seguindo os trabalhos de Michel Foucault e Giorgio Agamben, entre outros. É autor de *Políticas de la interrupción. Ensayos sobre Giorgio Agamben* (Santiago de Chile: Editorial Escaparate, 2011), complicação de textos do filósofo italiano.

Rodrigo Karmy esteve no Instituto Humanitas Unisinos - IHU em 23-10-2013, quando proferiu a conferência *A potência do pensamento: Giorgio Agamben leitor de Averroes*, parte integrante do evento *O pensamento de Giorgio Agamben: técnicas biopolíticas de governo, soberania e exceção*. Igualmente participará do VI Colóquio Internacional IHU. Política, Economia, Teologia. Contribuições da obra de Giorgio Agamben, que ocorrerá nos dias 23-05-2017 e 24-05-2017. Saiba mais em <http://bit.ly/2auj4Vi>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quais são as expressões fundamentais do fascismo hoje, no mundo, e no Chile, em específico?

Rodrigo Karmy - A pergunta é difícil - e acho que só posso dar alguns indícios - porque pressupõe que a noção de fascismo está claramente definida. Parece-me que tal pressuposição é complicada e, embora certamente nos facilitaria muitas coisas, considero que uma das tarefas políticas do nosso tempo deve ser interrogar as categorias que habitualmente usamos, entre elas, a de "fascismo", perguntando-nos pelos seus possíveis desempenhos analíticos. Eu tendo a pensar que, em vez disso, com esse termo, ocorreu uma sobrecondição, na medida em que ele operou como um verdadeiro fantasma, tanto para a tradição liberal quanto para a marxista, desde a segunda metade do século XX, na verdade.

De início, eu diria que se deveria evitar o binômio "humanista" que estabelece uma diferença constitutiva entre "fascismo" e "democracia". O termo "fascismo" pode ser trocado por "ditadura", "autoritarismo", "totalitarismo", todos termos medianamente afins, que abasteceram o "humanismo" liberal desde a segunda metade do século XX e das primeiras décadas do século XXI. Desativar o binômio envolve deixar de lado o pressuposto segundo a qual o "humanismo" moderno se oporia, por si mesmo, ao "fascismo". A própria escola de Frankfurt, começando com as análises de Adorno¹ e

1 Theodor Adorno (1903-1969): sociólogo, filósofo, musicólogo e compositor, definiu o perfil do pensamento alemão das últimas décadas. Adorno ficou conhecido no mundo intelectual, em todos os países, em especial pelo seu clássico *Dialética do Iluminismo*, escrito junto com Max Horkheimer, primeiro diretor do Instituto de Pesquisa Social, que deu origem ao movimento de idéias em filosofia e sociologia que conhecemos hoje como Escola de Frankfurt. Sobre Adorno, confira a entrevista concedida pelo filósofo Bruno Pucci à edição 386 da Revista **IHU On-Line**, intitulada *Ser autônomo não é apenas saber dominar bem as tecnologias*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon386>. A conversa foi motivada pela palestra *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais*, proferida por Pucci dentro da programação do *Ciclo Filosofias da Intersubjetividade*. (Nota da **IHU On-Line**)

Horkheimer², advertiram sobre a cumplicidade entre o fascismo e a democracia, a ponto de análise as sociedades do "capitalismo industrial avançado" sob o prisma do fascismo.

De sua parte, Michel Foucault³ tem outro modelo: o fascismo não seria o paradigma ótimo para compreender as sociedades liberais contemporâneas, mas sim aquele que, desde 1974, ele denominou de "biopoder" e que, desde 1978, chamou de "governamentalidade". Para os frankfurtianos, o fascismo é a regra da Modernidade; para Foucault, é a exceção; mas, em ambos, a sua origem radica-se na própria Modernidade "humanista" que o fascismo supostamente rechaça.

O fascismo como "dispositivo"

Pois bem, em sua especificidade, parece-me, o fascismo propôs

2 Max Horkheimer (1895-1973): filósofo e sociólogo alemão, conhecido especialmente como fundador e principal pensador da Escola de Frankfurt e da teoria crítica. Aproximou-se "obliquamente" do marxismo no final dos anos 1930, mas segundo testemunhos da época raramente citava os nomes de Marx ou de Lukács em discussões. Apenas com a emergência do nazismo, Horkheimer se aproxima de fato de uma perspectiva crítica e revolucionária que o fará escrever, já diretor do Instituto para Pesquisas Sociais, o ensaio-manifesto, *Teoria Tradicional e Teoria Crítica* (1937). Suas formulações, sobretudo aquelas acerca da razão Instrumental, junto com as teorias de Theodor Adorno e Herbert Marcuse, compõem o núcleo fundamental daquilo que se conhece como Escola de Frankfurt. (Nota da **IHU On-Line**)

3 Michel Foucault (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas do termo. Em várias edições, a **IHU On-Line** dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>; edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon203>; edição 364, de 06-06-2011, intitulada *História da loucura e o discurso racional em debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon364>; edição 343, *O (des)governo biopolítico da vida humana*, de 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon343>, e edição 344, *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon344>. Confira ainda a edição nº 13 dos **Cadernos IHU em Formação**, disponível em <http://bit.ly/ihuem13>, *Michel Foucault*. (Nota da **IHU On-Line**)

ao pensamento um problema que a clássica teoria da soberania não tinha no seu horizonte. Nesse sentido, uma das perguntas que o fascismo propõe ao pensamento não é mais: por que eu devo obedecer? (o problema se inscreve no registro da lei), mas sim: porque eu quero obedecer? (o problema se inscreve no registro da vontade). A experiência histórica do fascismo - em suas diversas modalidades, italiana, alemã, mas também, não nos esqueçamos, japonesa - mudou a pergunta a partir do registro da moderna teoria da soberania jurídica e passou a propô-la a partir de um registro essencialmente biopolítico. Em outros termos, não se trata de saber como é que um homem obedece à lei, mas sim como é que um homem se torna fascista. Nesse sentido, se tivéssemos que exigir o seu desempenho analítico, eu me inclinaria a situar o fascismo como um lugar de mutação radical da soberania moderna em uma definitiva inscrição biopolítica. Só nesse sentido podemos tomar o fascismo não como uma categoria "moral", mas como um conceito intempestivo que seja capaz de exercer um efeito de alavanca em relação ao nosso presente.

Em princípio, poderíamos distinguir um fascismo como "regime", situado historicamente em um determinado período, e um fascismo como "dispositivo", uma lógica do poder que se reproduz em sociedades não necessariamente consideradas como "fascistas" no primeiro sentido atribuído (devo essa segunda noção à professora e amiga Luna Follegati⁴).

Mas essa distinção não pode ser suficiente. Mesmo se optarmos por usar o termo "fascismo" como "racionalidade", é necessário circunscrevê-lo ao horizonte mais geral daquilo que Michel Foucault identificou como o "revés", característico do poder moderno: a soberania penetrada de biopoder e o biopo-

4 Luna Follegati: filósofa chilena, docente na Faculdade de Filosofia e Humanidades da Universidade do Chile. Escreveu o capítulo de livro *Individualismo*. En *ABC del Neoliberalismo* (Ed. Communes: Santiago de Chile, 2016). (Nota da **IHU On-Line**)

der articulado como desdobramento de soberania.

Sociedades biopolíticas

Assim, o termo “fascismo” não pode ser apenas uma categoria “moral” que condene um discurso ou prática como aquilo que se opõe inteiramente àquilo que habitualmente entendemos como “democracia”, mas sim como uma categoria analítica que possa ser capaz de mostrar o “revés” entre soberania e biopoder. Sob essa luz, eu me pergunto se o fascismo considerado como “regime” não constituiu, talvez, o momento de mutação radical e definitivo da soberania moderna clássica rumo à sua definitiva inscrição biopolítica contemporânea. Em outra chave, diríamos: o fascismo recodificou o padrão de acumulação do capitalismo moderno, fazendo com que a sua lógica desenvolvimentista implodisse em um novo padrão de acumulação flexível. Mas isso nos propõe outra pergunta que deveríamos esclarecer: não foram as técnicas de poder implementadas pelas experiências coloniais entre os séculos XVIII e XIX que, não muitos anos mais tarde, apareceriam na experiência do regime nazi e do fascismo italiano e que acabariam transformando as sociedades europeias em sociedades biopolíticas?

Não foi o fascismo o catalisador último dessa transformação, o monstro que, excedendo tanto o *nomos* estatal-nacional clássico levou suas formas à sua implosão, reinscrevendo-o no novo *nomos* de corte econômico-financeiro?

Com efeito, seguindo essa hipótese, diríamos que o “regime” fascista já não conhece a lei, mas sim a sua exceção permanente; não conhece a técnica, senão como imperialismo; não sabe do outro mais do que como inimigo; não conhece o exército, senão como aparato policial; converte o silêncio em seu aliado mais forte, combinado com uma estetização completa da vida social; reduz a noção de progresso à extensão de suas rodovias e vislumbra o passado apenas como

um mito que, tendo sido esquecido por muito tempo, é reeditado em e como presente. O fascismo não tem reis, mas sim “líderes” (*führer* ou *duce*) que não só exterminam a sua oposição, mas também pretendem ser miseravelmente amados pelos seus povos. Os “líderes” querem ser amados, e, em efeito, os povos os amaram por algum tempo, na medida em que o problema do “líder” fascista não foi simplesmente reprimir, mas também fazer as massas participarem na reedição do mito histórico. Mito que marca o lugar do gozo soberano, o *punctum* da violência sacrificial em que se baseia toda a sua lógica.

O fascismo como um “humanismo”

Mas, se é assim, seria preciso dizer algo que compromete não só o fascismo, mas também o seu crítico mais intrépido: o discurso humanista. O fascismo, diríamos, é um humanismo. Para o fascismo, trata-se de salvar a “raça” que serão os últimos propriamente “humanos” que sobreviveram à invasão parasitária dos “outros” (muçulmanos, judeus, índios, negros etc.). Somente como “humanismo” o fascismo pode identificar o “outro” como não “humano” e fazer do fascista um “humano” nesse mesmo ato de exclusão - de sacrifício. Por isso, a afirmação de Walter Benjamin⁵: “A *chance des-*

5 **Walter Benjamin** (1892-1940): filósofo alemão. Foi refugiado judeu e, diante da perspectiva de ser capturado pelos nazistas, preferiu o suicídio. Associado à Escola de Frankfurt e à Teoria Crítica, foi fortemente inspirado tanto por autores marxistas, como Bertolt Brecht, como pelo místico judaico Gershom Scholem. Conhecedor profundo da língua e cultura francesas, traduziu para o alemão importantes obras como Quadros Parisienses de Charles Baudelaire e Em Busca do Tempo Perdido de Marcel Proust. O seu trabalho, combinando ideias aparentemente antagônicas do idealismo alemão, do materialismo dialético e do misticismo judaico, constitui um contributo original para a teoria estética. Entre as suas obras mais conhecidas, contam-se A Obra de Arte na Era da Sua Reprodutibilidade Técnica (1936), Teses Sobre o Conceito de História (1940) e a monumental e inacabada Paris, Capital do século XIX, enquanto A Tarefa do Tradutor constitui referência incontornável dos estudos literários. Sobre Benjamin, confira a entrevista **Walter**

te consiste, e não em última instância, em que seus adversários o enfrentam em nome do progresso como norma histórica”. Ao se opor à sua catástrofe a partir da noção de consciência, razão, sujeito ou pessoa como “norma histórica”, o argumento “humanista” o abastece, em vez de destruí-lo, o humanismo o alimenta sem saber. Não haverá uma crítica decisiva ao fascismo se não nos voltarmos à destruição do humanismo do qual ele se nutre.

A categoria de fascismo deve ser problematizada se quisermos articular uma crítica radical acerca do nosso presente. Devemos decompô-lo, analisá-lo, entender as formas do seu funcionamento, deixando de lado o historicismo liberal que insiste em que, com a Segunda Guerra Mundial, o fascismo foi derrotado de uma vez por todas. O fascismo vive em nós marcando os nossos corpos, porque o “revés” entre soberania e biopoder se aprofundou na cena capitalista contemporânea.

Sob essa luz, o neoliberalismo seria o nome do fascismo feito dispositivo. Como tal, encontrou a sua consumação na sociedade contemporânea. Hoje, vivemos no fascismo consumado, ou seja, naquilo que já não é “fascismo”, mas sim desdobramento da anarquia do capital como uma verdadeira e já explícita guerra civil global. Guerra que pode ser expressa no fato de que o outrora amor a um “líder” implementado pelo fascismo histórico se desloca para o amor direto ao capital, tal como Benjamin o projetou nesse fragmentário texto intitulado “O capitalismo como religião”. Nessa cena, podemos contemplar o processo de subjetividade das relações trabalhistas: não se trata somente de que os trabalhadores trabalhem, mas também que *amem* o seu trabalho e que, tal como ocorria com o “regime” fascista, façam do amor

Benjamin e o império do instante, concedida pelo filósofo espanhol José Antonio Zamora à **IHU On-Line** nº 313, disponível em <http://bit.ly/zamora313>. (Nota da **IHU On-Line**)

parte do dispositivo de acumulação capitalista (aquilo que o *coaching* atual chama de “felicidade”). Por isso, não basta a noção de “fascismo” entendido como regime, mas sim como dispositivo. Como tal, a facticidade fascista opera no seio da democracia, inclusive *como democracia*. Por isso, uma *interrogação radical acerca do fascismo necessariamente deve nos levar a uma interrogação radical acerca da democracia*.

IHU On-Line - Quais são as marcas fundamentais da ditadura chilena num comportamento fascista e de recrudescimento do ódio atualmente?

Rodrigo Karmy - O golpe de Estado de 1973, promovido e dirigido por Nixon⁶, deu origem a uma dessas ditaduras modernas que Carl Schmitt⁷ chamou de “soberanas”. A ditadura chilena foi soberana porque fundou uma nova ordem jurídico-política. Uma ordem que, para se formar, investiu a Junta Militar do “poder constituinte”, legitimando e legalizando, assim, a ditadura em uma solução de continuidade para com a “longa tradição democrática” que, supostamente, a precedia, enquanto “restaurava” essa mesma tradição, depois de que, de

6 **Richard Milhous Nixon** (1913-1994): 37º presidente dos Estados Unidos (1969-1974) e o único presidente norte-americano a renunciar ao mandato. Ele foi também representante e senador pelo estado da Califórnia e 36.º vice-presidente de seu país, durante o governo de Dwight Eisenhower. Renunciou em 9 de agosto de 1974, em virtude do escândalo Watergate, pouco antes da votação pelo Congresso da cassação de seu mandato – o impeachment. O trauma político causado pelo episódio foi grande (tanto que os americanos acabariam por escolher na eleição seguinte Jimmy Carter, um candidato religioso e apegado a valores morais). Nixon só retornaria à vida pública americana 20 anos depois do fiasco de Watergate. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Carl Schmitt** (1888–1985): jurista, filósofo político e professor universitário alemão. É considerado um dos mais significativos e controversos especialistas em direito constitucional e internacional da Alemanha do século XX. A sua carreira foi manchada pela sua proximidade com o regime nacional-socialista. O seu pensamento era firmemente enraizado na teologia católica, tendo girado em torno das questões do poder, da violência, bem como da materialização dos direitos. (Nota da **IHU On-Line**)

acordo com o que propõe o raciocínio dos golpistas, o socialismo da Unidade Popular não pôde conduzir o processo e acabou destruindo a Constituição de 1925.

Mas, na medida em que a ditadura chilena foi “soberana”, ela teve uma articulação cívico-militar: os civis envolvidos fizeram parte do processo incondicionado de privatização de muitas das empresas públicas: da água à saúde, das pensões à educação, tudo acabou nas mãos dos privados e, assim, acabaram *privando-nos do Chile*. A devastação política levada a cabo pelo Golpe de 1973 levou à redação de uma Nova Constituição por parte de uma comissão cujo intelectual mais proeminente foi Jaime Guzmán Errázuriz⁸, que legalizou o roubo sistemático das empresas públicas por parte de privados como um verdadeiro botim para o empresariado, articulando o Estado com base em uma matriz de caráter subsidiário que hoje está completamente em crise.

A Constituição de 1980 legitimou a identidade entre poder político e poder econômico, fundando, assim, uma nova ordem. Por isso, o problema do Chile não é a “ilegalidade”, mas sim a “legalidade” que está feita à imagem e semelhança dos poderes fáticos. Precarização das condições de vida e sua legitimação configuram as “marcas” que você assinala. O bombardeio do La Moneda é aqui o sinal da catástrofe: no incêndio e em Allende⁹ morto em seu seio, exibem o objetivo último da ditadura: a

8 **Dom Manuel Larraín Errázuriz** (1900-1966): chileno, foi bispo de Talca, Chile, e criador, juntamente com D. Helder Câmara, da Conferência Episcopal Latino-Americana – CELAM. Ele trabalhou com o padre Alberto Hurtado, jesuíta, canonizado por João Paulo II e foi um ativo militante da Reforma Agrária no Chile. Morreu trágica e precocemente num acidente de trânsito. (Nota da **IHU On-Line**)

9 **Salvador Allende** (1908-1973): médico e político chileno. Em 1970, foi eleito presidente do Chile pela Unidade Popular, um agrupamento político formado por socialistas, comunistas e por setores católicos e liberais do Partido Radical e do Partido Social Democrata que contava com grande apoio dos trabalhadores urbanos e camponeses. Governou o país até 11 de setembro de 1973, quando foi deposto por um golpe de estado liderado pelo

destruição completa da República e a sua substituição por um mall (shopping).

Espírito privatizador

Esse processo significou que a democracia não se concebeu em ruptura para com a ditadura, mas na sua realização fática. A ditadura se realiza em e como democracia: a própria Constituição política (1980) e o próprio sistema econômico (neoliberal) foi aprofundado em seu funcionamento democrático. A direita se identifica com o golpe de Estado e celebra a implantação daquilo que chama de “o modelo” como uma recodificação do padrão de acumulação de sua matriz desenvolvimentista a uma matriz flexível de corte neoliberal. E a Concertação de Partidos pela Democracia que derrotou Pinochet¹⁰ no plebiscito de 1988 foi derrotada, por sua vez, pelo sistema por ele legado. O corpo físico de Pinochet foi derrotado, o corpo institucional derrotou os próprios democratas, convertendo-os em defensores do seu modelo. Os democratas de 1988 são os Santos Agostinhos do Chile, os convertidos. Modelo que, portanto, a Concertação não só não quis mudar, mas também aperfeiçoou e aprofundou em grande escala, aumentando as possibilidades do mercado e promovendo velhos e novos grupos econômicos para consumir o assalto desencadeado desde o Golpe de 1973.

Como viu o jurista chileno Fernando Atria¹¹, a Constituição 1980

chefe das Forças Armadas, Augusto Pinochet. (Nota da **IHU On-Line**)

10 **Augusto Pinochet** (1915-2006): general do exército chileno, governante do Chile após chegar ao poder em 11 de setembro de 1973, pelo Decreto Lei Nº 806 editado pela junta militar (Conselho do Chile), que foi estabelecida para governar o Chile após a deposição e suicídio de Salvador Allende, e posteriormente tornado senador vitalício de seu país, cargo que foi criado exclusivamente para ele, por ter sido um ex-governante. Governou o Chile entre 1973 e 1990, depois de liderar a junta militar que derrubou o governo de Salvador Allende. (Nota da **IHU On-Line**)

11 **Fernando Atria**: jurista chileno, graduado pela Universidade do Chile, onde é professor, e PhD pela Universidade de Edimburgo. Também lecionada na Universidade Adolfo Ibáñez. É autor de, entre outros, *On Law and*

está feita de tal forma que os poderes fáticos sempre ganham. Embora esta tenha sido reformada mais de 200 vezes durante a “transição”, em 2005, um presidente socialista (o primeiro depois de Allende), Ricardo Lagos¹², substituiu a assinatura de Pinochet pela sua própria assinatura. Essa substituição de uma assinatura por outra, sem mudar a matriz subsidiária do Estado proposto pela Constituição, é mais um sintoma, em vez de qualquer outra coisa: sintoma de que Pinochet foi introjetado na figura de Lagos, sintoma de que já não era necessária, portanto, a presença de um fascista como Pinochet para manter e promover o capital. Bastava a aposta biopolítica da democracia, marcada agora pela assinatura de um socialista “renovado” (ao estilo Blair¹³).

O socialismo da democracia não só acabou legitimando o neoliberalismo herdado da ditadura, mas também aprofundando radicalmente em um pacto tático com as grandes corporações e seus grupos econômicos. Com isso, a Constituição acabou sendo legitimada pela oligarquia militar-financeira,

Legal Reasoning (Oxford: Hart Publishing, 2002) e *Mercado y Ciudadanía en la Educación* (Santiago: Editorial Flandes Indiano, 2007). (Nota da **IHU On-Line**)

12 Ricardo Lagos (1938): advogado e economista chileno. Foi presidente do Chile de 11 de março de 2000 até 11 de março de 2006. Em seu mandato, destacaram-se as assinaturas de tratados de livre comércio com Estados Unidos, China e a União Europeia, entre outros, e a conclusão das reformas iniciadas pelos governos posteriores ao Regime Militar. Entre os pontos polêmicos de seu governo, mencionou-se o conflito com os mapuches e suas reivindicações territoriais; sua atuação em problemas de índole ambiental; e a preparação de reformas no transporte da região metropolitana de Santiago (Transantiago) que foram implementadas no governo seguinte, de Michelle Bachelet, mas resultaram num grande fracasso. (Nota da **IHU On-Line**)

13 Tony Blair (1953): Anthony Charles Lynton “Tony” Blair é um político britânico, tendo ocupado o cargo de primeiro-ministro do Reino Unido de 2 de maio de 1997 a 27 de junho de 2007, e foi líder do Partido Trabalhista de 1994 a 2007 e de membro do Parlamento Britânico de 1983 a 2007. Depois de deixar o cargo de primeiro-ministro, Blair foi indicado para a posição de enviado no Oriente Médio da Organização das Nações Unidas – ONU, da União Europeia, dos Estados Unidos e da Rússia. (Nota da **IHU On-Line**)

mas inteiramente deslocada pela potência das ruas que palpitava de outro modo e suspeitava do “*government by consent*” [governo por consentimento] implementado pelos transitólogos e seu espírito privatizador.

Insurreição permanente

O advento dos movimentos estudantis começa a desbloquear a arquitetura tecida pelo texto constitucional que articulava poder político e poder econômico em uma mão só: o que parecia sagrado foi profanado, o que parecia um limite natural se tornou um problema histórico e político. A insurreição esvaziou o sistema consagrado na Constituição de 1980, e, então, as ruas se povoaram novamente de imaginação. Interrompeu-se, assim, a feliz caruagem da história.

Com isso, a “classe política” ficou encurralada, sobrevivendo à sua própria miséria, tentando “moralizar” os milhares de casos de corrupção que apareceram em todo o espectro político (sobretudo na direita), insistindo na sua judicialização ou moralização e obliterando, assim, a questão decisiva de que, no Chile, não é que haja simplesmente corrupção, mas há uma guerra sistemática por parte dos poderes fáticos contra os diversos movimentos populares. Trata-se de uma guerra pela apropriação não só dos recursos naturais (o cobre e o lítio, principalmente), mas, sobretudo, dos corpos em função da produção de um sujeito submisso e dócil, que, como ocorria com o fascismo, “ame” o seu patrão e “ame” a permanente precarização da sua condição.

Nesse sentido, o fascismo atua como dispositivo da democracia. Os corpos continuam incomodando: ou são administrados através da multiplicação das Farmácias, terapias *new age*, consultas psicológicas, formas de judicialização ou seitas religiosas; ou estes se voltam para as ruas para pôr em questão a matriz subsidiária do Es-

tado chileno fundado pela ditadura e aprofundado pela democracia.

É importante notar que o empresário no Chile quer ser “amado”, porque ainda tem o temperamento do padrão de fundo do século XIX e sua matriz colonial em que ele se concebe como o “pastor” de homens que guia suas ovelhas para a salvação. O êxito financeiro seria a salvação, e o trabalho, a “Via Sacra” para obtê-la. Hoje, esse périplo jesuíta que foi reinventado pelo Opus Dei e pelos Legionários de Cristo depois da devastação da Teologia da Libertação promovida a partir do Vaticano por Wojtyła¹⁴, e com a qual a burguesia *chilensis* se identificou, no entanto, está vazio. Ele vive os seus últimos momentos. Mas essa agonia pode durar décadas (nenhuma teleologia determina o seu futuro). A única coisa que pode acelerar a sua decomposição é a insurreição permanente, inclusive silenciosa, da potência comum articulada pelos diversos movimentos sociais.

O sonho da salvação através do trabalho está no chão porque, na vida cotidiana, as pessoas entenderam, com a dança dos seus corpos, que não só devia pagar por cada coisa que faziam, mas também, além disso, por mais esforço que fizessem, existia um verdadeiro “sistema de castas” até certo ponto implícito, que, através de múltiplos dispositivos, determinavam o setor social a que se pertence. E o neoliberalismo aprofundou esse sistema toda vez que, como indicou

14 Papa João Paulo II (1920 – 2005): Sumo Pontífice da Igreja Católica Apostólica Romana e soberano da Cidade do Vaticano de 16 de Outubro de 1978 até à sua morte. Teve o terceiro maior pontificado documentado da história, reinando por 26 anos, depois dos papas São Pedro, que reinou por cerca de trinta e sete anos, e Pio IX, que reinou por trinta e um anos. Foi o único Papa eslavo e polaco até a sua morte, e o primeiro Papa não-italiano desde o neerlandês Papa Adriano VI em 1522. João Paulo II foi aclamado como um dos líderes mais influentes do século XX. Com um pontificado de perfil conservador e centralizador, teve papel fundamental para o fim do comunismo na Polónia e talvez em toda a Europa, bem como significante na melhora das relações da Igreja Católica com o judaísmo, Islã, Igreja Ortodoxa, religiões orientais e a Comunhão Anglicana. (Nota da **IHU On-Line**)

Hayek em *Os fundamentos da liberdade*, concebeu os empresários como os “empreendedores” capazes de guiar o resto da sociedade.

Financeirização da existência

A contrapelo da figura do proletariado característica da tradição marxista, o neoliberalismo considera o empresário como a “vanguarda” da história que, como tal, a conduz e configura. Nesse sentido, o neoliberalismo é uma doutrina aristocrática, pois privilegia os “melhores”. Uma aristocratismos econômico, e não político, como se pode depreender a partir da tradição grega.

Essa cena mostra que, *no Chile, a vida está inteiramente financeirizada*. Todo um dispositivo *bioeconômico* encontrou aqui, graças à divisão permanente instigada pela dinâmica neoliberal (que incluiu a destruição dos sindicatos e de outras associações sociais), um terreno fértil para combinar processos financeiros bancários com a educação, a saúde e com o sistema de pensões, armando, desse modo, uma verdadeira rede a partir da qual o capital financeiro sai fortalecido às custas de todo o restante da população. Um exemplo é a saúde: a ditadura desenhou um sistema previdencial de saúde (a ISAPRE - sigla de “Instituições de Saúde Previdencial”) de caráter privado, que tornou possível a identificação completa da vida biológica com o cálculo econômico-financeiro.

A vida se subsume inteiramente ao cálculo financeiro. Não se trata só do cálculo referido ao padrão de acumulação keynesiana, no qual esse cálculo ainda estava sujeito à exigência comum representada, mal ou bem, pelo *katechón* estatal-nacional, mas por um padrão de acumulação de corte neoliberal, que, excedendo o keynesianismo (tomando de assalto as instituições financeiras que o próprio Keynes tinha desenhado, como, por exemplo, o FMI), acaba produzindo uma vida biológica inteiramente financeirizada, isto é, uma vida que se

comercializa na Bolsa mundial e se acumula nos bolsos de Wall Street. Uma vida desmaterializada a ponto de coincidir inteiramente com o fluxo do capital financeiro.

As doenças dos chilenos circulam todas aí. Ficar doente não é rentável, e, por isso, essas instituições mantêm um registro que chamam de “pré-existência” e que consiste em uma espécie de prontuário médico-policial das doenças de cada indivíduo. Com isso, avalia-se a rentabilidade da vida biológica de um indivíduo. Dispositivo que opera, em primeiro lugar, estabelecendo uma cesura de gênero, na qual, comparativamente, o plano de uma mulher de 35 anos é muito mais caro do que o de um homem da mesma idade, dada a sua possibilidade de gravidez. O fascismo aqui funciona estendido como racionalidade bioeconômica, procedimento burocrático sem fim, encravado não mais apenas a partir do padrão de acumulação keynesiana e do seu *nomos* estatal-nacional, mas também no novo padrão de acumulação flexível que caracteriza a geoeconomia neoliberal que o subsume (não o substituí, nem faz desaparecer o primeiro, mas o reconfigura no seu interior).

O fascismo militar de Pinochet se transformou nas lógicas bioeconômicas que atravessam a cotidianidade e cujas “marcas” se aprofundam ao financeirizar permanentemente a existência que aprofunda as formas de precarização da vida ou, o que é igual, a *destruição do seu habitar*.

IHU On-Line - Em que medida o totalitarismo como filho bastardo da Modernidade nos ajuda a compreender o recrudescimento do fascismo?

Rodrigo Karmy - Eu penso que “totalitarismo” é outra categoria complexa. Embora Hannah Arendt¹⁵

15 **Hannah Arendt** (1906-1975): filósofa e socióloga alemã, de origem judaica. Foi influenciada por Husserl, Heidegger e Karl Jaspers. Em consequência das perseguições nazistas, em 1941, partiu para os Estados Unidos, onde escreveu grande parte das suas obras. Lecionou nas principais universidades

não poderia ser considerada uma “liberal”, mas sim intempestiva e inteiramente fora dos marcos identitários com os quais a academia gosta de tranquilizar, a categoria de “totalitarismo” se converteu em uma categoria liberal que, sem dúvida, tem o perigo para as esquerdas de cair no humanismo que apela à “consciência”, à “razão” e no seu progressismo de tornar o mundo “mais humano”, deixando de lado a raiz do problema. Parece-me que se deveria entender que não se trata de “humanizar”, mas de criticar radicalmente não o “totalitarismo” de forma seca (assim como nem o “fascismo” de forma seca), mas o “revés” em que soberania e biopoder se articulam como a dobra sobre a qual se une o padrão de acumulação capitalista. Trata-se, para dizer de forma mais geral, não do “totalitarismo” nem do “fascismo”, mas do capitalismo como esse modo de produção orientado à destruição completa do habitar e que, como o próprio Benjamin indicou, constitui a nova forma de religião. Uma religião derivada das anteriores, sem dúvida, mas que será substancialmente diferente delas.

Pensar a partir de Benjamin o capitalismo como religião implica em advertir o modo pelo qual este converte todas as religiões anteriores em seus parasitas para, a partir daí, conceber o fascismo como um dos núcleos do seu operar. O capitalismo é uma religião sem salvação e que se baseia exclusivamente na produção incondicionado de culpa/dívida (*Schuld* é o termo

deste país. Sua filosofia assenta numa crítica à sociedade de massas e à sua tendência para atomizar os indivíduos. Preconiza um regresso a uma concepção política separada da esfera econômica, tendo como modelo de inspiração a antiga cidade grega. A edição mais recente da **IHU On-Line** que abordou o trabalho da filósofa foi a 438, *A Banalidade do Mal*, de 24-03-2014, disponível em <http://bit.ly/ihuon438>. Sobre Arendt, confira ainda as edições 168 da **IHU On-Line**, de 12-12-2005, sob o título *Hannah Arendt, Simone Weil e Edith Stein. Três mulheres que marcaram o século XX*, disponível em <http://bit.ly/ihuon168>, e a edição 206, de 27-11-2006, intitulada *O mundo moderno é o mundo sem política. Hannah Arendt 1906-1975*, disponível em <http://bit.ly/ihuon206>. (Nota da **IHU On-Line**)

usado por Benjamin com claras ressonâncias nietzschianas). O capitalismo contemporâneo segue nesse horizonte (não é verdade que só o capitalismo atual se dedica a produzir dívida/culpa, mas, desde sempre, o capitalismo não foi nada mais do que a sua produção incondicionada). Produção daquilo que, em seu discurso religioso, ainda se chama de “pecado”, o discurso jurídico denomina de “culpa” e, na época neoliberal, assume o nome econômico de “dívida” creditícia. Nesse sentido, o fascismo seria a força propulsora dessa estranha religião que chamamos de capitalismo; não a sua anomalia, mas o seu núcleo “necropolítico”, para utilizar a terminologia de Achille Mbembe¹⁶ e que nada mais é do que o quiasmo desse “revés” entre as duas racionalidades do poder indicado por Foucault. Sob essa luz, a mutação experimentada pelas religiões monoteístas na nova cena capitalista é fundamental: as diversas religiões são esvaziadas de conteúdo, pois ingressam em um novo horizonte de inteligibilidade em que perdem toda a sua eficácia simbólica consumando assim (e sendo consumidas por) seus dispositivos no novo modo de produção capitalista, essa nova “religião”.

O “deus” dinheiro

Desse modo, a religião se converte em um suporte do discurso fascista, que, pretendendo voltar a um passado mítico, de fato, derama todas as suas energias para promover o futuro do capital. Isso é, com efeito, o ISIS¹⁷, hoje, uma

¹⁶ **Joseph-Achille Mbembe**, conhecido como Achille Mbembe (1957): é um filósofo, cientista político, e intelectual público. Natural de Otélé, em Camarões Franceses, obteve seu Ph.D. na história na Universidade de Sorbonne, em Paris, França, em 1989. Ocupou nomeações na Universidade de Columbia em Nova York, Brookings Institution, em Washington, DC, da Universidade da Pensilvânia, Universidade da Califórnia, Berkeley, Universidade de Yale, Duke University e do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA), em Dakar, Senegal. (Nota da **IHU On-Line**)
¹⁷ **Estado Islâmico do Iraque e do Levante** (EIL) ou Estado Islâmico do Iraque e da Síria (EIS): é uma organização jihadista islamita de orientação Wahhabita que opera

grande empresa transnacional que comercializa petróleo, recruta trabalhadores de todo o globo que estão inteira e radicalmente identificados com ela e que, além disso, têm um caráter polifuncional: são guerrilheiros, comerciantes e piedosos. Tudo de uma vez. Por isso, são uns esnobes completos. A sua tecnologia espetacular atesta isso. A facticidade do capital não é mais do que a sua única religião, e, nisso, eles se parecem aos grandes capitalistas de Wall Street na sua economia, à polícia estadunidense no seu exercício do poder, e a Hollywood na sua produção midiática. O ISIS (Estado Islâmico), assim como os EUA, são a guerra civil global como forma de adoração última à última das religiões, o capitalismo, e ao último dos seus deuses, o dinheiro.

IHU On-Line - Em que sentido o estado de exceção e a biopolítica são as bases de sustentação de um pensamento fascista que é incapaz de dialogar e respeitar a alteridade?

Rodrigo Karmy - Como eu assinalava na primeira pergunta, para abordar as formas em que o fascismo opera e fazer desta uma categoria medianamente analítica, é fundamental identificar o funcionamento do “revés” entre soberania e biopoder. Esse quiasmo, esse cruzamento, essa dupla face do poder constitui o horizonte geral a partir do qual é possível indagar o modo pelo qual se pôde produzir a experiência fascista e a sua extensão contemporânea em suas formas neoliberais. Pois bem, a questão do “outro”, eu não a veria a partir do ponto de vista liberal que utiliza a

majoritariamente no Oriente Médio. Também é conhecido pelos acrônimos na língua inglesa ISIS ou ISIL. Em 29 de junho de 2014, o grupo passou a se autointitular simplesmente “Estado Islâmico”. Um califado foi proclamado, com Abu Bakr al-Baghdadi como seu califa, ainda que sem o reconhecimento pela comunidade internacional. O EIL afirma autoridade religiosa sobre todos os muçulmanos do mundo e aspira tomar o controle de muitas outras regiões de maioria islâmica, a começar pelo território da região do Levante, que inclui Jordânia, Israel, Palestina, Líbano, Chipre e Hatay, uma área no sul da Turquia. (Nota da **IHU On-Line**)

noção de “tolerância” e “diversidade”, dentre outros termos. Em vez disso, eu me focaria na aposta de um “outro” como uma vida concebida como potência comum.

Uma vida fora de si, jamais idêntica a si mesma, em uma difração tal que nunca pode ser contemporânea a si mesma. A vida não é alcançada em “si mesma”, porque, quando isso acontece, abre-se outro fluxo, outra passagem que impede a sua (auto) sutura. Ao ser potência, a vida carece de uma forma em particular e, no entanto, é capaz de devir em todas as formas possíveis. Por isso, não há vida sem imaginação, todas as vezes em que esta pode ser vista como um fluxo assubjetivo que oferece múltiplas formas àquilo que, por definição, carece dela.

A vida é imprópria e impessoal, pois não é de ninguém e não se refere a nenhuma pessoa em particular. De todos e de ninguém, ao mesmo tempo, a vida se escombra¹⁸ como radicalmente comum. Os dispositivos - e o capital como um dos mais importantes na atualidade - pretende fazer desta uma “propriedade”, seja sob a forma de uma “coisa” ou, mais especificamente, como uma “força de trabalho”. Captura o seu caráter medial. Captura os meios. Mas a dimensão medial da vida excede tais formas. Encontra a sua fuga, não se encaixa nas formas que a própria força do capital configura. E essa coincidência ameaça deslocar, todas as vezes, a sua lógica em uma dimensão absolutamente potencial e radicalmente escarnada.

Terror como paixão cotidiana

A vida nada mais é do que relação com o outro de si, um ser com em termos absolutos, aquilo inteiramente *an-árquico* que não obedece a nenhum princípio ou fim. Nesse sentido, vida é o termo para designar uma medialidade

¹⁸ Expressão em espanhol que tem o sentido de remover escombros de um lugar, limpar, desobstruir. (Nota da **IHU On-Line**)

(Agamben¹⁹) ou, o que é o mesmo, um modo de *habitar* (isto é, uma imanência entre vida e mundo). O fascismo é a captura total da vida e a privação do seu mundo. A captura a vida a priva do mundo e faz do mundo um “meio ambiente”. Ou, ao menos, a tentativa de captura total. Mas, como isso nunca é possível, então, o fascismo deve

19 **Giorgio Agamben** (1942): filósofo italiano. É professor da *Facoltà di Design e arti della IUAV* (Veneza), onde ensina Estética, e do *College International de Philosophie* de Paris. Formado em Direito, foi professor da *Università di Macerata*, *Università di Verona* e da *New York University*, cargo ao qual renunciou em protesto à política do governo estadunidense. Sua produção centra-se nas relações entre filosofia, literatura, poesia e, fundamentalmente, política. Entre suas principais obras, estão *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002), *A linguagem e a morte* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005), *Infância e história: destruição da experiência e origem da história* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006); *Estado de exceção* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007), *Estâncias – A palavra e o fantasma na cultura ocidental* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007) e *Profanações* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007). Em 04-09-2007, o sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU publicou a entrevista *Estado de exceção e biopolítica segundo Giorgio Agamben*, com o filósofo Jasson da Silva Martins, disponível em <http://bit.ly/jasson040907>. A edição 236 da IHU On-Line, de 17-09-2007, publicou a entrevista *Agamben e Heidegger: o âmbito originário de uma nova experiência, ética, política e direito*, com o filósofo Fabrício Carlos Zanin, disponível em <http://bit.ly/ihuon236>. A edição 81 da publicação, de 27-10-2003, teve como tema de capa *O Estado de exceção e a vida nua: a lei política moderna*, disponível para acesso em <http://bit.ly/ihuon81>. Em 30-06-16 o Prof. Dr. Castor Bartolomé Ruiz proferiu a conferência *Foucault e Agamben. Implicações Ético Políticas do Cristianismo*, que pode ser assistida em <http://bit.ly/29j12pl>. De 16-03-2016 a 22-06-2016 Ruiz ministrou a disciplina de Pós-Graduação em Filosofia e também validada como curso de extensão através do IHU intitulada *Implicações ético-políticas do cristianismo na filosofia de M. Foucault e G. Agamben. Governamentalidade, economia política, messianismo e democracia de massas*, que resultou na publicação da edição 241^a dos *Cadernos IHU Ideias*, intitulado *O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno*, que pode ser acessada em <http://bit.ly/1Yy07S7>. Para 23 e 24-05-2017 o IHU realizará o *VI Colóquio Internacional IHU – Política, Economia, Teologia. Contribuições da obra de Giorgio Agamben*, com base sobretudo na obra *O reino e a glória. Uma genealogia teológica da economia e do governo* (São Paulo: Boitempo, 2011. Tradução de: *Il regno e la gloria. Per una genealogia teológica dell'economia e del governo*. Publicado originalmente por Neri Pozza, 2007). (Nota da IHU On-Line)

inventar inimigos: o “outro” aparece como o delinquente que, sendo quase sempre de classe baixa, imigrante, pobre e marginal, ameaça o caráter sagrado da propriedade. Produz-se, assim, não mais o medo da era clássica (Hobbes²⁰), mas o terror como uma paixão cotidiana que, por sua vez, implemente a exceção cotidiana.

Nesse plano, parece-me que o conflito decisivo do nosso tempo é jogado entre duas noções de anarquia: entre a anarquia imposta pelo capital como última forma de gestão imperial e a anarquia do ser-com, que administra populações contra aquela que reivindica uma vida comum ou, para recuperar uma terminologia proposta por Hamid Dabashi²¹ no seu livro *The arab spring. The end of postcolonialism* [A primavera árabe. O fim do pós-colonialismo]: entre um *ethnos* que reivindica o sectarismo da guerra civil global como articulação da anarquia capitalista e o *ethos* como aposta no poder comum que restitui à vida a sua medialidade e desfaz os sectarismos em um novo “cosmopolitismo mundano” (Dabashi).

IHU On-Line - Quais são os limites e possibilidades da democracia num cenário de crescente intolerância e submissão a mecanismos econômicos e jurídicos?

20 **Thomas Hobbes** (1588–1679): filósofo inglês. Sua obra mais famosa, *O Leviatã* (1651), trata de teoria política. Neste livro, Hobbes nega que o homem seja um ser naturalmente social. Afirma, ao contrário, que os homens são impulsionados apenas por considerações egoístas. Também escreveu sobre física e psicologia. Hobbes estudou na Universidade de Oxford e foi secretário de Sir Francis Bacon. A respeito desse filósofo, confira a entrevista *O conflito é o motor da vida política*, concedida pela Profa. Dra. Maria Isabel Limongi à edição 276 da revista **IHU On-Line**, de 06-10-2008. O material está disponível em <http://bit.ly/ihuon276>. (Nota da IHU On-Line)

21 **Hamid Dabashi** (1951): professor de Estudos Iranianos e Literatura Comparada na Universidade de Columbia, em Nova Iorque. É autor de mais de vinte livros, entre eles *Theology of discontent; The arab spring. The end of postcolonialism* [A primavera árabe. O fim do pós-colonialismo]. (Nota da IHU On-Line)

Rodrigo Karmy - É uma pergunta-chave, porque é o que nos permite refletir sobre a democracia, como eu acabei dizendo no fim da primeira pergunta. Por essa razão, o primeiro que eu faria, seria advertir o quão problemático é continuar pensando com base no binômio “democracia-ditadura”. Em vez disso, é preciso desativar tal binômio em função de mostrar que não se trata de salvar a “democracia”, mas sim desarticular as formas “religiosas” do capitalismo. Nesse contexto, o termo “democracia” também é um termo *sagrado* que faz sistema sagrado com o seu contrário, a “ditadura”. Isso não me parece estranho se considerarmos o fato de que o termo “democracia”, talvez, constitui o último suporte do discurso imperial.

Desde 1492, o eixo hispano-português assumiu a forma da “evangelização”, depois, houve um revezamento com a entrada do eixo franco-britânico em que a missão se articulou com base no termo “civilização”, e, finalmente, no revezamento que compromete os EUA e a Otan, este se projeta como a “democratização”. Esse périplo mostra que, do ponto de vista da razão imperial, “democracia” é um termo *sagrado*, que, como tal, foi capturado pela racionalidade geoeconômica global. Sob essa luz, o termo “democracia” foi capturado pelos mesmos que não têm pelos na língua para destruí-la e, como aconteceu no meu país, convertê-la em um novo aparato em que se extinguem os seus privilégios. Nesse registro, Evangelização-Civilização-Democratização configuram a trama imperial do Ocidente que, articulada com base na matriz pastoral, acabou fazendo da “democracia” a sua última e verdadeira “missão”.

Profanação democrática

Mas o termo “democracia” - assim como nenhum outro termo - não está totalmente perdido. Os milhares de movimentos populares em nível global a reivindicam. Com isso, subtraem-na da aura de

sacralidade a que ela foi cominada *profanando-a* em uma interrupção radical contra as formas em que se cristaliza a anarquia do capital global. *Profanar* a democracia significa, nesse sentido, interromper a sua captura aurática, extraí-la da "vitrine" a que as grandes corporações a reduziram, dar-lhe um novo *uso* que impeça o seu fechamento teológico. *Profanar* a democracia e fazer da democracia um trabalho político de profanação significa restituir a medialidade da vida ou, o que é o mesmo, fazer *a experiência de um habitar* em que o *ethos* da população se dissemina no *ethos* de uma vida comum.

Nesse sentido, a palavra que Michel Temer pronunciou ao assumir o cargo da presidência temporária do Brasil é inquietante: "confiança". Iniciar um governo com esse termo é uma declaração explícita em favor do neoliberalismo. É uma das suas palavras prediletas. "Confiança" não é um termo político nem democrático, mas um termo teológico e financeiro. Esse é o sintoma.

IHU On-Line - Por outro lado, qual é a influência da mentalidade corporativista, empresarial e financeirista no aprofundamento dos ódios e intolerâncias sob a roupagem de legalidade?

Rodrigo Karmy - Benjamin dizia por aí que o "assombro porque as coisas que vivemos sejam 'ainda' possíveis no século XX *não* é nenhum assombro filosófico". Nesse sentido, se o núcleo do modo de produção capitalista é a guerra, por que nos surpreendemos com os exercícios "excepcionalistas" e os seus adornos literalmente racistas? O "assombro" é sintomático do "humanismo" que ainda tem esperança em uma razão, consciência, sujeito ou pessoa. Penso que devemos nos desmarcar desses termos e do historicismo que eles trazem acoplado. Em vez disso, devemos nos voltar para uma crítica radical do "humanismo" e "assombrarmos", ao contrário, de que o "assombro" frente a esse tipo de coisas ainda seja possível. Enquanto a

anarquia do capital ainda continue em vigor, as "intolerâncias" vestidas de "legalidade", mas também as "legalidades" abertamente intolerantes (por exemplo, a proibição de usar o véu no espaço público francês) serão inteiramente possíveis.

IHU On-Line - Acredita que está havendo uma redução do espaço político/público nas democracias tendo em vista essa conjuntura? Por quê?

Rodrigo Karmy - Sim, porque a própria dinâmica daquilo que chamamos de "democracia" está articulada como expansão do capital. Essa expansão, promovida pelo novo padrão de acumulação neoliberal, privatizou toda a vida social. Nesse sentido, é preciso trabalhar por uma profanação da democracia e exibir, assim, a democracia não mais como *telos* histórico, mas como uma potência comum capaz de interromper a destruição capitalista em favor de uma restituição do *habitar*. Chamo de "habitar" a imanência entre vida e mundo (não só a vida "humana", mas toda a vida) que o processo de acumulação capitalista se orienta em destruir permanente e sistematicamente. "*Habitar*" é *fazer a experiência de um meio*. Por isso, sempre se habita em um meio. Um meio pode ser de um poema até uma casa, de um vestido até um país, de um bicho de pelúcia usado por uma criança a uma praça povoada de manifestantes.

Não acredito, nesse sentido, que estamos vivendo na época daquilo que foi denominado de "antropoceno", mas na do "capitalismoceeno", em que a vida em geral passou a ser desabitada pelo modo de produção capitalista. O capitalismo é o nome não só de um sistema econômico, mas também de um modo de *destruição do habitar*, ou, o que é igual, de uma captura sistemática dos meios. Não é o "homem" em geral, mas sim o modo de produção capitalista. Talvez, o ecologismo não pode enfrentar esse problema, porque ainda se sustenta com base em um "humanismo" (inclu-

sive, um "humanismo" estendido aos animais, como aquele de Peter Singer²², que pretende convertê-los em sujeitos de direito, sem pôr em questão a racionalidade do próprio direito). Como eu assinalei antes, o projeto geoeconômico do capitalismo atual consiste na transformação da potência comum dos povos em um conjunto de seres estatisticamente administráveis que define a população. A redução do "espaço público" deve ser vista como a *destruição do habitar* ou, se se quiser, a destruição de um meio.

Habitar os meios

A figura do refugiado, por exemplo, nos mostra a radicalidade dessa destruição: a vida ficou privada de mundo, e o mundo, por sua vez, ficou extinto de vida. Uma vida sem mundo e um mundo sem vida significam fazer da vida um simples corpo, e o mundo, um "meio ambiente". Destruir o habitar, portanto, envolve converter os povos em populações, privando assim a vida da sua dimensão constitutivamente comum. Pelo termo "habitar", eu não entendo senão o que está em jogo em um meio como lugar. "Habitar" é fazer a experiência de um meio. Um "objeto transicional" como aquele descoberto por Winnicott²³ em relação às crianças que

²² Peter Singer (1946): filósofo australiano. Concedeu entrevista na edição 191 da **IHU On-Line**, de 14-08-2006, intitulada *Por uma ética do alimento. Sobriedade e Compaixão*, em <http://bit.ly/ihuon191>. Singer é autor, entre outros, de *The way we eat. Why our food choices matter?* (New York: Rodale, 2006). (Nota da **IHU On-Line**)

²³ Donald Woods Winnicott (1896-1971): pediatra e psicanalista inglês. Para Winnicott, cada ser humano traz um potencial inato para amadurecer, para se integrar; porém, o fato de essa tendência ser inata não garante que ela realmente vá ocorrer. Isto dependerá de um ambiente facilitador que forneça cuidados que precisa, sendo que, no início, esse ambiente é representado pela mãe suficientemente boa. É importante ressaltar que esses cuidados dependem da necessidade de cada criança, pois cada ser humano responderá ao ambiente de forma própria, apresentando, a cada momento, condições, potencialidades e dificuldades diferentes. Segundo esse autor a mãe suficientemente boa (não necessariamente a própria mãe do bebê) é aquela que efetua uma adaptação ativa às necessidades do bebê, uma adaptação que diminui gradativamente, segundo a capacidade deste em

vai desde um pequeno objeto que a criança investe de fantasia até a Praça Tahrir²⁴ no Egito, em que fluiu a imaginação, são diferentes “meios” em que habitamos. Porque imaginar é uma experiência mediana, por definição. O modo de produção capitalista destrói os meios, captura-os e impede o habitar. O niilismo do capital que se entronca com a imagem nietzschiana do “deserto” remete à destruição dos meios: o campo de concentração ou a contaminação das águas e do ar são formas de tal destruição, todas as vezes em que “água” e “ar” não são simples elementos químicos, mas meios muito precisos em que *habitamos* permanentemente.

IHU On-Line - Em termos de América Latina, pode-se falar num “giro à direita” nas sociedades e nos governos? Por quê?

Rodrigo Karmy - Sobre a América Latina, eu só posso falar de forma muito aproximada, porque o meu trabalho não esteve totalmente dedicado a pensar a nossa região. Penso, no entanto, que os trabalhos de Oscar Ariel Cabezas²⁵,

aquilatar o fracasso da adaptação e em tolerar os resultados da frustração. (Winnicott, 1971). (Nota da IHU On-Line)

24 Praça Tahrir (cujo equivalente latino é “Praça da Libertação”): é a maior praça pública no centro de Cairo, Egito. Originalmente chamada Praça de Ismail, em honra a Ismail Paxá, vice-rei (quevedu) do Egito no século XIX, que comissionou o projeto arquitetônico do novo distrito central da capital egípcia na década de 1860. Depois da Revolução Egípcia de 1952, quando o Egito deixou de ser uma monarquia constitucional e tornou-se uma república, a praça passou a se chamar midan al-tahrir, praça da libertação. Em janeiro de 2011, a Praça Tahrir foi o ponto focal da revolta contra o presidente egípcio Hosni Mubarak. Em torno de 15 mil pessoas tomaram a praça em 25 de janeiro e estima-se que em torno de 250 mil pessoas tenham participado das manifestações no dia 31 de janeiro. No dia 1º de fevereiro foi convocada uma “Marcha de um Milhão” para ocupar a praça Tahrir. A rede de TV Al Jazeera estima que mais de 2 milhões de pessoas estavam na praça no início das manifestações. Em 11 de fevereiro de 2011, depois de 30 anos, Hosni Mubarak renuncia ao poder. A Praça Tahrir, palco das manifestações que ensejaram a queda do governo, vira cenário em que milhares de egípcios comemoram o desfecho da revolta. (Nota da IHU On-Line)

25 Oscar Ariel Cabezas: professor de Literatura e Cultura Hispanoamericana na Universidade British Columbia (Vancouver,

Rita Segato²⁶, Silvia Rivera Cusicanqui²⁷, Gladys Tzul²⁸, Verónica Gago²⁹, Vladimir Safatle³⁰ ou Boa-

Canadá). É doutor em Literatura e Cultura Hispanoamericana de Duke University (Durham, EUA). Em 2012 publicou *Postsobranía. Literatura, política y trabajo* (Buenos Aires: La Cebra, 2013. 296 páginas). (Nota da IHU On-Line)

26 Rita Segato: professora e pesquisadora do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB). Uma das linhas de pesquisa que desenvolve refere-se à religião e à sociedade. Seu projeto atual de pesquisa se chama *Os movimentos Religiosos no Mundo Contemporâneo*. Entre suas publicações estão: *Santos e Daimones: O Politeísmo Afro-Brasileiro e A Tradição Arquetipal*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1995 e *El Culto Xangô de Recife* (SEGATO, Rita Laura; CARVALHO, J. J.; Caracas: Centro de Culturas Populares Tradicionales, 1987). (Nota da IHU On-Line)

27 Silvia Rivera Cusicanqui (1949): socióloga aimara ativista, teórica contemporânea e historiadora boliviana, professora emérita da Universidade Mayor de San Andrés. Investiga a teoria anarquista, assim como as cosmologias quechua e aimara. Foi diretora e membro co-fundadora do Taller de História Oral Andina. Também é ativista que trabalha diretamente com os movimentos indígenas da Bolívia e os movimentos tupacatarista e dos cocaleros. (Nota da IHU On-Line)

28 Gladys Tzul: filósofa feminista da comunidade de Tonicapán, originária da comunidade de Paquí, ascendente da cultura maya, na Guatemala. É doutoranda em Sociologia pela Benemérita Universidade Autónoma de Puebla. (Nota da IHU On-Line)

29 Verónica Gago: cientista política e doutora em Ciências Sociais na Universidad de Buenos Aires, onde leciona Economia Internacional e Culturas Latinoamericanas. É docente na Idaes/Unsam. Trabalhou em diversos periódicos: Página/12, El Porteño, 3 puntos, TXT, Debate, Brecha, e participa da publicação independente Tinta Limón. Publicou os livros *Controversia. Una lengua del exilio* (Biblioteca Nacional, 2012) e “La razón neoliberal. Economías barrocas y pragmática popular” (Tinta Limón, 2014). (Nota da IHU On-Line)

30 Vladimir Pinheiro Safatle (1973): filósofo, professor no Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo – USP. É filho de Fernando Safatle e Ilmeide Tavares Pinheiro, militantes da Aliança Libertadora Nacional que tiveram que deixar o país natal, o Chile, quando o ditador Augusto Pinochet assumiu o poder. Nascido em Santiago, Vladimir veio para o Brasil com poucos meses de vida. Por isso se considera brasileiro. É mestre em Filosofia pela USP e doutor em Filosofia pela Universidade Paris VIII. Em 09-06-16 o Prof. Dr. Nythamar de Oliveira, da PUCRS, esteve no IHU falando sobre O Circuito dos Afetos. Corpos Políticos, desamparo e o Fim do Indivíduo. Discussão do livro de Vladimir Safatle, cuja entrevista poderá ser conferida na edição especial sobre Baruch Spinoza, a ser publicada em breve pela revista IHU On-Line. O próprio Safatle falou sobre sua obra em 15-06-2016, em evento intitulado *O Circuito dos Afetos. Corpos Políticos, desam-*

ventura Sousa Santos³¹ têm a profundidade da que eu careço para responder à sua pergunta. O único que eu tentaria seria apenas uma apreciação geral, desculpando-me de antemão pela própria generalização que desatende as singularidades dos processos.

A América Latina passou por uma época militar-neoliberal frente a qual os movimentos sociais, e somente eles, deram uma resposta. Uma resposta que teve o seu acontecimento central em 2001, com a queda de De la Rúa³² e a enorme crise política e financeira da Argentina. A partir daí, várias foram as mudanças: na Venezuela, Chávez³³

paro e o Fim do Indivíduo, cuja entrevista *O Brasil na era dos esgotamentos da imaginação política. Uma nação de zumbis que têm na melancolia seu modo de vida* pode ser lida em <http://bit.ly/29C1Xig>. A última conferência sua proferida no IHU em 15-07-2016 está disponível em <http://bit.ly/2aLtmIS> (Nota da IHU On-Line)

31 Boaventura de Sousa Santos (1940-): doutor em Sociologia do Direito pela Universidade de Yale, Estados Unidos, e professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal. É um dos principais intelectuais da área de ciências sociais, com mérito internacionalmente reconhecido, tendo ganho especial popularidade no Brasil, principalmente depois de ter participado nas três edições do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Confira a entrevista *O Fórum Social Mundial desafiado por novas perspectivas*, concedida por Boaventura ao sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU em 30-01-2010, disponível em <http://bit.ly/BoaventuraIHU>. (Nota da IHU On-Line)

32 Fernando de La Rúa: presidente da Argentina de 1999 a 2001. Advogado por profissão, sucedeu Carlos Menen e teve como sucessor Ramón Puerta. Em 1996, Fernando de La Rúa tornou-se no primeiro presidente de câmara de Buenos Aires a ser eleito por voto popular. Manteve-se no cargo até 1998, altura em que decidiu candidatar-se, em representação da Aliança para o Trabalho, Justiça e Educação, às eleições presidenciais argentinas. (Nota da IHU On-Line)

33 Hugo Chávez Frías (1954–2013): político e militar venezuelano, tendo sido o 56.º presidente da Venezuela, governando por 14 anos desde 1999 até sua morte em 2013. Líder da Revolução Bolivariana, Chávez advogava a doutrina bolivarianista, promovendo o que denominava de socialismo do século XXI. Chávez foi também um crítico do neoliberalismo e da política externa dos Estados Unidos. Oficial militar de carreira, Chávez fundou o Movimento Quinta República, da esquerda política, depois de capitanear um golpe de estado mal-sucedido contra o governo de Carlos Andrés Pérez, em 1992. (Nota da IHU On-Line)

ganhou; na Bolívia, Morales³⁴ ganhou; no Paraguai, Lugo³⁵; no Brasil, Lula³⁶; no Equador, Correa³⁷ (e, no Chile, curiosamente, nada,

34 Juan Evo Morales Ayma (1959): Líder sindical dos cocaleiros – agricultores que cultivam a coca, cuja folha é utilizada em chás, mascada, segundo a tradição indígena do partido Movimento para o Socialismo (MAS em língua castelhana) – IPSP (Instrumento Político pela Soberania dos Povos). Evo Morales destacou-se ao resistir os esforços do governo dos Estados Unidos para substituição do cultivo da coca, na província de Chapare, por bananas, originárias do Brasil. De orientação socialista, o foco do seu governo tem sido a implementação da reforma agrária e a nacionalização de setores-chaves da economia, contrapondo-se à influência dos Estados Unidos e das grandes corporações nas questões políticas internas da Bolívia. (Nota da IHU On-Line)

35 Fernando Armino Lugo de Méndez (1951): Em 17 de abril de 1994, de regresso ao Paraguai, foi nomeado bispo da diocese de San Pedro, uma das regiões mais pobres do país, pelo papa João Paulo II, em 1994. Adepto da Teologia da Libertação, Lugo é próximo do brasileiro Frei Betto e admirador de Leonardo Boff e de dom Hélder Câmara. Foi membro da Conferência Episcopal Paraguaia e da equipe de Reflexão Teológica do Conselho Episcopal Latino-Americano.. (Nota da IHU On-Line)

36 Luiz Inácio Lula da Silva [Lula] (1945): Trigésimo quinto presidente da República Federativa do Brasil, cargo que exerceu de 2003 a 1º de janeiro de 2011. É cofundador e presidente de honra do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1990, foi um dos fundadores e organizadores do Foro de São Paulo, que congrega parte dos movimentos políticos de esquerda da América Latina e do Caribe. Foi candidato a presidente cinco vezes: em 1989 (perdeu para Fernando Collor de Mello), em 1994 (perdeu para Fernando Henrique Cardoso) e em 1998 (novamente perdeu para Fernando Henrique Cardoso), e ganhou as eleições de 2002 (derrotando José Serra) e de 2006 (derrotando Geraldo Alckmin). Lula bateu um recorde histórico de popularidade durante seu mandato, conforme medido pelo Datafolha. Programas sociais como o Bolsa Família e Fome Zero são marcas de seu governo, programa este que teve seu reconhecimento por parte da Organização das Nações Unidas como um país que saiu do mapa da fome. (Nota da IHU On-Line)

37 Rafael Vicente Correa Delgado (1963): economista e político equatoriano, atual presidente de seu país. Criado numa família de classe média na cidade portuária de Guayaquil, Correa ganhou bolsas para estudar na Europa e nos Estados Unidos. Economista, foi assessor do ex-presidente Alfredo Palacio durante suas funções como vice-presidente. Depois, foi ministro de Economia e Finanças no início da gestão de Palacio na presidência, entre abril e agosto de 2005, após a destituição de Lucio Gutiérrez. Renunciou ao cargo por discordar da política presidencial. É casado com Anne Malherbe. Durante sua gestão propôs uma postura nacionalista, oposta aos organismos multilaterais como o Banco Mundial e o FMI, e a favor de uma maior partici-

porque, dentre outras coisas, o sistema político expressado na Constituição 1980 o impede) etc. Mas todos esses governos ganharam graças aos movimentos que lhes deram apoio e vida. No entanto, tenho a impressão de que se “estalizaram” e abandonaram os próprios movimentos que os haviam apoiado. Nesse sentido - também não é nada mais do que uma impressão - o seu objetivo se focou em estabelecer um circuito alternativo para a circulação do capital em contrapelo àquele dominado pelos EUA.

Nisso, eu sigo as palavras de Sousa Santos proferidas em uma recente entrevista: *não mudar o modo de produção de corte extrativista*, mas o aumentar, aproveitando a elevação das matérias-primas promovida pela China. Com isso, afastaram-se dos movimentos e comunidades que lhes deram origem, abrindo conflitos graves com eles e, abrindo um canal alternativo para a circulação do capital que não passava necessariamente pelos EUA e pelo FMI, diversificaram-no sob uma estética “folk” (latino-americanista).

Insuficiência teórica

Isso não significa que esses governos não foram importantes na articulação e defesa dos espaços públicos, na extensão de direitos civis de muitos grupos e comunidades que jamais tiveram nem voz, nem voto, e no retrocesso das políticas neoliberais aplicadas ao pé da letra durante os anos 1980 (pense-se nas novas constituições redigidas na Bolívia, Venezuela ou Equador, por exemplo). No entanto, tudo isso foi possível pela articulação dos movimentos que lhes deram apoio e que, progressivamente, foram abandonados em favor de uma opção extrativista que, em muitos casos, acabou apelando a um “nacionalismo” de corte anti-imperialista, a partir do qual se alimentou a circulação “folk” do capital.

pação do Estado na exploração do petróleo. (Nota da IHU On-Line)

Acredito que a atual distância de muitos dos movimentos - e intelectuais - que apoiaram esses governos, em uma primeira instância, tem a ver com o fato de terem visualizado esse problema que, agora, começava a atentar contra as suas próprias comunidades. Entre uma direita sempre à espreita e alguns movimentos deslocados pela própria força das lógicas extrativistas aplicadas pelo Estado, os governos “progressistas” parecem ter ficado sozinhos. E o triunfo eleitoral das direitas (por exemplo, na Argentina, que é precisamente um dos lugares onde se acendeu a centelha em 2001) sintomatiza o escanteio dos governos que se institucionalizam. Nesse sentido, parece-me fundamental propor que o problema do “segundo tempo” dos governos progressistas não pode ser concebido exclusivamente como um assunto de conjuntura econômica, mas, sobretudo, como um problema teórico.

Entendendo, contra a facticidade contemporânea que insiste que os problemas teóricos estão “afastados” da vida comum, que um problema de crítica teórica é um problema essencialmente político. Aqui, houve um problema teórico que foi pago politicamente. Um problema teórico que não transformou o modelo “extrativista”. E a pergunta é: por que não se mudou tal modelo? Que diagnóstico teórico foi feito para que ele se perpetuasse? Eis aqui as perguntas que me parecem cruciais. Eu me pergunto se essa insuficiência teórica (insuficiência que, talvez, era impossível de diagnosticar nesse momento) não terá sido porque a esquerda intelectual só pensou na restituição da soberania política (leitura de Schmitt), deixando de lado o diagnóstico das condições materiais de produção do capitalismo contemporâneo.

Golpes de precisão “democrática”

É aqui onde não só a direita em sua dimensão partidária, mas, acima de tudo, em seus poderes

fáticos, encontrou a sua oportunidade. Oportunidade fática que transformou a lógica dos golpes de Estado que haviam sido dados na América Latina. Para um golpe de Estado, já não é necessário um levante militar. Basta o jogo que oferece a própria “democracia” e, no caso do Brasil, basta transformar os meios de comunicação em um verdadeiro partido político “reacionário”, como disse Safatle. O antecedente imediato foi o modo pelo qual o presidente Lugo foi destituído no Paraguai e o presidente Zelaya em Honduras. Dois “golpes” executados com a precisão da “democracia”, que, parece-me, converteu-se o novo modelo seguido pelos poderes fáticos. Já não é necessário trazer os militares, basta a lógica das democracias para agir.

Seja em sua forma judicial-midiática (Rousseff³⁸), policial (Correa, que não deu resultados) ou parlamentar (Lugo). Os poderes fáticos entenderam que a democracia era a cena mais eficaz não só para conservar o poder, mas também para articulá-lo em seu favor. O modelo para exercer a facticidade é a democracia, e não mais a ditadura. E é aí em que a questão da “assinatura” de Pinochet e Lagos a que eu me referia algumas perguntas atrás é central como modelo: é a “democracia” que traz consigo a facticidade militar-financeira, é a “democracia” como última forma de gestão imperial que torna possível o triunfo dos poderes fáticos. Nesse sentido, vivemos uma luta pela apropriação da democracia: esta será entendida como legitimação incondicional do capital global ou como a aposta dos povos em articular a sua potência comum. Eis

38 **Dilma Rousseff** (1947): economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores-PT, presidente do Brasil de 2011 (primeiro mandato) até 2016 (segundo ano de seu segundo mandato). Dilma deixou a presidência, em 11 de maio de 2016, com a aceitação pelo Senado da abertura do processo de investigação a que foi submetida. Durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu a chefia do Ministério de Minas e Energia e posteriormente da Casa Civil. (Nota da **IHU On-Line**)

aí a necessidade da profanação da democracia como uma política orientada à restituição do seu poder comum e, portanto, como subtração da sua sutura aurática oferecida pelo capital global. Contudo, o “giro à direita” que você assinala implica o retorno - se é que alguma vez ele foi embora de verdade - com glória e majestade do Fundo Monetário Internacional ao continente (como indicou Macri³⁹ na Argentina e como se adverte nas palavras usadas por Temer ao assumir a presidência interina).

Mas eu voltaria ao problema da crítica teórica: até que ponto esse “giro à direita” já se anunciava na segunda etapa dos diferentes governos de esquerda aqui referidos? Não é urgente fazer uma crítica teórica (aí onde o teórico é radicalmente político) dos “segundos tempos” em que se produziu a distância?

IHU On-Line - Qual é o peso da despolitização nesse cenário, pensando nas democracias aclamatórias e de massas, como refilete Agamben?

Rodrigo Karmy - É um fator chave, sem dúvida. Embora eu tenha reticências em falar de “despolitização”.

“Liberdade” é o termo para designar a decisão corporativo. Ao contrário, parece-me que o projeto neoliberal não despolitiza, mas *politiza a própria economia*. Ao fazer essa operação, ele desbarata e esvazia todos os dispositivos com os quais se nutriu a política articulada a partir do *nomos* estatal-nacional. Despolitiza todo um conjunto de dispositivos para politizar outros: a economia, precisamente. E o termo fundamental que ele usa para tal politização é o de “liberdade”. A minha hipótese é de que o termo “liberdade”, nos teóricos

39 **Mauricio Macri** (1959): engenheiro civil, político, executivo, empresário, que assumiu como presidente da Argentina em dezembro de 2015. Anteriormente, foi deputado nacional pela Cidade Autônoma Buenos Aires entre 2005 e 2007 e chefe de governo do mesmo distrito por dois mandatos (2007-2011; 2011-2015). (Nota da **IHU On-Line**)

neoliberais, é o *análogo* (não igual, mas análogo) ao de soberania nos filósofos modernos. “Liberdade” é o termo para designar a decisão corporativa-financeira do capital. Ou, como bem mostrou Elettra Stimilli⁴⁰, é o “operador” cristão da nova governamentalidade neoliberal. Sob essa luz, o exercício governamental reconfigurou o que chamamos de “política”, mas continua sendo radicalmente político, na medida em que implica a devastação total da nossa vida comum. Uma política orientada a produzir populações. Uma política orientada a estruturar uma ordem. Uma política, no fim, que decide o destino do Estado e que, no seu operar microfísico, estabelece o dinheiro como o vínculo político por excelência (ou seja, alguém poderá ingressar neste ou naquele lugar somente se tiver dinheiro). Essa politização extrema do mercado alcança a sua figuração completa na produção espetacular. Nesse sentido, o dispositivo da “aclamação”, que, para o fascismo clássico, ainda era operado a partir do Estado, se desloca definitivamente para os meios de comunicação de massas para configurar aquilo que Guy Debord chamou de “sociedade do espetáculo”.

Universidade corporativo-financeira

Essa também é uma política orientada à destruição da potência comum da linguagem (aquilo que alguns teóricos chamaram de “capitalismo cognitivo”) e à sua rentabilidade individualizante. Nesse sentido, a Universidade se transformou em um novo campo do capitalismo financeiro.

O “saber” coincide hoje inteiramente com o “capital”, e a outrora Universidade estatal-nacional se vê desabilitada em suas lógicas pela

40 **Elettra Stimilli**: filósofa italiana, docente na Escola Normal Superior de Pisa, Itália, no Departamento de Filosofia. É autora de *Debito e colpa* (Ediesse: Roma, 2015), *Il debito del vivente. Ascesi e capitalismo* (Quodlibet: Macerata, 2011) e *Jacob Taubes. Sovranità e tempo messianico* (Morcelliana: Brescia, 2004). (Nota da **IHU On-Line**)

Universidade corporativo-financeira. Se voltarmos ao nascimento da Universidade na cultura ocidental, devemos atentar para o conjunto de lutas que atravessaram aqueles que defendiam o caráter “comum” de tal espaço e aqueles que reivindicavam sua natureza “corporativa”. Os primeiros leram Averróis⁴¹ e assumiram uma tese acerca do intelecto comum que lhes permitia legitimar a filosofia como discurso frente à teologia propiciada pela Igreja Católica que insistia na natureza individual de tal intelecto. Nesse sentido, temos que nos perguntar se a universidade corporativo-financeira não é a herdeira direta dos teólogos, na medida em que se orienta à captura do intelecto comum em virtude de sua capitalização corporativa.

Uma revolta universitária jamais pode ser apenas universitária. É, acima de tudo, uma revolta do comum (e não “pelo” comum, como se este fosse um ideal a ser realizado, que requer o “sacrifício” para alcançá-lo). A revolta do comum implica em desativar o horizonte teleológico da “filosofia da história do capital”, como propõe Sergio Villalobos-Ruminott⁴², e impugnar

41 **Averróis** (1126-1198): filósofo e físico árabe, também conhecido pelo nome de Averróis, um dos maiores conhecedores e comentaristas de Aristóteles. Aliás, o próprio Aristóteles foi redescoberto na Europa graças aos árabes, e os comentários de Averróis muito contribuíram para a recepção do pensamento aristotélico. Averróis também se ocupou com astronomia, medicina e direito canônico muçulmano. Confira a entrevista concedida por Rodrigo Karmy, intitulada *Agamben leitor de Averroes e as condições de uma “política da inoperosidade”*, disponível em <http://bit.ly/1ALhgyt>. (Nota da **IHU On-Line**)

42 **Sergio Villalobos-Ruminott**: filósofo chileno, professor associado de Estudos Espanhóis e Latino Americanos da Universidade de Michigan, Estados Unidos, e autor de *Soberanías en suspenso: imaginación y violencia en América Latina* (La Cebra, 2013), onde se analisam as implicações do conceito de soberania no pensamento, assim como nas diversas formas culturais, literárias e artísticas do Chile da pós-ditadura. Na década de 1990 participou de intensos debates em torno da chamada “transição chilena à democracia”, junto de pensadores como Willy Thayer, Nelly Richard, Federico Galende, Pablo Oyarzún, que colocaram sob suspeita a euforia transicional predicada em processos de valorização do capital global em novas formas de consumo. Editou as conferências de Ernesto Laclau no Chile, intitulado *Hegemo-*

o projeto geoeconômico, abrindo o fluxo imaginal.

É aqui onde um “averroísmo” é crucial: frente à maquinaria teológico-governamental do espetáculo, que acabou convertendo a imagem em signo, a aposta “averroísta” busca abrir o fluxo imaginal sem ser capturado por qualquer “transcendental”, como a consciência, sujeito ou a noção de pessoa. É aí onde a tarefa intelectual tem o seu lugar: o intelectual, parece-me, não está aí para dizer aos povos o que devem fazer, mas para dar curso a imagens que permitam entender - isto é, *habitar* - o presente. O intelectual tem uma tarefa de composição de imagens antes que de acumulação do saber. Tarefa cinematográfica antes que especulativa. Tarefa que ele compartilha - sem se identificar - com o poeta, com o diretor de cinema ou com o pintor.

IHU On-Line - Estaríamos vivendo democracias sem “demos”? Por quê?

Rodrigo Karmy - Há uma cena do filme “Intervenção divina”, do diretor palestino Elia Suleiman⁴³, que me parece fundamental para responder a sua pergunta. Suleiman aparece como ator mudo, dirigindo um carro a toda a velocidade. De repente, tira um pêssego e começa a comer enquanto dirige. O personagem mantém o seu olhar diante de uma rodovia vazia e em meio a um som homogêneo como o do motor que vai a toda a velocidade pela infinitude da rodovia. Em um momento, ele termina de comer o pêssego e joga o caroço pela janela. O caroço atinge um tanque israelense estacionado na beira da estrada. E explode subitamente em mil pedaços. Eu acho que essa cena mostra outro modo

nia y Antagonismo (Cuarto Propio, 2002), e anos depois concluiu sua tese *Literatura latinoamericana y razón imperial: habitar el espacio literario después de la ciudad letrada*, na Universidade de Pittsburgh. (Nota da **IHU On-Line**)

43 **Elia Suleiman** (1960): diretor de cinema palestino. É conhecido por seus filmes *Divine Intervention* (2002) e *The Time That Remains* (2009). (Nota da **IHU On-Line**)

de entender o *demos*: este último não pode se circunscrever ao horizonte teleológico de corte sacrificial que estruturou o discurso emancipatório da Modernidade. Ao contrário, o caroço jogado por Suleiman expressa o caráter não teleológico do político. Um caroço insignificante acaba fazendo explodir o tanque israelense. Um caroço que é um resto de um fruto já comido acaba se constituindo como a melhor arma contra a ocupação. *Se, no nosso tempo, vivemos em uma Palestina gigante que chamamos de globalização e, portanto, estamos todos, em diversos graus, vivendo sob ocupação* (como diria Mahmud Darwish, estamos todos em um “estado de sítio”), então requeremos uma “política do caroço”, tal como Suleiman nos oferece no seu filme. O caroço é um resto da ocupação, *o meio liberado da sua captura por parte do capital*. Acho que Suleiman faz do caroço o *demos* pelo qual você pergunta. Um *demos* que já não se circunscreve à égide sacrificial da soberania, que não é um “meio” para um “fim” (teleologia), mas aquilo que Agamben chamou de meio puro. O *demos* não existe em si mesmo. Ele não existe por natureza, mas também não responde ao acaso. Suleiman exhibe o meio sob a forma de um caroço. O caroço como último reducto do habitar que, por sê-lo, é um meio puro que faz explodir o tanque israelense no meio do nada (a rodovia). O caroço subtrai o horizonte sacrificial (o tanque israelense) e o desativa. A partir da fria rodovia (que nada mais é do que a imagem do nihilismo), Suleiman oferece um meio para *habitar* (o caroço). Eis aí, parece-me, a cena-chave sobre a qual se deveria pensar.

IHU On-Line - Gostaria de acrescentar algum aspecto não questionado?

Rodrigo Karmy - Queria somente agradecer a sua entrevista e me solidarizar inteiramente com o povo brasileiro que hoje vive horas decisivas. ■

Continuidade, transformação ou apenas rotulagem incorreta?

O fascismo enquanto movimento social e em sua forma de governo é uma massa étnica reduzida exclusivamente a si mesma, que busca apenas a si mesma e atua exclusivamente em prol do próprio bem, adverte Andrej Angrick

Por Andrej Angrick | Edição Márcia Junges | Tradução Walter O. Schlupp

“**C**onvencer, negociar ou mesmo tolerar não são características do fascismo; o que importa é a realização da sua vaga utopia, na qual tudo que perturba é eliminado.” A reflexão é do historiador alemão Andrej Angrick, em artigo escrito especialmente à IHU On-Line. E acrescenta: “Fascismo é a retirada ‘para si mesmo’, agir ‘para si mesmo’, onde esse ‘si mesmo’ era e é, por assim dizer, posse dos líderes autoritários do movimento, como se estivesse claramente esboçado e (numa dicotomia) fosse ao mesmo tempo objeto do anseio e da gana por transformação”.

Andrej Angrick estudou História, Língua Germânica, Educação e Filosofia. A partir de 1997, trabalhou como assistente de pesquisa na Fundação Hamburgo para a Promoção da Ciência e da Cultura Jan Philipp Reemtsma. Concluiu seu doutorado na Universidade Técnica de Berlim, com uma dissertação sobre os Einsatzgruppen. É autor, entre outras obras, de *Besatzungspolitik und Massenmord. Die Einsatzgruppe in der südlichen Sowjetunion 1941-1943 (Política de ocupação e assassinatos em massa - Einsatzgruppe na União Soviética 1941-1943*, Hamburgo: Hamburger Edition, 2003) e *Die “Endlösung” in Riga: Ausbeutung und Vernichtung 1941-1944 (A “Solução Final”, em Riga. A exploração e destruição; 1941-1944*, Darmstadt: WBG, 2006).

Eis o artigo.

O fascismo e sua ramificação radical posterior, o nazismo aniquilador alimentado por um nacionalismo exacerbado, se devem, dentre outras causas, à crise e até mesmo ao colapso dos impérios monárquicos. Com o fim do Império Alemão e da monarquia imperial austro-húngara, até mesmo do multiétnico Império Russo, o mapeamento geopolítico da Europa suscitou a época, em formulação positiva, da independência das nações-por-língua e, em formulação negativa, da formação de estado nos diferentes grupos nacionais preexistentes e concorrentes entre si. Havia muito que este fora o objetivo dos diversos movimentos nacionais. Ao mesmo tempo foram submetidos a uma ideologização. Procuraram formar um novo mundo, com regras próprias e em forte concorrência, oposição e defesa contra outra ideologia a fazer promessas de salvação: o bolchevismo de qualquer matiz.

Após a eliminação do podre domínio tradicional monárquico e aristocrático mancomunado no seio fami-

liar havia séculos, havia essa fantasia de *uma possível reconfiguração do mundo* como “nosso próprio lugar”. Isso ajuda a explicar por que o aparente contraste entre um passado reprocessado segundo o entendimento próprio (o propagado idílio rural, inspiração na Idade Média ou na Roma Antiga, como os feixes dos lictores no fascismo italiano) puderam se aliar à empolgação pela tecnologia moderna (Marinetti¹) ou ao entusiasmo arquitetônico (Albert Speer² e Giuseppe

¹ **Filippo Tommaso Marinetti** (1876-1944): escritor, poeta, editor, ideólogo, jornalista e ativista político italiano. Foi o iniciador do movimento futurista, cujo manifesto publicou no jornal parisiense *Le Figaro*, em 20 de fevereiro de 1909. Politicamente foi um ativo militante fascista e chegou a afirmar que a ideologia do partido representava uma extensão natural das ideias futuristas. (Nota da **IHU On-Line**)

² **Albert Speer** (1905-1981): arquiteto-chefe e ministro do Armamento do Terceiro Reich. Entrou para o Partido Nazista em 1931. Com grande talento na arquitetura, rapidamente se tornou uma das pessoas mais próximas de Hitler. O ditador designou Speer para a construção de diversas obras, incluindo a Chancelaria do Reich. Speer também fez planos para a reconstrução de Berlim, com grandes edifícios, am-



O fascismo e sua ramificação radical posterior, o nazismo aniquilador alimentado por um nacionalismo exacerbado, se devem, dentre outras causas, à crise e até mesmo ao colapso dos impérios monárquicos

Terragni³, p. ex.). E isso, sem qualquer contradição. Para os protagonistas do novo tempo, falando em termos figurados, um “legionário de motocicleta” ou um “viking com metralhadora na mão” não eram contradições, mas a junção de combinações adequadas. Isso por si só ainda não desembocaria em fascismo, mas o equiparia. Dois aspectos são cruciais:

Primeiro: O fascismo atua para e a partir da massa pré-formada que é o ser humano, o grupo étnico [*Volkskörper*], que mesmo sendo diversificado e estruturado, não deixa de ser um coletivo. Somente se age a partir dessa massa e para uma massa (na formulação de Canetti⁴) assim codificada. Fascismo é a retirada “para si mesmo”, agir “para si mesmo”, onde esse “si mesmo” era e é, por assim dizer, posse dos líderes autoritários do movimento, como se estivesse claramente esboçado e (numa dicotomia) fosse ao mesmo tempo objeto do anseio e da gana por transformação. Essa transformação, segundo o discurso autorreferencial do movimento, geralmente se dava como reação à política real e podia oscilar na direção: ora a sanguinolenta eliminação de elementos plebeus (a “Noite das Facas Longas”⁵, em que foi assassinada a elite da SA),

ora a inclusão de grupos malvistas, como os chamados “germanos de butim” (alemães étnicos nos Bálcãs). A massa, portanto, se modificava mediante exclusão (muitas vezes sanguinolenta) e por inclusão (inicialmente hesitante).

Segundo: O segundo fator é facilmente identificável: o fascismo tornado Estado na Europa queria crescer, ser império; a massa étnica acima citada se considerava raça superior e se legitimava por sua natureza essencial. Nesse processo, essa natureza tem o direito de fazer o que quiser, sem quaisquer sanções: reasentar, assassinar, expulsar. Convencer, negociar ou mesmo tolerar não são características do fascismo; o que importa é a realização da sua vaga utopia, na qual tudo que perturba é eliminado.

Para fins de distinção: por mais que se justifique a crítica contra o bolchevismo, este, em sua origem, quanto eu entenda, queria levar a todas as pessoas a sua ideologia, seu projeto de sociedade, ainda que debaixo do chicote. Muitos adeptos desse constructo até hoje não entendem que Stalin⁶ e Mao⁷ se transfor-

plas alamedas e renovação do sistema de transporte. Como Ministro do Armamento, Speer foi responsável pela grande produtividade da Alemanha neste setor nos anos finais da Segunda Guerra Mundial. Em 1946, ele foi julgado em Nuremberg e sentenciado a 20 anos de prisão por sua participação no regime nazista, principalmente pelo uso de trabalho escravo nos campos de concentração. Ele serviu a maior parte de sua sentença na prisão de Spandau, na Berlim Ocidental. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Giuseppe Terragni** (1904–1943): arquiteto italiano, líder do racionalismo italiano. Defensor da ideologia fascista, foi o autor de uma das obras mais representativas do racionalismo italiano: *Casa del Fascio*. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Elias Canetti** (1905-1994): romancista e ensaísta búlgaro, vencedor do prêmio Nobel de Literatura (1981). Colocou o fundamento teórico de sua obra no ensaio *Massa e Poder (Masse und Macht)* (1960), que põe em relevo o significado fundamental dessa fenomenologia para a realidade política. Suas obras posteriores – *Die gerettete Zunge (A Língua Absolvida)*, 1977; *Die Fackel im Ohr (Uma luz em meu ouvido)*, 1980; *Das Augenspiel (O Jogo Dos Olhos)*, 1985 – tecem comentários e interpretam uma história de vida e trabalho muito singulares. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Noite das Facas Longas** (em alemão *Loudspeaker.svg? Nacht der langen Messer*) ou Noite dos Longos Punhais: foi um expurgo que aconteceu na Alemanha Nazista na noite do dia 30 de junho para 1 de julho de 1934, quando a facção de Adolf Hitler do Partido Nazista realizou uma série de execuções políticas extrajudiciais logo após seu líder tornar-se chanceler da Alemanha. Os maiores alvos do expurgo foram membros da facção strasserista do partido, incluindo seu líder, Gregor

Strasser. Entre as vítimas também estavam proeminentes conservadores antinazistas (como o ex-chanceler Kurt von Schleicher e Gustav Ritter von Kahr, que havia suprimido o Putsch da Cervejaria de Hitler em 1923). Muitos daqueles que foram mortos pertenciam às lideranças da *Sturmabteilung (SA)*, uma das organizações paramilitares do partido chamada de “camisas pardas”). (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Josef Stalin** (1878-1953): ditador soviético, líder máximo da URSS de 1924 a 1953 e responsável pela condução de uma política nomeada como stalinismo. Chegou a estudar em um colégio religioso de Tbilisi, capital georgiana, para satisfazer os anseios de sua mãe, que queria vê-lo seminarista. Mas logo acabou enveredando pelas atividades revolucionárias contra o regime czarista. Passou anos na prisão e, quando libertado, aliou-se a Vladimir Lenin e outros camaradas, que planejavam a Revolução Russa. Stalin ocupou o posto de Secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética entre 1922 e 1953 e, por conseguinte, o de chefe de Estado da URSS durante cerca de um quarto de século. Sobre Stalin, confira a entrevista concedida pelo historiador brasileiro Ângelo Segrillo à edição 265 da **IHU On-Line**, *Nazismo: a legitimação da irracionalidade e da barbárie*, analisando a obra *Prezado Sr. Stalin* (Rio de Janeiro: Zahar, 2008), de autoria de Susan Butler, disponível em <http://bit.ly/1j3t54H>. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Mao Tsé-Tung**: (1893-1976): ditador, político, teórico, líder comunista e revolucionário chinês. Liderou a Revolução Chinesa e foi o arquiteto e fundador da República Popular da China, governando o país desde a sua criação em 1949 até sua morte em 1976. Sua contribuição teórica para o marxismo-leninismo, estratégias militares, e suas políticas comunistas são conhecidas coletivamente como maosismo. Chegou ao poder comandando a Longa Marcha, formando uma frente unida com Kuomintang (KMT) durante a Guerra Sino-Japonesa para repelir

maram nos maiores assassinos em massa de todos os tempos. (Aí não há muito para ficar cismando, mas isso são outros quinhentos.) Já um fascista ou nacional-socialista ficaria perturbado, caso seu regime fosse muito brando. Característica essencial da sua ideologia é o afastamento, a autorreferência pura. A pertença não pode (ou apenas raramente) ser conseguida pela opção do indivíduo; antes ela lhe está dada, literalmente conforme a figura de linguagem “está no sangue”; quem tiver a ascendência correta não pode estar tão errado; quem for de ascendência estranha dificilmente poderá ser parte da massa fascista, por mais que se esforce.

Resumindo, então: o fascismo enquanto movimento social e em sua forma de governo é uma massa étnica reduzida exclusivamente a si mesma, que busca apenas a si mesma e atua exclusivamente em prol do próprio bem. Uma característica é a ânsia por conquista, por conseguir mais território, além de eliminar sistemas concorrentes e suas populações, que também podem ser marginalizadas a ponto de tornarem hilotas [escravos].

Fascismo x separatismo

Voltemos o holofote para o presente. Será que o que acabamos de descrever (se é que o leitor concorde com a descrição) estaria presente de forma palpável, seria transferível para hoje? Ou será que tudo nos parece muito distante? O passado, uma terra incógnita, com projetos de sistemas que tiveram seu tempo e, ao custo de milhões de vidas, não foram concretizados, inclusive não têm herdeiros para jamais realizá-los. Observando-se a retórica política, chama a atenção que, formalmente, existem conceitos que pretendem gerar identidade: *Sin Fein*, fundado como braço político do I.R.A., significa “nós mesmos”. Dificilmente se poderá entender isso como a massa acima descrita; na questão da Irlanda (do Norte), com a qual pretendo iniciar o quadro, o que está e esteve em jogo é a autodeterminação e a reunificação. Essa demanda readquiriu atualidade também na UE, com o “Brexit” da Grã-Bretanha: o *Sin Fein*⁹ defendia a unificação da Irlanda do Norte com a República [da Irlanda], porém

uma invasão japonesa, e posteriormente conduzindo o Partido Comunista Chinês até a vitória contra o generalíssimo Chiang Kai-shek do KMT na Guerra Civil Chinesa. (Nota da **IHU On-Line**)

⁸ **Brexit**: a saída do Reino Unido da União Europeia (UE) é apelidada de Brexit, palavra-valise originada na língua inglesa resultante da fusão das palavras Britain (Grã-Bretanha) e exit (saída). A saída da Grã-Bretanha da UE tem sido um objetivo político perseguido por vários indivíduos, grupos de interesse e partidos políticos, desde 1973, quando o Reino Unido ingressou na Comunidade Econômica Europeia (CEE), a precursora da UE. Confira o artigo *A vitória do Brexit: interpretando cenários complexos e incertos*, de autoria de Bruno Lima Rocha e Diego Pautasso, publicado na edição 488 da **IHU On-Line**, de 04-07-2016, disponível em <http://bit.ly/2ahTxPa>. (Nota da **IHU On-Line**)

⁹ **Sinn Féin**: é um dos movimentos políticos mais antigos da Irlanda. Fundado em 1905 por Arthur Griffith para unir os grupos informais nacionalistas de resistência pacífica ao domínio britânico, seu objetivo era restaurar a monarquia irlandesa, fora do poder desde o século XVIII. (Nota da **IHU On-Line**)

de forma democrática mediante votação; de modo algum é objetivo dos nacionalistas irlandeses expandir um império próprio às custas de outras nações e grupos populacionais.

Contrastando com o fascismo acima, o que interessa não é expansão territorial, mas regionalização, em alguns casos até autoexclusão com redução, desmembramento. Exemplos são os movimentos separatistas na Catalunha, no País Basco e na Escócia, mediante saída, redução a seu próprio território, porém como integrante da UE. Isso dificilmente retrata um novo fascismo em movimentos nacionalistas. Diferente em seu potencial é a vontade expansionista (presentemente amansada) de consideráveis parcelas populacionais da Sérvia e da Albânia. Ali a busca por ampliação territorial, [o recurso] à lenda da derrota e a obrigação de corrigir o passado que foi mal na batalha do “campo dos melros” [Kosovo], visam criar ou uma Grã-Sérvia ou uma união do Kosovo com a Albânia. Entrementes essas iniciativas parecem ter deixado de ser atraentes para a maioria da população; muitos jovens preferem a segurança material e vantagens econômicas. Estas são proporcionadas pela União Europeia, mas sem fortalecer o sentimento de raiz, uma sensação de “nós”.

Em outras regiões, de integrantes recentes da UE, as regras desta paralisam o apetite nacionalista, a vontade de recuperar territórios de outrora com partes da respectiva população. Na Romênia prevaleceu a experiência de que também é possível conviver com a Moldávia como ex-nação-coirmã (as cores nacionais são bem parecidas), dispensando o retorno desses antigos territórios da Grã-Romênia; assim o jovem membro da UE não precisa assumir os problemas sociais dos parentes pobres.

O problema da Transilvânia (entre Hungria e Romênia), ou da Dobrudcha setentrional (entre Romênia e Bulgária) deixou de existir para a experiência própria; com as fronteiras abertas, a pessoa pode viajar para o local objeto da sua saudade, inclusive morar lá. Assim a massa fascista perde quantidade e agressividade. Mesmo entre os grupos fascistas, nacionalistas alemães ou francamente nazistas na Alemanha o retorno ou a ampliação do território (buscando a volta da Prússia Oriental, da Silésia ou da Alsácia) não estão na agenda.

Adorando ídolos “errados”

E como poderiam? Semelhante demanda, quando apresentada, é antes uma reminiscência do passado, num pedido de doação dirigido aos idosos, uma legitimação própria de autoafirmação na História; mas ante o mundo de geopolítica globalizada, vertiginosamente modificado pela tecnologia, ela é absurda. Esses territórios antigos são visitados pelos velhos (naturalmente há fascistas e nacionalistas alemães convictos entre eles), porém mais com pesar; visitam os lugares da própria juventude, porque esse tempo não voltará, fazem parte de uma geração prestes a se despedir.

Em contrapartida, gente proveniente de outros países enche de vida a velha terra natal, só que não de vida alemã. Viajam para o passado e acabam admitindo a própria derrota - esta a minha impressão após conversas com integrantes dessa geração e posição política. E em países outrora fascistas como a Itália ou Espanha isso não mais parece um movimento popular, o fascismo deixou de ser atraente. Há muito que a Itália arquivou seu projeto de “mare nostrum”. Na Espanha de cunho castelhano centralizador somente nomes de rua lembram a época do caudilho Franco¹⁰, enquanto o governo central procura se defender contra diversos movimentos autonomistas, fazendo concessões às administrações regionais; nem mesmo algum (entretanto raro) adepto do franquismo há de proferir seriamente um “viva la muerte”.

Essa impressão pode não combinar com a presença de muitos homens de cabeça raspada e/ou tatuados (também há cada vez mais mulheres); em público se apresentam marciais, atávicos, cujos distintivos muitas vezes são símbolos proibidos do fascismo ou reutilizam suas imagens; comportam-se provocativamente, como que ameaçando violência, despertam insegurança, metem medo. Mas serão realmente fascistas e nazistas? Eles próprios talvez o acreditem e estejam convictos de, no tocante à Alemanha, serem herdeiros legítimos de Hitler¹¹ e Himmler¹², usando o lema da SS “Minha honra se chama fidelidade” no casaco ou até tatuado. Engano deles e da sociedade, que geralmente aceita essa autointerpretação. Não são nazistas, e sim, em sua maioria (mesmo que muitos trabalhem, o que é mais frequente do que se supõe), elementos associiais a usarem esse aparato simbólico e codificador do fascismo, sem tê-lo entendido minimamente - à

parte o antissemitismo generalizado e profunda rejeição da ideologia parlamentar.

Ocorre que o nazismo é uma ideologia que é preciso digerir e entender antes de se adotá-la. Essas pessoas muitas vezes não dispõem das técnicas culturais sequer para ler “*Mein Kampf*”, contextualizá-lo e modernizá-lo para os tempos atuais. Não, para essas pessoas as “runas da SS” são sinais mágicos. Ouso afirmar, inclusive, que não poucas dessas pessoas (que justamente não o sabem) seriam vítimas do nazismo caso este voltasse, pois os assassinos do Terceiro Reich excluíram, detiveram e em muitos casos liquidaram pessoas associiais, alcoólatras, vândalos e tatuados (tatuagem era considerada indício de propensão criminosa) sob o código “14f13”, para que não contaminassem a comunidade. Neste aspecto os integrantes desses grupos estão adorando ídolos errados.

Povo estranho

Significa isto que o fascismo realmente não existe mais? Não bem, pois ele está travando uma última batalha, cujo desfecho ainda não está definido, de modo que o próprio potencial futuro do fascismo não está definido. Como movimento talvez ele não tenha o poder de expandir-se, de ganhar adeptos mediante visão futura de território imperial (nenhum nazista vai se armar para transformar Königsberg ou Danzig novamente em cidades alemãs); mas ele ganha adeptos na defesa do próprio país-núcleo contra intrusos que inundam o território não via militar, mas por imigração maciça, sob responsabilidade última da República Federal e da política de Angela Merkel¹³ com uma *humanitas* mal-entendida e mediante abolição de convenções europeias internas (acordo de Schengen¹⁴), de modo a levar à total metamorfose do país dentro de uma ou duas gerações. Assim a citada massa seria tomada de modo hostil, ou encaroçaria. Os alemães, italianos, espanhóis seriam incorporados pelos imigrantes e pelo califado vindouro, perdendo sua identidade - esse é o cenário projetado não só pelos radicais de direita, mas também pelo centro burguês, sendo aceito até por trabalhadores social-democratas.

Esse prognóstico tenebroso fecha com as impressões de que os governos dos países-núcleo europeus, Alemanha, França, Grã-Bretanha e também a Holanda,

10 **Francisco Franco Bahamonde** (1892-1975): foi um militar, chefe de Estado e ditador espanhol. Conhecido como “Generalíssimo”, Francisco Franco ou simplesmente Franco, integrou o golpe de Estado na Espanha em julho de 1936 contra o governo da Segunda República, que deu início a Guerra Civil Espanhola. Foi nomeado como chefe supremo da tropa sublevada em 10 de outubro de 1936, exercendo como chefe de Estado da Espanha desde o final do conflito até seu falecimento em 1975, e como chefe de Governo entre 1938 e 1973. (Nota da **IHU On-Line**)

11 **Adolf Hitler** (1889-1945): ditador austríaco. O termo Führer foi o título adotado por Hitler para designar o chefe máximo do Reich e do Partido Nazista. O nome significa o chefe máximo de todas as organizações militares e políticas alemãs, e quer dizer “condutor”, “guia” ou “líder”. Suas teses racistas e antissemitas, bem como seus objetivos para a Alemanha, ficaram patentes no seu livro de 1924, *Mein Kampf* (Minha Luta). No período da ditadura de Hitler, os judeus e outros grupos minoritários considerados “indesejados”, como ciganos e negros, foram perseguidos e exterminados no que se convencionou chamar de Holocausto. Cometeu o suicídio no seu Quartel-General (o Führerbunker) em Berlim, com o Exército Soviético a poucos quarteirões de distância. A edição 145 da **IHU On-Line**, de 13-06-2005, comentou na editoria Filme da Semana, o filme dirigido por Oliver Hirschbiegel, *A Queda - as últimas horas de Hitler*, disponível em <http://bit.ly/ihuon145>. A edição 265, intitulada *Nazismo: a legitimação da irracionalidade e da barbárie*, de 21-07-2008, trata dos 75 anos de ascensão de Hitler ao poder, disponível em <http://bit.ly/ihuon265>. (Nota da **IHU On-Line**)

12 **Heinrich Himmler** (1900-1945): comandante da *Schutzstaffel* (SA) e da Gestapo alemã e um dos mais poderosos homens da Alemanha nazista. Foi uma figura chave na organização do Holocausto. (Nota da **IHU On-Line**)

13 **Angela Merkel** (1954): cientista e política alemã, é chanceler de seu país desde 2005 e líder do partido União Democrata-Cristã (CDU) desde 2000. Em setembro de 2013 sua coligação venceu por ampla maioria as eleições legislativas, sem contudo obter a maioria absoluta que lhe permitiria formar um terceiro mandato sem outras coligações. É, na atualidade, uma das principais líderes da União Europeia. (Nota da **IHU On-Line**)

14 **Tratado de Schengen**: tratado assinado em junho de 1985 em Schengen, uma localidade de Luxemburgo, entre os países da União Europeia e a Suíça, Noruega e Islândia. Entrou em vigor efetivamente em 26 de março de 1995. Os 142 artigos que compõem o Tratado estipulam, além da retirada de controles fronteiriços, uma política comum de asilo, a luta contra as drogas e o reforço dos controles de fronteira exteriores e um sistema eletrônico comum de investigação policial. (Nota da **IHU On-Line**)

tomaram emprestado bilhões de euros para salvar os bancos, embora faltem fundos para a manutenção de infraestrutura, e o crescente empobrecimento de amplos setores, mesmo da população na ativa, não seja resolutamente combatido, uma vez que há verba “para os outros”, mas não “para nós”. No orçamento da República Federal da Alemanha, 50% são despesas de transferência (renda mínima, pensões etc.); isso não incomoda os críticos, uma vez que esse sistema já é considerado infiltrado por grupos (ciganos imigrados, asilados etc.) que deveriam ter sido barrados. E se uma retirada então não for possível, como promete o referendo “Brexit” na Grã-Bretanha, atualmente muito apreciado pelo “Front National” [francês], pelos “finlandeses verdadeiros” ou, na Alemanha, pelo NPD e pela AfD como opção para o próprio país, então é melhor a autorrealização na ruína do que ser parte de um povo estranho...

Essa preocupação está aumentando na maioria dos alemães; em junho de 2016 mais da metade dos pesquisados em enquete manifestou que “se sente estrangeiro no próprio país”.

Política de imigração inteligente

Mas se o brado de luta “Alemanha para os alemães” servir não só para afastar ou regular a (forçada) emigração em massa - como fazem de forma ordenada países de imigração como os EUA, Austrália e, na Europa, a Suíça, sem negar que esses estados tenham constituição democrática - mas também [servir para

incitar a] violência em massa com motivação política (primeiro se incendiam os alojamentos, depois se matam refugiados, depois se perseguem etnias inteiras, o que é tolerado por partes da sociedade), apelando-se para “forças de libertação nacional”, para a criação de “zonas de terra natal” mediante terror e violência, então o espírito do fascismo de forma alguma está morto, sua massa pode estar “encarçada”, porém com potencial de atuação no próprio terreno e a possibilidade de voltar a crescer. Se o fenômeno do fascismo regional pode ser limitado ou até marginalizado vai depender muito de uma política de imigração inteligente.

Temo que as instituições democráticas não estejam captando bem a situação suscitada por elas mesmas, inclusive porque conhecem muito mal o cotidiano das pessoas que contribuiriam para o novo crescimento das massas fascistas. As instituições as estigmatizam, tentam bancar o pedagogo, assim as entregando à ridicularização, provocando mais ainda sua oposição. Depois elas vão se surpreender, quando um movimento dirigido (o grau de organização é tal que não cabe a designação *Mob* [turba, multidão descontrolada]) se radicalizar e, na pior das hipóteses, implementasse um programa de expulsão e assassinato. Nessa interpretação, a câmara de gás de Auschwitz seria um modelo histórico que já precisaria ser imitado. No jargão provocativo dos radicais de direita já se fala novamente em “botar fogo”. Nessa utopia ao menos a pátria ficaria livre e só mais pertenceria àqueles que são parte do todo - com mente e pertença étnica corretas. ■

LEIA MAIS...

- *Violência e resistência da força-tarefa nazista*. Entrevista com Andrej Angrick, publicada na revista IHU On-Line, nº 438, de 24-03-2014, disponível em <http://bit.ly/2b2j1gi>.



Prof. Dra. Maria Stela Santos Graciani

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

As ocupações estudantis e a reinvenção do espaço público e político

17 de novembro (quinta-feira) | 19h30min às 22h

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

Informações e inscrições: ihu.unisinos.br

4º Ciclo de Estudos Metrópoles, Políticas Públicas e Tecnologias de Governo.
Territórios, governamento da vida e o comum

O esgotamento da política como efeito inevitável da globalização

Reconfiguração do campo político não significa o seu fim, mas a necessidade de repensar práticas e formas de organização, frisa Sérgio Villalobos-Ruminott. Fascismo contemporâneo “não opera em nível cognitivo-categorial”, mas nos afetos e na sua manipulação midiática

Por Márcia Junges | Tradução Eduardo Herrmann

Em nossos dias, a tendência é “identificar o fascismo com movimentos de direita, no sentido tradicional. Mas é aqui que devemos começar a ser mais precisos, pois o fascismo cruza o campo social de maneira transversal e horizontal, penetrando nos corpos, como diria Foucault, e não apenas mediante a interpelação doutrinária”, observa o sociólogo chileno Sérgio Villalobos-Ruminott, professor da Universidade de Michigan, Estados Unidos. Em sua análise, “o fascismo contemporâneo não opera em nível cognitivo-categorial, mas em nível dos afetos e de sua manipulação midiática, produzindo clichês emotivos e formas identitárias da política. Um dos afetos mais poderosamente mobilizados pelas novas lideranças de direita é, precisamente, o medo. Contudo, não se trata mais do medo hobbesiano (...), mas de medos concretos, não da possibilidade indeterminada da morte violenta (Hobbes), mas da possibilidade de que essa morte seja causada pelas mãos do imigrante, do terrorista, do delinquente, do homossexual, do dissidente, essas categorias identitárias produzidas e reforçadas midiaticamente”.

Acerca do esgotamento da política, Villalobos-Ruminott ressalta que isso não significa seu fim, “e sim sua metamorfose histórica, pois já não se pode remeter o âmbito da imaginação nem o das práticas políticas exclusivamente

ao espaço delimitado do Estado-nação e suas instituições. Nesse sentido, o que se esgota é uma forma histórica de pensar e de praticar a política, constituindo-se em par de igualdade uma nova organização do poder, desterritorializada ou anômica, que está diretamente relacionada com a codificação corporativa transnacional dos imperativos nacionais, sejam eles políticos, sociais ou econômicos”. Resumindo, “o esgotamento da política é um efeito inevitável do atual processo de globalização, mas, a menos que tenhamos uma noção unilateral e homogênea de poder (que Foucault destruiu definitivamente), esta reconfiguração, longe de ser o fim da política, também aponta a possibilidade e a necessidade de reimaginar nossas práticas e nossas formas de organização”.

Sérgio Villalobos-Ruminott é professor associado de Estudos Latino-Americanos e Espanhóis da Universidade de Michigan, nos Estados Unidos. Licenciado em Sociologia e graduado em Crítica Cultural pela Universidade ARCIS, é mestre e PhD em Literatura Latino-Americana pela Universidade de Pittsburgh e autor dos livros *Soberanías en suspenso. Imaginación y violencia en América Latina* (Buenos Aires: La Cebra, 2013) e *Heterografías de la violencia. Historia, Nihilismo, Destrucción* (Buenos Aires: La Cebra, 2016).

Confira a entrevista.



Os microfascismos contemporâneos seguem operando sobre o mesmo plano, radicalizando a vertente biopolítica e levando o conflito até a lógica devastadora do capitalismo atual. O neoliberalismo facilita um microfascismo flexível e excepcional

IHU On-Line - Em que medida pode-se falar numa “exaustão” da política em nosso tempo? O que ela significa e para onde aponta?

Sergio Villalobos-Ruminott - O esgotamento da política que experimentamos hoje tem várias dimensões. Por um lado, trata-se de um esgotamento dos imaginários e ordens conceituais que organizaram o horizonte moderno, se lermos esse horizonte em termos de uma tradução jurídica republicana ou em termos de um processo permanente de emancipação e institucionalização democrática; se enfatizarmos os processos constituintes da democracia, como diriam Claude Lefort¹ e Cornelius Castoriadis²,

¹ **Jean-Claude Lefort** (1924-2010): filósofo francês, autor de, entre outros *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária* (São Paulo: Brasiliense, 1983) e *Desafios da escrita política* (São Paulo: Discurso Editorial, 1999). Por ocasião de seu falecimento, a revista **IHU On-Line** entrevistou a filósofa Olgária Matos, na edição 348, de 25-10-2010, disponível em <http://migre.me/340I9> e intitulada *Claude Lefort e a invenção democrática*. (Nota da **IHU On-Line**)

² **Cornelius Castoriadis** (1922-1997): filósofo, economista e psicanalista francês, de origem grega, defensor do conceito de autonomia política. É considerado um dos maiores expoentes da filosofia francesa do século XX. Em 1949, fundou, com Claude Lefort, o grupo Socialismo ou barbárie, que deu origem à revista homônima, que circulou em 1967. Autor de inúmeras obras de filosofia e, em especial, de filosofia política, Castoriadis é considerado um filósofo da autonomia. Entre suas inúmeras obras destacam-se: *Instituição Imaginária da Sociedade*, *Encruzilhadas do Labirinto*, *Socialismo ou Barbárie*. (Nota da **IHU On-Line**)

entre outros; ou se considerarmos a modernidade política ocidental de acordo com uma teologia marxista emancipatória, para a qual a revolução se apresenta como desfecho inevitável da história.

Por outro lado, esse esgotamento também está relacionado com a transformação histórica da relação de soberania moderna, escrita na tradição do que Carl Schmitt³ chamou “o nomos da terra”, portanto, está relacionado com a desterritorialização da mesma soberania que diz respeito às formas institucionais e territoriais modernas. Em outras palavras, o esgotamento da política não expressa seu fim, e sim sua metamorfose histórica, pois já não se pode remeter o âmbito da imaginação nem o das práticas políticas exclusivamente ao espaço delimitado do Estado-nação e suas instituições. Nesse sentido, o que se esgota é uma forma histórica de pensar e de praticar a política, constituindo-se em par de igualdade uma nova organização do poder, desterritorializada ou anômica, que está diretamente relacionada com a codificação corporativa

³ **Carl Schmitt** (1888-1985): foi um jurista, filósofo político e professor universitário alemão. É considerado um dos mais significativos e controversos especialistas em direito constitucional e internacional da Alemanha do século XX. A sua carreira foi manchada pela sua proximidade com o regime nacional-socialista. O seu pensamento era firmemente enraizado na teologia católica, tendo girado em torno das questões do poder, da violência, bem como da materialização dos direitos. (Nota da **IHU On-Line**)

transnacional dos imperativos nacionais, sejam eles políticos, sociais ou econômicos.

Em última instância, o esgotamento da política é consequência da transformação histórica da relação soberana moderna e da série de ordens institucionais e conceituais que a definiram, para dar lugar não a uma etapa meramente tecnocrática e pós-política, mas a novas formas e novas práticas que se movem no sentido contrário ao marco estado-nacional. Estamos em meio a essa reconfiguração política do mundo, e o velho marco nacional parece deslocado pela imposição de um novo contrato social, no qual os atores centrais já não são as figuras consulares da tradição moderna (sujeito, povo, nação etc.), mas sim as corporações transnacionais que já não respondem a interesses nacionais e que não podem ser limitadas por esses interesses. Então, para resumir, o esgotamento da política é um efeito inevitável do atual processo de globalização, mas, a menos que tenhamos uma noção unilateral e homogênea de poder (que Foucault⁴ destruiu definitivamente), esta reconfiguração, longe de ser o fim da política, também aponta a possibilidade e a necessidade de reimaginar nossas práticas e nossas formas de organização.

IHU On-Line - Quais são as conexões dessa exaustão com o

⁴ **Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde *História da Loucura* até *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas do termo. Em várias edições, a **IHU On-Line** dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>; edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon203>; edição 364, de 06-06-2011, intitulada *'História da loucura' e o discurso racional em debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon364>; edição 343, *O (des)governo biopolítico da vida humana*, de 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon343>, e edição 344, *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon344>. Confira ainda a edição nº 13 dos **Cadernos IHU em formação**, disponível em <http://bit.ly/ihuem13>, *Michel Foucault*. (Nota da **IHU On-Line**)

aumento do fascismo e do crescimento de representantes de direita em todo o mundo?

Sergio Villalobos-Ruminott - Há uma conexão direta. Porém, teríamos primeiro que concordar sobre o que queremos dizer com fascismo hoje em dia. Não se trata de uma referência mecânica ao fenômeno histórico do fascismo italiano, nem ao que, na América Latina, alguns chamaram de “neofascismo”, para denunciar o caráter brutal das recentes ditaduras militares no Cone Sul. Mas tampouco se trata de populismo em geral, nem dos processos de mobilização social ancorados em uma interpelação ao popular nacional, com claras fronteiras identitárias e corporativistas. E este é um problema muito delicado, pois se trata de saber se o neofascismo é, ou não, uma categoria adequada para pensar nas reconfigurações ideológicas e de poder da atualidade.

Tomemos como exemplo o brilhante trabalho de Hannah Arendt⁵ sobre *As Origens do Totalitarismo* (1951), e recordemos que Arendt foi uma das primeiras teóricas que problematizaram o fascismo europeu. No entanto, em sua análise se produz uma indiferenciação entre o fascismo, o nazismo e o stalinismo, o que se deve ao fato de que o seu livro, paradigmático em muitos sentidos, não esconde sua orienta-

5 **Hannah Arendt** (1906-1975): filósofa e socióloga alemã, de origem judaica. Foi influenciada por Husserl, Heidegger e Karl Jaspers. Em consequência das perseguições nazistas, em 1941, partiu para os Estados Unidos, onde escreveu grande parte das suas obras. Lecionou nas principais universidades deste país. Sua filosofia assenta numa crítica à sociedade de massas e à sua tendência para atomizar os indivíduos. Preconiza um regresso a uma concepção política separada da esfera econômica, tendo como modelo de inspiração a antiga cidade grega. A edição mais recente da **IHU On-Line** que abordou o trabalho da filósofa foi a 438, *A Banalidade do Mal*, de 24-03-2014, disponível em <http://bit.ly/ihuon438>. Sobre Arendt, confira ainda as edições 168 da **IHU On-Line**, de 12-12-2005, sob o título *Hannah Arendt, Simone Weil e Edith Stein. Três mulheres que marcaram o século XX*, disponível em <http://bit.ly/ihuon168>, e a edição 206, de 27-11-2006, intitulada *O mundo moderno é o mundo sem política. Hannah Arendt 1906-1975*, disponível em <http://bit.ly/ihuon206>. (Nota da **IHU On-Line**)

ção anticomunista e termina relacionando todos estes processos sob o rótulo de totalitarismo. A consequência imediata dessa definição não é apenas a falta de precisão analítica, mas também a aplicação fantasmática da democracia liberal como única alternativa ao totalitarismo. Claro que isso reforçou a narrativa excepcionalista das democracias liberais ocidentais (as mesmas que só foram possíveis devido a uma longa história de colonialismo e pela exploração de suas classes trabalhadoras), organizando o campo político entre amigos (democratas, liberais) e inimigos (totalitários), o que serviu tanto para demonizar o nazismo, o fascismo e o comunismo soviético quanto para ocultar os elementos e as práticas totalitárias (e fascistas) dos regimes liberais ocidentais, no marco histórico da Guerra Fria. Ou seja, o fascismo foi relacionado, por um lado, ao fenômeno totalitário e, por outro, a uma série de categorias macropolíticas (Estado, Nação, Soberania, Povo etc.), que tornam difícil perceber suas formas micropolíticas contemporâneas.

Dessa maneira, porém, hoje tendemos a identificar o fascismo com movimentos de direita, no sentido tradicional. Mas é aqui que devemos começar a ser mais precisos, pois o fascismo cruza o campo social de maneira transversal e horizontal, penetrando nos corpos, como diria Foucault, e não apenas mediante a interpelação doutrinária. Nesse sentido, o fascismo atual já não opera em nível ideológico ou macropolítico somente, mas em nível dos afetos e das práticas sociais (por isso a análise biopolítica foucaultiana talvez não seja uma continuação nem um complemento da crítica de totalitarismo de Arendt, e sim uma alternativa). E é isso que explica a relação entre o esgotamento da política moderna e a proliferação de movimentos e lideranças de “direita”. Ou seja, o fascismo contemporâneo não opera em nível cognitivo-categorial, mas em nível dos afetos e de sua manipulação midiática, produzindo clichês emotivos e formas identitárias da política. Um dos afetos

mais poderosamente mobilizados pelas novas lideranças de direita é, precisamente, o medo. Contudo, não se trata mais do medo hobbesiano, indeterminado e que mitologicamente remete ao Leviatã⁶, mas de medos concretos, não da possibilidade indeterminada da morte violenta (Hobbes⁷), mas da possibilidade de que essa morte seja causada pelas mãos do imigrante, do terrorista, do delinquente, do homossexual, do dissidente, essas categorias identitárias produzidas e reforçadas midiaticamente (*fearmongering*).

IHU On-Line - Em que sentido devemos problematizar a questão do fascismo para podermos tecer uma crítica radical do nosso presente?

Sergio Villalobos-Ruminott - Creio que minha resposta anterior aborda isso. No entanto, acrescentaria que precisamos criar uma nova concepção do fascismo, atenta a essas transformações históricas e conceituais, para combater criticamente as formas cotidianas de fascismo e para sermos capazes de imaginar uma forma de política que não tente normatizar as práticas de resistência que estão ocorrendo, mas sim que se alimente dessas práticas de luta e resistência sem tentar operá-las segundo

6 **Leviatã**: é o nome comumente dado à obra *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. O livro foi escrito por Thomas Hobbes e publicado em 1651. O livro diz respeito à estrutura da sociedade e do governo legítimo, e é considerado como um dos exemplos mais antigos e mais influentes da teoria do contrato social. É considerado uma das obras mais influentes já escritas do pensamento político, e foi escrito durante a Guerra Civil Inglesa. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Thomas Hobbes** (1588–1679): filósofo inglês. Sua obra mais famosa, *O Leviatã* (1651), trata de teoria política. Neste livro, Hobbes nega que o homem seja um ser naturalmente social. Afirma, ao contrário, que os homens são impulsionados apenas por considerações egoístas. Também escreveu sobre física e psicologia. Hobbes estudou na Universidade de Oxford e foi secretário de Sir Francis Bacon. A respeito desse filósofo, confira a entrevista *O conflito é o motor da vida política*, concedida pela Profa. Dra. Maria Isabel Limongi à edição 276 da revista **IHU On-Line**, de 06-10-2008. O material está disponível em <http://bit.ly/ihuon276>. (Nota da **IHU On-Line**)

o paradigma do intelectual iluminista. Pois, e talvez esse é o ponto mais problemático, há fascismo à direita e à esquerda nos movimentos políticos tradicionais.

Em outras palavras, as macroidentidades políticas tradicionais já não são suficientes, precisamos reformular um novo horizonte político radical e antifascista, atento às problemáticas de gênero, de minorias sexuais, questões de identidade étnica, direitos da natureza, dos animais etc. Para resumir, correndo o risco de ser mal interpretado, eu diria que esse horizonte em construção é a grande tarefa que temos adiante e, sem saber exatamente como articulá-la, eu diria que é imprescindível manter uma posição antipatriarcalista, antimilitarista e anticapitalista. Isso é o mínimo.

Radicalização do fascismo histórico

Mas uma segunda questão para pensar está relacionada à forma com que o neoliberalismo radicaliza o fascismo histórico, reforçando a antropologia política própria do direito burguês moderno e reduzindo-a a uma versão do humano como *homo economicus*, inscrito na lógica hiperprodutivista que marca a continuidade entre as antropologias hipotéticas do século XVI, a concepção da raça humana própria do nazismo, e a atual concepção do humano própria da antropologia neoliberal. Se a vida é o plano sobre o qual se organiza a série de dispositivos biopolíticos modernos, para controlá-la e administrá-la não seria o nazismo, mas a própria modernidade capitalista que se ergue sobre esta invenção, sendo o nazismo nada mais nada menos que sua invenção espetacular. Assim, os microfascismos contemporâneos seguem operando sobre o mesmo plano, radicalizando a vertente biopolítica e levando o conflito até a lógica devastadora do capitalismo atual. O neoliberalismo facilita um microfascismo flexível e excepcional, que já não responde às representações morais ou ideológicas do humano, mas se

adapta à flexibilidade própria do padrão de acumulação atual.

Isso nos leva, finalmente, a compreender o fascismo por uma perspectiva histórica, como uma manifestação biopolítica que se encontra diversificada e disseminada graças às mesmas lógicas des-territorializantes do capitalismo, que já não responde ao modelo centro/periferia, mas se dissemina de forma axiomática, como observavam Deleuze⁸ & Guattari⁹ nos anos 1980. E aqui está a parte mais delicada dessa relação, pois a leitura oficial da crise do comunismo como triunfo definitivo do modelo de vida americana, de democracia liberal e parlamentarista, foi promovida para enfatizar os excessos totalitários como algo do passado, o que nos impede de ponderar a radicalização biopolítica do neofascismo na atualidade, questão manifestada na predominância dos aparatos de segurança, no controle midiático da política, na corporativização transnacional dos mercados, no predomínio da antropologia neoliberal e na instauração de um regime de exceção permanente definido pelos imperativos da acumulação capitalista contemporânea.

Nesse sentido, o fim da Guerra Fria, mais do que abrir caminho ao fim da história, radicalizou a razão imperial ocidental, facilitando o estabelecimento dessa racionalidade, agora articulada em torno da *Pax Americana*, herdeira natural da larga tradição do imperialismo ocidental. Os imperativos do desenvolvimento e da segurança, última

8 Gilles Deleuze (1925-1995): filósofo francês. Assim como Foucault, foi um dos estudiosos de Kant, mas tem em Bergson, Nietzsche e Espinosa poderosas interseções. Professor da Universidade de Paris VIII, Vincennes, Deleuze atualizou ideias como as de devir, acontecimentos, singularidades, conceitos que nos impõem a transformar a nós mesmos, incitando-nos a produzir espaços de criação e de produção de acontecimentos-outras. (Nota da **IHU On-Line**)

9 Félix Guattari (1930-1992): psicanalista francês, pensador, militante, admirado por movimentos de esquerda alternativos, autor de um dos livros mais discutidos entre os anos 70/80, *O Anti-Édipo*, escrito em parceria com o filósofo francês Gilles Deleuze. Guattari visitou várias vezes o Brasil. (Nota da **IHU On-Line**)

expressão da filosofia da história do capital, agora estão defendendo uma guerra global permanente que não é um acidente, mas sim uma prática constitutiva do capital.

IHU On-Line - No caso dos EUA, como analisa a situação do incremento do fascismo no processo eleitoral em curso, por exemplo, com a candidatura de Trump¹⁰?

Sergio Villalobos-Ruminott - Em resposta às especificações acima mencionadas, começemos então dizendo que o “fenômeno Trump” é fascista e quase nazista em um sentido plenamente tradicional. Apesar dos óbvios paralelos entre a Alemanha e a Itália dos anos 1930 e Estados Unidos hoje - a vinculação entre política e espetáculo, a mesma representação do Führer e do Duce como Messias, os elementos de fanatismo nacionalista e a compulsão em recuperar “o Destino Manifesto” do país, perdido devido à corrupção da classe política e à presença de elementos estrangeiros que desvirtuam a pureza do projeto nacional -, o certo é que o “fenômeno Trump” expressa de maneira muito clara uma série de esgotamentos e crises norte-americanas, de ordem política, institucional e ideológica. Destacarei apenas três aspectos.

1) Estamos vivendo um esgotamento do bipartidarismo e da concentração do poder não apenas em dois partidos (o Democrata e o Republicano), mas também em dois setores da elite dirigente norte-americana. O bipartidarismo e o complexo sistema eleitoral que o permite e o justifica é o resultado de uma ação deliberada de expropriação da vontade popular (ou da soberania popular) e de concentração de poder em uma classe domi-

10 Donald John Trump (1946): é um empresário, investidor e personalidade da mídia norte-americano, e candidato à presidente dos Estados Unidos nas eleições de 2016 pelo Partido Republicano. É ainda presidente do conglomerado The Trump Organization e fundador da Trump Entertainment Resorts. Sua carreira, exposição de marcas, vida pessoal, riqueza e modo de se pronunciar contribuíram para torná-lo famoso. (Nota da **IHU On-Line**)

nante que está dividida historicamente entre um setor industrial tradicional e um setor mercantil-financeiro que se viu potencializado pela hegemonia neoliberal pelo menos desde os governos de Ronald Reagan¹¹. É nesse contexto que a figura de Trump, reforçada pelo discurso manipulativo das mídias (monopolizadas, por sua vez, pela direita conservadora mais recalcitrante), aparece revestida com elementos messiânicos.

2) A isso deve-se acrescentar a crise econômica norte-americana, prolongada graças aos cortes orçamentários das políticas públicas (saúde, educação, previdência social etc.), e relacionada com a forte ingerência corporativa na definição das prioridades de investimento, nas políticas tributárias (permissivas com o grande capital) e nos processos de privatização e de corrupção estrutural das práticas empresariais. De fato, a dívida norte-americana é incontável e, no entanto, não apenas se eliminam os recursos destinados a políticas públicas, mas também se realizam enormes investimentos na guerra, o que, a propósito, confirma a guerra não como uma forma extrema, mas como uma maneira habitual de acumulação capitalista na atualidade.

3) Por fim, a perda de relevância do país em nível geopolítico e econômico (que se deve em grande parte à emergência da China no contexto global) se traduz na chamada afronta à “alma nacional” e está relacionada ao que William Spanos¹² denominou “a síndrome

de Vietnã”, ou seja, a narrativa da derrota e da traição que havia levado o país a perder seu curso excepcional (muito parecido com a *Dolchstosslegende*, tese alemã da punhalada nas costas). É essa “síndrome” que nos permite explicar o surgimento de narrativas grosseiras, porém eficientes na produção de estigmas e na manipulação afetiva do “público”, já não apenas em nível dos meios de comunicação de massa, mas também em nível dos *Think Tanks*, que têm assumido a clássica função mediadora e crítica das humanidades (daí os frequentes ataques neoliberais às humanidades e à universidade em geral, na América e no mundo todo).

Para dar um exemplo preciso, no ano de 2005 surge um “livro” de Samuel Huntington¹³ intitulado *Quem somos nós? Os desafios à identidade nacional americana*, que repetia os mesmos defeitos de sua “célebre” intervenção anterior, *A guerra das civilizações* (1996), em que a complexidade geopolítica pós-Guerra Fria era reduzida a uma representação caricata do mundo dividido entre Oriente e Ocidente. De maneira similar, a obra de 2005 abordava os imigrantes latinos que, segundo Huntington, eram resistentes ao projeto americano,

da Universidade de Binghamton, Nova Iorque. É especialista em Heidegger, Nietzsche e Foucault. (Nota da **IHU On-Line**)

13 **Samuel Phillips Huntington** (1927): cientista político, conhecido pela análise do relacionamento entre os militares e o governo civil, além da tese de que os atores políticos centrais do século XXI serão as civilizações, ao invés dos estados-nação. Mais recentemente, recebeu grande atenção por sua análise sobre as ameaças colocadas aos Estados Unidos pela imigração atual. Leciona na Harvard University. Tornou-se um acadêmico famoso nos anos 1960 com a publicação de *Political Order in Changing Societies*, trabalho que mudou os pontos de vista convencionais das teorias modernizantes de que o progresso social e econômico traria democracias estáveis nas nações descolonizadas recentemente. Suas obras: *The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations* (1957), *The Common Defense: Strategic Programs in National Politics* (1961), *Political Order in Changing Societies* (1968), *American Politics: The Promise of Disharmony* (1981), *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century* (1991), *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order* (1996). (Nota da **IHU On-Line**)

pois longe da sacrificialidade individualista e industriosa da *WASP Nation* (*White Anglo-Saxon Protestants*), os latinos eram católicos, coletivistas, relaxados e relutantes em assimilar a língua e os valores culturais americanos, o que reforçava o diagnóstico neoconservador de uma crise na sociedade americana (diagnóstico que pode ser encontrado inclusive nas primeiras especulações de Daniel Bell¹⁴), e já sabemos o que está em jogo com esses discursos sobre a crise moral e a perda do caráter. Sim, esse é um discurso “acadêmico” e com influência direta em Washington, então não deveriam causar estranheza os surtos paranoicos e xenófobos dos últimos anos, todos eles, agora, agrupados em um fraco, porém convincente, programa de governo, o “programa” de Donald Trump.

Sintoma escandaloso

Aqui se pode acrescentar uma série de considerações, sobretudo relativas à preponderância do projeto neoliberal, à firme articulação dos neoconservadores, ao papel policial do exército norte-americano e à configuração de uma forma pós-estatal de poder, relativa ao conglomerado corporações-mídia-exército, que patrulha o mundo apelando ao discurso da segurança e do inimigo. Neste complexo contexto, Trump é mais que um problema, é um sintoma escandaloso da crise endêmica da tradição democrática ocidental, ou, pelo menos, do projeto de democracia americana, um sintoma, em outras palavras, da reconfiguração da razão imperial moderna em termos de *Pax Americana*.

IHU On-Line - Que outros candidatos além de Trump (fora do âmbito federal) surgem como representantes dessa linha política?

14 **Daniel Bell** (1919-2011): sociólogo estadunidense, professor emérito da Universidade de Harvard e diretor da Fundação Sunjory, bem como, pesquisador residente da American Academy of Arts and Sciences. Considerado um dos líderes intelectuais da América da era pós-guerra. (Nota da **IHU On-Line**)

11 **Ronald Reagan** (1911-2004): ator norte-americano formado em economia e sociologia. Foi eleito governador da Califórnia em 1966, e se reelegeu em 1970 com uma margem de um milhão de votos. Conquistou a indicação à presidência pelo Partido Republicano em 1980, e os eleitores, incomodados com a inflação e com os americanos mantidos há um ano como reféns no Irã, o conduziram à Casa Branca. Antes de ocupar a presidência, passou 28 anos atuando como ator em 55 filmes que não entraram para a história, mas que lhe deram fama e popularidade. Sua carreira no cinema terminou em 1964, em “*The Killers*”, único filme em que atuou como vilão. (Nota da **IHU On-Line**)

12 **William Vaios Spanos**: crítico literário, professor de Inglês e Literatura Comparada

Sergio Villalobos-Ruminott - Precisamente porque não há uma linha política própria em Trump, mas sim um conjunto de vulgaridades e clichês emotivos que permitem reorganizar o campo político em termos grosseiros, porém eficientes, teríamos que pensar não nos casos mais óbvios (Sarah Palin¹⁵, Ben Carson¹⁶, Paul LePage¹⁷, Scott Walker¹⁸, Rick Santorum¹⁹ etc., todos eles furiosos anti-intelectuais e oportunistas), mas na reconfiguração ideológica do setor conservador do Partido

¹⁵ **Sarah Palin** (1964): política dos Estados Unidos e autora. Foi candidata do Partido Republicano a vice-presidente na eleição presidencial de 2008, e a primeira mulher do Alasca a ser candidata de um grande partido à presidência ou à vice-presidência, e primeira mulher republicana a ser nomeada para a vice-presidência. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁶ **Ben Carson** (1951): médico neurocirurgião pediátrico, psicólogo, escritor, professor e filantropo estadunidense. Carson entrou para a história da medicina no ano de 1987 ao separar gêmeos siameses unidos pela cabeça – um procedimento que levou cinco meses de planejamento, 22 horas na execução e que envolveu 70 médicos, enfermeiros e técnicos. Atualmente, é diretor do Departamento de Neurocirurgia Pediátrica do Hospital Johns Hopkins. Foi premiado com a Medalha Presidencial da Liberdade em 2008 pelo então presidente dos Estados Unidos George W. Bush, a maior honraria civil daquele país, dentre vários outros que o consagraram. Profundamente conservador, Carson é filiado ao Partido Republicano desde meados da década de 1990. Em maio de 2015 anunciou que estava concorrendo à indicação do seu partido à eleição para Presidente dos Estados Unidos em 2016. Menos de um ano depois, Carson anunciou que estava desistindo da corrida presidencial devido a fracas performances nos debates e nas primárias do seu partido. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁷ **Paul LePage** (1948): político e empresário do Maine, governador do Maine eleito na eleição de 2010 pelo Partido Republicano. LePage também foi Gerente Geral da Marden's Surplus and Salvage, cargo que ocupou entre 1996 e 2011. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁸ **Scott Kevin Walker** (1967): 45^o Governador do Wisconsin desde 2011 e foi candidato à nomeação do Partido Republicano às eleições presidenciais norte-americanas de 2016. No dia 21 de setembro, desistiu da corrida presidencial. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁹ **Rick Santorum** (1958): advogado e político americano. Membro do Partido Republicano, representou o estado da Pensilvânia na Câmara dos Representantes (1991-1995) e no Senado (1995-2007). Possui fortes posições conservadoras. Tentou concorrer à presidência em 2012, mas suspendeu a campanha em abril do mesmo ano. Em 2015, anunciou que tentaria ganhar a nomeação do seu partido novamente para o cargo de presidente do país para as eleições de 2016. Em fevereiro de 2016, contudo, anunciou que estava desistindo da disputa. (Nota da **IHU On-Line**)

Republicano, aquele setor que, por um lado, está disposto a defender liberdades civis tais como a liberdade de expressão (contra a censura do “politicamente correto”) e o livre acesso às armas (contra as tentativas de regulação de um mercado totalmente alheio ao con-

“

É imprescindível manter uma posição anti-patriarcalista, antimilitarista e anticapitalista. Isso é o mínimo

trole do Estado), porém, por outro lado, está disposto a morrer defendendo uma série de instituições tradicionais que assegurariam, segundo eles, a integridade do *American Way Of Life*. Daí a forte oposição ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, ao aborto e à maternidade controlada, aos subsídios à saúde ou ao desemprego, à gratuidade na educação etc.

Pois é nessa estranha amálgama entre liberalismo econômico e conservadorismo moral que encontramos as bases do neofascismo contemporâneo, pelo menos na América do Norte. E o sobressalente disso tudo é que a tal amálgama não foi facilitada pela Contrarreforma católica que vivemos como reação à Teologia da Libertação²⁰ na última parte do século XX na

²⁰ **Teologia da Libertação**: escola teológica desenvolvida depois do Concílio Vaticano II. Surge na América Latina, a partir da opção pelos pobres, e se espalha por todo o mundo. O teólogo peruano Gustavo Gutiérrez é um dos primeiros que propõe esta teologia. A teologia da libertação tem um impacto decisivo em muitos países do mundo. Sobre o tema confira a edição 214 da **IHU On-Line**, de 02-04-2007, intitulada *Teologia da libertação*, disponível para download em <http://bit.ly/bsMG96>. Leia, também, a edição 404 da revista **IHU On-Line**, de 05-10-2012, intitulada *Congresso Continental de Teologia. Concílio Vaticano II e Teologia da Libertação*

América Latina, mas por uma série de seitas de caráter protestante, que reivindicam a excepcionalidade americana e a doutrina do Destino Manifesto como horizonte de permissividade que os libera de prestar contas à história sobre os excessos cometidos em nome da “democracia” americana.

Dispositivos emocionais

Talvez seja aqui onde teríamos de pensar não apenas no fascismo como categoria operacional, mas nas variantes da teologia política neoimperial, sobretudo se considerarmos o claro caráter político e expansivo das práticas religioso-culturais dessas igrejas que funcionam como contenção de movimentos sociais progressistas (penso, sobretudo, nos grupos evangelistas fundamentalistas). Não é por acaso que todas elas sejam anti-islamistas, reforçando a representação caricata do Islã e do Oriente Médio em geral. Ou seja, há uma coerência surpreendente entre a ordem dos fundamentos neoimperiais ancorados em uma política identitária e partidária que divide o mundo entre bons e maus e as práticas neofascistas cotidianas que são alimentadas e manipuladas pela política midiática e seus dispositivos emocionais e reforçadas pela proliferação de cultos religiosos que se encarregam de confirmar a mesma versão providencial da história.

IHU On-Line - O que significa a retomada de um certo protagonismo de movimentos como a KKK²¹?

ção em debate, disponível em <http://bit.ly/SSYVTO>. (Nota da **IHU On-Line**)

²¹ **Ku Klux Klan**: também conhecida como KKK ou simplesmente “o Klan”, é o nome de três movimentos distintos, passados e atuais, dos Estados Unidos que defendem correntes reacionárias e extremistas, tais como a supremacia branca, o nacionalismo branco, a anti-imigração e, especialmente em iterações posteriores, o nordicismo, o anticatolicismo e o antissemitismo, historicamente expressos através do terrorismo voltado a grupos ou indivíduos aos quais eles se opõem. Todos os três movimentos têm clamado pela “purificação” da sociedade estadunidense e todos são considerados organizações de extrema-direita. (Nota da **IHU On-Line**)

Sergio Villalobos-Ruminott - Penso que a reaparição da KKK na cena política é conjuntural e menor, responde melhor a uma pulsão reprimida e relacionada a uma "narrativa da derrota", que confortou os setores conservadores do Sul norte-americano contra o domínio ianque. Trata-se de movimentos racistas e de superioridade branca tradicionais, que estão emoldurados em formas doutrinárias já historicamente deslocadas, porém se mantiveram latentes devido ao aparente caráter excepcionalista e autorreferencial da história norte-americana e à desescolarização de sua população civil. No entanto, com a presidência de Obama, produziu-se uma segunda narrativa nesses setores, relativa à invasão ou ocupação do país por inimigos da democracia americana, garantidos na negligência dos liberais antipatriotas.

O mesmo presidente Obama é considerado não apenas um mulçulmano praticante, mas também fraudulento (por ter nascido supostamente estrangeiro). Porém, além do profundo racismo que torna possível a reaparição do KKK e que explode midiaticamente graças aos discursos incendiários de Donald Trump, precisamos ter mais cuidado com as formas de racismo que não estão tão obviamente expressadas, mas que são mais determinantes na configuração do cenário político e social do país. Refiro-me a um racismo cultural puro que, em nome do multiculturalismo e da tolerância, do humanismo e da compaixão, segue operando de acordo com uma representação "branqueada" (como diria Bolívar Echeverría²²) da alma americana, mais que da cor da pele. Ou seja, além do óbvio racismo tradicional, deve-se confrontar o profundo racismo cultural que alimenta o excepcionalismo e que define as for-

²² **Bolívar Echeverría** (1941–2010): foi filósofo, economista e crítico cultural nascido no Equador, depois, recebeu a cidadania mexicana. Foi professor emérito na Faculdade Autónoma de Filosofia e Letras na Universidade Nacional Autónoma do México. (Nota da **IHU On-Line**)

mas micropolíticas do neofascismo norte-americano.

Privatização neoliberal da polícia

Por exemplo, a crescente violência policial contra a população afro-americana não é nem nova nem casual, ela expressa tanto o longo processo de constituição de um racismo cultural que expõe o projeto de políticas institucionais, quanto uma reorientação geral dos objetivos e imperativos da polícia segundo o novo contrato social neoliberal. De fato, a função pública dos aparatos policiais tradicionais é codificada pelos imperativos neoliberais de eficácia, controle e segurança, o que faz com que a polícia não se entenda como servidora pública, mas como um contingente

“
O “fenômeno Trump” é fascista e quase nazista em um sentido plenamente tradicional

militar em uma espécie de “guerra urbana permanente”. E, nesta reorientação, o racismo, em todas as suas manifestações, funciona como argumento pertinente para justificar as delimitadas práticas de segurança que afetam os afro-americanos. A privatização neoliberal da polícia (e não apenas nos Estados Unidos) faz uso pragmático do racismo, ou de qualquer outra forma de produção de estigmas culturais, para justificar sua atuação repressiva, que está sempre orientada em função do lucro e da acumulação.

Assim, a falta de educação historicamente informada, a manipulação midiática e a produção de clichês emotivos, o racismo brutal da KKK e as formas mais sofisticadas de racismo cultural, em conso-

nância com uma forma flexível de filosofia da história capitalista, vão configurando o cenário biopolítico no qual o neofascismo é uma atitude natural da convivência política contemporânea.

IHU On-Line - Como os EUA têm lidado com seus movimentos sociais e as demandas dos mais pobres? Percebe um avanço nesse sentido em relação às décadas anteriores?

Sergio Villalobos-Ruminott - A complexidade do sistema político norte-americano permite que a série de processos de organização e participação a nível de movimentos sociais fique deslocada, até marginalizada, graças à convergência da política formal com o espetáculo publicitário montado pelas grandes cadeias de informação. Dessa forma, movimentos pelos direitos das minorias sexuais, pelo meio ambiente, pelos direitos dos imigrantes e contra o racismo e a violência policial (*Black Lives Matter!*) são reduzidos a expressões de descontentamento conjuntural e são demonizados, reduzidos a formas de ressentimento e de parasitismo social. A velha promessa da democracia representativa está cada vez mais exposta na sua falsidade (não apenas processual), e a mesma instituição bipartidária, o sistema eleitoral indireto e a instituição dos superdelegados, fazem da cena eleitoral uma farsa que tende a confirmar o *status quo*.

Porém, há um descontentamento crescente nos setores mais vulneráveis da sociedade, e esse descontentamento tende a ser contido com os apelos simplistas e nacionalistas à crise sempre presente de segurança. Mais que um avanço, o que se expressa é uma situação exemplar, na qual, por um lado, os movimentos sociais têm sido neutralizados e “localizados”, impedindo-os de se articularem em um plano mais universal e propositivo, e, por outro lado, têm sido mediados pela representação partidária, que se considera a única via democrática. No entanto, isso não é definitivo nem está plena-

mente assegurado. Talvez aí resida a pertinência de uma candidatura como a de Bernie Sanders²³, não tanto na viabilidade formal de seu programa, mas também no efeito de ressonância e estímulo que sua campanha produziu, polarizando o discurso da política formal e fazendo enunciáveis uma série de situações que, na inércia burocrática da política partidária, tendiam a ser desconsideradas ou, simplesmente, silenciadas.

Cálculos pragmáticos e partidários

De fato, é interessante o processo político aberto com Sanders. Primeiro, o fato de que houve uma campanha alternativa às práticas hegemônicas do Partido Democrata e do bipartidarismo norte-americano, há anos sobrecodificado pelos interesses corporativos e por Wall Street. Segundo, sua retórica se volta a uma população passiva, relutante em aceitar a armadilha eleitoral, e com baixa participação a nível de eleições regulares, incorporando também novos setores de jovens que não necessariamente votarão em Hillary Clinton²⁴. Terceiro, sua campanha não foi financiada por grandes corporações,

23 Bernie Sanders (1941): político estadunidense, atualmente servindo como senador júnior dos EUA pelo estado de Vermont. Filiado ao Partido Democrata desde 2015, foi o político independente com mais tempo de mandato na história do Congresso dos Estados Unidos, embora sua coligação com os democratas permitiu-lhe postos em comissões parlamentares e, por vezes, deu maioria ao partido em votações. Concorreu às eleições primárias que definiram o candidato democrata à presidência dos Estados Unidos no pleito de 2016. Derrotado nas urnas pelos eleitores de Hillary Clinton, Sanders acabou reconhecendo a derrota em julho de 2016 e declarou apoio à ex-Secretária de Estado nas eleições presidenciais. (Nota da **IHU On-Line**)

24 Hillary Clinton (1947): advogada e política norte-americana. Natural do Illinois, graduou-se em ciência política pela Wellesley College em 1969. Depois de um período como assessora jurídica do Congresso, mudou-se para o Arkansas e casou-se com Bill Clinton em 1975. Hillary venceu as primárias democratas e a indicação do partido, tornando-se a primeira mulher a ser nomeada para a presidência por um grande partido político norte-americano. Ela enfrentará o republicano Donald Trump na eleição geral. (Nota da **IHU On-Line**)

mas por mais de um milhão de contribuintes, com uma média de 27 dólares per capita.

Quarto, tem incluído no “dizível” do discurso político uma consciência progressista que se autodenomina democrática e socialista, fazendo, como diria Rancière²⁵,

“

Há fascismo à direita e à esquerda nos movimentos políticos tradicionais

emergir um discurso desconhecido dentro dos estreitos limites do proceduralismo norte-americano. De uma outra maneira, seu discurso alterou o campo de enunciação e moveu o centro político, até pouco tempo definido unitária e monopolicamente pelas mídias e seus grupos de especialistas tautológicos. Seu lema “*A future to believe in*” (“Um futuro para acreditar”) expressava, mais do que uma doutrina coerente, uma sensação de desespero em um país que não pode seguir sendo visto homogeneamente como centro ou metrópole, na medida em que a mesma reestruturação capitalista permitiu gerar em seu interior múltiplas periferias (Flint, Detroit, Arkansas, Mississippi, New Jersey etc.).

25 Jacques Rancière (1940): filósofo argelino, professor na universidade de Paris 8. Pensa a história, a sociedade, os movimentos políticos ou o cinema. É colaborador frequente da lendária revista *Cahiers du Cinéma* – de forma a apresentar ao seu leitor e ouvinte um novo contexto e, como consequência, uma nova possibilidade para se entender a cultura, o poder ou a força das ideologias. Um dos colaboradores do pensador Louis Althusser no volume *Lire le Capital* (Ler o Capital). É o autor de *Os nomes da história – Um ensaio de poética do saber* (Educ), *Políticas da escrita, O desentendimento: política e filosofia* (ambos pela Editora 34) e *O mestre ignorante* (ed. Autêntica), entre outras obras. Esteve no Brasil em 2005, quando participou do Congresso Internacional do Medo, que aconteceu em São Paulo e no Rio de Janeiro. (Nota da **IHU On-Line**)

E que a tudo isso se chame de “revolução” não é menor, resgatando uma palavra esquecida pelas línguas catastrofistas que definem a batida. No entanto, era difícil que ganhasse e, se ganhasse, seria ainda mais difícil governar, pois necessitaria de um parlamento que já é composto por 60% de milionários e monopolizado por representantes republicanos. Porém, e isso é o relevante, sua campanha visava outra coisa, pelo menos para muitos que o apoiavam ou o apoiam, pois o processo não termina nas primárias nem na eleição presidencial (questão que atinge o governo Obama: ter destruído sua própria base social, desarmando suas demandas a partir de um presidencialismo iluminista). Sua campanha não visava apenas uma vitória eleitoral, mas também a possibilidade, única no país nos últimos anos, de inserir uma intensidade no social que não se extingue com o evento eleitoral, uma intensidade que marcasse aos jovens, que vitalizasse os velhos, que alegrasse os cidadãos em geral, que não foi desprezada em nome de cálculos pragmáticos e partidários.

Não é muito, é verdade, mas essa é a intensidade que não deve ser perdida, o fogo de uma paixão democrática que tem sido sistematicamente extinguido pelo neoliberalismo e sua antropologia gerencial, individualista e calculista. Em certo sentido, não ter sido nominado foi o melhor que podia acontecer a Sanders, pois o relevante de sua campanha está em haver deixado clara a necessidade do ativismo social, das organizações de luta, únicas capazes de tensionar e polarizar o estreito consenso partidário entre democratas e republicanos. Ainda que esteja claro que isso não basta.

IHU On-Line - Em que medida o Brexit pode estimular posições fascistas e inclusive xenóforas na Europa e até em outras partes do mundo, inclusive nos EUA? Percebe o Brexit como uma derrocada da União Europeia e também de retrocesso ao aprofundamento da democracia? Por quê?

Sergio Villalobos-Ruminott - O Brexit²⁶ expressa, de fato, um retrocesso no projeto da Comunidade Europeia, mas deveria se perguntar até que ponto essa comunidade se considera uma instância universal de proteção à paz e à democracia. Obviamente, há que se apostar sempre em todos esses pequenos processos de institucionalização e, desde esse ponto de vista, a saída do Reino Unido da União Europeia é lamentável, sobretudo porque foi possível graças à mobilização de estigmas e medos mais ou menos similares aos utilizados nos Estados Unidos para demonizar os imigrantes. Porém, além disso, a pergunta de fundo tem a ver com o caráter, as prerrogativas e as limitações da mesma União Europeia, e com o problema das hierarquias internas e da redefinição da relação soberana em termos de uma territorialidade continental, porém não universal.

Na verdade, o projeto de uma Paz Perpétua (Kant²⁷) funda-

26 Brexit: a saída do Reino Unido da União Europeia (UE) é apelidada de Brexit, palavra-valise originada na língua inglesa resultante da fusão das palavras Britain (Grã-Bretanha) e exit (saída). A saída da Grã-Bretanha da UE tem sido um objetivo político perseguido por vários indivíduos, grupos de interesse e partidos políticos, desde 1973, quando o Reino Unido ingressou na Comunidade Econômica Europeia (CEE), a precursora da UE. Confira o artigo *A vitória do Brexit: interpretando cenários complexos e incertos*, de autoria de Bruno Lima Rocha e Diego Pautasso, publicado na edição 488 da **IHU On-Line**, de 04-07-2016, disponível em <http://bit.ly/2ahTxPa>. (Nota da **IHU On-Line**)

27 Immanuel Kant (1724-1804): filósofo prussiano, considerado como o último grande filósofo dos princípios da era moderna, representante do Iluminismo. Kant teve um grande impacto no romantismo alemão e nas filosofias idealistas do século XIX, as quais se tornaram um ponto de partida para Hegel. Kant estabeleceu uma distinção entre os fenômenos e a coisa-em-si (que chamou *noumenon*), isto é, entre o que nos aparece e o que existiria em si mesmo. A coisa-em-si não poderia, segundo Kant, ser objeto de conhecimento científico, como até então pretendera a metafísica clássica. A ciência se restringiria, assim, ao mundo dos fenômenos, e seria constituída pelas formas a priori da sensibilidade (espaço e tempo) e pelas categorias do entendimento. A **IHU On-Line** número 93, de 22-03-2004, dedicou sua matéria de capa à vida e à obra do pensador com o título *Kant: razão, liberdade e ética*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon93>. Também sobre Kant foi publicado o **Cadernos IHU**

em uma federação de nações modernas (europeias, racionais, brancas) sempre foi tido como o reverso material ao colonialismo europeu e suas políticas expansivas, até metade do século XX, graças ao fim da Segunda Guerra Mundial, à consolidação da América como novo poder global e à perda posterior dos territórios coloniais no norte da África. Desde então, a Europa tem desenvolvido uma relação clientelista com os Estados Unidos, que começa com o Plano Marshall²⁸ e se consolida com a política de alinhamento contra o comunismo. Neste breve contexto histórico, se poderia dizer que a chamada União Europeia não equivale à realização tão desejada dessa federação de nações, e que o Brexit é tanto um retrocesso quanto um sintoma da condição ambivalente da ordem geopolítica contemporânea.

Essa ambivalência, que também se expressa na situação paradoxal do imperialismo norte-americano (que alcança uma presença militar em nível mundial nunca antes vista, porém que é cada vez mais

em formação número 2, intitulado *Emmanuel Kant – Razão, liberdade, lógica e ética*, que pode ser acessado em <http://bit.ly/ihuemo2>. Confira, ainda, a edição 417 da revista **IHU On-Line**, de 06-05-2013, intitulada *A autonomia do sujeito, hoje. Imperativos e desafios*, disponível em <http://bit.ly/ihuon417>. (Nota da **IHU On-Line**)

28 Plano Marshall: aprofundamento da Doutrina Truman, conhecido oficialmente como Programa de Recuperação Europeia, foi o principal plano dos Estados Unidos para a reconstrução dos países aliados da Europa nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial. A iniciativa recebeu o nome do Secretário do Estado dos Estados Unidos, George Marshall. O plano de reconstrução foi desenvolvido em um encontro dos Estados europeus participantes em julho de 1947. A União Soviética e os países da Europa Oriental foram convidados, mas Josef Stalin viu o plano como uma ameaça e não permitiu a participação de nenhum país sob o controle soviético. O plano permaneceu em operação por quatro anos fiscais a partir de julho de 1947. Durante esse período, algo em torno de US\$ 13 bilhões (13 mil milhões de dólares) de assistência técnica e econômica – equivalente a cerca de US\$ 132 bilhões (132 mil milhões de dólares) em 2006, ajustado pela inflação – foram entregues para ajudar na recuperação dos países europeus que juntaram-se à Organização Europeia para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (Nota da **IHU On-Line**)

difícil de ser definida em termos nacionais), constitui uma situação de interregno, que não necessariamente equivale a um processo transitório para uma nova etapa histórica, mas expressa uma situação inédita. Nossa atualidade está órfã de projetos, carece de uma filosofia da história que prometa um futuro para o qual se dirigir; nem o progresso liberal infinito nem a revolução aparecem como possibilidades para um tempo em que se aprendeu a desconfiar da filosofia da história.

Talvez por isso o interregno, longe de sinalizar um fim da história em um sentido negativo, não seja apenas uma possibilidade (maior que a concretude) de reimaginar o mundo mais além dos esquemas e dos imaginários políticos modernos. Indubitavelmente, para isso se necessita de uma clara consciência histórica (que os neoconservadores se dedicaram a proibir e destruir permanentemente), mas também é indispensável entender as limitações históricas e geográficas dos projetos políticos passados, que não alcançam suficiente força para confrontar o capitalismo contemporâneo, o mesmo que já não se satisfaz com a exploração dos homens, ameaçando-os cada vez mais com a devastação do planeta.

Possibilidade aberta

Por fim, gostaria de concluir dizendo que o esgotamento da política moderna não é, necessariamente, um sintoma da dominação pós-política da factualidade capitalista, mas uma condição fundamental para repensar a política além das figuras consulares da tradição metafísica ocidental (poder, vontade, sujeito, racionalidade, previsibilidade, inimigo). Essa possibilidade está aberta, não é predominantemente monopólio dos intelectuais e sempre tem lugar, ainda que insistamos em traduzi-la de acordo com as coordenadas de uma língua em desacordo com as dinâmicas da história. ■

O fascista não argumenta; rosna. A exclusão de temáticas humanísticas dos currículos escolares

Para o filósofo Ricardo Timm, há um processo gradativo e incisivo de redução do espaço político no Brasil desde a década de 1990

Por Márcia Junges | Edição Patricia Fachin

“O fascismo só existe na ausência da crítica”, diz Ricardo Timm à **IHU On-Line**, ao comentar os discursos extremados em relação ao atual cenário político brasileiro. Na avaliação de Timm, o fascismo é “uma expressão extrema de *medo do Outro*, expressão essa manobrada por ideologias mais sutis”.

Na entrevista, concedida por e-mail, o filósofo comenta algumas das características do fascismo, entre elas a “ojeriza completa ao questionamento e pavor ao pensamento, e, por extensão, à cultura em geral”. Segundo ele, “o fascista típico não argumenta, ele rosna, emite onomatopeias, cacareja lugares-comuns, mas não processa dados cognitivos”. Sobre o “fascismo brasileiro”, Timm frisa que ele “é tão rudimentar como a sociedade na qual ele surge, o que não significa, absolutamente, que seja menos primário ou violento que em outras tradições”.

Timm também comenta o estado de direito à luz do Judiciário brasileiro, e é categórico: “O Judiciário brasileiro se constitui em uma perfeita casta de privilégios, em constante troca de favores com os demais poderes e os Donos do Poder. Sua função ideológica específica é dar aparência de legitimidade às decisões da Casa Grande, e aqui, novamente e de modo muito incisivo, as exceções confirmam a regra”.

Ricardo Timm é graduado em Música com habilitação em Instrumentos pela Universidade Federal do Rio Grande do

Sul - UFRGS e em Estudos Sociais e Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Também cursou mestrado em Filosofia pela PUCRS e doutorado em Filosofia pela Universität Freiburg (Albert-Ludwigs). Atualmente é Professor Titular da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, atuando principalmente como professor dos Programas de Pós-Graduação em Filosofia, Letras e Ciências Criminais, e Coordenador do Escritório de Ética em Pesquisa da PROPESQ/PUCRS. É autor, entre outras obras, de *Em torno à diferença - Aventuras da alteridade na complexidade da cultura contemporânea* (Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007). É também um dos organizadores de *Alteridade e Ética - Obra comemorativa dos 100 anos do nascimento de Emmanuel Lévinas* (Porto Alegre: EDI-PUCRS, 2008). Entre seus livros mais recentes estão *Ética como fundamento II - pequeno tratado de ética radical* (Caxias do Sul: EDUCS, 2016), *Ainda além do medo - filosofia e antropologia do preconceito* (Porto Alegre: Editora FI, 2015) e *Adorno e a dialética negativa - leituras contemporâneas* (Porto Alegre: Editora Fi, 2015).

A entrevista foi originalmente publicada nas Notícias do Dia de 15-05-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/24VD88P>.

Confira a entrevista.

“

O fascismo, dito em termos simples, é o resultado da cópula entre uma espécie bem determinada de psicopatologia e uma naturalizada sociopatologia

IHU On-Line - Como conceituaria o fascismo hoje? Quais são as raízes dessa intolerância que descamba em violência? Em que medida o totalitarismo como filho bastardo da modernidade nos ajuda a compreender o recrudescimento do fascismo no mundo e no Brasil, especificamente?

Ricardo Timm de Souza - Para compreender o que se tem chamado de “fascismo” hoje, há que, primeiramente, dilatar a tradição histórico-hermenêutica desse termo, acompanhando a própria revolução comunicacional, que por sua vez segue *pari passu* a globalização tardo-capitalista e as novas lógicas geopolíticas. Isso, porém, não significa que alguns traços clássicos não perdurem nas expressões contemporâneas desse fenômeno social. Destacaria em primeiro lugar a lógica do “feixe”: não há fascista subjetivo, nem ao menos no sentido individual mais elementar do termo; cada fascista não é senão o reflexo de muitos outros, e o todo compõe um “feixe de varas” - “fascio” - rígido e no qual cada uma é indiscernível da outra. Outra característica muito clara e evidente também hoje é a ojeriza completa ao questionamento e pavor ao pensamento, e, por extensão, à cultura em geral. Goebbels¹ disse: “quando ouço falar em cultura, levo a mão ao coldre do meu revólver”.

O fascismo só existe na ausência da crítica; alimenta-se de uma

¹ Paul Joseph Goebbels (1897-1945): ministro da Propaganda de Adolf Hitler. Figura-chave do regime, conhecido por seus dotes retóricos. (Nota da IHU On-Line)

espécie de proto-positivismo² definitivo, no qual a realidade está dada de uma vez para sempre, e qualquer possibilidade de questionamento do dado por estabelecido é interdita. Por decorrência,

² Proto-positivismo: referente a uma forma primitiva de Positivismo – corrente filosófica que surgiu na França no começo do século XIX. Seus principais idealizadores foram os pensadores Augusto Comte e John Stuart Mill. Esta escola filosófica ganhou força na Europa na segunda metade do século XIX e começo do XX. É um conceito que possui distintos significados, englobando tanto perspectivas filosóficas e científicas do século XIX quanto outras do século XX. Para Comte, o positivismo é uma doutrina filosófica, sociológica e política. Surgiu como desenvolvimento sociológico do iluminismo, das crises social e moral do fim da Idade Média e do nascimento da sociedade industrial – processos que tiveram como grande marco a Revolução Francesa (1789-1799). Em linhas gerais, ele propõe à existência humana valores completamente humanos, afastando radicalmente a teologia e a metafísica (embora incorporando-as em uma filosofia da história). Assim, o positivismo associa uma interpretação das ciências e uma classificação do conhecimento a uma ética humana radical, desenvolvida na segunda fase da carreira de Comte. O positivismo defende a ideia de que o conhecimento científico é a única forma de conhecimento verdadeiro. De acordo com os positivistas somente pode-se afirmar que uma teoria é correta se ela foi comprovada através de métodos científicos válidos. Os positivistas não consideram os conhecimentos ligados às crenças, superstição ou qualquer outro que não possa ser comprovado cientificamente. Para eles, o progresso da humanidade depende exclusivamente dos avanços científicos. Desde o seu início, com Augusto Comte, o sentido da palavra positivismo mudou radicalmente, incorporando diferentes sentidos, muitos deles opostos ou contraditórios entre si. Nesse sentido, há correntes de outras disciplinas que se consideram “positivistas” sem guardar nenhuma relação com a obra de Comte. Exemplos paradigmáticos disso são o positivismo jurídico, do austríaco Hans Kelsen, e o positivismo lógico (ou Círculo de Viena), de Rudolph Carnap, Otto Neurath e seus associados. (Nota da IHU On-Line)

ocorre a interdição da linguagem. O fascista típico não argumenta, ele rosna, emite onomatopeias, cacareja lugares-comuns, mas não processa dados cognitivos. Tudo está para sempre “dito”, no sentido levinasiano³ do termo. E a essas características - e também como decorrência, de certo modo, delas - expressa-se sua face mais visível: a violência em todas as suas formas, justificada “por si mesma”, no sentido de esmagar o Outro ou anulá-lo completamente.

Nunca é demais lembrar que o fascismo contemporâneo, como o clássico, é, essencialmente, uma expressão extrema de *medo do Outro*, expressão essa manobrada por ideologias mais sutis. O fascismo, dito em termos simples e apenas formalmente pareados para os fins específicos da presente questão, é o resultado da cópula entre uma espécie bem determinada de psicopatologia e uma naturalizada sociopatologia.

IHU On-Line - Por que esse comportamento político tem ganhado espaço e “credibilidade” através da representação política? Em que aspectos o estado de exceção e a biopolítica se manifestam e se imbricam no fascismo atualmente?

Ricardo Timm de Souza - Por sua própria natureza de apologia de irracionalidade, os fascistas atraem, como dissemos acima, na condição de massa de manobra, expressões diversas de racionalidades por nós chamadas no texto “O nervo expos-

³ Levinasiano: referente aos estudos de Emmanuel Lévinas (1906-1995): filósofo e comentarista talmúdico lituano, de ascendência judaica e naturalizado francês. Foi aluno de Husserl e conheceu Heidegger, cuja obra *Ser e tempo* o influenciou muito. “A ética precede a ontologia” é uma frase que caracteriza seu pensamento. Escreveu, entre outros, *Totalidade e Infinito* (Lisboa: Edições 70, 2000). Sobre o filósofo, confira a entrevista com Rafael Haddock-Lobo, publicada em 30-08-2007 no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, intitulada *Lévinas: justiça à sua filosofia e a relação com Heidegger, Husserl e Derrida*, disponível em <http://bit.ly/1bZ77kk>, e a edição número 277 da IHU On-Line, de 14-10-2008, intitulada *Lévinas e a majestade do Outro*, disponível em <http://bit.ly/1gsnUOL>. (Nota da IHU On-Line)

to” de “vulgares” - que entregam-se à promessa das certezas definitivas (nenhum fascista tem dúvidas, só certezas) - e “ardilosas”, que veem aí uma oportunidade preciosa de difusão de seus interesses que, por motivos diversos, não podem ser abertamente confessados. (Essa é uma das razões pelas quais a direita tem sempre uma e apenas uma bandeira apresentada como de interesse geral: a “corrupção”.) Todo fascismo é, na realidade, a ocupação de um espaço deixado, por algum motivo ou motivos conjunturais, “em aberto” no espaço político. Isso pode soar paradoxal, porém se esclarece na medida em que se há de compreender “política” - em última análise, “vida (em) comum na polis” - como espaço de convivência de diferenças e de diálogos e ações por vezes muito árduas: é isso que entendemos como *processo de construção democrática*, algo que apenas se pode dar ao longo do tempo de construção, pela convergência e divergência de diversos discursos que carregam, em si, a expressão explícita ou implícita de seus interesses.

Ora, o fascismo tem como ponto nodal e condição de sua existência a ausência da linguagem no tempo, ou seja, do discurso; sua “linguagem” não passa de uma espécie de tradução imediata de atávico ódio ao Outro. E, por isso, em última análise, não faz sentido falarmos de “discurso de ódio”. Discurso pressupõe linguagem articulada *no tempo* que encontra outras linguagens, e linguagem articulada no tempo pressupõe pensamento e capacidade de lidar com o real, o que, como vimos, é o pavor de todo fascismo. É nesse ponto crucial - *pretensão de detenção do tempo e da realidade*, ou seja, nessa utopia de não se ter mais utopias - que livros como *O fim da história e o último homem* (São Paulo: Rocco, 1992), de Fukuyama⁴, a legitima-

4 **Francis Fukuyama** (1952): professor americano de economia política internacional da Paul H. Nitze School of Advanced International Studies, na Johns Hopkins University, nos EUA. Seu primeiro livro, *O fim da história e o último homem* (1992), figurou nas listas de mais vendidos de diversos países, como EUA, França, Japão e Chile, tendo

ção do estado de exceção por autores como C. Schmitt⁵ e G. Jakobs⁶ e a violência biopolítica universal hoje praticamente desimpedida, denunciada por Walter Benjamin⁷,

ganhado o Los Angeles Times Book Critics Award e o Prêmio Capri (Itália). Outros livros representativos de sua obra são *Confiança* (1995), *A grande ruptura* (1999) e *Nosso futuro pós-humano* (2002), todos publicados pela Editora Rocco, de São Paulo. Especialista em questões políticas e militares da Europa e do Oriente Médio, Fukuyama já integrou o Conselho de Planejamento Político do Departamento de Estado norte-americano. Atualmente, ele é membro do Conselho Presidencial de Ética em Biotecnologia, dentre diversos outros títulos e cargos de prestígio internacional. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Carl Schmitt** (1888-1985): jurista, filósofo político e professor universitário alemão. É considerado um dos mais significativos (porém também um dos mais controversos) especialistas em direito constitucional e internacional da Alemanha do século XX. A sua carreira foi maculada pela sua proximidade com o regime nacional-socialista. Entre outros, é autor de *Teologia política* (Politische Theologie), tradução de Elisete Antoniuk (Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 2006) e “O Leviatã na Teoria do Estado de Thomas Hobbes”. Trad. Cristiana Filizola e João S. Galvão Junior. In GALVÃO JR. J.C. “Leviathan cibernético” Rio de Janeiro: NPL, 2008. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Günther Jakobs** (1937): é um autor de livros de Direito, filósofo e professor Emérito de Direito penal e Filosofia do Direito. Na comunidade científica mais ampla, ele é mais conhecido por seu controverso conceito de Direito penal do inimigo. Estudou Direito nas Universidades de Colônia, Kiel e Bonn, tendo se graduado nesta última em 1967 onde defendeu a tese sobre direito penal e doutrina da competência. Em 1971, obteve título de advogado, em Bonn, mediante um trabalho sobre a negligência no delito de resultado, e no ano seguinte ocupou sua primeira cátedra na Universidade de Kiel. Posteriormente, realizou uma prestigiosa carreira acadêmica na Universidade de Bonn nas áreas de Direito Penal, Direito Processual Penal e Filosofia do Direito, como continuador e com posterior superação da obra e da escola finalista de Hans Welzel, de quem foi discípulo. Atualmente é professor aposentado da Universidade de Bonn. Com as ideias do sociólogo Niklas Luhmann sobre a teoria dos sistemas apartou-se da doutrina finalista e criou o funcionalismo sistêmico fundado na racionalidade comunicativa. Após os ataques de 11 de setembro contra as Torres Gêmeas, em Nova Iorque, teve papel relevante na criação das bases filosóficas legitimadoras da guerra ao terror. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Walter Benjamin** (1892-1940): filósofo alemão. Foi refugiado judeu e, diante da perspectiva de ser capturado pelos nazistas, preferiu o suicídio. Associado à Escola de Frankfurt e à Teoria Crítica, foi fortemente inspirado tanto por autores marxistas, como Bertolt Brecht, como pelo místico judeico Gershom Scholem. Conhecedor profundo da língua e cultura francesas, traduziu para o alemão importantes obras como *Quadros*

Giorgio Agamben⁸ e Jacques Derri-

Parisienses de Charles Baudelaire e *Em Busca do Tempo Perdido* de Marcel Proust. O seu trabalho, combinando ideias aparentemente antagônicas do idealismo alemão, do materialismo dialético e do misticismo judaico, constitui um contributo original para a teoria estética. Entre as suas obras mais conhecidas, contam-se *A Obra de Arte na Era da Sua Reprodutibilidade Técnica* (1936), *Teses Sobre o Conceito de História* (1940) e a monumental e inacabada *Paris, Capital do século XIX*, enquanto *A Tarefa do Tradutor* constitui referência incontornável dos estudos literários. Sobre Benjamin, confira a entrevista *Walter Benjamin e o império do instante*, concedida pelo filósofo espanhol José Antonio Zamora à **IHU On-Line** nº 313, disponível em <http://bit.ly/zamora313>. (Nota da **IHU On-Line**)

8 **Giorgio Agamben** (1942): filósofo italiano. É professor da Facoltà di Design e arti della IUAV (Veneza), onde ensina Estética, e do College International de Philosophie de Paris. Formado em Direito, foi professor da Università di Macerata, Università di Verona e da New York University, cargo ao qual renunciou em protesto à política do governo estadunidense. Sua produção centra-se nas relações entre filosofia, literatura, poesia e, fundamentalmente, política. Entre suas principais obras, estão *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002), *A linguagem e a morte* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005), *Infância e história: destruição da experiência e origem da história* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006), *Estado de exceção* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007), *Estâncias – A palavra e o fantasma na cultura ocidental* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007) e *Profanações* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007). Em 04-09-2007, o sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU publicou a entrevista *Estado de exceção e biopolítica segundo Giorgio Agamben*, com o filósofo Jasson da Silva Martins, disponível em <http://bit.ly/jassono40907>. A edição 236 da **IHU On-Line**, de 17-09-2007, publicou a entrevista *Agamben e Heidegger: o âmbito originário de uma nova experiência, ética, política e direito*, com o filósofo Fabrício Carlos Zanin, disponível em <http://bit.ly/ihuon236>. A edição 81 da publicação, de 27-10-2003, teve como tema de capa *O Estado de exceção e a vida nua: a lei política moderna*, disponível para acesso em <http://bit.ly/ihuon81>. Em 30-06-16 o Prof. Dr. Castor Bartolomé Ruiz proferiu a conferência Foucault e Agamben. Implicações Ético-Políticas do Cristianismo, que pode ser assistida em <http://bit.ly/29j12pl>. De 16-03-2016 a 22-06-2016 Ruiz ministrou a disciplina de Pós-Graduação em Filosofia e também validada como curso de extensão através do IHU intitulada *Implicações ético-políticas do cristianismo na filosofia de M. Foucault e G. Agamben. Governamentalidade, economia política, messianismo e democracia de massas*, que resultou na publicação da edição 241^a dos **Cadernos IHU ideias**, intitulado *O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno*, que pode ser acessada em <http://bit.ly/1Yyo7S7>. Para 23 e 24-05-2017 o IHU realizará o VI Colóquio Internacional IHU – Política, Economia, Teologia. Contribuições da obra de Giorgio Agamben, com base, sobretudo, na obra *O reino e a glória. Uma gene-*

da⁹, se encontram e mostram articuladamente sua verdadeira face.

IHU On-Line - Que peculiaridades poderia apontar acerca do fascismo à brasileira?

Ricardo Timm de Souza - O fascismo à brasileira apresenta algumas peculiaridades em relação a outras tradições. A mais notável e decisiva diz respeito ao fato de que a nação brasileira se constituiu em uma "sociedade rudimentar" (feliz expressão de Maurício Dias). Isso se dá devido a inúmeros fatores, dos quais o mais decisivo é, sem dúvida, a indigência educacional e cultural congênita cuidadosamente cultivada no país em formação - lembremos que, enquanto no século XVI já tínhamos as primeiras Universidades latino-americanas, até 1808 era terminantemente proibida a fundação de Universidades no Brasil, e isso só mudou devido à fuga da família real para cá. Daí advêm vícios extremamente arraigados no conjunto da população, que vão do hábito de confundir constantemente bacharéis com doutores até considerar a educação, em todos os seus aspectos, como algo absolutamente não prioritário.

A reprodução das classes iletradas, ou funcionalisticamente letradas (pessoas com curso superior que não conseguem ter uma visão mais abrangente da sociedade) - o que, do ponto de vista de

aloga teológica da economia e do governo de Giorgio Agamben (São Paulo: Boitempo, 2011. Tradução de: Il regno e la gloria. Per una genealogia teológica dell'economia e del governo. Publicado originalmente por Neri Pozza, 2007). (Nota da **IHU On-Line**)

9 **Jacques Derrida** (1930-2004): filósofo francês, criador do método chamado desconstrução. Seu trabalho é associado, com frequência, ao pós-estruturalismo e ao pós-modernismo. Entre as principais influências de Derrida encontram-se Sigmund Freud e Martin Heidegger. Entre sua extensa produção, figuram os livros *Gramatologia* (São Paulo: Perspectiva, 1973), *A farmácia de Platão* (São Paulo: Iluminuras, 1994), *O animal que logo sou* (São Paulo: UNESP, 2002), *Papel-máquina* (São Paulo: Estação Liberdade, 2004) e *Força de lei* (São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007). Dedicamos a Derrida a editoria Memória da **IHU On-Line** n° 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>. (Nota da **IHU On-Line**)

compreensão das lógicas sociais, dá na mesma - tem sido cuidadosamente cultivada e se constitui em um dos instrumentos fundamentais de contenção das classes subalternas e cooptação de camadas médias aos interesses dos "donos do poder". Isso se mostra de forma muito aguda pela exclusão de temáticas humanísticas dos currículos escolares e incorporação constante de formações tecnicistas-funcionalistas, no sentido da procura muito bem calculada do *desenraizamento* das pessoas (através, principalmente, da exclusão de temas como a filosofia, a história, as letras em geral). Isso se acentua com a devastação cultural e educacional promovida pelo golpe civil-militar de 1964¹⁰ e a adoção dos modelos MEC-USAID¹¹

10 **Golpe Militar**: movimento deflagrado em 1º de abril de 1964. Os militares brasileiros, apoiados pela pressão internacional anticomunista liderada e financiada pelos EUA, desencadearam a Operação Brother Sam, que garantiu a execução do Golpe, que destituiu do poder o presidente João Goulart, o Jango. Em seu lugar os militares assumem o poder. Sobre a ditadura de 1964 e o regime militar o IHU publicou o 4º número dos **Cadernos IHU em formação**, intitulado *Ditadura 1964. A memória do regime militar*. Confira, também, as edições n° 96 da **IHU On-Line**, intitulada *O regime militar: a economia, a igreja, a imprensa e o imaginário*, de 12 de abril de 2004, e n° 95, de 5 de abril de 2005, *1964 - 2004: hora de passar o Brasil a limpo*. (Nota da **IHU On-Line**)

11 **MEC-USAID**: série de acordos produzidos, nos anos 1960, entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID). Visavam estabelecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira. Entre junho de 1964 e janeiro de 1968, período de maior intensidade nos acordos, foram firmados 12, abrangendo desde a educação primária (atual ensino fundamental) ao ensino superior. O último dos acordos firmados foi no ano de 1976. Os MEC-USAID inseriam-se num contexto histórico fortemente marcado pelo tecnicismo educacional da teoria do capital humano, isto é, pela concepção de educação como pressuposto do desenvolvimento econômico. Nesse contexto, a "ajuda externa" para a educação tinha por objetivo fornecer as diretrizes políticas e técnicas para uma reorientação do sistema educacional brasileiro, à luz das necessidades do desenvolvimento capitalista internacional. Os técnicos norte-americanos que aqui desembarcaram, muito mais do que preocupados com a educação brasileira, estavam ocupados em garantir a adequação de tal sistema de ensino aos desígnios da economia internacional, sobretudo aos interesses das grandes corpora-

a partir de 1969 nos currículos escolares nacionais. Podemos inclusive dizer que boa parte do que se vê frequentemente em termos de ideário de direita no Brasil não somente é ainda fruto dessa devastação planejada, como, também, sua retroalimentação insidiosa.

Tudo isso conforma um tipo de indivíduo altamente desejável para o positivismo-funcionalismo; sua característica mais notável é a completa incapacidade de compreender problemas historicamente estruturais, considerando a totalidade da realidade social como dimensões conjunturais desconectadas umas das outras. E, por óbvio, um tal indivíduo esvaziado de capacidade crítica aparece como privilegiado do ponto de vista da cooptação pelo modelo fascista nativo. Entre nós, a mais cabal incultura não é acidental em grupos fascistas, mas essencial. Não tivemos e nem temos, na consecução de algum ideário fascista ou profascista estilo integralismo¹², nem a mais remota sombra de um Carl Schmitt,

ções norte-americanas. Na prática, os MEC-USAID não significaram mudanças diretas na política educacional, mas tiveram influência decisiva nas formulações e orientações que, posteriormente, conduziram o processo de reforma da educação brasileira na Ditadura Militar. Destacam-se a Comissão Meira Mattos, criada em 1967, e o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), de 1968, ambos decisivos na reforma universitária (Lei n° 5.540/1968) e na reforma do ensino de 1º e 2º graus (Lei n° 5.692/1971). (Nota da **IHU On-Line**)

12 **Integralismo**: também denominado "nacionalismo integral", é uma doutrina política de inspiração tradicionalista, ultraconservadora, inspirada na Doutrina Social da Igreja Católica, teorizada por Charles Maurras no início do século XX. Essa ideologia expressa-se principalmente em círculos monárquicos. Inicialmente promovida pela Action Française seguindo depois a sua natural internacionalização, nomeadamente, com algumas diferenças entre si, através da Ação Integralista Brasileira e do Integralismo Lusitano entre outros. Entre vários aspectos defende o princípio de que uma sociedade só pode funcionar com ordem e paz, no respeito das hierarquias sociais, fundamentando-se para isso nas aptidões e nos méritos pessoais demonstrados (em oposição às doutrinas igualitárias saídas da Revolução Francesa, como o comunismo e anarquismo) e na harmonia e união social. (Nota da **IHU On-Line**)

um Heidegger¹³, um Céline¹⁴, um Knut Hamsun¹⁵, um Gabriele

13 **Martin Heidegger** (1889-1976): filósofo alemão. Sua obra máxima é *O ser e o tempo* (1927). A problemática heideggeriana é ampliada em *Que é Metafísica?* (1929), *Cartas sobre o humanismo* (1947), *Introdução à metafísica* (1953). Sobre Heidegger, confira as edições 185, de 19-06-2006, intitulada *O século de Heidegger*, disponível em <http://bit.ly/ihuon185>, e 187, de 03-07-2006, intitulada *Ser e tempo. A desconstrução da metafísica*, em <http://bit.ly/ihuon187>. Confira, ainda, **Cadernos IHU em formação** n° 12, *Martin Heidegger. A desconstrução da metafísica*, que pode ser acessado em <http://bit.ly/ihuem12>. Confira, também, a entrevista concedida por Ernildo Stein à edição 328 da revista **IHU On-Line**, de 10-05-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon328>, intitulada *O biologismo radical de Nietzsche não pode ser minimizado*, na qual discute ideias de sua conferência A crítica de Heidegger ao biologismo de Nietzsche e a questão da biopolítica, parte integrante do ciclo de estudos Filosofias da diferença – pré-evento do XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. (Nota da **IHU On-Line**)

14 **Louis-Ferdinand Céline**, pseudônimo de Louis Ferdinand Destouches Auguste (1894-1961): um romancista francês, panfletário e médico. O nome Céline foi o primeiro nome de sua avó. Ele desenvolveu um novo estilo de escrita que modernizou a literatura francesa. No fim dos anos 30, Céline começou a tender politicamente para o fascismo e proclamou seu antisemitismo. Durante a ocupação alemã, seu comportamento foi ambíguo. Depois da libertação, teve que fugir para a Dinamarca, com a identidade disfarçada sob seu verdadeiro nome. Foi julgado in absentia, mas o veredicto foi posteriormente anulado e lhe permitiram retornar à França, onde passou seus últimos anos – parcialmente paralisado e à beira da loucura. Céline, entretanto, continuou a escrever, produzindo dois romances – *D'un château à l'autre* (1957) e *Nord* (1960) – considerados por alguns críticos como equivalentes aos seus dois grandes livros dos anos 30. Morreu em Paris, a 1º de julho de 1961. (Nota da **IHU On-Line**)

15 **Knut Hamsun** (1859-1952): foi um escritor norueguês. Hamsun conquistou sucesso em 1890 com *Sult* (Fome), uma história sobre um jovem escritor sem teto, incapaz de arranjar trabalho e morrendo de fome vagando pelas ruas da Christiania. O romance se torna conhecido, o que coloca Hamsun como um escritor de prestígio. Em 1911 Hamsun deixa os círculos literários urbanos e muda-se para uma fazenda. Depois da publicação de *Os Frutos da Terra*, em 1917, ele se instala em Norholm, no sul da Noruega. Lá ele divide seu tempo entre escrever e trabalhar na terra. *Os Frutos da Terra* rendeu a Hamsun o Nobel de Literatura. No período entre as guerras, Hamsun virou um recluso. No início da década de 1930, ele escreveu *Andstrykare* (1930), *August* (1930) e *Men Livet Lever* (1933). Individualismo e antipatia à cultura ocidental moderna levaram-no a apoiar a Alemanha durante a ocupação da Noruega por esta na Segunda Guerra. Hamsun não desenvolveu essa atitude da noite para o dia – ele simpatizava com os Alemães porque

d'Annunzio¹⁶, um Pirandello¹⁷, um

na Primeira Guerra a opinião pública da Noruega dava apoio à França e à Grã-Bretanha. Hamsun nunca filiou-se ao partido Nazista Norueguês, mas também escreveu vários artigos pró-fascistas. Depois da guerra, Hamsun ficou preso por algum tempo e sua mulher foi presa e condenada a três anos de trabalho forçado. Em 1945 Hamsun foi transferido para uma clínica psiquiátrica em Oslo. Em 1947 foi julgado e penalizado por suas opiniões políticas. Ignorando o conselho do advogado, ele negou-se a fingir senilidade e mostrou pouco remorso. Sobre a morte de Hitler ele escreveu: “Ele era um guerreiro, um guerreiro pela humanidade e um profeta da verdade e da justiça para todas as nações”. Hamsun lançou em 1949 (ele tinha então 90 anos) um livro sobre suas opções políticas e seu ponto de vista em relação ao seu julgamento. O livro foi campeão de vendas, mostrando que seus talentos ainda estavam intactos. Hamsun morreu em Norholm, no dia 19 de fevereiro de 1952. (Nota da **IHU On-Line**)

16 **Gabriele d'Annunzio** (1863-1938): foi um poeta e dramaturgo italiano, símbolo do decadentismo e herói de guerra. Além de sua carreira literária, teve também uma excêntrica carreira política. D'Annunzio é considerado um precursor dos ideais e técnicas do fascismo italiano. Seu ideário nasceu em Fiume (hoje Rijeka na Croácia) quando escreveu junto a Alceste de Ambris sua constituição. De Ambris se encarregou da parte legal enquanto D'Annunzio contribuiu com suas habilidades como poeta. A constituição estabelecia um estado corporativista, com nove corporações para representar diferentes setores da economia (empregados, trabalhadores, profissionais), bem como uma “décima” (invento de D'Annunzio), representação dos “humanos superiores” (heróis, poetas, profetas, super-homens). A constituição declarava também que a música era o princípio fundamental do Estado. Ali nasceu também parte da cultura ditatorial que Benito Mussolini aprendeu e imitou de D'Annunzio: seu método de governo em Fiume, a economia do estado corporativo, grandes e emotivos rituais nacionalistas, a saudação romana, seguidores devotados com camisas negras, respostas brutais e uma forte repressão contra a dissidência. D'Annunzio defendia a política expansionista italiana e aplaudiu a invasão italiana da Etiópia. (Nota da **IHU On-Line**)

17 **Luigi Pirandello** (1867-1936): foi um dramaturgo, poeta e romancista siciliano. Foi um grande renovador do teatro, com profundo sentido de humor e grande originalidade. Suas obras mais famosas são: *Seis personagens à procura de um autor*, *Assim é, se lhe parece*, *Cada um a seu modo* e os romances *O falecido Matias Pascal*, *Um, Nenhum e Cem Mil* e *Esta Noite Improvisa-se*. Sua primeira peça de teatro foi *O Torniquete* escrita entre 1899 e 1900 e encenada pela primeira vez em 1910. Recebeu o Nobel de Literatura de 1934. Luigi Pirandello participou da campanha “coleta do ouro”, organizada pelo ditador italiano Benito Mussolini, que visava levantar fundos para o país. A campanha era uma resposta à Liga das Nações que impôs sanções econômicas à Itália após esta ter invadido e declarado guerra à Etiópia (1935-36). Pirandello doou sua medalha do Prêmio Nobel à campanha. (Nota da **IHU On-Line**)

Ungaretti¹⁸, um Giovanni Gentile¹⁹. Em outros termos, o fascismo à brasileira é tão rudimentar como a sociedade na qual ele surge, o que não significa, absolutamente, que seja menos primário ou violento que em outras tradições.

IHU On-Line - No episódio recente da homenagem do deputado Jair Bolsonaro ao torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra²⁰

18 **Giuseppe Ungaretti** (1888-1970): foi um poeta italiano e também professor da Universidade de São Paulo. De pais italianos, Ungaretti nasceu no Egito, para onde sua família se havia mudado, mas anos depois eles voltaram pra Itália e o pai trabalhou na construção do canal de Suez, onde morreu. Estudou por dois anos na Sorbonne de Paris e colaborou com Giovanni Papini e Ardengo Soffici na revista “Lacerba”. Em 1914 voltou à Itália e se engajou voluntariamente como soldado na Primeira Guerra Mundial. Combateu na província de Trieste, na frente do Carso, uma das mais duras durante a Guerra, e em seguida na França. No final da guerra, o poeta permaneceu em Paris, escrevendo poemas e para jornais. Em 1921 ele se mudou para Marino (Roma) e colaborou no Serviço de Imprensa do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Esta época é marcante porque os anos vinte assinalam uma mudança na vida privada e cultural do poeta, quando ele aderiu ao fascismo, ao assinar o Manifesto dos intelectuais fascistas em 1925. No período entre guerras colaborou assiduamente com revistas e trabalhou como professor de línguas. Residiu no Brasil, onde seu primeiro emprego fixo foi entre os anos 1936 e 1942, quando deu aulas de Literatura Italiana em Italiano na Universidade de São Paulo. Também neste período, sofreu a perda de seu filho de 9 anos e de seu irmão. Ainda durante a Segunda Guerra Mundial, voltou à Itália onde, em função de sua fama como poeta, foi nomeado em 1942 professor da Universidade de Roma, posto em que se manteve até 1958. Morreu em Milão em 2 de junho de 1970. (Nota da **IHU On-Line**)

19 **Giovanni Gentile** (1875-1944): filósofo italiano. A partir de 1906 passou a colaborar com Benedetto Croce, pensador italiano que acabara de fundar a revista *La Critica*. Desenvolveu – especialmente em sua Teoria geral do espírito como ato puro – um idealismo atualista, que pretendia superar dialeticamente todas as oposições sem suprimi-las, propondo-se como uma “dialética do pensamento pensante”. Nessa filosofia acreditou ver a realização do fascismo. Foi ministro da Instrução Pública no governo de Benito Mussolini entre 1922 e 1925, e autor de uma reforma do ensino. (Nota da **IHU On-Line**)

20 **Carlos Alberto Brilhante Ustra** (1932-2015): foi um coronel do Exército Brasileiro, ex-chefe do DOI-CODI do II Exército (de 1970 a 1974), um dos órgãos atuantes na repressão política, durante o período do ditadura militar no Brasil (1964-1985). Também era conhecido pelo codinome Dr. Tibiriçá. Em 2008, Ustra tornou-se o primeiro militar

em plena votação do impeachment no Congresso, como analisa o recrudescimento de posturas autoritárias e fascistas entre os políticos e a população em geral?

Ricardo Timm de Souza - Minha interpretação é que Bolsonaro pretendeu testar, com sua homenagem extravagante, sua popularidade e receptividade, já que, sabemos, pretende candidatar-se à Presidência da República.

IHU On-Line - Acredita que está havendo uma redução do espaço político/público em nosso país tendo em vista essa conjuntura? Por quê? Tendo em vista o cenário político brasileiro atual, qual é a sua análise do que irá ocorrer junto aos movimentos sociais em termos de garantia de seus direitos fundamentais e liberdade de expressão daqui para frente? Quais são as regressões políticas fundamentais que destacaria?

Ricardo Timm de Souza - Não vejo exatamente uma redução do espaço político no Brasil no momento presente; vejo, antes, um processo gradativo - porém incisivo - de redução desse espaço desde pelo menos a década de 90, cujas consequências são só agora perceptíveis em toda sua palpabilidade, no interesse do tardo-capitalismo internacional (já que esse fenômeno está longe de ser apenas brasileiro). A não percepção, ou o dado objetivo de não levar suficientemente a sério tal fato (atitude conhecida como “descolamento dos movimentos sociais e da sociedade organizada” por parte do governo) foi uma das grandes falhas dos governos Lula²¹ e,

a ser reconhecido, pela Justiça, como torturador durante a ditadura. Embora reformado, continuou politicamente ativo nos clubes militares, na defesa da ditadura militar e nas críticas anticomunistas. (Nota da **IHU On-Line**)

21 Luiz Inácio Lula da Silva [Lula] (1945): trigésimo quinto presidente da República Federativa do Brasil, cargo que exerceu de 2003 a 1º de janeiro de 2011. É cofundador e presidente de honra do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1990, foi um dos fundadores e organizadores do Foro de São Paulo, que congrega parte dos movimentos políticos de

especialmente, do primeiro governo de Dilma²². A decadência de determinados modelos mais prevalentes de democracia liberal, que chegou ao seu ápice, por exemplo, na era Monti²³ na Itália, que “coroa” e completa a longa e tenebrosa era Berlusconi²⁴, é um fato constatável e constatado.

esquerda da América Latina e do Caribe. Foi candidato a presidente cinco vezes: em 1989 (perdeu para Fernando Collor de Mello), em 1994 (perdeu para Fernando Henrique Cardoso) e em 1998 (novamente perdeu para Fernando Henrique Cardoso), e ganhou as eleições de 2002 (derrotando José Serra) e de 2006 (derrotando Geraldo Alckmin). Lula bateu um recorde histórico de popularidade durante seu mandato, conforme medido pelo Datafolha. Programas sociais como o Bolsa Família e Fome Zero são marcas de seu governo, programa este que teve seu reconhecimento por parte da Organização das Nações Unidas como um país que saiu do mapa da fome. Lula teve um papel de destaque na evolução recente das relações internacionais, incluindo o programa nuclear do Irã e do aquecimento global. (Nota da **IHU On-Line**)

22 Dilma Rousseff (1947): é uma economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores-PT, presidente do Brasil de 2011 (primeiro mandato) até 2016 (segundo ano de seu segundo mandato). Atualmente, Dilma está afastada da presidência desde 11 de maio de 2016, com a aceitação pelo Senado da abertura do processo de investigação a que foi submetida. Durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu a chefia do Ministério de Minas e Energia e posteriormente da Casa Civil. (Nota da **IHU On-Line**)

23 Mario Monti (1943): é um economista e político italiano, Primeiro-ministro de seu país, de 2011 a 2013. Foi comissário europeu durante dois mandatos consecutivos e reitor e presidente da Universidade Luigi Bocconi. Em 2011, em meio à Crise do Euro, foi eleito Presidente do Conselho de Ministros, tendo sido nomeado antes disso, senador vitalício no Senado italiano. (Nota da **IHU On-Line**)

24 Silvio Berlusconi (1936): líder político do partido Força Itália, que criou especificamente para sua entrada na vida política. É o proprietário do império midiático italiano Mediaset, além de empresário de comunicações, bancos e entretenimento. É a pessoa mais rica da Itália, segundo a revista Forbes, e o 37º mais rico do mundo. Foi presidente do Conselho de Ministros (primeiro-ministro da Itália) da Itália entre 1994 e 1995, de 2001 a 2005, entre 2005 e 2006 e de 2008 a 2011. Seus mandatos como primeiro-ministro somam nove anos no total, o que o torna o líder que por mais tempo permaneceu no cargo no pós-guerra, e o terceiro com mais tempo desde a unificação da Itália, atrás de Benito Mussolini e Giovanni Giolitti. Foi acusado inúmeras vezes de corrupção e ligações com a Máfia. Gerou polêmica na Europa ao apoiar a Guerra dos EUA contra o Iraque, em 2003. (Nota da **IHU On-Line**)

O gerencialismo a substituir a presença da população nos espaços sociais reais (a transformação maciça de pessoas em consumidores reais e virtuais da produção tardo-capitalista e a crescente prevalência do capital financeiro-virtual nas economias, lados diversos de uma única moeda) é fato disseminado em praticamente todo o mundo ocidental e não apenas nele. Porém, se o atual estado de coisas da realidade política brasileira tem uma grande possibilidade em aberto, essa é a de reinscrição do protagonismo da sociedade nos universos decisórios, a partir da demarcação clara dos ambientes a serem simbolicamente reconquistados desde o esforço reflexivo-prático do agir - na utilização realmente inteligente das redes virtuais, por exemplo. Em outras palavras, trata-se de reinventar a(s) política(s) em outros termos, a partir dos escombros de modelos *ab initio* contaminados de interesses inconfessados das propostas clássicas ou tidas como tal.

IHU On-Line - O que resta do Estado de direito frente a tantos dispositivos de exceção colocados em prática por nosso Judiciário nos últimos meses? Dentro da crise política atual, qual é o papel do Judiciário na legitimação de um estado de exceção e de constante insegurança jurídica para as pessoas?

Ricardo Timm de Souza - É extremamente difícil falar em estado de Direito no Brasil, não obstante o esforço de tantas gerações honestas - incluindo a nossa - que procuram construí-lo constantemente. De fato, a formalidade, o formalismo que é cofundador da proto-nação brasileira (tratamos desse tema mais detidamente em nosso livro *O Brasil filosófico*) renasce constantemente de suas cinzas, e essa fênix infeliz disfarça nesse seu movimento autocriador o que de fato acontece na realidade. Estado de Direito, sim, a quem a ele tem acesso; “estado de exceção que é a regra”, a Benjamin e Agamben, ao imenso resto, num mimetismo exato da binariedade “Casa Grande e

Senzala²⁵. Dispensável citar aqui

25 **Casa Grande & Senzala** (1933): escrita pelo escritor, professor, conferencista e deputado federal Gilberto Freyre, a obra *Casa Grande & Senzala* pensa as bases da organização social brasileira e o papel da colonização portuguesa nesse processo. É considerada uma das mais importantes obras de Freyre e já lança os primeiros fundamentos da ideia de Lusotropicalismo – o entendimento de que a mestiçagem é uma característica inata do modo de ser português. Freyre foi o primeiro estudioso na sociologia moderna que resgatou o “mito do paraíso racial”, o reconstituindo a partir de um viés científico, tornando-se um dos principais responsáveis pela legitimação científica da ideia da harmonia entre raças no Brasil. A essa conjuntura, o pesquisador acrescenta o caráter hierárquico, mas não político, entre as diferentes raças, o qual também, para o estudioso, não impediria a

as inúmeras estatísticas e elementos que provam constantemente o abuso desimpedido em desfavor da legalidade e da legitimidade: gigantesca população carcerária (imensa parte da qual ilegalmente no cárcere), “punitivismo populista”, lógica inquisitorial de funcionamento de imensa parte do judiciário e de seus órgãos auxiliares etc.

harmonia racial. Sobre Freyre, confira **Cadernos IHU** nº 6, de 2004, intitulado *Gilberto Freyre: da Casa-Grande ao Sobrado. Gênese e Dissolução do Patriarcalismo Escravista no Brasil. Algumas Considerações*, disponível em <http://bit.ly/cadihu06>. (Nota da **IHU On-Line**)

A constatação desse *factum* é seguida de uma outra constatação mais prosaica que, porém, por fundamental, não pode fugir do alcance de nosso olhar analítico: o Judiciário brasileiro (e as valiosas exceções confirmam a deslavada regra) se constitui em uma perfeita casta de privilégios, em constante troca de favores com os demais poderes e os Donos do Poder. Sua função ideológica específica é dar aparência de legitimidade às decisões da Casa Grande, e aqui, novamente e de modo muito incisivo, as exceções confirmam a regra. ■

LEIA MAIS...

- *Rosenzweig e uma nova compreensão da ideia de sujeito*. Entrevista especial com Ricardo Timm publicada na revista **IHU On-Line**, nº 386, de 19-03-2012, disponível em <http://bit.ly/2anA5OR>.
- *O juízo absoluto e a paralisia da linguagem*. Entrevista especial com Ricardo Timm publicada na revista **IHU On-Line**, nº 344, de 21-09-2010, disponível em <http://bit.ly/2a8PcyQ>.
- *A contribuição de Lévinas à humanização da sociedade*. Entrevista especial com Ricardo Timm publicada na revista **IHU On-Line**, nº 277, de 14-10-2008, disponível em <http://bit.ly/2aia6d9>.
- *A Filosofia mudou depois de Auschwitz*. Entrevista especial com Ricardo Timm publicada nas **Notícias do Dia**, de 13-07-2008, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2aHDF5v>.
- *Os desafios de uma nova ética*. Entrevista especial com Ricardo Timm publicada na revista **IHU On-Line**, nº 244, de 19-11-2007, disponível em <http://bit.ly/2a8NL3c>.
- *Nanotecnologia e filosofia*. Entrevista especial com Ricardo Timm publicada na revista **IHU On-Line**, nº 215, de 16-04-2007, disponível em <http://bit.ly/2abemqk>.



Prof. Dr. Marcelo Castañeda

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Mobilidade e ocupações dos espaços físicos e virtuais: possibilidades e limites da reinvenção da política nas metrópoles

23 de novembro (quarta-feira) | 19h30min às 22h

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

Informações e inscrições: ihu.unisinos.br

4º Ciclo de Estudos Metrópoles, Políticas Públicas e Tecnologias de Governo.
Territórios, governo da vida e o comum

Um fascismo liberal exótico e a nostalgia do Brasil Colônia

Diz-se que em nosso país a elite econômica sonha com uma “democracia sem povo”, recorda Adriano Correia. Some-se a isso o processo em curso de criminalizar engajamentos políticos contestadores e a aplicação de leis de exceção. Esse é um dos aspectos do fascismo à brasileira

Por Márcia Junges

“**O** nosso fascismo se diz liberal, sem se atentar para o exótico de tal pretensão. Pretendem Estado mínimo e relações trabalhistas escravistas, de modo que parecem querer do liberalismo apenas a noção de que a política não passa de um aparato de segurança para proteger os proprietários de todos os demais”. A análise é do filósofo Adriano Correia ao analisar o contexto brasileiro, na entrevista que concedeu, por e-mail, à **IHU On-Line**. “No Brasil, o exótico é que as posições fascistas se identifiquem como liberais, uma vez que quando não são apenas bizarras, revelam pouco mais que nostalgia do Brasil Colônia e de sua hierarquia social”.

Adriano pontua que há um medo “crônico” em nosso país acerca da participação popular, “e os meios monopolistas de comunicação de massa têm inteira razão em temê-la, pois não penso haver antídoto mais radical contra a suscetibilidade das massas à direção da grande mídia e para a tacanhez dos preconceitos fascistas”. E arremata: “Com a desenvoltura de quem conta com apoio midiático e financeiro, o projeto dos usurpadores que estão à testa do atual governo é claramente desmontar as garantias asseguradas na Constituição de 1988, notadamente no que tange aos direitos trabalhistas e garantias sociais”.

O pensador acentua que houve uma desilusão desfeita “com os desdobramentos políticos mais recentes no âmbito da política nacional: a de que a internet e as redes sociais constituem um autêntico espaço público capaz de compensar a ausência de efetivos espaços políticos de participação democrática. O que vimos foi a internet e as redes sociais serem tomadas por indivíduos que encontraram aí não um real espaço público, mas o púlpito de onde vociferar seus ódios, manifestar oposição violenta a toda diversidade e realizar ataques racistas, homofóbicos, xenófobos e que tais”.

Adriano Correia Silva é graduado (bacharelado e licenciatura) e mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-Campinas. É também mestre em Educação e doutor em Filosofia pela Universidade de Campinas - Unicamp. Leciona desde 2006 na Universidade Federal de Goiás - UFG, onde é diretor da Faculdade de Filosofia. Organizou as obras *Transpondo o abismo: Hannah Arendt entre a filosofia e a política* (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002) e *Hannah Arendt e a condição humana* (Salvador: Quarteto, 2006). Publicou ainda o livro *Hannah Arendt* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007) e assina a apresentação da edição brasileira do livro *A Condição Humana* (São Paulo: Forense Universitária, 2003), da própria Arendt.

Confira a entrevista.



Fascista é quem abandona o ódio amargo e inerte à diferença e, também por circunstâncias favoráveis do ambiente social, encontra alegria no ativo combate à pluralidade junto a seus companheiros de ódio

IHU On-Line - Em linhas gerais, como pode ser definido o fascismo?

Adriano Correia - Apesar de seu atual uso abrangente e mesmo coloquial para abarcar um conjunto muito amplo de atitudes e opiniões intolerantes com a pluralidade e a diversidade, o termo fascismo tem sua origem bem determinada na autointerpretação do movimento liderado por Benito Mussolini¹, na Itália. A origem da palavra remete à ideia de feixe e calhava bem às pretensões do fascismo italiano de conceber uma organização da sociedade em que os indivíduos tinham sua singularidade dissolvida na imagem do grupo, do feixe, sem qualquer distinção entre indivíduo e cidadão e entre privado e público. Por isto, também, Mussolini não temia chamar seu regime de totalitário, na medida em que pretendia constituir um Estado oniabrangem-

te que abarcaria todos os valores possíveis e constituiria inteiramente a subjetividade dos indivíduos, que não teriam vida fora do Estado.

Entretanto, por mais grandiloquentes que fossem as pretensões de Mussolini, inclusive na elaboração teórica do regime de que era o líder, a disposição efetiva da sociedade italiana e seu próprio destino pessoal, em comparação com os de Hitler² e Stálin³, por exemplo, aca-

2 Adolf Hitler (1889-1945): ditador austríaco. O termo Führer foi o título adotado por Hitler para designar o chefe máximo do Reich e do Partido Nazista. O nome significa o chefe máximo de todas as organizações militares e políticas alemãs, e quer dizer “condutor”, “guia” ou “líder”. Suas teses racistas e antisemitas, bem como seus objetivos para a Alemanha, ficaram patentes no seu livro de 1924, *Mein Kampf* (Minha Luta). No período da ditadura de Hitler, os judeus e outros grupos minoritários considerados “indesejados”, como ciganos e negros, foram perseguidos e exterminados no que se convencionou chamar de Holocausto. Cometeu o suicídio no seu Quartel-General (o Führerbunker) em Berlim, com o Exército Soviético a poucos quarteirões de distância. A edição 145 da **IHU On-Line**, de 13-06-2005, comentou na editoria Filme da Semana, o filme dirigido por Oliver Hirschbiegel, *A Queda – as últimas horas de Hitler*, disponível em <http://bit.ly/ihuon145>. A edição 265, intitulada *Nazismo: a legitimação da irracionalidade e da barbárie*, de 21-07-2008, trata dos 75 anos de ascensão de Hitler ao poder, disponível em <http://bit.ly/ihuon265>. (Nota da **IHU On-Line**)

3 Josef Stalin (1878-1953): ditador soviético, líder máximo da URSS de 1924 a 1953 e responsável pela condução de uma política nomeada como stalinismo. Chegou a estudar em um colégio religioso de Tbilisi, capital georgiana, para satisfazer os anseios de sua mãe, que queria vê-lo seminarista. Mas logo acabou enveredando pelas atividades revolucionárias contra o regime czarista. Passou anos na prisão e, quando libertado, aliou-se a

bou por corroborar a recusa de autores como Hannah Arendt⁴ a conceder ao fascismo italiano o título de totalitário.

Abrangência do termo

O termo fascismo, já na primeira metade do século passado, foi empregado para nomear também os regimes soviético e nazista, notadamente este último, e por fim se espalhou a ponto de nomear todo regime ou ideário autoritário de partido único, que envolva mobilização ideológica das massas mediante propaganda, coletivismo, uso sistemático da violência contra opositores e a pretensão de controlar todos os âmbitos da existência, da economia à cultura, nas suas mais ínfimas manifestações. No uso corrente, o campo semântico do termo se alargou tanto que acabou por se tornar mais uma nomeação depreciativa ou xingamento no campo das lutas políticas - para identificar intolerância, dogmatis-

Vladimir Lenin e outros camaradas, que planejavam a Revolução Russa. Stalin ocupou o posto de Secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética entre 1922 e 1953 e, por conseguinte, o de chefe de Estado da URSS durante cerca de um quarto de século. Sobre Stalin, confira a entrevista concedida pelo historiador brasileiro Ângelo Segrillo à edição 265 da **IHU On-Line**, *Nazismo: a legitimação da irracionalidade e da barbárie*, analisando a obra *Prezado Sr. Stalin* (Rio de Janeiro: Zahar, 2008), de autoria de Susan Butler, disponível em <http://bit.ly/1j3t54H>. (Nota da **IHU On-Line**)

4 Hannah Arendt (1906-1975): filósofa e socióloga alemã, de origem judaica. Foi influenciada por Husserl, Heidegger e Karl Jaspers. Em consequência das perseguições nazistas, em 1941, partiu para os Estados Unidos, onde escreveu grande parte das suas obras. Lecionou nas principais universidades deste país. Sua filosofia assenta numa crítica à sociedade de massas e à sua tendência para atomizar os indivíduos. Preconiza um regresso a uma concepção política separada da esfera econômica, tendo como modelo de inspiração a antiga cidade grega. A edição mais recente da **IHU On-Line** que abordou o trabalho da filósofa foi a 438, *A Banalidade do Mal*, de 24-03-2014, disponível em <http://bit.ly/ihuon438>. Sobre Arendt, confira ainda as edições 168 da **IHU On-Line**, de 12-12-2005, sob o título *Hannah Arendt, Simone Weil e Edith Stein. Três mulheres que marcaram o século XX*, disponível em <http://bit.ly/ihuon168>, e a edição 206, de 27-11-2006, intitulada *O mundo moderno é o mundo sem política. Hannah Arendt 1906-1975*, disponível em <http://bit.ly/ihuon206>. (Nota da **IHU On-Line**)

mo, violência e autoritarismo - que a designação de um regime político com características e contornos precisos.

O xingamento, todavia, não é destituído de sentido: fascista é quem irrefletidamente não tolera viver sem estar enfeixado junto aos que marcham em sincronia e gritam em uníssono, que não toleram uma vida não enfeixável e destila nos inimigos objetivos todo seu ódio - que afinal é o que os mantém unidos em feixe; fascista é quem desfere violentamente o seu feixe sobre toda vida individual que seja recalcitrante à assimilação sem ruídos a uma vida anódina, dependente da assimilação integral ao todo para ter algum significado - e que, portanto, pode até vir a ser potente, mas jamais será virtuosa, pois envolverá sempre iniciativas de alguéns que decidiram ser ninguém; fascista é todo aquele que não suporta que alguém possa ser algo além do membro do grupo de costumes e preferências ao qual ele mesmo pertence; fascista é quem abandona o ódio amargo e inerte à diferença e, também por circunstâncias favoráveis do ambiente social, encontra alegria no ativo combate à pluralidade junto a seus companheiros de ódio.

Ódio à pluralidade

Nesse sentido, a despeito de ter se convertido em pouco mais que um xingamento e de ter perdido parte de seu valor heurístico na análise de fenômenos sociais e políticos específicos, conserva um estreito vínculo com seu sentido mais fundamental e originário e ainda tem algum vigor ao nomear um tipo cujo traço mais notável é o ódio à pluralidade. Cito, um tanto longamente, um trecho em que Hannah Arendt menciona, com desconcertante atualidade, as circunstâncias favoráveis ao surgimento de movimentos totalitários, independentemente de se constituírem como governos totalitários:

Os movimentos totalitários são possíveis onde quer que exis-

tam massas que, por um motivo ou outro, desenvolveram certo gosto pela organização política. As massas não se unem pela consciência de um interesse comum e falta-lhes aquela específica articulação de classes que se expressa em objetivos determinados, limitados e atingíveis. O termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores. Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto (*As origens do totalitarismo*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 361).

IHU On-Line - Como analisa o recrudescimento do fascismo em termos globais? Quais são as relações possíveis entre a mídia de massas e o aprofundamento do fascismo em nosso país?

Adriano Correia - A primeira questão é muito difícil de responder, pois assim como poderia evadir dizendo que o mundo é muito complexo, que as razões locais são tantas que uma resposta plausível é difícil de imaginar etc., permanece a perplexidade ante o recrudescimento coordenado, ou ao menos simultâneo, de posições extremistas ao redor do mundo, principalmente na Europa e agora na América Latina. A questão é o que explica o repentino interesse de um contingente cada vez maior de pessoas pelas questões de governo e de gestão (ainda que não propriamente se interessem por política compreendida como a efetiva e persistente participação dos cidadãos no governo).

A questão, de cuja resposta não disponho, é, retomando Arendt,

que "motivo ou outro" explica esse repentino e massivo engajamento? No caso da Europa e dos EUA, o caso da imigração é uma questão sempre candente. A ausência de uma adequada elaboração do passado colonial, junto ao revisionismo e à relativa distância da nova geração com relação aos campos de extermínio, tem permitido uma notável consolidação de posições extremistas.

Suspeito que no caso brasileiro o momento definidor de nossa situação presente foi aquele, nos protestos de 2013, em que os grandes meios de comunicação lograram êxito ao deixarem de combater as manifestações e defender que a política espancasse os manifestantes e buscaram, de forma articulada, condensar a agenda dos protestos na oposição difusa à corrupção, que tem sido desde há muito o prenúncio e o pretexto de golpes contra a democracia no Brasil. A mídia de massas no Brasil, de propriedade altamente concentrada e diretamente envolvida com a última ditadura, à sombra da qual expandiu enormemente seus negócios, é possivelmente a força política mais articulada e influente em nosso país. Quando encontra um judiciário que não teme ser seletivo e nem receia instaurar estados de exceção e ignorar garantias fundamentais - como a presunção de inocência, o direito ao devido processo legal e o tratamento igualitário -, o cenário é bem mais que crítico.

Púlpito de ódios

Para Arendt, o sucesso dos movimentos totalitários entre as massas dissipou duas ilusões dos países democráticos. A primeira foi a de que a maioria do povo se posicionava politicamente e simpatizava de um modo ou outro com algum partido, uma vez que ficou claro que "massas politicamente neutras e indiferentes podiam facilmente constituir a maioria num país de governo democrático e que, portanto, uma democracia podia funcionar de acordo com normas que, na verdade, eram aceitas apenas

por uma minoria”. A segunda foi a de que “essas massas politicamente indiferentes não importam” e constituem apenas “um pano de fundo para a vida política da nação” (*As origens do totalitarismo*, p. 362), pois uma vez mobilizadas contra um sistema político do qual se dizia que não os representava, o que se viu foi a ruína dos próprios sistemas políticos democráticos.

Penso que estas observações ainda nos dizem respeito e apontam para algo que se mantém como uma nuvem sombria nesses tempos de fragilização do sistema político - por suas próprias mazelas (como a forma do financiamento eleitoral e o sistema proporcional) e pelo achaque dos grandes meios de comunicação e corporações financeiras. Gostaria de focar, entretanto, em uma consideração mais pontual. Uma grande ilusão se desfez com os desdobramentos políticos mais recentes no âmbito da política nacional: a de que a internet e as redes sociais constituem um autêntico espaço público capaz de compensar a ausência de efetivos espaços políticos de participação democrática. O que vimos foi a internet e as redes sociais serem tomadas por indivíduos que encontraram aí não um real espaço público, mas o púlpito de onde vociferar seus ódios, manifestar oposição violenta a toda diversidade e realizar ataques racistas, homofóbicos, xenófobos e que tais. Claro que se conserva como ferramenta potente de comunicação, mas os desdobramentos dos últimos anos torna apenas ingênuos os que apostaram nesse meio suas expectativas de emancipação democrática.

Morte e persuasão

Arendt observou, quanto ao totalitarismo, que o apoio ao movimento proveio de uma massa de pessoas que nunca haviam participado da política antes, o que permitiu, segundo ela, “a introdução de métodos inteiramente novos de propaganda política e a indiferença aos argumentos da oposição: os movimentos, até então colocados fora do sistema de partidos e rejei-

tados por ele, puderam moldar um grupo que nunca havia sido atingido por nenhum dos partidos tradicionais. Assim, sem necessidade e capacidade de refutar argumentos contrários, preferiram métodos que levavam à morte em vez da persuasão, que traziam terror em lugar de convicção” (*As origens do totalitarismo*, p. 362). Penso que isto ainda nos diz respeito.

“
Quando encontra um judiciário que não teme ser seletivo e nem receia instaurar estados de exceção e ignorar garantias fundamentais – como a presunção de inocência, o direito ao devido processo legal e o tratamento igualitário –, o cenário é bem mais que crítico

IHU On-Line - E no caso brasileiro, especificamente, o que destacaria como expressões desse posicionamento ao longo de nossa história?

Adriano Correia - Tivemos uma longa experiência colonial, uma breve experiência monárquica, que não alterou as bases sociais da colônia, e uma noção militarizada de democracia que nos distanciou da conquista liberal dos direitos civis. O pouco mais de um século de república foi recheado de golpes mo-

tivados, no discurso público, pelo lema da manutenção da ordem: que ordem? Penso que a das relações sociais como definidas ainda no Brasil Colônia. Não é trivial que o governo interino tenha retomado o lema “ordem e progresso” - trata-se de recolocar as coisas nos eixos de sempre. Os positivistas falavam de “amor por princípio, ordem por base, progresso por fim”. Ficamos com os restos, e o amor foi sempre silenciado por um ódio que é reiteradamente mobilizado para ativar nosso tipo de ordem e nosso tipo de progresso. O nosso fascismo se diz liberal, sem se atentar para o exótico de tal pretensão. Pretendem Estado mínimo e relações trabalhistas escravistas, de modo que parecem querer do liberalismo apenas a noção de que a política não passa de um aparato de segurança para proteger os proprietários de todos os demais.

Um sistema político do qual a quase totalidade dos cidadãos não participa para além do voto de quando em quando é muito suscetível de ser percebido pelo ânimo coletivo, se bem canalizado, como a razão de ser das mazelas públicas. No caso brasileiro, o modo promíscuo do financiamento privado de campanhas eleitorais poderia dar considerável razão a quem interpreta a classe política como o sangradouro da energia nacional. Cabe entender, no entanto, como se espalhou na classe média a convicção de que os últimos governos foram “os mais corruptos da história” - e se sabe muito bem que toda a conversa em torno da corrupção não é mais que cortina de fumaça, como bem mostra a cumplicidade com os sonegadores da Fiesp e o uso da camisa da CBF nas manifestações, por exemplo.

Posição exótica

Cabe interpretar então as bases afetivas da opinião bem consolidada pelos grandes meios de comunicação de que um Estado grande e ativo na salvaguarda de direitos e serviços fundamentais é apenas obstáculo ao empreendedorismo e um cabide de emprego para sin-

dicalistas oportunistas - enquanto isso, a classe média não se censura por defender uma universidade pública segregadora e chanceladora de privilégios, nem por seus jovens se converterem na estranha figura do concurseiro.

No Brasil, o exótico é que as posições fascistas se identifiquem como liberais, uma vez que quando não são apenas bizarras, revelam pouco mais que nostalgia do Brasil Colônia e de sua hierarquia social. Suspeito que para compreendermos as diversas posições extremas e próximas ao fascismo devemos focar em algumas tímidas transformações recentes no modo de vida dos mais pobres: elevação do salário mínimo (e não o Bolsa Família, que também não passa de um alvo tergiversado), direitos para os trabalhadores domésticos e ampliação do acesso ao ensino superior. Aí podemos talvez encontrar a base afetiva do ódio contra todo o sistema político capitaneado pela classe média sonegadora e batedora de panelas e justificado pelas razões mais várias.

IHU On-Line - Acredita que está havendo uma redução do espaço político/público tendo em vista esse cenário? Por quê?

Adriano Correia - Apesar de as mobilizações de 2012 e 2013 terem inicialmente se voltado diretamente para o tema do transporte público, de competência imediata dos governos municipal e estadual, a estratégia da mídia corporativa foi bem sucedida na transferência da responsabilidade para o governo federal. A resposta do governo à época foi quase tão surpreendente quanto o próprio movimento: propôs uma assembleia constituinte para a realização de uma profunda reforma política, cujo foco seria a ampliação da participação política e a imposição de limites estritos entre poder econômico e poder político (com o financiamento público das campanhas, por exemplo). Insinuava, com isso, que com o atual sistema de clientelismo na relação entre o executivo e o legislativo e com os vínculos promíscuos entre

o legislativo e os lobbies das grandes corporações privadas não seria possível atender reivindicação alguma, nem falar honestamente de combate à corrupção.

Novo totalitarismo?

A proposta de assembleia constituinte foi devidamente soterrada pelo Congresso Nacional e, mais uma vez, pelos meios de comunicação e pelo Supremo Tribunal Federal. Não foi oferecida alternativa adicional até quando foi promulgada - a contrapelo da Lei Geral da Copa e sintomaticamente por decreto - a Política Nacional de Participação Social (Dec. 8.243, 23/05/2014), "com o objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta

“

A classe média não se censura por defender uma universidade pública segregadora, nem por seus jovens se converterem na estranha figura do concurseiro

entre a administração pública federal e a sociedade civil". Imediatamente os meios de comunicação das grandes corporações indicaram que estaria havendo uma mudança de regime político por decreto (Estado de São Paulo), uma bolivarianização e uma sovietação do Brasil (Veja, etc.). Houve ainda os muitos que identificaram o decreto como um golpe de Estado rumo a um novo totalitarismo...

O temor da participação popular é bastante crônico no sistema político brasileiro, mesmo nesta tímida

forma, e os meios monopolistas de comunicação de massa têm inteira razão em temê-la, pois não penso haver antídoto mais radical contra a suscetibilidade das massas à direção da grande mídia e para a tancanhaz dos preconceitos fascistas. Quem possui a experiência de uma real interação política, como uma assembleia em que vários interlocutores apresentam suas posições e as justificam de modo argumentado com vistas a deliberar sobre algo comum aos envolvidos, já está em grande medida protegido da pobreza de imaginação que caracteriza o fascismo.

IHU On-Line - Qual é o nexó que pode ser estabelecido entre a banalidade do mal⁵, a partir de Hannah Arendt, com o aprofundamento do fascismo em nossas sociedades? Qual é o espaço para a democracia num contexto no qual impera o *animal laborans*, o trabalhador-consumidor?

Adriano Correia - Arendt cunhou a expressão "banalidade do mal" para descrever um fenômeno caracterizado antes de tudo pela superfluidade do agente político-moral, tipificado por ela em Adolf

⁵ **Banalidade do mal**: expressão criada por Hannah Arendt (1906-1975), teórica política alemã, em 1963 em seu livro *Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal* (Tradução: José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999). Nele, ela descreve não somente o desenrolar das sessões, mas faz uma análise do "indivíduo Eichmann". Segundo Arendt, Adolf Eichmann não possuía um histórico ou traços antissemitas e não apresentava características de um caráter distorcido ou doentio. Ele agiu segundo o que acreditava ser o seu dever, cumprindo ordens superiores e movido pelo desejo de ascender em sua carreira profissional, na mais perfeita lógica burocrática. Cumpria ordens sem questioná-las, com o maior zelo e eficiência, sem refletir sobre o Bem ou o Mal que pudessem causar. Analisa essa figura do mal quando este atinge grupos sociais ou o próprio Estado. Segundo a filósofa, o mal não é uma categoria ontológica, não é natureza, nem metafísica. É político e histórico: esse mal é produzido por homens e se manifesta apenas onde encontra espaço institucional para isso - em razão de uma escolha política. A trivialização da violência corresponde, para Arendt, ao vazio de pensamento, onde a banalidade do mal se instala. A edição mais recente da **IHU On-Line** que abordou o trabalho da filósofa foi a 438, *A Banalidade do Mal*, de 24-03-2014, disponível em <http://bit.ly/ihuon438>. (Nota da **IHU On-Line**)

Eichmann⁶. Não se trata do fascista ideologicamente convicto de suas posições sobre raça ou gênero, por exemplo, mas daquele que adere a algo pavorosamente extremo como a pretensão de eliminar a pluralidade da face da Terra simplesmente por oportunismo ou carreirismo, porque não tem uma boa resposta para a pergunta: “por que não?”. Seguramente o fascismo não sobrevive sem esses tipos, e se ele é capaz de espantosa devastação é justamente porque não tem

6 **Adolf Otto Eichmann** (1906-1962): oficial do alto escalão na Alemanha Nazista e membro da SS (Schutzstaffel). Foi largamente responsável pela logística do extermínio de milhões de pessoas durante o Holocausto, em particular pelos judeus, na chamada Solução Final. Organizou a identificação e o transporte de pessoas para os diferentes campos de concentração, sendo por isso conhecido frequentemente como o executor chefe do Terceiro Reich. Seu julgamento foi coberto por Hannah Arendt em cinco artigos para a revista *The New Yorker*, os quais mais tarde dariam origem ao livro *Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal*. (Tradução: José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999). (Nota da **IHU On-Line**)

real profundidade, nem mesmo maligna, e não articula suas posições em um ordenamento teórico consistente. Trata-se antes, com a ajuda de líderes determinados a arrebanhá-los, de encontrar um inimigo cuja culpa seja antes de tudo existir e formular um discurso de ódio capaz de angariar adesão emocional, e não por refletido consentimento. Também isto nos diz respeito, infelizmente.

IHU On-Line - Tendo em vista o cenário político brasileiro atual, qual é a sua análise do que irá ocorrer junto aos movimentos sociais em termos de garantia de seus direitos fundamentais e liberdade de expressão daqui para frente? Quais são as regressões políticas fundamentais que destacaria?

Adriano Correia - Alguém já disse que o sonho da nossa elite econômica é uma democracia sem povo, de modo que possam financiar seus políticos gestores para atender seus interesses privados. Lamentavelmente, há em curso um

processo de criminalização de todo engajamento político contestador e de alijamento dos movimentos sociais a partir de “leis de exceção”. Com a desenvoltura de quem conta com apoio midiático e financeiro, o projeto dos usurpadores que estão à testa do atual governo é claramente desmontar as garantias asseguradas na constituição de 1988, notadamente no que tange aos direitos trabalhistas e garantias sociais.

Sem uma real reforma política, cujo foco seja a ampliação da participação dos cidadãos e a criação de mecanismos para mitigar poder dos interesses econômicos corporativos junto aos governantes, não parece que o sistema político apontará para nada promissor. O paradoxo que constitui a nossa situação consiste no fato de que sem efetiva participação estas transformações sequer são imaginadas, e está em curso a criminalização de toda oposição. Também a nossa vida política está notavelmente a querer da gente isto: coragem. ■

LEIA MAIS...

- *Totalitarismo - O filho bastardo da modernidade*. Entrevista com Adriano Correia, publicada na revista **IHU On-Line**, nº 438, de 24-03-2014, disponível em <http://bit.ly/1QOS6RD>.
- *O mal que desafia a lógica. Considerações de Arendt sobre Eichmann*. Reportagem publicada em *Notícias do Dia*, de 24-03-2014, no sítio do **IHU**, disponível em <http://bit.ly/1JW8D66>.
- *Liberalismo e a dominação econômica da política: Arendt e Foucault*. Reportagem publicada em *Notícias do Dia*, de 17-04-2015, no sítio do **IHU**, disponível em <http://bit.ly/1QC5xcW>.



Sociedade Com Custo Marginal Zero

A Internet das Coisas, os Bens Comuns Colaborativos e o Eclipse do Capitalismo

Apresentação da obra pelo **Prof. MS Gilberto Faggion – UNISINOS** e pelo **Prof. MS Lucas Henrique da Luz – UNISINOS**

25 de agosto | 17h30min
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES – IHU.UNISINOS.BR



JESUÍTAS BRASIL



INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

UNISINOS
Somos infinitas possibilidades

Na dissimulação democrático-liberal, o fascismo apresenta suas armas

Para Edson Teles, no Brasil a lógica fascista reside na truculência à divergência sob o discurso da luta do “cidadão de bem” contra o “desqualificado”

Por Márcia Junges | Edição Leslie Chaves

Obem contra o mal, o considerado correto contra o avaliado como desviante. Muitas vezes as discussões, sobretudo as que estão na esfera política, acabam se reduzindo nesse maniqueísmo e ganhando um teor de violência, que não aceita a dissonância entre pontos de vista e desqualifica o “outro”. Para Edson Teles, o radicalismo à brasileira se caracteriza por “se travestir de democrático e liberal. Sob o discurso pacifista, legalista, nacionalista e do ‘bom’ cidadão, as ações fascistas ocorrem pela violência contra o divergente, o ‘anormal’, o ‘desqualificado’, o ‘vândalo’. De modo geral, utilizando-se das estruturas do Estado policial, em especial das instituições militares, mas também via judiciário, a repressão e a violação de direitos ocorrem sob a alegação de se fazer o que é possível na situação atual. Com isto se legitimam políticas públicas desrespeitosas, que promovem a desigualdade e aprofundam a injustiça social”.

Ao longo da entrevista, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, o professor fala sobre o cenário político brasileiro à luz do incremento de posturas belicosas e carregadas de violência nos debates deste âmbito. Teles destaca que uma das origens deste comportamento está na dissociação entre a representação política e a sociedade, que engendra

uma “subjetividade política passiva” calcada na intermediação das vontades e consequente distanciamento das decisões de cunho público-coletivo e no medo.

Edson Teles foi detido aos dois anos de idade, junto com a irmã Janaína e os pais César Augusto Teles e Maria Amélia de Almeida Teles, na época da ditadura militar, tornando-se o mais jovem preso político brasileiro. Em 2007, com os pais, a irmã e a tia, processou o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, para que ele fosse declarado torturador, tendo obtido ganho de causa em primeira instância. Graduado, mestre e doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo - USP, atualmente leciona na Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP. Entre suas publicações destacamos as obras *O que resta da ditadura: A exceção brasileira* (São Paulo: Boitempo, 2010), *Desarquivando a Ditadura: memória e justiça no Brasil* (São Paulo: Hucitec, 2009) e *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)* (São Paulo: Imprensa Oficial, 2009), das quais participou da organização.

A entrevista foi publicada nas Notícias do Dia de 31-07-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2aVayLr>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - No contexto da democracia representativa liberal, como podemos compreender o recrudescimento do fascismo em nosso tempo?

Edson Teles - A representação política da democracia liberal su-

gere a intermediação dos especialistas, aqueles que têm a posse do discurso verdadeiro sobre as práticas sociais, deslocando os indivíduos para uma subjetividade política passiva. No lugar das singularidades se produz neste regime político as ideias de consenso e de coligação

cujas principais formas de exercício é por meio dos fantasmas do medo, ativados pela intensa e constante possibilidade de algum risco ou violência atingir os indivíduos. Diante do medo de fantasmas que colocariam em risco a sociabilidade, autoriza-se que alguns poucos



Quando a democracia liberal entra em crise (como podemos ver no Brasil de 2016), o fascismo aciona as subjetivações conservadoras

exercem a política e conduzam as vidas dos indivíduos atomizados em grandes massas.

Sem extensas raízes de organizações políticas e movimentos sociais, separados diante da necessidade de se organizarem em coletivos e em um sistema político distante de suas realidades, os indivíduos tornam-se presas fáceis dos preconceitos, racismos e velhas concepções discriminatórias. Assim, quando a democracia liberal entra em crise (como podemos ver no Brasil de 2016), o fascismo aciona as subjetivações conservadoras, que no país podemos localizar no machismo, nas fobias de gênero, em certa xenofobia, no preconceito contra os nordestinos, operários, militantes políticos etc.

IHU On-Line - O que caracterizaria esse fascismo e quais são suas raízes?

Edson Teles - No Brasil, a maior característica do fascismo é se travestir de democrático e liberal. Sob o discurso pacifista, legalista, nacionalista e do “bom” cidadão, as ações fascistas ocorrem pela violência contra o divergente, o “anormal”, o “desqualificado”, o “vândalo”. De modo geral, utilizando-se das estruturas do Estado policial, em especial das instituições militares, mas também via judiciário, a repressão e a violação de direitos ocorrem sob a alegação de se fazer o que é possível na situação atual. Com isto se legitimam políticas públicas desrespeitosas, que promovem a desigualdade e aprofundam a injustiça social.

IHU On-Line - Como o passado ditatorial¹ e autoritário do Brasil continua se materializando em nossa sociedade e na nossa política, tomando em consideração os fatos recentes que vivenciamos?

Edson Teles - O autoritário se reproduz e se mantém no cotidiano do país. É evidente com os últimos acontecimentos políticos, com atos de elogio à ditadura e em defesa da discriminação daqueles que não se encaixam na norma. Também fica claro o autoritarismo das instituições e do Estado no modo como efetivam políticas públicas em direção à precarização dos equipamentos de saúde e educação, bem como na chamada “flexibilização” dos direitos trabalhistas. De modo geral, são mudanças efetivadas sem a discussão e a participação nos momentos de decisão.

Contudo, há estratégias e formas de vida autoritárias em atividade, como disse, no cotidiano de nossas vidas. Por exemplo, quando se depara com alguém que pensa

¹ **Golpe Militar:** Movimento deflagrado em 1º de abril de 1964. Os militares brasileiros, apoiados pela pressão internacional anti-comunista liderada e financiada pelos EUA, desencadearam a Operação Brother Sam, que garantiu a execução do Golpe, que destituiu do poder o presidente João Goulart, o Jango. Em seu lugar os militares assumem o poder e se mantêm governando o país entre os anos de 1964 e 1985. Sobre a ditadura de 1964 e o regime militar o IHU publicou o 4º número dos Cadernos IHU em Formação, intitulado Ditadura 1964. A memória do regime militar. Confira, também, as edições nº 96 da IHU On-Line, intitulada O regime militar: a economia, a igreja, a imprensa e o imaginário, de 12 de abril de 2004; nº 95, de 5 de abril de 2005, 1964 – 2004: hora de passar o Brasil a limpo. 1964; nº 437, de 13 de março de 2014, Um golpe civil-militar. Impactos, (des)caminhos, processos; e nº 439, de 31 de março de 2014, Brasil, a construção interrompida – Impactos e consequências do golpe de 1964. (Nota da IHU On-Line).

diferente e este é imediatamente transformado no Outro e, no máximo, tolerado nas sociabilidades do trabalho e de outros ambientes em comum. Ou nas práticas e na cultura do estupro, algo de uma barbárie imensa, tratado discursivamente como inaceitável, mas propagado e ensinado no dia a dia dos brasileiros. Em especial e fundamentalmente aos sujeitos de gênero masculino. A menina é violentada, condena-se o fato, mas colocam-se limites ao caso, falando do local em que ela estava, da roupa que vestia, dos hábitos que sustentava, do modo como se inseria nas redes sociais! Sim, esta culpabilização da vítima de violência sexual no país é a repetição e efetivação de uma cultura do estupro. E este exemplo nos mostra como o autoritarismo não se encontra somente lá onde não estamos, mas no cotidiano de cada brasileiro.

IHU On-Line - Nesse sentido, quais são os principais limites da nossa democracia representativa tomando em consideração o aumento da intolerância e da submissão a mecanismos econômicos e jurídicos?

Edson Teles - Do ponto de vista de uma crítica filosófica, o limite principal desta democracia, dita representativa e liberal, encontra-se no seu caráter de representação excludente e criminalizante ou patologizante. Explico. Primeiramente, é necessário ter em vista que a representação política é um modo paliativo e, contudo, eficiente em vários sentidos de efetivar uma gestão das necessidades de uma população. Dito isto, há que se considerar que a representação nos impõe um grave problema: produz o sujeito universal, o cidadão de bem, o indivíduo seguidor das normas. Quem não é ou não se enquadra nesta subjetividade se configura como o Outro. O abjeto. O menor, insuficiente, impróprio. Indo ao extremo da questão, o excremento da sociedade.

Este pensamento conservador, expresso em ações e políticas fas-

cistas e de posse do consenso insubstituível da norma, faz deste Outro o excluído das possibilidades de cidadania. Este resto da normalidade é tolerado, em uma apropriação autoritária do discurso dos direitos humanos. Tolerado quer dizer que será aceito nas esferas públicas e, inclusive, receberá os remédios e reparações visando à diminuição de seu sofrimento social. Entretanto, em momentos de crise ou de mudanças na forma de governo, acionam-se os velhos e tradicionais preconceitos que farão do tolerado o excremento, o abjeto. E este pode ser o morador de rua ou o “vermelho” da ideologia política. A tolerância e a cidadania, apropriadas pelas estratégias autoritárias, têm como produto a intolerância que apresentamos nos dias atuais.

IHU On-Line - Como analisa as manifestações de ódio como aquela proferida pelo deputado federal Jair Bolsonaro, que homenageou um torturador, Carlos Alberto Brilhante Ustra, em plena sessão da Câmara sobre o impeachment? O que isso revela sobre o imaginário da ditadura entre os representados de políticos desse tipo?

Edson Teles - O que o deputado fascista fez, ao homenagear a tortura via a lembrança do coronel Ustra², foi acionar os afetos de ódio e intolerância latentes naquelas estratégias autoritárias permanentes de nossa sociedade. Para os movimentos de direitos humanos e de vítimas do Estado, as de ontem e as de hoje, as expressões de ódio deste indivíduo, ou os afetos que elas mobilizam, estão presentes no cotidiano de nossas vidas.

Em 2013, ao fim de uma audiência de julgamento do coronel Ustra pelos crimes de tortura,

² **Carlos Alberto Brilhante Ustra:** coronel reformado do Exército Brasileiro e o primeiro oficial a ser declarado torturador em uma sentença judicial. Comandou o DOI-Codi de São Paulo de setembro de 1970 a janeiro de 1974, órgão que perseguiu opositores do regime militar brasileiro a partir de 1964, após um golpe de estado. (Nota da **IHU On-Line**)

assassinato e desaparecimento de corpos durante a ditadura, um certo número de homens do tipo musculosos, viris e agressivos faziam uma manifestação em frente ao Tribunal Federal de Justiça, em São Paulo. Pediam a volta à ditadura, teciam elogios aos torturadores como heróis da pátria e ameaçavam as testemunhas de acusação do coronel. O grupo de vítimas e testemunhas teve que se acuar no Ministério Público Federal, em prédio próximo ao Tribunal, pois foi perseguido na rua pelos manifestantes de direita. Não houve repercussão. A Polícia Militar assistiu a tudo e nada fez. Nenhum partido ou político de esquerda protestou.

Aparentemente, tratava-se da repetição do conflito de setores radicalizados de um passado já longínquo na história do país. Grande engano. Na passagem de 2015 para 2016, pouco tempo depois daquela cena, tudo se repete em proporções gigantescas. Há na posição do deputado um imaginário sobre a ditadura, com o qual discordamos. Porém, mais grave, é que expressa modos e práticas de ser do presente. Trata-se de construções que fazem uso do passado para se estabilizarem e atuarem no presente, contra subjetivações transformadoras do Brasil atual.

IHU On-Line - Em outra entrevista³ concedida à nossa publicação, em 2011, menciona que a cultura da impunidade está muito presente em nossa matriz política e social através de um “resto”. Em que medida isso se expressa nas demandas fascistas de uma expressiva parte de políticos e a sociedade que lhe dá suporte?

Edson Teles - Naquele momento vivíamos o processo de discussão e criação da Comissão Nacional da

³ *A apuração da verdade: grande medo das instituições militares.* Entrevista especial com Edson Teles publicada na revista **IHU On-Line**, nº 358, de 18-04-2011, disponível em <http://bit.ly/2ajY8Mz>. (Nota da **IHU On-Line**)

Verdade⁴. A história recente da ditadura ainda era um tema restrito aos movimentos ou profissionais de direitos humanos e aos movimentos sociais de vítimas da ditadura. Poucos sujeitos além destes mobilizam a apuração e reverberação do que foi a ditadura. Assim, falar em “restos” da ditadura fazia sentido e possibilitava a recuperação dos efeitos de mais de 20 anos de regime de exceção no país. Seria como se a democracia fosse um cesto de frutas e algumas estivessem podres. Esta visão trazia a esperança de que a eliminação destes “restos” traria um aprofundamento da democracia no país. Não seria algo das atuais práticas de governo o nosso problema, mas a herança da ditadura que persistia em operar no país, em especial nas estruturas do Estado.

Hoje, eu insistiria na ideia de “restos”, mas daria um outro valor para esta análise. Diria que as heranças e estratégias autoritárias da ditadura tiveram continuidade e, mais relevante para esta refle-

⁴ **Comissão Nacional da Verdade (CNV):** é o nome da comissão que investigou as graves violações de direitos humanos cometidas entre 18 de setembro de 1946 e 05 de outubro de 1988, por agentes públicos, pessoas a seu serviço, com apoio ou no interesse do Estado brasileiro, ocorridas no Brasil e também no exterior. A comissão foi instalada oficialmente em 16 de maio de 2012. A CNV concentrou seus esforços no exame e esclarecimento das graves violações de direitos humanos praticados durante a ditadura militar (1964-1985). A Comissão ouviu vítimas e testemunhas, bem como convocou agentes da repressão para prestar depoimentos. Promoveu mais de 100 eventos na forma de audiências públicas e sessões de apresentação dos relatórios preliminares de pesquisa. Realizou diligências em unidades militares, acompanhada de ex-presos políticos e familiares de mortos e desaparecidos. Constituiu um núcleo pericial para elucidar as circunstâncias das graves violações de direitos humanos, o qual elaborou laudos periciais, relatórios de diligências técnicas e produziu croquis relativos a unidades militares. Colaborou com as instâncias do poder público para a apuração de violação de direitos humanos, além de ter enviado aos órgãos públicos competentes dados que pudessem auxiliar na identificação de restos mortais de desaparecidos. Também identificou os locais, estruturas, instituições e circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos, além de ter identificado ramificações na sociedade e nos aparelhos estatais. Em 10 de dezembro de 2014, a CNV entregou seu relatório final à Presidente Dilma Rousseff. (Nota da **IHU On-Line**)

xão, foram atualizadas e sofreram o acréscimo de lógicas de governo que as transformaram e lhes deram novas configurações. Assim, quando o Supremo Tribunal Federal confirma, em 2010, que os crimes de tortura permanecem anistiados na democracia, não se trata mais de “resto”, mas é a própria democracia, atualizando estratégias autoritárias, que expressa demandas fascistas. Bem como, quando as várias instâncias de governo acionam polícias e forças de segurança para reprimirem as manifestações de junho de 2013⁵, é o projeto político desta democracia que canaliza práticas fascistas, e não mais os “restos” da ditadura.

IHU On-Line - Qual é o seu diagnóstico sobre o momento político brasileiro? Quais são as semelhanças e diferenças com aquele vivido nos anos da ditadura militar?

Edson Teles - O momento, sem dúvidas, é de grave crise e de ausências de respostas prontas. Fazer a relação entre a situação atual e o golpe de 1964 pode nos ajudar a compreender melhor esta crise. Naquele golpe de Estado, no qual os militares, juntamente com os empresários e os latifundiários, rasgaram a Constituição e instituíram um regime de prisão e tortura em massa (segundo a Comissão da Verdade cerca de 20 mil pessoas foram presas somente no primeiro mês após o golpe). Em um contexto de guerra fria, diante da globalização da disputa entre dois blocos, grosso modo capitalistas versus socialistas, o golpe funcio-

5 Jornadas de Junho: Os protestos no Brasil em 2013 foram várias manifestações populares por todo o país que inicialmente surgiram para contestar os aumentos nas tarifas de transporte público, principalmente nas principais capitais. Em seu ápice, milhões de brasileiros estavam nas ruas protestando não apenas pela redução das tarifas e contra a violência policial, mas também por uma grande variedade de temas como os gastos públicos em grandes eventos esportivos internacionais, a má qualidade dos serviços públicos e a indignação com a corrupção política em geral. Os protestos geraram grande repercussão nacional e internacional. A edição 191 do **Cadernos IHU ideias**, #*Vempráua. Outono Brasileiro?*, traz uma série de entrevistas sobre o tema, disponível em <http://bit.ly/1Fr6RZj>. (Nota da **IHU On-Line**)

nou, entre outros objetivos, para bloquear as aberturas históricas e contingenciais em direção às lutas revolucionárias.

Assim, o golpe de 1964 funcionou como uma espécie de contrarrevolução, antecipando um passo possível para a experimentação dos anos 60. É neste ponto, mais diretamente, em que o golpe constitucional parlamentar de 2016 se aproxima da tomada do governo à força pelos militares. Em junho de 2013 o Brasil presenciou uma revolta popular, deixando atônitos seus vários atores políticos. Partidos e governos, de qualquer matiz ideológico, tiveram imensa dificuldade em entender movimentos sem registro na lógica da representação política de uma democracia liberal. Os acontecimentos apontaram para um amadurecimento de um tipo de movimento social não mais sob a liderança das esquerdas, contestatório, mas, e aí estava sua novidade, de ruptura em relação ao modelo de democracia consensual e de governo de coalizão instituída pelos pactos da transição política dos anos 80. Se o governo capitaneado pelo maior partido de esquerda não compreendia e, conseqüentemente, pouco podia fazer diante dos revoltosos, a democracia liberal passou a demandar uma ação contra revolta buscando antecipar o “desastre” para o seu modelo de política.

Desta forma, somente um novo governo sob a égide da direita, disposto a lidar com violência e perseguição prévia às possibilidades de uma ação política transformadora, poderia atender às demandas das elites brasileiras desde sempre encasteladas nos palácios de governo. Claro que este aspecto não esgota a análise da atual crise. Contudo, para além do estabelecimento de uma narrativa contestatória do espúrio processo de impeachment, a ideia de um golpe hoje no Brasil se assemelha ao de 1964 em seu aspecto preventivo contra as aberturas permeáveis à ruptura.

IHU On-Line - E o que vislumbra para os próximos meses e anos

para as lutas dos movimentos sociais e de setores marginalizados brasileiros?

Edson Teles - É difícil, como sabemos, antecipar o futuro, notadamente em se tratando de ação política. Dizia Hannah Arendt⁶ que uma das principais características da ação política é a imprevisibilidade. Contudo, há alguns acontecimentos inspiradores de afetos mobilizadores da ação de resistência. Temos visto algumas movimentações neste sentido. O grande exemplo desta possibilidade encontra-se no movimento de ocupação das escolas no Estado de São Paulo. Os alunos ocupantes demonstram que estão entre os mais habilitados para modificarem a gestão da escola. As programações locais das escolas ocupadas mostram a capacidade da comunidade em gerir o espaço burocratizado e hierarquizado de modo horizontal e democrático, bem como conduzem o trânsito de conhecimentos a partir de seus interesses, desejos e vivências com encontros de qualidade.

Acredito que seja preciso dar fala às minorias, justamente como o fez recentemente o movimento **#agoraequesoelas** nas redes sociais, no qual as meninas e mulheres falaram em narrativa própria as violências sofridas. O problema é que as instituições do Estado ou

6 Hannah Arendt (1906-1975): filósofa e socióloga alemã, de origem judaica. Foi influenciada por Husserl, Heidegger e Karl Jaspers. Em consequência das perseguições nazistas, em 1941, partiu para os Estados Unidos, onde escreveu grande parte das suas obras. Lecionou nas principais universidades deste país. Sua filosofia assenta numa crítica à sociedade de massas e à sua tendência para atomizar os indivíduos. Preconiza um regresso a uma concepção política separada da esfera econômica, tendo como modelo de inspiração a antiga cidade grega. A edição mais recente da **IHU On-Line** que abordou o trabalho da filósofa foi a 438, *A Banalidade do Mal*, de 24-03-2014, disponível em <http://bit.ly/ihuon438>. Sobre Arendt, confira ainda as edições 168 da **IHU On-Line**, de 12-12-2005, sob o título *Hannah Arendt, Simone Weil e Edith Stein. Três mulheres que marcaram o século XX*, disponível em <http://bit.ly/ihuon168>, e a edição 206, de 27-11-2006, intitulada *O mundo moderno é o mundo sem política. Hannah Arendt 1906-1975*, disponível em <http://bit.ly/ihuon206>. (Nota da **IHU On-Line**)

coletivas no país não estão preparadas para este tipo de ação. No máximo, as subjetividades podem se expressar enquanto protagonistas de um processo controlado pelos especialistas e representantes. Aqui a questão de fundo é a indignidade de alguém falar por outros. Não é mais possível pensarmos uma democracia fundamentada somente na representação política. Este modo de gestão da vida elimina as várias diferenças, cria os consensos e, com isto, silencia a maior parte das vidas circulantes em seus territórios de representação. Não se trata de negar esta instituição da fala política, mas ela tem de ser um recurso final, de acionamento raro.

Para isto é preciso lidar com a ideia de governo a partir de outra temporalidade. Deve-se abandonar o paradigma atual, o de governar por meio de medidas de exceção e urgência. Não é possível, por exemplo, se propor a reorganizar a vida escolar a partir da lógica de governo e de representação política. Qualquer mudança nas escolas deveria ser pensada, criada e decidida pela comunidade escolar, os alunos, pais e professores, e o Estado apenas garantiria as condições para a execução das medidas. Hoje, têm sido os movimentos feministas, LGBTs e de estudantes os principais acionadores de aberturas às novas possibilidades políticas de resistência.

IHU On-Line - Como analisa os resultados da Comissão da Verdade e da Justiça no país? Quais são as razões pelas quais a memória é uma categoria tão cen-

tral para o aprofundamento da democracia?

Edson Teles - A memória é o modo pelo qual um povo, seus sujeitos, têm acesso aos significados e valores que compõem sua existência atual. Sem o acesso elaborado ao passado somos condenados a repetir estruturas e estratégias recalcadas, mas sempre reativadas, que tendem a manter a ordem reinante das coisas. Tivemos no país uma comissão da verdade que se recusou, já na elaboração da lei de sua criação, a incluir o termo “justiça” em seu nome. Fruto de um acordo palaciano de governabilidade, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada em 2011 e instalada em 2012, apresentou ao país um Relatório Final tímido, em termos histórico e político (www.cnv.gov.br). Seu conteúdo é praticamente uma compilação dos conteúdos já sabidos e denunciados pelos movimentos de vítimas da ditadura e seus familiares, de direitos humanos e das comissões governamentais de reparação. Nenhum corpo desaparecido foi localizado. De posse de seu produto, o governo não tomou a iniciativa de realizar uma agenda de justiça contra os torturadores e criminosos da ditadura. As vítimas pouco tiveram voz.

Diferentemente das principais e melhores experiências de comissões da verdade mundo afora, a CNV quase não realizou audiências públicas. Preferiu as sigilosas sob o argumento de que assim conseguiria resultados mais profundos com impacto no Relatório Final. A invisibilidade atual deste Relatório demonstra que a opção foi

um erro político. A crise política do país já se avizinhava e o conhecimento da história da ditadura, bem como do processo controlado de transição política, instituidor da política de coalizão hoje em crise, poderia proporcionar às lutas democráticas um bom instrumento de luta.

Entretanto, nem tudo foi bloqueado neste processo. Podemos destacar pelo menos dois pontos positivos. O primeiro, de ampla repercussão, foi o fato de o país legitimar um deslocamento de olhar para o passado recente. O fato de se criar a CNV provocou a disseminação de comissões em várias esferas do país, instituições e localidades. Isto produziu a proliferação do discurso, claramente adotado pelos movimentos sociais, de que há algo de autoritário na democracia e que revisitar a história da ditadura poderia colaborar para a luta do presente. Em especial, os movimentos se utilizaram deste deslocamento para fortalecer a denúncia do processo de repressão política existente na democracia e com forte recrudescimento a partir de junho de 2013.

Um outro aspecto interessante foi a inclusão de outros sujeitos entre as tradicionais vítimas da ditadura. Destaco aqui, via relatório da CNV, a perseguição às subjetividades homoafetivas ou dissonantes de uma heteronormatividade. E, também, a comunidade indígena, a qual sofreu a continuidade do genocídio de seus membros, o que, aliás, continuou ocorrendo na democracia em todos os seus governos. ■

LEIA MAIS...

- *Lei contra o terror e estado de exceção na democracia brasileira.* Artigo de Edson Teles reproduzido nas **Notícias do Dia**, de 22-10-2015, disponível em <http://bit.ly/2aAr4Sh>
- *A apuração da verdade: grande medo das instituições militares.* Entrevista especial com Edson Teles publicada na revista **IHU On-Line**, nº 358, de 18-04-2011, disponível em <http://bit.ly/2ajY8Mz>

As avenidas de inclusão no Brasil e uma disputa política intensa

Inclusão, ainda que precária, das massas vem sendo feita desde 2003, pontua Leonardo Avritzer. Governo interino de Temer sinaliza retrocesso “em relação às ações do Estado brasileiro de reconhecimento das populações minoritárias e do direito à diversidade”.

Por Márcia Junges

Para o cientista político Leonardo Avritzer, “estamos observando uma certa recuperação da capacidade de mobilização dos movimentos sociais pelo menos desde março deste ano. O que se coloca é uma conjuntura de disputa política intensa”. Para ele, somos uma sociedade de “exclusão de grandes massas, do consumo, da política, do acesso ao Estado, e foi contra isso que o governo do PT investiu entre 2003 e 2015 e acabou fazendo essa integração, ainda que precariamente”. Contudo, pondera, essa integração ocorreu, por um lado, “pela via do mercado, e por outro, por uma via de ampliação de uma série de benefícios da proteção social. Por fim, começamos a ter um acesso diferenciado ao sistema de educação. Essas três formas de acesso criaram novas avenidas de inclusão no Brasil”.

O “poder paralelo” do Judiciário é outra das temáticas abordadas na entrevista, concedida por Avritzer à **IHU On-Line** por telefone: “o próprio STF aceita que existe uma dimensão do Poder Judiciário que opera à margem do Estado Democrático de Direito. É ele

que vai decidir quem vai ser julgado pelo Estado Democrático de Direito ou por Sérgio Moro, uma espécie de justicador de primeira instância para alguns atores sociais”.

Leonardo Avritzer é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, onde cursou mestrado em Ciência Política. É doutor em Sociologia Política pela New School for Social Research - NCSR, Estados Unidos, com a tese *Modernity and democracy in Brazil*. Leciona no Departamento de Ciências Políticas da UFMG e é autor, dentre outros livros, de *Participatory Institutions in Democratic Brazil* (Johns Hopkins University Press, 2009), *Democracy and the public space in Latin America* (Princeton: Princeton University Press, 2002) e *A Moralidade da Democracia: Ensaio Sobre Teoria Habermasiana e Teoria Democrática* (Perspectiva/UFMG, 1996).

A entrevista foi publicada nas Notícias do Dia de 25-07-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2aVa6No>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quais são os elementos que nos ajudam a compreender o recrudescimento do fascismo em nossos dias, no Brasil, em específico, e no mundo, em termos mais gerais?

Leonardo Avritzer - O primeiro ponto é pensarmos a questão

no plano internacional de forma muito anterior e significativa do que vemos no Brasil até, pelo menos, no primeiro semestre do ano passado. Temos algumas origens desse enorme processo de intolerância e regressão democrática. O primeiro deles é um

conflito grande desde 2008 entre economia e democracia, ou entre o mercado e a democracia. Eu diria que 2008 marca um momento no qual o Estado recoloca as condições de uma certa acumulação financeira capitalista, ao mesmo tempo em que, no momento se-

“

Acabamos fazendo uma transição na qual as instituições não foram ‘purgadas’, não houve uma justiça restaurativa no Brasil que restituísse o funcionamento dos poderes

guinte da recuperação, o próprio Estado é fortemente questionado pelos principais atores financeiros. Esse questionamento começa a adquirir um elemento antidemocrático.

De um lado há elementos muito fortes contra a soberania popular, como ficou claro na forte crise na Grécia, na enorme dívida em Portugal e Espanha e na própria forma como o resgate se deu em 2008-2009, quando o fortalecimento do mercado financeiro veio antes do próprio resgate dos cidadãos endividados no caso dos Estados Unidos. Vemos um movimento muito forte do mercado no sentido de restabelecer condições de acumulação capitalista contra uma determinada pauta de direitos, sobretudo sociais.

Avenidas de inclusão

No caso brasileiro temos elementos próprios. O Brasil é uma sociedade de exclusão de grandes massas, do consumo, da política, do acesso ao Estado, e foi contra isso que o governo do PT investiu entre 2003 e 2015 e acabou fazendo essa integração, ainda que precariamente. Por um lado, tal integração foi feita pela via do mercado, e por outro, por meio de uma via de ampliação de uma série de benefícios da proteção social. Por fim, começamos a ter um acesso diferenciado ao sistema de educação. Essas três formas de acesso criaram novas avenidas de inclusão no Brasil.

Houve uma forte reação inclusive na esfera do consumo, por exemplo, quando vemos a rejeição à presença de novos consumidores, às pessoas que estão frequentando aeroportos e shopping centers. Começamos a ver que, mesmo sob o ponto de vista de uma sociedade de massa, o Brasil tem dificuldade em aceitar pressupostos igualitários do mercado. Isso se acentua ainda mais quando se fala em pressupostos de integração política ou mesmo de uma integração diferenciada no campo da educação. O centro desse processo está ligado a uma classe alta, sobretudo em São Paulo, onde há o maior contingente dessa classe no país, e que justamente não aceita ter os princípios básicos de integração via Estado e mercado.

IHU On-Line - Há um fascismo à brasileira? Caso sim, quais seriam suas características mais notórias e que impasses elas representam à nossa recente democracia?

Leonardo Avritzer - Primeiramente, acredito que deveríamos definir o que é o fascismo. No Brasil temos um momento de regressão democrática cujo maior sinal é a remoção da presidente Dilma por uma via absolutamente questionável em termos legais. Porém, dentro dessa regressão democrática temos diversos subcomponentes. Alguns de seus atores principais ainda se colocam fortemente no campo da institucionalidade política legal, enquanto outros se co-

locam fora dela, os quais eu classificaria como representantes do perigo de um retorno de um fascismo, de uma intolerância social e política radical.

Quais são as evidências que temos em relação a esses atores? A defesa da tortura na votação do afastamento da presidente por um deputado federal, Jair Bolsonaro; uma ideia de utilizar o sistema legal para fazer perseguições políticas, papel indefinido inclusive em relação a Sérgio Moro, em relação a como ele se relaciona com atores sociais. Seu “papel” é prender Lula, mas as pessoas não falam sobre evidências legais, e a própria Lava Jato está criminalizando claramente o PT pela via de seu procurador Carlos Fernando, quando este se refere ao Partido como organização criminoso.

Operação “à margem”

Tudo isso está à margem da institucionalidade do Estado de Direito. Como isso vai se desenvolver no Brasil é difícil saber. Jair Bolsonaro não é só uma pessoa que defende abertamente o Estado autoritário. O “interessante” é que os votos direcionados a Bolsonaro crescem quando relacionados à renda e escolaridade das pessoas, o que mostra que amplos setores da elite brasileira não estão conformados nem com a democracia, nem com o Estado de Direito. Essa é, certamente, uma das origens desse processo.

Por outro lado, no campo do Poder Judiciário, temos atitudes bastante complicadas que dizem respeito ao Estado de Direito. Vemos juízes tomando medidas claras contra a Constituição. Vivemos esse momento no país no qual vemos a dualidade dentro do poder Judiciário entre Sérgio Moro e Teori Zavascki. Como essa dualidade funciona? O Supremo não contém Sérgio Moro, apesar de que o próprio ministro Teori o criticou por contrariar os preceitos do Estado Democrático de

Direito em algumas das investigações da Operação Lava Jato. Ao mesmo tempo em que faz isso, devolve o processo contra o ex-presidente Lula para 13ª vara de Curitiba. Ou seja, o próprio STF aceita que existe uma dimensão do Poder Judiciário que opera à margem do Estado Democrático de Direito. É ele que vai decidir quem vai ser julgado pelo Estado Democrático de Direito ou por Sérgio Moro, uma espécie de justicador de primeira instância para alguns atores sociais.

IHU On-Line - O que resta do Estado de direito frente a tantos dispositivos de exceção colocados em prática por nosso Judiciário nos últimos meses? Dentro da crise política atual, qual é o papel do Judiciário na legitimação de um estado de exceção e de constante insegurança jurídica para as pessoas?

Leonardo Avritzer - Creio que, na verdade, para entendermos os processos que vivemos, devemos entender os próprios limites da democratização brasileira. O Brasil teve uma via absolutamente conservadora de transição à democracia, na qual não houve ruptura com nenhum dos elementos da institucionalidade autoritária, que foi muito longa, durando 21 anos. Se compararmos o Brasil à Argentina, não houve um expurgo dentro do sistema legal, apesar de sabermos que este fez parte do próprio aparato do Estado autoritário, que vigorou ao longo do período de governo militar.

O autoritarismo brasileiro atingiu fortemente o funcionamento do conjunto das nossas instituições. Acabamos fazendo uma transição na qual as instituições não foram "purgadas", não houve uma justiça restaurativa no Brasil que restituísse o funcionamento dos poderes. Só fomos ter uma Comissão da Verdade no governo Dilma, e ainda assim muito enfraquecida, ou mesmo uma comissão de anistia que ofereceu restituições meramente finan-

ceiras sem, na verdade, atribuir responsabilização pelos crimes. A transição brasileira foi atípica em relação às outras transições. Na Argentina, na África do Sul e também no Leste da Europa, as transições podem ser chamadas de justiça restaurativa, o que não ocorreu aqui.

“

A transição brasileira foi atípica em relação às outras transições. Na Argentina, na África do Sul e também no Leste da Europa, as transições podem ser chamadas de justiça restaurativa, o que não ocorreu aqui

Ambiguidade dos valores democráticos

Temos um Poder Judiciário que se pauta por um conjunto muito ambíguo de valores democráticos, sobretudo em sua primeira instância, porque ali continua um processo de reprodução patrimonial das elites judiciárias, que é um processo histórico no Brasil. Penso que é importante apontar que no Poder Judiciário há um conjunto de ações fortemente antidemocráticas, e para além da Operação Lava Jato começamos a ver perseguições a estrangeiros que fazem política, perseguição ao direito de as pessoas se reunirem, como no estado de Goiás, onde houve a proibição de

se manifestar dentro de universidades federais.

O que pauta essas instituições não é um entendimento claro da natureza do Estado de Direito, mas sim a supremacia dos corpos judiciais. Esse é, na verdade, o reequilíbrio que tivemos no Brasil entre o período democrático anterior e o atual. Antes havia praticamente apenas o Poder Executivo - o Supremo Tribunal Federal era muito fraco, e agora temos um Executivo e um Judiciário fortes que não se pautam, necessariamente, pelas estruturas do Estado de Direito. Aí está o problema central que estamos enfrentando nesse momento em relação às garantias individuais do país.

IHU On-Line - Quais são os nexos entre o estado de exceção e a biopolítica com o recrudescimento do fascismo hoje?

Leonardo Avritzer - Baseado na ideia de estado de exceção de Agamben, digo que ele tem uma natureza constitucional e outra não constitucional. No caso brasileiro, é interessante que tudo isso acontece sem evocar nenhum elemento institucional do Estado de Exceção. É como se estivéssemos no campo absoluto da normalidade democrática, mas vemos decisões do Poder Judiciário que não podem ser tomadas numa situação de normalidade democrática.

O STF toma decisões em direções completamente diferentes em questões fundamentais no período de seis meses que mudaram a conjuntura, como a aceitação da prisão do senador Delcídio do Amaral, e a rejeição da prisão do senador Renan Calheiros e José Sarney. É exatamente o mesmo caso, e a decisão foi tomada de forma oposta. O mesmo podemos dizer em relação à questão do afastamento de Eduardo Cunha, pedida em medida cautelar de urgência e que numa madrugada, quatro meses depois, foi decidida. Então, temos fortes

dúvidas sobre o que move o Poder Judiciário.

IHU On-Line - Como compreender posicionamentos como o do deputado Marcel Van Hatten (PP-RS), ao propor a "escola sem partido", e a recepção de Alexandre Frota e do líder do Revoltados On-Line pelo ministro da Educação? Em que medida isso se conecta com o debate do fascismo e da dificuldade do fascista em dialogar e de ter uma compreensão crítica do todo, sobretudo dentro de um sistema democrático?

Leonardo Avritzer - Vemos claramente mais intolerância na sociedade brasileira desde pelo menos 2013, quando naquele mês de junho houve manifestações de violência contra pessoas de partidos de esquerda. Em seguida a isso começamos a notar uma série de expressões de intolerância política no Brasil, como, por exemplo, o achacamento público de políticos e personalidades da sociedade civil, como o ministro Guido Mantega, agredido em um hospital, bem como outros políticos, ou como no caso de Chico Buarque de Hollanda.

Nas redes sociais isso já vinha acontecendo há tempo e tem se acirrado. Aí há um forte elemento de intolerância que se articula fortemente com um tipo de ação da imprensa mais conservadora. Temos o discurso da intolerância surgido, sobretudo, na grande mídia, especialmente na Veja e na rádio Jovem Pan, de São Paulo, e dali direcionado para a sociedade.

Quando Frota é recebido pelo ministro da Educação, na verdade essa é uma tentativa de conectar o governo com esses focos de intolerância na sociedade. De fato, e não por acaso, a primeira medida do governo interino foi a abolição de todas as secretarias especiais. O ministro dá um primeiro passo adiante para levar a sério essas

pessoas como Frota e o líder do Revoltados On-Line.

Retrocesso

Vale a pena lembrar que o campo da educação no Brasil passou por forte disputa nessas questões. Houve muito debate em relação ao Conselho Nacional de Educação rever elementos racistas na obra de Monteiro Lobato. Houve muita discussão sobre a ideia de uma política de diversidade de orientação sexual nas escolas públicas. Porque discutir orientação sexual e uma ideia racismo pelo sistema educacional faz parte dessa conjuntura. Então, receber Alexandre Frota significa que o governo está tentando indicar que vai se conectar com esses movimentos e indivíduos que querem retroceder em relação às ações do Estado brasileiro de reconhecimento das populações minoritárias e do direito à diversidade.

IHU On-Line - Por outro lado, como podemos compreender a dificuldade de diálogo da própria esquerda com projetos diferentes dos seus, como foi o caso da construção da Usina de Belo Monte, para citarmos uma das grandes obras do PAC, de Dilma Rousseff?

Leonardo Avritzer - O governo Dilma, quando comparado aos dois governos de Lula, se afasta das pautas de diversidade, relativas a indígenas, ao meio ambiente, e também dos atores urbanos. É possível ver que essas tensões já se manifestavam em 2011-2014, ou seja, em seu primeiro governo. Isso se deu com a violação de direitos das populações urbanas com as obras da Copa do Mundo, a própria discussão da usina hidrelétrica de Belo Monte e o projeto de uma nova usina no Rio Tapajós. Tais iniciativas fazem parte da agenda de obras do governo Dilma, incluídas em um modelo desenvolvimentista do qual ela é representante.

No governo do presidente interino Michel Temer há uma forte radicalização dessas pautas, como a extinção das secretarias já no primeiro dia em que assumiu, e isso tem pouco a ver com a economia de recursos. No seu primeiro dia de governo Temer já fez questão de apontar que inúmeras demandas não terão mais guarida em seu mandato. Ele rompia com uma pauta de ampliação de direitos do Brasil que, de uma maneira ou de outra, existiam.

IHU On-Line - Que perspectivas se delineiam para os próximos meses em relação aos movimentos sociais e a camadas da população carentes frente ao governo interino de Michel Temer?

Leonardo Avritzer - Estamos observando uma certa recuperação da capacidade de mobilização dos movimentos sociais pelo menos desde março deste ano. O que se coloca é uma conjuntura de disputa política intensa. Nessa conjuntura, Temer expressa seu projeto político da seguinte maneira: da forma como aceita implementar a agenda do mercado, da reforma da previdência e da diminuição dos gastos públicos, ele deixa bastante claro suas prioridades. Readequar o Estado a uma lógica de mercado através de uma via não eleitoral.

Mas, é preciso ver que este é um governo com fortes bloqueios democráticos internos e externos. Além da forte reação dos movimentos sociais e atores sociais dos mais diversos campos, este é um governo que ainda não conseguiu reconhecimento dos EUA e da grande imprensa do mundo anglo-saxão, especialmente o NYT, dos EUA, e o The Guardian, da Inglaterra. Eles afirmam que existe uma inflexão não democrática no Brasil com a substituição do governo Dilma Rousseff. Isso deve pautar todas as ações políticas importantes daqui até 2018, a reação externa e interna ao governo Temer. ■

IHU ON-LINE



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

**IHU em
Revista**

Agenda de Eventos

Confira os próximos eventos promovidos pelo Instituto Humanitas Unisinos - IHU



I Ciclo de Estudos: Saúde e segurança no trabalho na região do Vale do Rio dos Sinos – 2ª edição

Manhã

Atividade: Concepções e realidades da Saúde e da Segurança no Trabalho no país, no estado e na região do Vale do Sinos. Painel: Ministério do Trabalho e Previdência Social, CEREST Canoas e Vale do Sinos e ObservaSinos/Instituto Humanitas Unisinos - IHU

Horário: 9h

Atividade: Mapas da Saúde e da Segurança nos municípios do Vale do Sinos - referências com CEREST e trabalho em grupos

Horário: 11h30min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Tarde

Atividade: Mapas da Saúde e da Segurança nos municípios do Vale dos Sinos - painel de apresentação e aprofundamento

Horário: 13h30min

Atividade: Políticas, legislações e serviços garantidores da Saúde e da Segurança das empresas e dos(as) trabalhadores(as) - Confederação Nacional dos Metalúrgicos

Horário: 14h30min

Atividade: Construindo os Mapas da Saúde e da Segurança nas empresas - trabalho em grupos por empresa e/ou municípios

Horário: 15h30

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Atividade: Encaminhamentos dos estudos e sistematizações no laboratório de Informática

Horário: 16h45min

Local: Sala de Informática: Prédio B09 sala 008

Saiba mais em <http://bit.ly/2aynVnb>



Ecofeira Unisinos

Atividade: Mostra e comercialização dos produtos

Horário: 10h às 17h

Local: Saguão em frente ao IHU

Saiba mais em <http://bit.ly/22XWMfD>

IHU Ideias

Presidencialismo de Coalizão: Um Modelo em Crise?

Conferencista: Prof. Dr. Paulo Sergio Peres - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Horário: 17h30min às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Saiba mais em <http://bit.ly/2aAntY3>



IHU Ideias

Ocupa tudo: limites e possibilidades da (re)invenção das escolas no RS

Conferencista: Profa. Eduarda Bonora Kern - Professora da rede pública estadual do RS

Horário: 17h30min às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Saiba mais em <http://bit.ly/2aAntY3>

11 CEHLA - 2016
“Conexões Brasil e América Latina”
 COLÓQUIO DISCENTE DE ESTUDOS HISTÓRICOS LATINO-AMERICANOS
 UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
 23 A 25 DE AGOSTO DE 2016

Promoção da saúde no mundo do trabalho: no Vale do Sinos o desafio é a diversidade

Cleber da Silva Brandão analisa que as diferenças nos processos produtivos dos municípios da região originam uma força de trabalho heterogênea em variados aspectos

Por João Vitor Santos | Edição Leslie Chaves

A legislação brasileira possui uma série de instrumentos destinados à proteção da saúde dos trabalhadores e trabalhadoras do país, sejam estes registrados formalmente ou atuantes no mercado informal. Para o enfermeiro sanitário especializado nas questões que dizem respeito à promoção da saúde no mundo do trabalho, Cleber da Silva Brandão, “tanto a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, quanto as Normas Regulamentadoras em Saúde e Segurança do Trabalho no âmbito do Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTPV são excelentes ferramentas para objetivar ambientes de trabalho seguros e saudáveis”.

Entretanto, na entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, ele aponta a necessidade de “se avançar na qualificação e dotação das instituições representativas, no sentido de propiciar quantidade e qualidade de recursos humanos e materiais que possam dar conta de todas as atividades envolvidas na promoção e fiscalização dos ambientes de Trabalho”. Especificamente quanto

à Região do Vale do Sinos, segundo o enfermeiro, o grande desafio é promover políticas de saúde no mundo do trabalho em um cenário heterogêneo quanto ao processo econômico e produtivo e aos perfis dos trabalhadores por áreas.

Cleber da Silva Brandão é enfermeiro sanitário com especialização em Enfermagem do Trabalho, Saúde Coletiva e Saúde da Família. Também é técnico em Segurança do Trabalho e membro da Equipe do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST Canoas/Vale do Sinos, serviço vinculado à Secretaria Municipal da Saúde de Canoas.

No dia 08-08-2016, Brandão participou da 2ª edição do I Ciclo de Estudos: Saúde e segurança no trabalho na região do Vale do Rio dos Sinos. O Ciclo segue até setembro. Mais informações em <http://bit.ly/2aynVnb>. Os vídeos das atividades desse dia podem ser acessados através do canal do IHU no YouTube. O endereço é [youtube.com/ihucomunica](https://www.youtube.com/ihucomunica).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Qual é a realidade do Brasil em termos de Saúde e Segurança do Trabalho? Quais os setores mais vulneráveis e que ações vêm sendo tomadas para proteção, saúde e segurança do trabalhador?

Cleber da Silva Brandão - No Brasil de hoje, as políticas de atenção à saúde do trabalhador estão a cargo de duas instituições ministeriais: Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTPS e Ministério da Saúde - MS. Apesar de ambos

preocuparem-se com as questões envolvidas na prevenção e promoção da saúde dos trabalhadores, há evidentes diferenças quando se analisa o conceito de trabalhador. Para o MTPS, trabalhador é aquele que possui vínculo empregatício,



A Região do Vale do Sinos apresenta uma heterogeneidade significativa quando se observa o processo econômico e produtivo

mais especificamente vínculo celetista. Para o MS, trabalhador é todo aquele que exerce, realiza um trabalho, seja formal ou informal. Esta definição não se resume apenas a um conceito, mas também a todo um processo de prevenção e vigilância.

O setor de Saúde é abrangente e não exclui, sob nenhuma hipótese, a perspectiva da atenção à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras. A condução norteadora deste processo é a Lei 8.080/90, que estabelece as bases para o funcionamento do Sistema Único de Saúde - SUS e, mais especificamente, define, no seu âmbito, o conceito de vigilância em Saúde do Trabalhador. Neste contexto, é permanente o desafio de vigiar e proteger setores bastante vulneráveis de nosso processo produtivo, onde a presença de acidentes e doenças é significativa como: Construção Civil, Metalurgia, Transporte, Comércio e Serviços.

A criação dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador - CERESTs, através da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, sem dúvida, foi um avanço. Aos CERESTs cabe a responsabilidade de vigiar, promover e proteger a todos os trabalhadores, independente da situação de vínculo trabalhista.

IHU On-Line - No Rio Grande do Sul, em especial, tem ocorrido forças-tarefa em parceria com Ministério do Trabalho e Ministério Público do Trabalho para vistoriar condições de violações de direitos de saúde e segurança no trabalho. Qual o papel dessas forças-

-tarefa? Que cenário se encontra nessas inspeções?

Cleber da Silva Brandão - O Ministério Público do Trabalho, na sua prerrogativa de pensar as questões coletivas relacionadas à prevenção de acidentes e doenças, vem adotando o modelo de Força-Tarefa com a participação de entidades ligadas ao setor. Há dois anos está em andamento a vigilância de frigoríficos em diversas regiões do Rio Grande do Sul. Mais recentemente, iniciou-se a vigilância de Hospitais. Todo este esforço tem demonstrado a importância da permanente atenção como forma de enfrentar processos de trabalho causadores de acidentes e adoecimento aos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos. Têm-se encontrado, tanto nos frigoríficos quanto nos hospitais, ambientes que colocam em risco a integridade física e emocional da população trabalhadora. Todo o processo de fiscalização é realizado para corrigir as inconformidades encontradas. No final, um Termo de Ajustamento de Conduta é proposto para o acompanhamento dos resultados.

IHU On-Line - Como avalia políticas, legislações e serviços garantidores da Saúde e da Segurança dos trabalhadores? Quais os limites e avanços?

Cleber da Silva Brandão - Tanto a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, quanto as Normas Regulamentadoras em Saúde e Segurança do Trabalho no âmbito do MTPS são excelentes ferramentas para objetivar ambientes de trabalho

seguros e saudáveis. Há que se avançar na qualificação e dotação das instituições representativas, no sentido de propiciar quantidade e qualidade de recursos humanos e materiais que possam dar conta de todas as atividades envolvidas na promoção e fiscalização dos ambientes de Trabalho.

IHU On-Line - Qual a importância de se inserir a saúde do trabalhador e da trabalhadora na perspectiva da saúde pública, enquanto política pública de saúde? Qual o papel do Sistema Único de Saúde - SUS nesse contexto de saúde e segurança no mundo do trabalho?

Cleber da Silva Brandão - No âmbito do SUS, a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador - Renast foi criada em 2002, por meio da Portaria nº 1.679/GM, com objetivo de disseminar ações de saúde do trabalhador, articuladas às demais redes do SUS. Com a definição da Política Nacional de Saúde do Trabalhador em 2005, a Renast passou a ser a principal estratégia da organização da Saúde do Trabalhador no SUS.

A Renast compreende uma rede nacional de informações e práticas de saúde, organizada com o propósito de implementar ações assistenciais, de vigilância, prevenção, e de promoção da saúde, na perspectiva da Saúde do Trabalhador. A Renast deve integrar a rede de serviços do SUS por meio de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador. Além disso, elabora protocolos, linhas de cuidado e instrumentos que favorecem a integralidade das ações, envolvendo a atenção básica, de média e alta complexidade, serviços e municípios sentinela. Definida dessa forma, a Renast se constitui em uma complexa rede que se concretiza com ações transversais, que incluem a produção e gestão do conhecimento, e todos os níveis e ações definidas.

IHU On-Line - Qual o perfil dos homens e mulheres do mundo

do trabalho na região do Vale do Sinos e quais os desafios para garantir saúde e segurança? Como entender esses perfis num contexto nacional?

Cleber da Silva Brandão - A Região do Vale do Sinos apresenta uma heterogeneidade significativa quando se observa uma perspectiva a partir de todo o processo econômico e produtivo. São municípios com características diversas apesar da proximidade geográfica. Neste contexto, o perfil dos trabalhadores e trabalhadoras também se expressa pela distribuição não homogênea, por exemplo, a indústria coureiro-calçadista de Novo Hamburgo, com o predomínio da população feminina; a presença forte do setor de Comércio nos municípios de Montenegro e Portão; a atividade rural presente nos municípios de Capela de Santana, Nova Santa Rita e Presidente Lucena, onde trabalhadores e trabalhadoras estão expostos a agrotóxicos.

Pensar a promoção da saúde e proteção de toda a população trabalhadora neste cenário é enfrentar grandes desafios, exigindo das instituições o trabalho em rede. Nesta perspectiva, o desafio constante é estimular os municípios do Vale do Sinos, através de suas Secretarias Municipais de Saúde, a implantarem Unidades Municipais de Saúde do Trabalhador, como forma de exercer a vigilância permanente sobre os processos que levam aos acidentes e adoecimento dos trabalhadores.

IHU On-Line - Qual deve ser o impacto das propostas (como a flexibilização da jornada de trabalho) que visam alterar a legislação trabalhista na saúde de trabalhadores e trabalhadoras? Em que medidas essas mudanças representam retrocessos às proteções de pessoas no mundo do trabalho?

Cleber da Silva Brandão - A experiência vivenciada no cotidiano da prevenção e proteção à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras

tem evidenciado que quanto mais se fragilizam as relações de trabalho, maiores são os riscos de adoecimento e morte dos trabalhadores. Informalidade e vínculo precário se destacam. Na Região do Vale do Sinos existem inúmeras pequenas empresas, que empregam um contingente significativo de trabalhadores e trabalhadoras, que se encontram à margem de mecanismos de proteção, as quais a rede de atenção em saúde do trabalhador não consegue chegar. Aprofundar a precarização e mais recentemente a perspectiva da flexibilização só incorporará mais trabalhadores doentes e vítimas de acidentes.

“
Quanto mais se fragilizam as relações de trabalho, maiores são os riscos de adoecimento e morte dos trabalhadores

IHU On-Line - Em que medida estados de crises, como o que vivemos atualmente no Brasil, com cenários de aumento de índices de desemprego, aumentam a precarização no mundo do trabalho? Ocorrem retrocessos nas políticas de proteção e saúde dos trabalhadores e trabalhadoras a partir da perspectiva de que “é preciso fazer concessões para manter o emprego”?

Cleber da Silva Brandão - Nos momentos de grave crise econômica, evidencia-se para o contingente de trabalhadores e trabalhadoras excluídos do processo de trabalho o lado perverso da face econômica e produtiva. Nestes momentos conseguir qualquer emprego significa abrir mão de medidas de segurança e proteção. Para aqueles que ainda

estão empregados, reivindicar medidas de proteção e promoção da saúde no trabalho pode significar entrar em conflito com a gestão do trabalho e, desta forma, a marginalização no mundo do trabalho.

IHU On-Line - Como percebe a precarização no mundo do trabalho de hoje? Qual o papel de sindicatos e entidades de classe para a reversão de quadros de precarização?

Cleber da Silva Brandão - A existência dos sindicatos e entidades específicas de classe confere proteção dos trabalhadores contra o adoecimento e os acidentes de trabalho. Inúmeros sindicatos e entidades possuem setores específicos para fiscalização e acompanhamento das questões de saúde e segurança. O dissídio coletivo é uma ferramenta importante para assegurar ambientes mais saudáveis. Há que se refletir sobre os pequenos sindicatos ou aqueles que não priorizam as questões de saúde e segurança, na medida em que expõem os trabalhadores envolvidos ao desamparo nas questões relacionadas à saúde e segurança no trabalho. Os sindicatos devem ter o permanente desafio de proteger os trabalhadores das doenças e acidentes.

IHU On-Line - Quais os maiores desafios para se assegurar a saúde e segurança de homens e mulheres no mundo do trabalho de hoje?

Cleber da Silva Brandão - No mundo do trabalho tão diversificado e cheio de riscos, sem dúvida, assegurar ambientes saudáveis é um permanente desafio para todos os atores e instituições envolvidas nas questões de prevenção e proteção. Acredito que quanto mais forte e ajustada for a rede de atenção em saúde do trabalhador, melhores serão os resultados, os quais devem ter como horizonte proporcionar aos trabalhadores e trabalhadoras retornar saudáveis para suas casas, e não adoecidos ou mutilados. ■

A barganha nas vísceras do modo brasileiro de governar

Paulo Sergio Peres entende que a crise política instalada no país foi causada pela inabilidade de gerir o presidencialismo de coalizão. Para ele, uma estratégia inescapável

Por João Vitor Santos | Edição Leslie Chaves

Acomodar diferentes setores e distribuir o poder para garantir a governabilidade. Essa é a tônica que tem atravessado os diferentes arranjos governamentais democráticos brasileiros. De acordo com o pesquisador e professor Paulo Sergio Peres, seja durante o período da Primeira República, seja contemporaneamente, a construção de alianças é inerente ao modo de gestão do país, mesmo com a adoção de um sistema presidencialista, multipartidário e federalista, que em tese não favoreceria esse modo de organização. “No início dos anos 1990, alguns pesquisadores levantaram dados sobre o funcionamento do Legislativo brasileiro e mostraram dados surpreendentes. Os presidentes formavam coalizões majoritárias mediante a barganha de apoio parlamentar por cargos no governo e liberação de recursos para os parlamentares levarem políticas para suas bases eleitorais”, aponta.

Ao longo da entrevista, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Peres analisa as principais características do modelo de presidencialismo de coalizão no Brasil, tendo em perspectiva o processo

histórico brasileiro e o contexto de crise política que o país vem enfrentando.

Paulo Sergio Peres é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, mestre e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo - USP, onde também realizou pós-doutorado. É especializado na política brasileira, pesquisando os partidos políticos, os sistemas partidários e as eleições. Foi professor de Ciência Política da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp e da UFSCar. Atualmente é coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e professor do departamento de Ciência Política, ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

Na próxima quinta-feira, 11-08-2016, o professor participará do debate “Presidencialismo de Coalizão: Um Modelo em Crise?”, das 17h30min às 19h na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU, campus São Leopoldo da Unisinos. Mais informações sobre o evento e inscrições estão disponíveis no endereço <http://bit.ly/2aT1sQA>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como compreender o chamado “presidencialismo de coalizão” enquanto modelo de governo? E como esse modelo aparece ao longo da história do Brasil?

Paulo Sergio Peres - Esse modelo deve ser compreendido no âmbito do debate acadêmico de políti-

ca comparada sobre as transições de regimes autoritários para regimes democráticos, ocorrido nos anos 1970 e 1980. Quando os países autoritários transitavam para a democracia, a preocupação dos especialistas se concentrou nas possibilidades de se implementar um modelo constitucional que pu-

desse realmente garantir a consolidação desse regime. Nesse contexto, a atenção se voltou para o que chamamos de desenho constitucional, ou seja, a forma de organizar o poder político e a governação, o que implica o mecanismo de distribuição do poder.

Há desenhos que concentram e desenhos que fragmentam o poder político. Países federalistas des-concentram o poder, ao contrário de países unitários. Países com poucos partidos ou um sistema bipartidário concentram o poder representativo, ao contrário de países com sistemas multipartidários. Acreditava-se que países que adotassem eleições proporcionais estimulariam justamente o multipartidarismo e que onde se adotassem eleições majoritárias havia estímulo ao bipartidarismo. Os analistas defendiam, ainda, que países com sistemas de governo parlamentarista¹ concentrariam o poder decisório, tornando mais fácil e eficiente a governabilidade. Isso porque, no parlamentarismo, o Executivo e o Legislativo são poderes que, na prática, estão fundidos. O chefe do Executivo é oriundo da maioria parlamentar. Com isso, a maioria parlamentar controla tanto o Legislativo como o Executivo, que agem de maneira coesa, garantindo a governabilidade.

No presidencialismo, ao contrário, o presidente é eleito diretamente pela população, sua legitimidade não depende do Legislativo. Isso significa que pode haver um chefe de governo, um presidente, cujo partido não controla a maioria das cadeiras legislativas. Nesses casos, o presidente pode sofrer vetos do Legislativo, pois a maioria parlamentar é com-

posta por partidos que estão na oposição ao governo.

Dessa maneira, a governabilidade será baixa e haverá constantes tensões entre Executivo e Legislativo. Essas tensões podem provocar crises de governabilidade, que é a capacidade de o Executivo aprovar sua agenda política no Legislativo e, desse modo, governar. As crises de governabilidade podem, por sua vez, provocar crise de governo. Se a crise de governo chegar a um ponto muito elevado, pode haver crise institucional, ou seja, tensões irreconciliáveis entre Executivo e Legislativo, com necessidade de interferência do Judiciário, que

“

O fato é que tanto em países parlamentaristas como presidencialistas, há incentivos para a formação de coalizões majoritárias quando existe o multipartidarismo

pode, inclusive, levar ao agravamento da crise. Esse agravamento pode incendiar as ruas, reduzir a legitimidade dos poderes representativos, dos partidos e até do Judiciário. Nesse caso, o resultado pode ser uma crise de regime político, uma crise da própria democracia no país.

Diante disso, os analistas ficaram preocupados com o desenho constitucional que adotamos no Brasil. Nosso modelo é federalista, ou seja, os Estados têm autonomia em diversas questões e os governadores têm bastante poder dentro desse arranjo. Nosso modelo também

é multipartidário com um sistema de governo presidencialista. Muitos partidos no Legislativo nacional e um presidente eleito diretamente pela população no Executivo. Esperava-se que a governabilidade seria muito baixa e que teríamos crises constantes nas relações entre o presidente e o parlamento.

Porém, no início dos anos 1990, alguns pesquisadores levantaram dados sobre o funcionamento do Legislativo brasileiro e mostraram dados surpreendentes. O presidente tinha à sua disposição diversos mecanismos que possibilitavam que ele formasse alianças com os partidos no Legislativo e, assim, obtivesse seu apoio para aprovar sua agenda. Os presidentes formavam coalizões majoritárias mediante a barganha de apoio parlamentar por cargos no governo e liberação de recursos para os parlamentares levarem políticas para suas bases eleitorais.

Até aquele momento, os analistas de política comparada achavam que somente em sistemas parlamentaristas multipartidários os governos formavam coalizões, afinal, sem formar uma coalizão majoritária não teria como indicar o primeiro-ministro. O multipartidarismo forçava os partidos a formarem coalizões para se construir uma maioria parlamentar nesse tipo de sistema de governo. No presidencialismo, o presidente ocuparia o cargo de qualquer maneira, mesmo sem ter apoio da maioria no parlamento, por isso os analistas acreditavam que não havia incentivos para que os presidentes formassem coalizões majoritárias em sistemas multipartidários. Mas o fato é que tanto em países parlamentaristas como presidencialistas, há incentivos para a formação de coalizões majoritárias quando existe o multipartidarismo.

O Brasil era um caso que demonstrava isso e pesquisadores como Fernando Limongi² e Argelina Fi-

¹ **Parlamentarismo:** Sistema parlamentarista, sistema parlamentar ou simplesmente parlamentarismo é um sistema de governo democrático, onde o poder Executivo baseia a sua legitimidade democrática a partir do poder legislativo (representado pelo parlamento nacional); os ramos executivos e legislativos são, portanto, interligados nesta forma de governo. Em um sistema parlamentarista, o chefe de Estado é normalmente uma pessoa diferente do chefe de governo, em contraste ao sistema presidencial, onde o chefe de Estado muitas vezes é também o chefe de governo e o poder Executivo não deriva a sua legitimidade democrática da legislatura. Os países com sistemas parlamentares podem ser monarquias constitucionais, onde um monarca é o chefe de Estado, enquanto o chefe de governo é quase sempre um membro da legislatura, ou uma república parlamentarista, onde um, normalmente o presidente cerimonial, é o chefe de Estado, enquanto o chefe de governo é regularmente da legislatura. (Nota da IHU On-Line)

² **Fernando de Magalhães Papaterra Limongi:** cientista político brasileiro, professor do departamento de Ciência política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP).

gueiredo³ trouxeram uma inestimável contribuição empírica para a Ciência Política internacional quando mostraram esse fenômeno com seus dados sobre o processo legislativo no país. Sérgio Abranches⁴, outro cientista político de grande importância nesse tipo de estudo, havia já contribuído significativamente ao identificar esse processo e ao dar o nome que acabou ficando para esse modelo de governação - presidencialismo de coalizão.

Resquícios da Primeira República brasileira

Pessoalmente, desconfio que o que eles perceberam era algo que já tinha aparecido de outra forma durante a Primeira República⁵ no

É doutor em Ciência política pela Universidade de Chicago (1993) e trabalhou nos Estados Unidos com cientistas como Adam Przeworski (seu orientador) com qual publicou diversas obras. De volta ao Brasil e a USP em 1992, assumiu diversas responsabilidades no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) sendo hoje um dos membros da Câmara de Pesquisadores do centro. (Nota da **IHU On-Line**)

3 Argelina Maria Cheibub Figueiredo: professora do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), Pesquisadora do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CNPq) e Membro da Ordem Nacional do Mérito Científico, Classe Comendador. Ph.D. em Ciência Política pela Universidade de Chicago. Obteve também o título de Livre Docente da Universidade Estadual de Campinas onde foi professora de Ciência Política. Foi pesquisadora Sênior do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) de 1991 a 2005, sendo coordenadora da área de Política e Sociedade e da Diretoria Científica e diretora do Centro de Estudos da Metrópole. No momento, permanece como pesquisadora associada. Foi pesquisadora visitante em várias universidades e centros de pesquisa internacionais. Realiza pesquisas sobre instituições políticas, relações entre executivo e legislativo, políticas públicas e eleições. (Nota da **IHU On-Line**)

4 Sérgio Abranches: sociólogo, cientista político, analista político e escritor. Escreve sobre Ecopolítica. É comentarista da rádio CBN, onde mantém o boletim diário Ecopolítica. Autor de *Copenhague: Antes e Depois* (São Paulo: Civilização Brasileira, 2010), sobre a política global do clima; e de *O Pelo Negro do Medo*, romance (São Paulo: Record, 2012). Prêmio Jornalistas&Cia HSBC de Imprensa e Sustentabilidade: Personalidade do Ano em Sustentabilidade 2011. Prêmio Chico Mendes de Jornalismo Socioambiental 2013 (rádio). (Nota da **IHU On-Line**)

5 Primeira República Brasileira (também conhecida como República Velha - em oposição à República Nova, período poste-

Brasil, chamado de política dos Estados ou política dos governadores. O mecanismo utilizado para a formação de uma coalizão majoritária em apoio ao Executivo nacional foi outro, mas a lógica era a mesma - existia um sistema multipartidarismo, na época, um multipartidarismo atualizado, pois os partidos eram estaduais, em combinação com o presidencialismo. Depois de diversas tensões, inclusive violentas, entre Executivo e Legislativo nos primeiros anos da República, o governo do presidente Campos Sales⁶ arquitetou uma estratégia de cooperação entre esses dois poderes, envolvendo o da diplomacia dos parlamentares eleitos, barganhas com governadores de Estado e deputados, e a estrutura local de controle dos votos no âmbito do que foi denominado de coronelismo⁷.

rior, iniciado com o governo de Getúlio Vargas): foi o período da história do Brasil que se estendeu da proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, até a Revolução de 1930 que depôs o 13º e último presidente da Primeira República Washington Luís. Nesse período o Brasil foi nomeado de Estados Unidos do Brasil, o mesmo nome da constituição de 1891, também promulgada nesse período. Este período é dividido pelos historiadores em dois momentos: República da Espada - dominado pelos setores mobilizados do Exército apoiados pelos republicanos; e República Oligárquica, caracterizada pelas oligarquias dominantes compostas por forças políticas republicanas de São Paulo e Minas Gerais, que se revezavam na presidência. Este último período também é conhecido como política do café com leite, em razão da importância econômica da produção de café paulista e de leite mineiro para a economia brasileira da época. (Nota da **IHU On-Line**)

6 Manuel Ferraz de Campos Sales (1841-1913): foi um advogado e político brasileiro, terceiro governador do Estado de São Paulo, de 1897 a 1898, presidente da República entre 1898 e 1902. Desenvolveu a chamada política dos governadores, através da qual afastou os militares da política e estabeleceu a República Oligárquica, através da qual tentou obter o apoio do Congresso através de relações de clientelismo e favorecimento político entre o governo central, representado por si próprio enquanto presidente, estados, representados pelos respectivos governadores, e municípios, representados pelos coronéis. Era preservada a autonomia e independência dos governos municipais e estaduais desde que estes apoiassem a política do governo federal. (Nota da **IHU On-Line**)

7 Coronelismo: foi um sistema de poder político que vicejou na época da República Velha (1889-1930), caracterizado pelo enorme poder concentrado em mãos de um poderoso local, geralmente um grande proprie-

No caso de Vargas⁸, no Estado Novo⁹, foi algo bem diferente, pois se tratou de um governo autoritário, sem o funcionamento dos par-

tário, um dono de latifúndio, um fazendeiro ou um senhor de engenho próspero. Ele não só marcou a vida política e eleitoral do Brasil de então como fez por contribuir para a formação de um clima muito próprio, cultural, musical e literário que fez da sua figura um participante ativo do imaginário simbólico nacional. Não só os homens de letras procuraram reproduzir em seus livros o que era viver sob o domínio de um coronel, como os feitos e as façanhas deles foram transmitidas pela história oral. Identificado com o Brasil do passado, agrário, rústico e arcaico, ele ainda sobrevive em algumas práticas políticas de hoje. O coronelismo institucional surgiu com a formação da Guarda Nacional, criada em 1831, como resultado da deposição de dom Pedro I, ocorrida em abril daquele ano. Inspirada na instituição francesa, forjada pelos acontecimentos de 1789, a "guarda burguesa" era uma milícia civil que representava o poder armado dos proprietários que passaram a patrulhar as ruas e estradas em substituição às forças tradicionais, derrubadas pelos revolucionários. Para ser integrante dela era preciso, pois, ser alguém de posses, que tivesse recursos para assumir os custos com o uniforme e as armas necessárias. (Nota da **IHU On-Line**)

8 Getúlio Vargas [Getúlio Dornelles Vargas] (1882-1954): político gaúcho, nascido em São Borja. Foi presidente da República nos seguintes períodos: 1930 a 1934 (Governo Provisório), 1934 a 1937 (Governo Constitucional), 1937 a 1945 (Regime de Exceção) e de 1951 a 1954 (Governo eleito popularmente). Recentemente a **IHU On-Line** publicou o Dossiê Vargas, por ocasião dos 60 anos da morte do ex-presidente, disponível em <http://bit.ly/1naoZMX>. A **IHU On-Line** dedicou duas edições ao tema Vargas, a 111, de 16-08-2004, intitulada *A Era Vargas em Questão - 1954-2004*, disponível em <http://bit.ly/ihuon111>, e a 112, de 23-08-2004, chamada *Getúlio*, disponível em <http://bit.ly/ihuon112>. Na edição 114, de 06-09-2004, em <http://bit.ly/ihuon114>, Daniel Aarão Reis Filho concedeu a entrevista *O desafio da esquerda: articular os valores democráticos com a tradição estatista-desenvolvimentista*, que também abordou aspectos do político gaúcho. Em 26-08-2004, Juremir Machado da Silva, da PUC-RS, apresentou o **IHU ideias** *Getúlio, 50 anos depois*. O evento gerou a publicação do número 30 dos **Cadernos IHU ideias**, chamado *Getúlio, romance ou biografia?*, disponível em <http://bit.ly/ihuid30>. Ainda a primeira edição dos **Cadernos IHU em formação**, publicada pelo IHU em 2004, era dedicada ao tema, recebendo o título *Populismo e Trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*, disponível em <http://bit.ly/ihuem01>. (Nota da **IHU On-Line**)

9 Estado Novo: período autoritário da história do Brasil, que durou de 1937 a 1945. Foi instaurado por um golpe de Estado que garantiu a continuidade de Getúlio Vargas à frente do governo central, tendo a apoiá-lo importantes lideranças políticas e militares. (Nota da **IHU On-Line**)

tidos. Obviamente, ele teve que fazer alianças e composições com grupos políticos e sociais para além dos partidos, mas daí já não podemos aplicar esse termo ou essa lógica de governação a esse caso. Para isso, temos que ter um ambiente democrático ou pretensamente democrático, com o Legislativo em operação e um quadro partidário com poder de veto às políticas do Executivo.

Mesmo nos casos em que essa lógica se aplica, na Primeira República e agora, há diferenças fundamentais na dinâmica política e no ambiente institucional entre esses dois modelos de governação por coalizões legislativas em apoio ao Executivo. Por isso prefiro dizer que o que é comum em ambos os casos é a necessidade de se chegar a um acordo cooperativo entre os Poderes. Esse acordo cooperativo demanda a implementação de uma estratégia para se obter a governabilidade e a estabilidade dos presidentes. Presidencialismo de coalizão e política dos governadores ou dos Estados são duas estratégias para a consecução desses objetivos. Cada estratégia tem seus limites e seus problemas.

IHU On-Line - Quais as diferenças e semelhanças entre o presidencialismo de coalizão, popularizado no governo petista, e o pacto social, discutido nos governos de Getúlio Vargas e depois novamente após a eleição de Tancredo Neves?

Paulo Sergio Peres - As propostas de pacto social são amplas, incluem grupos da sociedade civil organizada. Quando se fala em pacto, faz-se apelo a uma grande concertação social, para além do sistema partidário. Além disso, as proposições de pacto social são raras e pontuais, surgem em momentos delicados, de grande instabilidade ou de necessidade urgente de algum tipo de unificação para o enfrentamento de grandes problemas comuns. Trata-se de transcender os muros ideológicos e partidários, trata-se de unificar o país em nome de um bem maior.

O presidencialismo de coalizão se refere à dinâmica cotidiana de governo. Ao dia a dia das relações entre Executivo e Legislativo. Inclui apenas os partidos, de acordo com sua distribuição de forças políticas no interior dos dois Poderes representativos - o Executivo e o Legislativo. Mas há um prolongamento entre essas duas lógicas, ou seja, geralmente, quando o modelo de governabilidade falha e isso leva a uma crise maior do que a de governo, portanto uma crise institucional ou de regime político, surgem os apelos por um pacto social.

“
Quando se fala em pacto, faz-se apelo a uma grande concertação social, para além do sistema partidário

IHU On-Line - Hoje, no Brasil, o presidencialismo de coalizão está em crise? Por quê? E em que medida nos leva ao estado de crises em que nos encontramos?

Paulo Sergio Peres - Na minha avaliação, a estratégia de formação de coalizões majoritárias para governar não está em crise. Pelo contrário, ela continua sendo inescapável. Esta é uma estratégia dominante da qual não se pode escapar. Afinal, ainda temos um sistema multipartidário bastante fragmentado e articulado com a forma de governo presidencialista. Isso significa que, para governar, não há outra alternativa, é preciso formar coalizão majoritária. E não basta formar uma coalizão majoritária, é preciso saber conduzi-la habilmente.

A atual crise política, que, de uma crise de governo tornou-se ra-

pidamente uma crise institucional, foi desencadeada justamente porque a presidenta Dilma¹⁰ acreditou que, no seu segundo mandato, poderia descartar o pivô do presidencialismo de coalizão - o PMDB. Com isso, acabou abrindo espaço para o crescimento de Eduardo Cunha¹¹ e o ativismo da agenda conservadora que ele representa e que corresponde aos interesses do chamado baixo clero da Câmara dos Deputados¹². A isso se somou a atuação do PSDB e do DEM, que eu chamo de oposição irresponsável porque consiste em investir em ações que forcem os limites aceitáveis das regras do jogo democrático.

¹⁰ **Dilma Rousseff** (1947): economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores-PT, presidente do Brasil de 2011 (primeiro mandato) até 2016 (segundo ano de seu segundo mandato). Em 12 de maio de 2016, foi afastada de seu cargo por até 180 dias devido à instauração de um processo de impeachment que fora movido contra ela. Durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu a chefia do Ministério de Minas e Energia e posteriormente da Casa Civil. Em 2010, foi escolhida pelo PT para concorrer à eleição presidencial. (Nota da **IHU On-Line**)

¹¹ **Eduardo Cosentino da Cunha** (1958): economista, radialista e político brasileiro. É evangélico neopentecostal. Atualmente, encontra-se afastado provisoriamente do mandato de deputado federal pelo Rio de Janeiro. Foi presidente da Câmara dos Deputados, cargo que ocupou de 1º de fevereiro de 2015 até sua renúncia, em 7 de julho de 2016. Está sendo investigado pela Operação Lava Jato e foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República ao Supremo Tribunal Federal. Acusado de mentir na CPI da Petrobras, teve contra si aberto processo em que se pede sua cassação por quebra de decoro parlamentar. Em 3 de março de 2016, o STF acolheu por dez votos a zero, em unanimidade, a denúncia do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, contra Eduardo Cunha por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, tornando-o réu neste tribunal. Em 5 de maio de 2016, o plenário do STF unanimemente manteve a decisão do ministro Teori Zavascki que determinou o afastamento de Cunha de seu mandato de deputado federal e consequentemente do cargo de Presidente da Câmara dos Deputados. (Nota da **IHU On-Line**)

¹² **Baixo clero da Câmara dos Deputados**: expressão criada no tempo do deputado Ulysses Guimarães, um dos líderes do processo de redemocratização do país, para definir o poder dos deputados de pouca expressão movidos principalmente por interesses paroquiais ou pessoais. Tais deputados, juntos, sempre foram uma força política expressiva, mas costumavam atuar nos porões do Legislativo, se beneficiando das disputas entre os parlamentares com poder mais expressivo. (Nota da **IHU On-Line**)

O presidencialismo de coalizão é tão imperioso que, no vácuo deixado por Dilma, ele se deslocou para o presidente da Câmara dos Deputados. O que aconteceu então foi a emergência do presidencialismo de coalizão do presidente da Câmara dos Deputados. Eduardo Cunha montou uma coalizão suprapartidária que se opôs à frágil e minoritária coalizão que se manteve fiel ao governo Dilma. Em suma, o presidencialismo não está em crise e a crise é decorrente da tentativa de se governar sem o presidencialismo de coalizão.

Agora, as bases de sustentação do presidencialismo de coalizão, que são as barganhas envolvendo a troca de votos no parlamento por cargos e outros recursos, são vistas com grande desconfiança pela população em geral. O problema é que esse tipo de negociação política é o motor da dinâmica dos governos e partidos há muito tempo e em praticamente todos os países democráticos, com graus variados, obviamente. Não é mero acaso que ao mesmo tempo em que a democracia se tornou o único regime político considerado aceitável em todo o mundo, paradoxalmente, é crescente o descontentamento popular em relação às instituições representativas.

IHU On-Line - O presidencialismo de coalizão é insuficiente para promover mudanças estruturais na sociedade? E como entender o fato de que, quando essa aliança está em crise, as conquistas e direitos sociais são o primeiro alvo?

Paulo Sergio Peres - As coalizões majoritárias, necessárias à governabilidade nos sistemas presidencialistas, acabam envolvendo diversos partidos com ideologias e agendas políticas diferentes. Algumas vezes, as coalizões são formadas com partidos cujas preferências políticas são até divergentes em algumas questões. Isso quer dizer que as coalizões garantem uma governabilidade de políticas minimamente convergentes, afastando a possibilidade de aprovação de uma agenda mais radical, envol-

vendo grandes reformas estruturais, por exemplo. Como é possível mexer profundamente no sistema tributário quando, mesmo um governo de esquerda, que em princípio defenderia um sistema mais justo que taxe os mais ricos, se vê obrigado a compor uma coalizão com um partido de centro-direita ou de direita?

“

Presidencialismo de coalizão é algo que envolve os partidos na relação entre Executivo e Legislativo

Alguém poderia dizer que o problema já começa quando um partido de esquerda aceita fazer aliança com um partido de direita ou centro-direita. Pode ser. Mas, se não fizer tal aliança não vai aprovar nem reforma estrutural e nem reforma pontual, pois não terá a maioria necessária para tanto. Os partidos de centro-direita e direita também representam as preferências de uma parcela da população. Eles têm poder de veto e para influenciar a agenda política do país.

Enfim, não é o presidencialismo de coalizão que não permite reformas estruturais, mas sim a heterogeneidade de interesses sociais que se expressam no sistema partidário e que obrigam os presidentes a formar coalizões heterogêneas. As reformas que são propostas agora pelo governo interino, de teor conservador do ponto de vista moral e que atacam direitos sociais, não são o resultado da crise do presidencialismo de coalizão, mas sim o resultado da formação de uma nova coalizão formada em torno de um presidente que defende essa agenda. Formou-se uma maioria parlamentar que resulta num

presidencialismo de coalizão de centro-direita, capitaneada pelos interesses que levaram ao afastamento da presidenta que, por sua vez, representava uma agenda de centro-esquerda.

IHU On-Line - Em que medida o presidencialismo de coalizão gera uma espécie de cooptação nos partidos políticos e movimentos sociais? E, a partir da história recente do Brasil, quais são as consequências, essencialmente para a ideia de esquerda?

Paulo Sergio Peres - As coalizões partidárias que se formavam e se formam não são um processo simples de cooptação. Os partidos são protagonistas nesse processo. Mesmo os partidos que não elegeram o presidente são protagonistas na formação das coalizões porque, afinal, eles controlam a maioria das cadeiras do Legislativo e isso lhes dá poder em sua relação de negociação com o presidente. Forma-se um mercado de trocas em que os agentes, os partidos, oferecem seus produtos e, assim, promovem as alianças. Em outras palavras, o presidencialismo de coalizão é, essencialmente, uma estratégia de cooperação com ganhos mútuos. É uma relação mutualista. Todos que participam desse acordo cooperativo ganham alguma coisa, em graus variados. Nem todos ficam satisfeitos, especialmente quando julgam que oferecem mais do que ganham. Por isso essa dinâmica cooperativa é permanente, exige negociação e cuidado constantes.

Por definição, o presidencialismo de coalizão é algo que envolve os partidos na relação entre Executivo e Legislativo, o que significa que não se aplica ao apoio de movimentos sociais ao governo. Pode-se dizer que as lideranças dos movimentos sociais são cooptadas quando participam dos governos ou são contempladas com maior espaço em instâncias decisórias. Assim, por intermédio da cooptação das lideranças, o governo ganha controle indireto sobre os movimentos sociais. Mas, novamente, esse processo é mais complexo do que

pode parecer à primeira vista, pois também há protagonismo das lideranças e dos movimentos sociais na relação de cooptação. Quero dizer, lideranças e movimentos sociais ganham alguma coisa quando apoiam o governo.

As consequências disso para a esquerda, no caso da coalizão partidária em apoio ao presidente, é que essas alianças incluem partidos que se enquadram em alinhamentos ideológicos ou programáticos muitas vezes distantes, o que impede a implantação de uma agenda mais radical de reformas. Partidos de esquerda que precisam contar com o apoio de partidos de centro, centro-direita e até direita terão que abrir mão de grande parte de sua agenda de reformas mais estruturais. A heterogeneidade de interesses do país e a posição do eleitorado, majoritariamente de centro-direita, demanda que se formem governos com maior grau de moderação, mais inclinados a manter o status quo.

Mais recentemente, vem se formando uma aliança social e, mais claramente, partidária de centro-direita em questões econômicas e de direita em questões morais. Partidos que se encontravam mais próximos do centro, como o PMDB e o PSDB, nos últimos anos se aproximaram desse estrato social e partidário tentando fazer com que o pêndulo da disputa bipolarizada entre petistas e tucanos pendesse para o lado dos tucanos e de parcelas expressivas do PMDB.

Em resumo, o modelo de coalizão majoritária necessário à governabilidade no Brasil, diante do quadro multipartidário fragmentado, coloca sérios obstáculos às reformas mais esquerdistas. No caso de uma reforma política que leva à implantação do parlamentarismo, esse quadro pioraria, pois o presidente seria sempre eleito indiretamente pela maioria parlamentar. Se analisarmos a distribuição das cadeiras no Legislativo desde a redemocratização, perceberemos que seriam formadas maiorias de centro-direita muito facilmente, levando a governos desse perfil ideológico e

partidário. Certamente, a esquerda nunca teria chegado à presidência, como conseguiu chegar por quatro vezes consecutivas em virtude do voto popular.

IHU On-Line - Como compreender o lugar da oposição na Política Nacional? E como essa oposição se configura num cenário de coalizão? Em que medida esse é um lugar essencialmente da esquerda?

Paulo Sergio Peres - O fato é que no presidencialismo de coalizão o presidente tem que compor uma aliança partidária majoritária, relegando à oposição a função de coadjuvante sem muito poder de veto. Isso ocorreu até o segundo mandato de Dilma. A oposição não tinha como fazer oposição efetiva à agenda do governo no Legislativo. Cabia-lhe apenas fazer críticas, denúncias, tentar impor CPIs, adiar tramitações de projetos, criar uma série de obstáculos nas votações e no processo legislativo. Tudo isso sem muita eficácia real. Em último caso, a oposição podia judicializar a política, levando ao STF demandas contra o governo, alegando que havia qualquer violação à constituição.

O processo todo ficou bastante complexo quando a maior oposição ao governo, uma oposição que se tornou efetiva enquanto tal, veio de dentro do próprio governo. A perda de controle sobre a base partidária da coalizão governamental fez com que a oposição se tornasse majoritária. Daí, quem ficou impotente foi o governo. Inclusive, a crise política desencadeada por essa inversão da coalizão majoritária, do governo para a oposição, tanto a oposição formal como a oposição interna ao governo, mostrou que, ao contrário do que se supunha há alguns anos, o presidencialismo brasileiro não atribui poderes imperiais ao presidente, ele não tem tanto controle assim sobre o Legislativo. O presidente tem poder de agenda e tem controle sobre o processo legislativo se contar com uma coalizão majoritária no parlamento, em caso

contrário, o ator mais forte nessa relação é o Legislativo.

Esse deslocamento da maioria legislativa nesse processo de mudança do presidente que controla o presidencialismo de coalizão, passando da presidenta da República para o presidente da Câmara dos Deputados, deu poder à oposição exercida pelo PSDB e o DEM, que já estavam meio perdidos depois de tantos anos do governo PT e de mostrarem que não eram animais bem adaptados ao ambiente oposicionista. O PT e as esquerdas, por sua vez, consolidaram-se enquanto organizações partidárias no ambiente oposicionista. Demoraram para chegar ao poder. Por isso ficamos com a impressão de que fazer oposição é uma função mais bem executada pelos partidos de esquerda, uma vez que são muito críticos e combativos. Porém, acredito que os governos do PT mostraram que partidos de esquerda também podem ser governo. Claro que para ser governo num ambiente político que exige coalizões heterogêneas, esses partidos pagam um preço bastante alto, que é aprender a jogar da mesma forma como jogam seus adversários e a fazer determinadas políticas que descontentam seu eleitorado mais fiel.

IHU On-Line - Uma pauta já presente nas manifestações de 2013 e que volta à tona com o processo de impeachment e o cenário da Operação Lava Jato é a reforma política. Mas, na sua opinião, que reforma política se precisa?

Paulo Sergio Peres - Sou bastante cético em relação à reforma política quando ela é considerada uma espécie de elixir capaz de resolver todos os nossos problemas. Costumo dizer que a Ciência Política é uma ciência que estuda os paradoxos envolvidos naquilo que a sabedoria popular chamaria de dilema do cobertor curto. Ou seja, lidamos com o fato de que para cobrir os pés descobriremos a cabeça e vice-versa. A política envolve a seguinte escolha: com qual problema aceitamos conviver? Portanto,

temos que discutir a reforma política partindo de um ponto que deve ficar claro, qual seja, não há modelo político perfeito que seja capaz de resolver todos os problemas sem criar outros. Se adotarmos o parlamentarismo, como já disse antes, teríamos outros problemas, talvez até piores. Sendo o PMDB um partido tão forte no parlamento, já poderíamos imaginar quem teria sido primeiro-ministro antes e até quem seria o primeiro-ministro agora. Se adotarmos o voto majoritário simples ou o sistema misto [parte majoritário e parte proporcional] para o parlamento, resolveremos alguns problemas e criaremos outros.

Outro ponto que devemos ter bem claro é que não é verdade que não fazemos reformas política. Fizemos e continuamos a fazer várias reformas, pequenas e médias. A cada nova eleição temos algumas regras novas. Vamos lembrar que, desde os anos 1990 tivemos um plebiscito sobre a forma de governo [república ou monarquia], o sistema de governo [presidencialismo ou parlamentarismo], tivemos a implantação da reeleição, agora vamos testar uma mudança importante no financiamento das campanhas. De qualquer modo, um aspecto do processo político-eleitoral que é um problema crescente em todas as democracias e aqui não é diferente, muito pelo contrário, está ligado diretamente com grande parte da corrupção envolvendo partidos, burocracia estatal e empresas, é a influência do dinheiro na política. Esse é um aspecto crucial. Isso mina as bases do regime democrático. Isso faz com que exista uma separação entre duas coisas que estiveram juntas até então, o poder e o governo. Até há algum tempo, já faz algum tempo, é verdade, o poder estava com o governo. Hoje, o poder não está com o governo. Está com os mercados, com as grandes empresas. Mas os mercados e as corporações não são atores democráticos, não são eleitos. Sequer prestam contas. Na verdade, eles têm o poder e ainda controlam os governos justamente porque o poder está com eles.

Outro aspecto importante que poderia contribuir bastante para uma mudança estrutural no exercício da cidadania é a educação política. Penso que deveríamos ensinar Ciência política nas escolas, como parte do currículo básico obrigatório. Sei que alguns dirão que isso já

“

O presidencialismo de coalizão é tão imperioso que, no vácuo deixado por Dilma, ele se deslocou para o presidente da Câmara dos Deputados

faz parte do ensino da Sociologia, mas não se trata da Ciência Política que penso que deveria ser ensinada. Deveria haver a alfabetização política no sentido de se ensinar como funciona o sistema político do país. No prazo de alguns poucos anos teríamos cidadãos realmente mais sintonizados com a dinâmica política. Como o voto é transformado em representação? O que significa um regime presidencialista? O que é representação proporcional? Quais as atribuições dos Poderes Executivos nas esferas municipal, estadual e federal? Quais as atribuições dos parlamentares nesses três níveis de representação? O que é e como se distribui o orçamento? Como atuam os partidos nas eleições e no governo? Enfim, como funciona o sistema político brasileiro? Conhecer essas coisas faz uma diferença substantiva no exercício da cidadania.

IHU On-Line - Como avalia os movimentos do governo interino de Michel Temer? Em que medida reedita um tipo de coalizão?

Paulo Sergio Peres - Temer é o resultado de um movimento golpista que violou princípios constitucionais relativos à forma de governo presidencialista. No presidencialismo, não se pode remover um presidente porque a maioria do Legislativo quer colocar outra pessoa no cargo. Quem elege o presidente é o voto popular e só ele pode remover o governo na próxima eleição. Voto de confiança só existe no parlamentarismo. Para não parecer um golpe, os partidos que querem retirar Dilma do poder apelam para a observância das formalidades do processo e recorrem de maneira indevida ao impeachment.

Então, o governo Temer já começa sem legitimidade, porque é resultado de um procedimento altamente contestável. Temer também começa o governo sem legitimidade porque é, pelo menos até o momento, um ficha suja. Ele foi condenado pela justiça eleitoral e está inelegível. Um absurdo, na verdade, pois assume a presidência um político que sequer pode ser candidato na próxima eleição porque tem condenação na justiça. Ele também assumiu sem legitimidade porque fez os mesmos procedimentos, chamados de pedaladas fiscais, que levaram ao afastamento de Dilma.

Mas, como é que, mesmo assim, ele conseguiu assumir o governo e ter o apoio da maioria do parlamento? Ocorre que Temer representa essa nova maioria que se formou contra o governo Dilma, em alguma medida, contra as investigações da Lava Jato, como ficou demonstrado nas gravações divulgadas contendo declarações de Romero Jucá nesse sentido. Essa nova maioria também tem uma agenda política que dificilmente seria implementada por um partido de esquerda ou mesmo de centro-esquerda. Existe uma agenda política que avançará sobre direitos, especialmente direitos de reconhecimento conquistado por minorias, direitos sociais e trabalhistas. Trata-se de uma agenda que abrange os recursos do pré-sal e também da política internacional do país, que voltará a se alinhar

de maneira direta e submissa aos Estados Unidos. A participação do Brasil nos Brics¹³ está ameaçada.

Temos uma coalizão de centro-direita, com uma agenda que deverá enfrentar resistências de grande parte da sociedade civil organizada. O governo Temer, caso se torne permanente, terá dificuldades. De qualquer modo, nossa democracia já foi seriamente arranhada.

IHU On-Line - Como tem observado os movimentos de coalizão na América Latina e seus desdobramentos?

Paulo Sergio Peres - Na América Latina começa uma onda de retorno de governos e coalizões de centro-direita. Há pouco ocorreu na Argentina. A Venezuela está com grandes dificuldades e os desdobramentos políticos desse cenário no país ainda são incertos. Na Bolívia, apesar da estabilidade e dos avanços sociais, pode ocorrer algo parecido nos próximos anos. No Chile, há dificuldades ameaçando o governo de centro-esquerda. Enfim, tudo indica que os Estados Unidos resolveram retomar o controle da região e estão incentivando de diversas maneiras, diretas e indire-

¹³ **Brics:** em economia, Brics é um acrônimo que se refere aos países membros fundadores de um grupo político de cooperação: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Os membros estão todos em um estágio similar de mercado emergente, devido ao seu desenvolvimento econômico. Apesar do grupo ainda não ser um bloco econômico ou uma associação de comércio formal, como no caso da União Europeia, existem fortes indicadores de que os cinco países têm procurado formar uma aliança, e assim converter seu crescente poder econômico em uma maior influência geopolítica. Desde 2009, os líderes do grupo realizam cúpulas anuais. (Nota da **IHU On-Line**)

tas, uma nova onda liberalizante no sentido econômico nos países que ficaram durante alguns anos a cargo de governos de esquerda ou centro-esquerda.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Paulo Sergio Peres - Estamos vivendo um período em que temos que refinar nossos instrumentos de análise e redobrar nossa atenção com o que está ocorrendo na política do país. Temos que repensar nosso conceito de golpe político, porque hoje eles podem acontecer sem tanques nas ruas, fechamento do Congresso e tomada do governo pelos militares. Eles podem ocorrer sob a liderança do parlamento, em alguns casos do Executivo, em alguns casos com a anuência do Judiciário. Eles podem ocorrer dentro da democracia, o que parecia um despropósito. Podemos sim ter golpes políticos dentro da democracia e a democracia, em alguns de seus elementos, continuar em funcionamento depois do golpe. Podemos ter golpes que derrubam os governos e golpes que são dados pelos governos para prolongar seus mandatos.

Desde a chamada “terceira onda” democrática, já foram removidos do poder cerca de 16 presidentes latino-americanos. É um número muito elevado. Algo está acontecendo. Alguns começam a achar que a culpa é da forma de governo presidencialista. Eu duvido disso. Acho que se esses países fossem parlamentaristas a situação de instabilidade e queda dos governos poderia ser igual ou até pior. Há uma tradição golpista na região, seja da esquerda ou da di-

reita, incentivada e utilizada habilmente pela política externa norte-americana. Enquanto houver essa ingerência de outro país na região, enquanto houver essa tradição golpista, teremos arranhões o tempo todo na democracia.

Nesse contexto, temos que repensar o instrumento do impeachment. Ele não pode ser um julgamento jurídico e político, porque o que acaba acontecendo é que ele se transforma apenas num julgamento político. Ou seja, se o presidente controla a maioria legislativa, ele pode ter cometido crimes de responsabilidade que não será afastado; mas se o presidente não controlar a maioria parlamentar, será afastado mesmo que não tenha cometido crime de responsabilidade. Para evitar essa distorção, temos que fazer com que o impeachment seja um processo apenas jurídico. Mas isso nos leva a ter que discutir a estrutura e atuação do Poder Judiciário.

Temos que discutir isso porque esse Poder é cada vez mais importante, mais indispensável, e pode incorrer em abusos. Tudo isso mostra que estamos num momento em que está clara a necessidade de analisarmos criticamente e de maneira equilibrada a democracia, o presidencialismo e os Poderes da República. Como venho dizendo, eu e meus colegas vivemos um grande paradoxo, pois ao mesmo tempo em que temos uma grave crise política que retorce as bases institucionais da nossa democracia, nunca foi tão interessante ser cientista político no país como agora. Mas, como eu já disse antes, por dever profissional e vocação, lidamos mesmo com paradoxos. ■

IHU na WEB



Veritas: a bandeira que deve guiar todo o conhecimento

“As características da Ordem Dominicana são condensadas em alguns tantos lemas solenes como ‘Contemplação e Pregação’, ‘Contemplar e difundir a contemplação’, ‘Louvar, Bendizer e Pregar’, visando valorizar o estudo, como exigência de base para realizar todos os objetivos da Família Dominicana”, afirma o frei dominicano

Por Patrícia Fachin

No ano em que a Ordem dos Dominicanos¹ está celebrando o Jubileu dos 800 anos², também se tenta responder a uma “questão de base”, diz Frei Carlos Josaphat à **IHU On-Line**: “Como realizar essa presença e essa atividade no mundo, a serviço da Igreja, difundindo o Evangelho e contribuindo para modelos históricos de humanidade, inspirados pelos valores evangélicos, guiados pelos valores humanos, na diversidade dos países, das culturas e dos meios de comunicação modernos?”.

As linhas gerais que conduzem a essa resposta podem ser encontradas nas características da Ordem e no “lema sintetizado numa só palavra: ‘Veritas’, a Verdade, significando a verdade divina e a verdade em todos os campos do conhecimento e das atividades humanas. Isto significa praticamente buscar uma verdadeira competência em todos os trabalhos de apostolado, de ensino e de ação social e cultural no mundo”, frisa.

A verdade, explica, é como uma “bandeira que deve guiar todo o conhecimento, toda a vida, toda a atividade dos Dominicanos³”.

A ideia geral desse conceito, afirma o frade, “é que a verdade é a ideia de base, guiando toda vida humana, mais ainda toda existência cristã devendo marcar as ações e as relações das pessoas, das famílias, das associações e de toda a sociedade. Um simples ponto de partida para percorrer esse universo intelectual vem a ser a correspondência com a realidade que devem ter todas as formas do conhecimento, desde os sentidos, até a inteligência, a contemplação filosófica, teológica, mística. Devem conformar-se à realidade de modo que o ser humano, todo ser humano deve ter a ‘virtude’ do Estudo, da ‘estudiosidade’. Todo ser humano só será normal se tiver o estudo competente para guiar sua vida”.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Frei Carlos Josaphat relembra a história da Ordem dos Dominicanos, criada em 22 de dezembro de 1216, por São Domingos de Gusmão⁴, na cidade francesa de Toulouse, e comenta a trajetória de alguns dos principais dominicanos que marcaram os 800 anos da Ordem, entre eles, Domingos de Gusmão e Tomás de Aquino⁵, nos séculos XII e XIII, Bartolomeu de

1 Confira do discurso do Papa Francisco aos Dominicanos em <http://bit.ly/2bebFXk>. (Nota da **IHU On-Line**)

2 Confira a reportagem “Frades Dominicanos: em Bolonha o Capítulo geral a 800 anos da fundação da Ordem”. Publicado em Notícias do Dia de 19-07-2016, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/2b71pWh>. (Nota da **IHU On-Line**)

3 Confira a reportagem “Os dominicanos, apóstolos do diálogo, celebram seus 800 anos”, publicada nas Notícias do Dia de 10-11-2015, no

sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/2bebtHx>. (Nota da **IHU On-Line**)

4 Confira o texto “São Domingos: dinamismo apostólico contemplativo”, publicada nas Notícias do Dia de 03-05-2016, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/2b7PjaO>. (Nota da **IHU On-Line**)

5 Sobre Tomás de Aquino, confira a entrevista com Jean Lauand, publicada na Revista IHU On-Line número 198, disponível em <http://bit.ly/2bedxPy>. (Nota da **IHU On-Line**)

Las Casas⁶ e Francisco de Vitória⁷, nos séculos XV e XVI, e Marie-Dominique Chenu⁸, no século XIX. Comenta ainda a participação dos dominicanos em vários momentos da história da Igreja, inclusive na Inquisição.

Frei Carlos Josaphat, mineiro, é teólogo dominicano, professor emérito da Universidade de Friburgo, Suíça, e Dr. Honoris Causa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP.

Estudioso da obra de Tomás de Aquino, comentou as questões sobre a Justiça da Suma Teológica e, ao longo dos seus 95 anos, publicou diversas obras, entre elas, Vaticano II, a Igreja aposta no amor universal (com a colaboração de Lilian Contreira. Ed. Paulinas. São Paulo. 2013); Paradigma teológico de Tomás de Aquino (São Paulo: Paulus/EDT, 2012); Liberdade e justiça para os povos da América. Oito tratados impressos em Sevilha em 1552. De Frei Bartolomeu de Las Casas. Obras Completas (Vol. 2. Coord. geral da trad., introd. e notas de frei Carlos Josaphat. São Paulo: Paulus, 2010); Único modo de atrair todos os povos à verdadeira religião. De Frei Bartolomeu de Las Casas (Obras Completas. Vol. 1. Coord. geral da trad., introd. e notas de frei Carlos Josaphat. São Paulo: Paulus, 2005); La crise du choix moral dans la civilisation technique (Fribourg: Éditions universitaires; Paris: Éditions du Cerf, 1977); O sermão da montanha: manifesto de santidade cristã e de promoção humana (São Paulo, Duas Cidades, 1967).

Devem ser citados ainda, o livro Evangelho e Revolução Social. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1962, que incendiou a esquerda brasileira no início dos anos 1960, antes do Golpe Militar de 1964, e o recente Tomás de Aquino e Paulo Freire. Pioneiros da inteligência, mestres geniais da educação nas viradas da história. São Paulo: Paulus, 2016.

Frei Carlos Josaphat, em março de 1963, fundou o semanário Brasil Urgente. O jor-

6 Sobre Las Casas, confira a entrevista com Giuseppe Tosi, publicada na revista IHU On-Line número 307, disponível em <http://bit.ly/2b35XLh>. (Nota da **IHU On-Line**)

7 Confira a reportagem “Suárez e Vitoria continuam sendo referências, e não apenas para o mundo das ciências eclesiais”, afirma Miguel Anxo Pena”, publicada nas Notícias do Dia de 18-10-2012, disponível em <http://bit.ly/2b7JIUU>. (Nota da **IHU On-Line**)

8 Confira o texto O “pensar” é sagrado: em memória de Marie Dominique Chenu, publicado nas Notícias do Dia de 24-04-2010, disponível em <http://bit.ly/2aVmpsY>. (Nota da **IHU On-Line**)

nal durou até 1º de abril do ano seguinte, quando foi fechado pelos militares. “Fascistas preparam golpe contra Jango!”, dizia a manchete de sua última edição, a de número 55, publicada quando o fundador iniciava um exílio de 30 anos na França, de onde se transferiu para a Suíça, “por ordem do Vaticano, atendendo a pressões do núncio apostólico em Brasília. “Fora padre comuna”, protestava uma pixação anônima na porta principal da Igreja de São Domingos, onde o frei Carlos Josaphat superlotava missas com suas homilias”, segundo a informação publicada por Agência Estado, 08-11-2002.

Por sua vez, Paulo Freire e Frei Carlos Josaphat sentiram uma grande convergência nos projetos e nos ideais, de despertar a consciência e a militância em todo o povo brasileiro. Eles se encontravam no projeto de uma ética e uma pedagogia libertadora.

As informações são de Lilian Contreira e publicadas pelo portal da Editora Paulus.

Eles trabalharam juntos, em Brasília, na realização do Projeto de Educação de Jovens Adultos, para a alfabetização dos que viriam a ser conhecidos como Candangos, na linha, e sob o elã do que seria o “Método Paulo Freire”.

Em dezembro de 1962, Frei Carlos partiu para a França. Doutorou-se com uma tese sobre a “Ética da Comunicação Social e do Jornalismo” e fez um estágio no jornal Le Monde.

Permaneceu pouco mais de dois anos em Paris e foi nomeado professor na Universidade de Friburgo, na Suíça, onde começou a ensinar em janeiro de 1966. Exerceu o magistério universitário até junho de 1993. Saiu como Professor Emérito da Universidade de Friburgo, retornando ao Brasil, em 1994.

Durante estes 30 anos Frei Carlos tornou-se um escritor em língua francesa, publicando várias obras ou traduzindo em outros idiomas como, italiano, inglês, alemão e espanhol.

Chegou a fundar uma coleção bilingue francês-alemão com o título de: Estudos de Ética Cristã. Hoje com mais de 100 volumes.

A entrevista foi publicada nas Notícias do Dia de 07-08-2016, disponível em <http://bit.ly/2b9A2rO>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quem foi Domingos de Gusmão? Pode nos falar sobre a importância dele na história dos dominicanos e sobre seu pensamento?

Frei Carlos Josaphat - São Domingos¹ (Caleruega/Espanha 1170-Bolonha/Itália 1221) emerge na história como um fiel servidor do Evangelho e como pregador, visando especialmente o povo, os mais pobres e deixados de lado na cristandade do século XIII. A Igreja estava muito ligada à aristocracia, à nobreza, à ambição do poder. E as autoridades eclesiásticas começavam a confiar nos meios de repressão dos hereges e dos infiéis em geral. É quando se funda a Inquisição, que tinha a vantagem de não condenar a esmo e indiscriminadamente esses adversários da ortodoxia e da hierarquia na cristandade. Mas julgava e condenava até mesmo à morte os hereges. São Domingos não quis de forma alguma apelar para os meios da violência e da severidade, mas, ele mesmo, e depois com seus discípulos, buscou abraçar um modo de viver mais simples e um modo de ensinar respeitoso da liberdade e em um estilo afetuoso e fraterno.

Ele é o fundador da Ordem dos Pregadores² - aprovada em 1216, cujos primeiros Capítulos Gerais se realizaram em 1220 e 1222, estabelecendo um modo rigoroso, mas bem democrático de viver e pregar o Evangelho. Essa opção pela pobreza evangélica tem uma importância extraordinária, porque ela encarnava o Evangelho, o ideal da santidade e do apostolado para uma quantidade crescente de

1 São Domingos de Gusmão (1170-1221): foi um frade e santo católico fundador da Ordem dos Pregadores, cujos membros são conhecidos como dominicanos. (Nota da **IHU On-Line**)

2 Ordem dos Pregadores (latim: Ordo Prædicatorum, O. P.), também conhecida por Ordem dos Dominicanos ou Ordem Dominicana: é uma ordem religiosa católica que tem como objetivo a pregação da palavra e mensagem de Jesus Cristo e a conversão ao cristianismo. Foi criada em Toulouse, França, em 22 de dezembro de 1216 por São Domingos de Gusmão, sacerdote castelhano (atual Espanha), o qual era originário de Caleruega, e confirmada pelo Papa Honório III. (Nota da **IHU On-Line**)

discípulos. Assim se estabeleceram conventos de pregadores em toda a cristandade com uma rapidez e um zelo verdadeiramente notáveis.

IHU On-Line - Em que aspectos Domingos se diferencia de seu contemporâneo Francisco de Assis?

Frei Carlos Josaphat - São Domingos e São Francisco³ são considerados como verdadeiros irmãos, empenhando-se com muita originalidade em libertar a cristandade dos desvios da ambição, do enriquecimento e do poderio da Igreja Medieval. São Francisco (Assis/Itália 1182 - 1226) foi admirado e seguido pela radicalidade evangélica da sua vida. Logo após a sua morte, multiplicaram-se as biografias do santo. Nelas, seus discípulos contemporâneos narram seus gestos extraordinários, como o gesto de dar tudo o que possuía ao seu pai ambicioso; chega mesmo a despir-se de suas vestes e jogá-las para ele diante do Bispo. Este lhe forneceu logo novas vestes e o acolheu nessa pregação pelas atitudes que impressionavam e atraíam o povo simples, ajudando-o a viver na fidelidade a Cristo. Lembravam todos eles Francisco beijando um leproso e no final de sua vida, trazendo em seu corpo as chagas de Cristo.

Portanto, na fraternidade de um grande amor a Cristo e de apego fiel a seus exemplos e doutrinas, Domingos e Francisco se diferenciavam, pois Domingos, antes de fundar a Ordem Dominicana, passou pela Universidade, chegou a ser Cônego e Auxiliar imediato de seu Bispo, sendo desapagado mesmo dos livros que ele vendeu certa vez, para dar esmola aos pobres. Pode-se dizer que ele praticou uma espiritualidade mais intelectual,

3 São Francisco de Assis (1181-1226): frade católico, fundador da "Ordem dos Frades Menores", mais conhecidos como Franciscanos. Foi canonizado em 1228 pela Igreja Católica. Por seu apreço à natureza, é mundialmente conhecido como o santo patrono dos animais e do meio ambiente. Sobre Francisco de Assis, confira a edição 238 da **IHU On-Line**, de 01-10-2007, intitulada Francisco. O santo, disponível em <http://bit.ly/1O9fISS>. (Nota da **IHU On-Line**)

mais cuidadosa em observar, estudar e discernir o estilo de pregação. Seus discípulos admiravam suas "Nove Maneiras de Rezar" cada noite. E, ao mesmo tempo, eram sensíveis ao rigor da Teologia, dotada de um caráter universitário.

Domingos e Francisco são ambos seguidores do Evangelho, muito atentos às condições de vida e de progresso dos estudos na sua época, mas são bem diferentes no modo de viver e de difundir a espiritualidade cristã.

IHU On-Line - Quem foi Tomás de Aquino e qual foi sua importância para a ordem dos dominicanos e para a teologia? Pode nos falar um pouco sobre a história de Tomás de Aquino, sobre o que ele escreveu e estudou em termos filosóficos e teológicos?

Frei Carlos Josaphat - Tomás de Aquino⁴ (Roccasecca/Itália 1224 ou 1225 - Priverno/Itália 1274) pertence à sua geração dos Dominicanos, aqueles que não conheceram pessoalmente São Domingos. Já havia uma certa tradição intelectual e espiritual na jovem Ordem Dominicana fecunda em alguns santos e mestres. O que permitiu uma formação muito harmoniosa e de grande qualidade para Frei Tomás. Ele representa na Ordem Dominicana o que foi São Boaventura⁵ para a Ordem

4 São Tomás de Aquino (1225-1274): padre dominicano, teólogo, distinto expoente da escolástica, proclamado santo e cognominado Doctor Communis ou Doctor Angelicus pela Igreja Católica. Seu maior mérito foi a síntese do cristianismo com a visão aristotélica do mundo, introduzindo o aristotelismo, sendo redescoberto na Idade Média, na escolástica anterior. Em suas duas "Summae", sistematizou o conhecimento teológico e filosófico de sua época: são elas a Summa Theologiae e a Summa Contra Gentiles. (Nota da **IHU On-Line**)

5 São Boaventura (1221-1274): bispo franciscano, filósofo, confessor e doutor da Igreja. Foi uma das mais poderosas inteligências de seu tempo e de toda a história da Igreja. Discípulo de Alexandre de Hales, era amigo e companheiro de lutas do dominicano Tomás de Aquino. Tiveram ambos carreiras paralelas, juntos combateram os erros de doutores de Paris inimigos das Ordens mendicantes. Ambos faleceram relativamente jovens, no mesmo ano. Boaventura teve, diferentemente de Tomás, uma vida muito ativa que não lhe permitiu dedicar todo o seu tempo ao estudo. Também conseguiu superar a disputa interna

Franciscana. Teve como mestre um grande teólogo e pastor da Igreja, Santo Alberto de Colônia⁶, chamado Santo Alberto Magno.

Esse grande Doutor iniciou Tomás de Aquino no que se pode chamar um novo paradigma teológico e filosófico na cristandade. Tratava-se, para eles, de harmonizar os domínios distintos da fé e da razão, de utilizar todos os elementos e as figuras da tradição filosófica grega, romana, judaica, islâmica. Não mantendo em justaposição estas correntes, mas unificando todo esse tesouro de doutrinas mediante o apelo a um grande filósofo, Aristóteles, cujas grandes linhas antropológicas, éticas, físicas, metafísicas, são aprofundadas e prolongadas em um novo modelo universitário.

Aí há uma diferença entre Tomás de Aquino e Alberto Magno de um lado, e São Boaventura e Alexandre de Hales⁷, do outro lado. E, através da história, surge uma dupla tradição doutrinal, uma própria aos Dominicanos e outra aos Franciscanos, grandemente distinta e até certo ponto opondo uma corrente dominicana à franciscana.

Com Santo Alberto, Tomás de Aquino fala de Aristóteles como

de seus pares a respeito do voto de pobreza. Em 1273, foi nomeado cardeal-bispo de Albano e, no segundo Concílio de Lyon, desempenhou papel fundamental na reconciliação entre o clero secular e as ordens mendicantes. Foi nesse encontro que São Boaventura morreu, em 15 de julho de 1274. Homem tão inteligente quanto humilde, foi declarado doutor da igreja e canonizado em 1482. (Nota da **IHU On-Line**)

6 Alberto Magno: alemão, alquimista, conhecido como “Doctor Universalis”. Ingressou na Ordem Dominicana quando era estudante em Pádua, em 1223. No ano de 1245, torna-se mestre de teologia na Universidade de Paris. Após concluir os seus estudos em Pádua e em Paris, optou por seguir um caminho sacerdotal, entrando na Ordem de São Domingos. Devido sua crescente fé em Deus e em Jesus Cristo e sua dedicação à Ordem, foi promovido a superior provincial e mais tarde, nomeado Bispo pelo Papa. Alberto Magno dominava Filosofia e Teologia, matérias que aprendeu com Tomás de Aquino. Foi beatificado em 1622. Pio XI declara-o santo em 1931. Em 1941, Pio XII nomeia-o patrono daqueles que estudam ciências naturais. (Nota da **IHU On-Line**)

7 Alexandre de Hales (1185-1245): foi um filósofo e teólogo inglês, notável pensador importante na história da escolástica e da Escola franciscana. (Nota da **IHU On-Line**)

sendo “o filósofo” e o utiliza para estabelecer a dimensão intelectual bem rigorosa e abrangente de toda a sua doutrina. Comenta as Escrituras como os grandes mestres cristãos, mas torna-se singular pelo que ele chama “questão disputada”, isto é, o estudo bem preciso, bem definido, bem argumentado, de todas as grandes questões filosóficas e teológicas, incluindo os dados científicos daquela época. Assim ele elabora duas “Sumas”: uma Suma mais apologética, chamada “Suma contra os gentios”, e a maior síntese teológica da história cristã, a saber, a “Suma Teológica”.

IHU On-Line - De que modo Tomás dialogou com filósofos da tradição grega e com os orientais, como Avicena, por exemplo? Qual a influência de Avicena no pensamento tomista?

Frei Carlos Josaphat - Tomás de Aquino dialogou com todos os filósofos antigos que se introduziram na Idade Média, especialmente a partir do século XI, tendo o seu fulgor no século XIII. Em geral, esses filósofos tinham comentado os grandes mestres gregos, sobretudo Platão e mais ainda Aristóteles. Quando Tomás aborda uma questão, ele começa por inaugurar uma discussão com todas as correntes antigas do pensamento filosófico e também teológico que estavam presentes nas várias faculdades universitárias de sua época, sobretudo na Faculdade de Teologia.

Assim, ao tratar de questões antropológicas sobre alma, o conhecimento, sobre a afetividade, sobre a vontade e a liberdade, Tomás analisa as posições de Avicena, de Averróis, de Maimonides, mostrando o que lhe parece justo e acertado em cada um desses autores. É um exemplo único na história do pensamento. Um autor que leva em conta as posições semelhantes ou muito diferentes dos seus predecessores. O rigor lógico de Santo Tomás vem junto com uma informação histórica que raramente, ou quase nunca, se encontra em um autor antigo ou moderno.

Portanto, a importância de Avicena no pensamento de Tomás não deve ser isolada, mas tem que ser situada na comparação dos autores de que acabamos de dar algum exemplo. A contribuição de Avicena é analisada em várias partes, em várias questões das diferentes partes da Suma Teológica. E é estudada em grandes tratados por historiadores das doutrinas.

IHU On-Line - Que relações estabelece entre Domingos de Gusmão e Tomás de Aquino? Há influências de Domingos no pensamento de Tomás? Quais?

Frei Carlos Josaphat - São Domingos, assim como envia os seus frades a pregar para o povo, igualmente os envia à Universidade para se formarem e, enquanto possível, exercerem um apostolado nas diferentes faculdades, sobretudo de Filosofia e Teologia. Tomás de Aquino é um realizador eminente desse ideal de São Domingos. Tomás foi um pregador no meio do povo simples em sua cidade de Nápoles, e igualmente um pregador universitário. Mas, sobretudo, ele foi um professor, seguindo as dicas de São Domingos, ensinando nas Universidades da França e da Itália e compondo obras teológicas insuperáveis. Pode-se dizer que Tomás de Aquino desenvolveu ao máximo as qualidades de inteligência e de cultura que constitui a dimensão teológica da mensagem cristã. Ele é, portanto, um discípulo muito especial de Domingos enquanto este deu toda a atenção ao surgimento do estudo e das universidades na cristandade medieval⁸.

IHU On-Line - O que é e como surge a discussão sobre a Veritas? Como Domingos e Tomás abordam a questão da verdade? O que é a verdade para eles?

Frei Carlos Josaphat - Tomás consagrou logo no começo de seu ensino uma questão comportando vários artigos sobre a Verdade. É

⁸ Sobre o tema, confira a entrevista com Alfredo Culleton, publicada na revista IHU On-Line, número 198, disponível em <http://bit.ly/2b7NePr>. (Nota da **IHU On-Line**)

significativo que comece pela questão de base de todo o edifício do conhecimento. Por outro lado, na "Suma contra os gentios" e "Suma Teológica", o Mestre trata da verdade em si mesma, da verdade na inteligência humana e da verdade divina. Ele distingue a verdade das coisas e a verdade dos conceitos, a verdade das noções, das ideias, e a verdade das palavras, das doutrinas, dos ensinamentos. A verdade é, portanto, uma noção de base de todo o sistema tomista. Tanto mais que Tomás recebeu da sua Ordem a "Veritas", a Verdade como sendo a bandeira que deve guiar todo o conhecimento, toda a vida, toda a atividade dos Dominicanos.

A ideia geral é que a verdade é a ideia de base, guiando toda a vida humana, mais ainda toda existência cristã devendo marcar as ações e as relações das pessoas, das famílias, das associações e de toda a sociedade. Um simples ponto de partida para percorrer esse universo intelectual vem a ser a correspondência com a realidade que devem ter todas as formas do conhecimento, desde os sentidos, até a inteligência, a contemplação filosófica, teológica, mística. Devem conformar-se à realidade de modo que o ser humano, todo ser humano deve ter a "virtude" do Estudo, da "estudiosidade" (analisada na parte ética da Suma Teológica de Tomás). Todo ser humano só será normal se tiver o estudo competente para guiar sua vida.

Nesse ponto, como mostrei em livro recente, há um pleno acordo entre Tomás de Aquino e Paulo Freire. Ambos, em épocas diferentes, se consagraram a despertar a consciência da humanidade para o valor singular da inteligência, do estudo, da consciência bem informada, crítica, bem como das necessidades do estudo para cada um e todos os seres humanos.

IHU On-Line - Quem foi Bartolomeu de Las Casas? Contam um fato curioso sobre ele, o de que sempre levava sua biblioteca consigo em todas as viagens que fazia. Que aspectos o senhor pode

mencionar sobre o pensamento e a importância dele?

Frei Carlos Josaphat - Bartolomeu de Las Casas⁹ foi um jovem sevilhano (Sevilha 1474-Madrid 1566) que se preparou de maneira mais perfeita para ser colonizador e ao mesmo tempo um catequista. Juntava ambição e religião, como acontecia com o conjunto dos espanhóis que partiam para a América. Aí chegando, aos 18 anos, em 1502, enriqueceu logo, escolheu ordenar-se Sacerdote para ter mais vantagens no seu trabalho em duas fazendas que seu pai lhe havia conseguido. É então um bom padre, no sentido da cristandade da época. Então se encontra com os Dominicanos que partem para a América e aí denunciam as injustiças e a opressão de que a população da América (os "índios") eram vítimas. Ele ouve e transmite a grande mensagem profética dos Dominicanos, pregando a igualdade humana e a necessidade de garantir todos os direitos para todos.

Depois de muita hesitação converteu-se a essa tese - fundadora e salvadora - dos Dominicanos precisamente quando acompanhava as forças militares invasoras de Cuba. Preparava a missa de Pentecostes e viu, proclamado na Bíblia, que ele "imolava os filhos de Deus diante do Pai, quando maltratava e escravizava os Índios agora na América". A partir dessa conversão, sua vida se abre como um ângulo sempre mais aberto para a verdade, para a justiça, para a libertação do povo da América e para a defesa do seu território contra a corrupção e os estragos que os colonizadores causavam no Novo Mundo.

Tornou-se então um pregador, um pensador, um filósofo e um te-

⁹ **Frei Bartolomé de Las Casas** (1474-1566): frade dominicano, cronista, teólogo, bispo de Chiapas, no México. Foi grande defensor dos índios, considerado o primeiro sacerdote ordenado na América. Sobre ele, confira a obra de Gustavo Gutiérrez, O pensamento de Bartolomeu de Las Casas (São Paulo: Paulus, 1992), e a entrevista Bartolomeu de Las Casas, primeiro teólogo e filósofo da libertação, concedida pelo filósofo italiano Giuseppe Tosi à IHU On-Line 342, de 06-09-2010, disponível em <http://bit.ly/2aG11Y>. (Nota da IHU On-Line)

ólogo, compondo uns quinze grandes escritos. Ele merece o título de Santo Padre e Doutor da Igreja na América. Sua obra é, portanto, teológica, filosófica, histórica e ética, tanto pessoal, como social. Do ponto de vista doutrinário ele vai mais longe e mais fundo que Francisco de Vitória, e do ponto de vista da prática ele é incomparável, sendo o grande libertador da população da América e o mensageiro da igualdade entre todos os seres humanos.

Quanto ao episódio lembrado na sua questão, Las Casas, de fato, era um grande andarilho, ia e vinha pregando cercado de índios. Estes gostavam de acompanhá-lo, carregando os grandes livros do Missionário, e quando alguém dizia que Las Casas os sobrecarregavam, eles diziam: - tudo isso é nosso, são coisas que ele usa para nos defender. Era assim que eles consideravam os calhamaços daquele tempo, as Bíblias, os escritos de Tomás de Aquino e os muitos escritos da tradição cristã.

IHU On-Line - Quem foi Francisco de Vitória e qual foi a sua importância para Salamanca?

Frei Carlos Josaphat - Frei Francisco de Vitória¹⁰ (?1492-Burgos/1546-Salamanca) foi um grande mestre dominicano que começou por estudar em seu país e em Paris, adquirindo uma imensa cultura, tendo uma informação bastante ampla sobre a situação e a história de seu país. Mas, o que o caracteriza é o que foi um grande teólogo, um professor eminente. É um símbolo o fato de os estudantes, no fim da vida dele, o carregarem, sentado na sua Cátedra, levando-o para dar a aula, em uma aclamação constante e jubilosa ao seu querido mestre. É considerado, a justo título, como o fundador do Direito Internacional. As suas Lições sobre o Direito, o Poder, sobre os Índios,

¹⁰ **Francisco de Vitória** (1483-1512): teólogo espanhol neoescolástico e um dos fundadores da tradição filosófica da chamada "Escola de Salamanca", sendo também conhecido por suas contribuições para a teoria da guerra justa e como um dos criadores do moderno direito internacional. (Nota da IHU On-Line)

constituem a mais profunda mensagem sobre esses temas, atualizados pelos Descobrimientos. Vê-se então a extraordinária importância da Universidade de Salamanca, atraindo para ela grande quantidade de estudantes e formando muitos discípulos. Como os teólogos famosos que atuaram no Concílio de Trento¹¹ (1545-1563).

IHU On-Line - Que relações estabelece entre Bartolomeu de Las Casas e Francisco de Vitória?

Frei Carlos Josaphat - Bartolomeu de Las Casas não frequentou a Universidade de Salamanca, mas acompanhou sempre o ensino de Vitória, mostrando ser um discípulo longínquo que recebia informações e anotações do grande Mestre salmantino. Sempre fala dele com muitos elogios, apelando para as doutrinas do Mestre de Salamanca no intuito de confirmar as próprias posições do missionário. No entanto Las Casas não hesita em criticar a falta de informação concreta sobre a população e a situação da América, lamentando que o grande professor de Teologia não tenha podido transpor os mares e conhecer a realidade do que eles chamavam "As Índias".

Em resumo, pode-se dizer que teoricamente Vitória excede as elaborações de Las Casas. Mas essas são muito mais amplas, são insubstituíveis para se ter um conhecimento do que se passou e do que deveriam ser a colonização e a evangelização da América.

IHU On-Line - Em que consiste a defesa dos índios feita por Bartolomeu de Las Casas e por Francisco de Vitória?

Frei Carlos Josaphat - Vitória faz uma defesa teórica dos índios, considerando-os como seres hu-

¹¹ **Concílio de Trento:** foi o 19º concílio ecumênico da Igreja Católica, realizado de 1545 a 1563. Foi convocado pelo Papa Paulo III no contexto da Reforma da Igreja Católica e da reação à divisão então vivida na Europa devido à Reforma Protestante. O Concílio foi realizado na cidade de Trento, no antigo Principado Episcopal de Trento, região do Tirol italiano. (Nota da **IHU On-Line**)

manos. Mas tem deles uma ideia diminuída, sofrendo a influência dos primeiros historiadores que depreciavam a população da América para justificar a sua escravização pelos colonizadores espanhóis. Ao contrário, Las Casas tem uma obra imensa sobre a Teologia da Evangelização e sobre a acolhida que se devia dar aos índios, sendo verdadeiramente único, indispensável para abordar os dados históricos e a verdadeira atitude doutrinal e prática que os cristãos devem ter em relação à população ainda não evangelizada.

IHU On-Line - Francisco de Vitória foi o primeiro a formular a afirmação de que os direitos humanos pertencem a todos os seres humanos, precisamente porque são humanos? Em que consiste o trabalho de Vitória sobre os direitos humanos? E de que modo ele argumentou e demonstrou por que os espanhóis não tinham o direito de fazer a guerra aos povos indígenas?

Frei Carlos Josaphat - Não é verdade que Vitória seja o pioneiro nesta matéria. Já os primeiros Dominicanos que vieram à América faziam uma declaração solene e profética dos Direitos Humanos aplicados aos Índios. A defesa destes não constitui uma característica primordial para Francisco de Vitória. Sua grandeza está na elaboração doutrinal dos Direitos Humanos, de seus fundamentos, dos critérios e modos de sua aplicação. Nesta perspectiva defendeu os índios e se opôs a que se fizesse guerra para submetê-los em vista de escravizá-los. Neste ponto foi exaltado por Las Casas, dado a importância e a estima que se dava ao Mestre Vitória na sua Universidade e no mundo universitário, ontem e hoje.

IHU On-Line - Que relações estabelece entre Bartolomeu de Las Casas, Francisco de Vitória e Suárez? O pensamento de Bartolomeu de Las Casas e de Vitória teve influência sobre o pensamento de Suárez? De que modo?

Frei Carlos Josaphat - Esses três teólogos são tidos como fundadores do Direito Internacional, que será laicizado e mais difundido no mundo secular por Hugo Grócio¹² (1583-1645).

Francisco de Vitória ensinava que a comunidade internacional deve ser composta por Estados soberanos, animados e estruturados pelo direito em todas as suas dimensões: pessoais, familiares, nacionais e internacionais.

A comunidade internacional deve, portanto, realizar e exprimir em leis e doutrinas a sociabilidade natural do ser humano. O que foi bem elaborado na Declaração dos Direitos Internacionais pela ONU só em 1948. Tendo na ONU e nessa Declaração a melhor expressão do que foi vislumbrado por Vitória e por Las Casas na aurora da modernidade, sem jamais ter se realizado plenamente.

Já no início do século XVII, surgiu a figura de Francisco de Suárez¹³, teólogo jesuíta que retoma o projeto e as concepções de Vitória, condensado e prolongado, sobretudo, na grande obra de Suárez "Sobre as Leis e Deus Legislador". Com Vitória, insiste sobre o dado fundamental: os países devem se afirmar e ser reconhecidos como Estados, realmente independentes e entre si solidários, constituindo

¹² **Hugo Grócio** (1583-1645): filósofo, dramaturgo, poeta e jurista holandês. Aos oito anos de idade, já compunha versos. Com 11 anos, ingressou no curso de Direito da Universidade de Lyden, na Holanda. Em 1613 foi promovido a Governador da cidade de Rotterdam, o que lhe dava assento nos Estados da Holanda e nos Estados Gerais dos Países Baixos Unidos. Sua obra mais conhecida é *De iure belli ac pacis* (Das leis de guerra e paz, 1625), no qual aparece o conceito de guerra justa e do direito natural. (Nota da **IHU On-Line**)

¹³ **Francisco Suárez** (1548-1617): padre jesuíta, teólogo, filósofo e jurista espanhol, conhecido também como *Doctor Eximius*. Na escolástica fundou uma escola que recebe seu nome, o suarismo, independente do tomismo. De suas obras, destaca-se *Disputationes Metaphisicae*. Em 2017, o **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU promove o **VII Colóquio Internacional IHU. Metafísica e Filosofia Prática. A atualidade do pensamento de Francisco Suárez 400 anos depois**, saiba mais em <http://bit.ly/2b39n0c>. (Nota da **IHU On-Line**)

uma sociedade internacional, dotada de um Direito que os regule e mantenha no respeito mútuo, numa fraternidade que reconheça as diferenças dos costumes e das tradições culturais.

IHU On-Line - Que releituras Frei Marie-Dominique Chenu faz da obra de Tomás de Aquino? Nesse sentido, como Chenu compreendeu o pensamento tomista e abordou as questões da modernidade a partir da teologia de Tomás de Aquino?

Frei Carlos Josaphat - Em um artigo do Dicionário do Concílio Vaticano II, mostrei como Chenu¹⁴ publicou um livro em 1937 com o título "Uma escola de teologia". Neste, ele explica o paradigma teológico que ele seguia e propunha na Faculdade de Teologia e Filosofia dos Dominicanos franceses. Era uma releitura histórica da tradição, especialmente de Tomás de Aquino, em vista de uma plena atualização da teologia em diálogo com a filosofia, as ciências e a cultura da modernidade. Trata-se de um paradigma teológico enraizado na Bíblia, na História da Igreja e da Civilização, o que será assumido com a sua autoridade suprema pelo Concílio Vaticano II.

O Padre Chenu dirigiu e orientou o meu trabalho, para a minha tese de Doutorado em Teologia, precisamente durante o Concílio Vaticano II. Segui o desenrolar do Concílio recebendo a orientação do grande Mestre e às vezes ajudando-o na busca de documentação para seu trabalho conciliar.

¹⁴ **Marie-Dominique Chenu** (1895-1990): teólogo dominicano francês, foi professor de teologia medieval (1920-1942) e diretor (1932-1942) da Universidade de Le Saulchoir (Bélgica), cargo do qual foi destituído por decisão do Santo Ofício, que incluiu no Índice sua obra *Le Saulchoir, uma escola de teologia* (1937). Em suas obras, *A fé na inteligência e O Evangelho na história* (1964), defende a liberdade na investigação teológica e na ação missionária da Igreja. Aplicou o método sociológico à análise eclesial (A doutrina social da Igreja como ideologia, 1979). Seu pensamento influenciou no movimento de reforma que culminou no Concílio Vaticano II, em cujas sessões participou como perito. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line - Qual era a proposta de Chenu para que o cristianismo fosse compreendido no século XX?

Frei Carlos Josaphat - A proposta desse grande Mestre e Apóstolo muito ativo era de uma revisão da tradição cristã e especialmente da influência exercida por Tomás de Aquino, visando salientar o que era positivo e mesmo essencial, nessa caminhada tradicional, prolongando em seguida esses valores com o mundo moderno no que ele tem de positivo e de negativo. Trata-se, portanto, de uma espécie de revolução cultural, espiritual, teológica e apostólica, o que será realizado a partir do Concílio e agora especialmente no pontificado do Papa Francisco.

Essa revolução na vida da Igreja, entendamos, na Igreja católica e nas diferentes igrejas cristãs, ia sendo inaugurada por movimentos espirituais, por comunidades de base e por uma extraordinária renovação da teologia, sobretudo na França, na Alemanha, na Bélgica e na Holanda. Assim a renovação da vida cristã e da teologia preparava a renovação carismática e total proposta pelo último Concílio.

IHU On-Line - O senhor tem informações se Chenu, ao participar de um seminário para a formação de padres operários na França, teve relação com esses padres operários? Em que consistia esse trabalho de formação dos padres operários?

Frei Carlos Josaphat - Sim. O Padre Chenu, desde o começo, até a supressão dos padres operários, sempre esteve em relação estreita, afetuosa e orientadora com os padres operários. Ele conversava com cada um e com o conjunto deles salientando com eles a contribuição positiva desse movimento sacerdotal, e ao mesmo tempo tornando-os atentos aos desafios e às dificuldades muito grandes mesmo que essa inovação tinha que enfrentar. Aliás, o Padre Chenu dava a mesma assistência a muitos movimentos de renovação no campo da liturgia, da teologia, da pastoral e da ação

social. Poder-se-ia dizer que Chenu era uma espécie de orientador espiritual do que havia de mais profundo na renovação que o Concílio, na sua preparação, na sua celebração e na sua aplicação iria prosseguir.

IHU On-Line - Quais as contribuições e a influência de Edward Schillebeeckx para o Concílio Vaticano II?

Frei Carlos Josaphat - O Padre Dominicano Eduardo Schillebeeckx¹⁵ (Bélgica 1914/2009) com Chenu, Congar¹⁶, Lebret e alguns outros, forma uma equipe maravilhosa que colaborou com os Padres Conciliares enfrentando e esclarecendo as questões fundamentais tratadas por Vaticano II.

Schillebeeckx era o assessor da Conferência Nacional dos Bispos Belgas e Holandeses. Ele colaborou com os bispos na elaboração das grandes noções e posições do Concílio, tais como a noção profunda da Revelação Divina, da Igreja, da Comunhão dos fiéis, da Missão da Igreja, na Evangelização e na promoção social do mundo.

No dia 20 de julho, celebramos os cinquenta anos da morte do Padre Lebret, que propôs ao mundo a junção fundamental e urgente da "Economia e humanismo". Secundado por uma imensa equipe de especialistas em todos os saberes técnicos e científicos traçou o plano de um urbanismo rigoroso e adaptado para cidade de São Paulo. Infelizmente não foi aplicado. Foi encomendado pelo Prefeito Vladimir Toledo Piza. Mas só foi entregue a seu sucessor, Ademar de Barros, em 1957, desaparecendo então sem deixar rasto.

¹⁵ **Edward Cornelis Florentius Alfonsus Schillebeeckx** (1914-2009): foi um teólogo católico belga. Foi membro da Ordem Dominicana. Seus livros sobre teologia já foram traduzidos em diversas línguas e suas contribuições ao Segundo Concílio do Vaticano o tornaram conhecido mundialmente. É considerado um dos teólogos mais importantes do século XX. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁶ **Yves-Marie-Joseph Congar** (1904-1995): foi um teólogo dominicano e Cardeal francês. É considerado um dos maiores eclesiólogos do século XX, que abriu a eclesiologia católica ao ecumenismo. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line - Em recente conferência, Timoty Radcliffe¹⁷ fez a seguinte piada: "Um dominicano e um jesuíta estavam conversando sobre qual era a maior ordem, a dos jesuítas ou a dos dominicanos. Sobre essa questão, o dominicano disse ao jesuíta: 'Nossa ordem foi criada para combater os albigenses, e a dos jesuítas, para combater os protestantes'. E perguntou ao jesuíta: 'Quando foi a última vez que você viu um albigense por aí?'" Como o senhor interpreta essa brincadeira?

Frei Carlos Josaphat - É deusas uma simples brincadeira. Os Superiores Gerais dos Jesuítas e dos Dominicanos conviveram e trabalharam juntos, em grande fraternidade, como verdadeiros pioneiros da reforma e da renovação da Igreja conciliar e pós-conciliar, apontando novos rumos para a humanidade, despertando até ressentimentos em certas autoridades apegadas aos limites do passado¹⁸.

IHU On-Line - Como o senhor lê a presença da ordem dos dominicanos durante a Inquisição? De que modo os dominicanos participaram desse momento da história da Igreja?

Frei Carlos Josaphat - A Inquisição Romana foi fundada em 1234, portanto 12 anos após a morte de São Domingos. Mas já desde o tempo de São Domingos, os frades dominicanos tinham o que se chama um Teólogo do Papa e colaboram estreitamente com a Santa Sé no estudo e elucidação de grandes e graves problemas doutrinários e disciplinares.

Em uma parte, os dominicanos foram assumidos pelo Papa para serem Inquisidores. Eles em geral contribuíram para fazer da Inquisição um instrumento jurídico visando apreciar as responsabilidades dos acusados de hereges. Mas hou-

¹⁷ O vídeo da conferência está disponível em <http://bit.ly/2b39OIu>. (Nota da IHU On-Line)

¹⁸ Uma nota histórica e curiosa. As exéquias do Superior Geral da Companhia de Jesus sempre é presidida pelo Superior geral dos Dominicanos. (Nota da IHU On-Line)

ve alguns exageros, sobretudo na Inquisição espanhola, fundada em 1478 pelos Reis Católicos, Isabel de Castela e Fernando de Aragão, e que foi muitíssimo influenciada pelos interesses econômicos e políticos e se tornou uma verdadeira catástrofe.

Figuras como Tomás de Torquemada¹⁹ (Espanha 1420/1498) constituem uma triste sombra na história da Ordem de São Domingos. Infelizmente são os mais conhecidos e tidos como típicos desses tristes desvios.

IHU On-Line - Qual é o papel dos dominicanos no mundo hoje? Quais destaca como sendo as três grandes características da ordem?

Frei Carlos Josaphat - Neste ano estamos celebrando o Jubileu dos 800 anos da Ordem Dominicana e está sendo celebrado um Capítulo Geral para responder a esta questão de base: Como realizar essa presença e essa atividade no mundo, a serviço da Igreja, difundindo o Evangelho e contribuindo para modelos históricos de humanidade, inspirados pelos valores evangélicos, guiados pelos valores humanos, na diversidade dos países, das culturas e dos meios de comunicação modernos?

A Ordem Dominicana mantém Universidades em pontos importantes do mundo de hoje, por exemplo, em Roma, em Jerusalém, em Friburgo na Suíça (onde ensinei por 27 anos), em Bogotá, em Salamanca e em outros lugares marcantes. A Ordem conta com mais de 7 mil frades dominicanos e de 4 mil religiosas no mundo.

As características da Ordem são condensadas em alguns tantos lemas solenes como "Contemplação e Pregação", "Contemplar e di-

¹⁹ **Tomás de Torquemada** (1420-1498): conhecido como O Grande Inquisidor, foi o inquisidor geral dos reinos de Castela e Aragão no século XV. Torquemada é conhecido por sua campanha contra os judeus e muçulmanos convertidos da Espanha. Ainda jovem, tornou-se frade dominicano no Convento de São Paulo em sua cidade natal. Em 1452 foi eleito prior do Convento de Santa Cruz, em Segóvia. (Nota da IHU On-Line)

fundir a contemplação", "Louvar, Bendizer e Pregar", visando valorizar o estudo, como exigência de base para realizar todos os objetivos da Família Dominicana. Daí o lema sintetizado numa só palavra "Veritas", a Verdade, significando a verdade divina e a verdade em todos os campos do conhecimento e das atividades humanas. Isto significa praticamente buscar uma verdadeira competência em todos os trabalhos de apostolado, de ensino e de ação social e cultural no mundo.

IHU On-Line - Nesta semana, o papa Francisco fez um discurso aos Frades Dominicanos. Como o senhor recebeu a mensagem do papa? Poderia comentar rapidamente o discurso feito por ele?

Frei Carlos Josaphat - Saborosa surpresa do Papa Francisco. Ao terminar esse nosso diálogo, somos surpreendidos pela mensagem sincera, graciosa e profunda do Papa Francisco, dirigida neste dia quatro, ao Capítulo Geral dos Frades Dominicanos.

Começa risonho em seu humor costumeiro: "Hoje poderíamos descrever este dia como 'Um jesuíta entre frades'. De manhã estou com vocês. E à tarde, em Assis, estarei com os franciscanos".

E prossegue salientando dados e datas: "Este ano tem um significado especial para vossa família religiosa, pois se cumprem oito séculos desde que o papa Honório III confirmou a Ordem dos Pregadores. Por ocasião do Jubileu que celebram por este motivo, me uno a vocês em ação de graças pelos abundantes dons recebidos durante este tempo. Ademais, quero expressar minha gratidão à Ordem pela sua significativa contribuição à Igreja e por essa colaboração que, com espírito de serviço, desde sua origem até o dia de hoje, tem mantido com a Sé Apostólica".

E pormenoriza especificando as características dos Frades Dominicanos: "este oitavo centenário nos leva a fazer memória de homens e mulheres de fé e de letras,

de contemplativos e missionários, mártires e apóstolos da caridade, que tem levado o carinho e a ternura de Deus por toda parte, enriquecendo a Igreja e mostrando novas possibilidades de encarnar o Evangelho pela pregação, pelo testemunho e pela caridade: três pilares que garantem o futuro da Ordem, mantendo o frescor do carisma fundador”.

O Papa se compraz em descrever o carisma singular: “Pois, Deus impeliu São Domingos a fundar uma ‘Ordem de Predicadores’, sendo a pregação a missão que Jesus confiou aos Apóstolos. É a Palavra de Deus que incendeia por dentro e impele a sair para anunciar a Jesus Cristo a todos os povos (cf. Mt 28, 19-20). O Pai Fundador insistia: ‘Primeiro contemplar e depois ensinar’. Evangelizados por Deus, para evangelizar. Sem uma forte união pessoal com Ele, a pregação poderá ser mui perfeita, mui arrazoadada, até mesmo admirável, mas não toca o coração, que é o que deve mudar. É também imprescindível o estudo sério e assíduo das matérias teológicas, como tudo o que permite aproximar-nos da realidade e colar o ouvido ao povo de Deus. O pregador é um contemplativo da Palavra e também o é do povo, que espera ser compreendido (cf. *Evangelii gaudium*, 154).”

Após bem esclarecer essa pregação dominicana pelas qualidades da Palavra evangélica, o Papa Francisco conclui, voltando com vigor ao essencial: “Por último, o pregador e a testemunha devem fundar-

-se na caridade. Sem esta, estarão expostos a discussões e suspeitas. São Domingos lançou um lema no início de sua vida, o qual marcou toda a sua existência: ‘Como posso estudar em peles mortas (seus livros), quando a carne de Cristo sofre’. É o corpo de Cristo vivo e sofredor, que grita ao pregador e não o deixa tranquilo. O grito dos pobres e dos marginalizados desperta e faz compreender a compaixão que Jesus tinha pelo povo (Mt 15, 32).”

Como toda palavra que nos vem do Papa Francisco, essa Alocução merece ser lida e saboreada por inteiro. Resignemo-nos a citar sua conclusão:

“Queridos irmãos e irmãs, com um coração agradecido pelos bens recebidos do Senhor para vossa Ordem e para a Igreja, eu vos animo a seguir com alegria o carisma inspirado a São Domingos e que tem sido vivido com diversos matizes por tantos santos e santas da família dominicana. Seu exemplo nos impele a enfrentar o futuro com esperança, sabendo que Deus sempre renova tudo... e não falha. Que Nossa Mãe, a Virgem do Rosário, interceda por vocês e os proteja, para que sejam valorosos pregadores e testemunhas do amor de Deus.”

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Frei Carlos Josaphat - As respostas que demos sumariamente a estas questões podem ser aprofundadas pelos diferentes escritos

meus, sobre a teologia, a eclesiologia, especialmente sobre a atividade apostólica e social que a Igreja deve exercer no mundo. Merecem destaque as publicações sobre *Las Casas*, bem como a edição de suas *Obras* em português. A isso se juntam os estudos e pesquisas em torno de Tomás de Aquino. A saber:

Lançamento na Bienal do Livro de São Paulo, em 27.08.2016: Tomás de Aquino e Paulo Freire. Pioneiros da Inteligência, mestres geniais da educação nas viradas da história. EDT/Paulus, São Paulo, 2016.

Vaticano II - Ver Verbetes em Dicionário do Concílio Vaticano II. PASSOS, João Décio, e SOARES, Afonso. Paulinas/Paulus - São Paulo, 2015.

Vaticano II: A Igreja aposta no Amor Universal. Paulinas. São Paulo. 2013.

Uma reforma evangélica na plena fidelidade criativa ao Vaticano II. In Francisco renasce a esperança. PASSOS, João Décio, e SOARES, Afonso. Paulinas, São Paulo. 2013.

Paradigma teológico de Tomás de Aquino. São Paulo: Paulus/EDT, 2012.

Ética Mundial, esperança da humanidade globalizada. Petrópolis: Vozes, 2010.

Frei Bartolomeu de Las Casas, Espiritualidade contemplativa e militante. São Paulo: Paulinas, 2008.

Este livro, além de ser uma introdução à vasta obra lascasiana, sublinha o sentido e o alcance da espiritualidade de Las Casas. ■

LEIA MAIS...

- *A atualidade “incandescente” do Reino de Deus e do Reino dos Fins*. Entrevista especial com Frei Carlos Josaphat, publicada no site do IHU em 04-05-2013 e disponível em <http://migre.me/uzo6o>
- *Pacem in Terris*”. *Os 50 anos de uma encíclica e a dimensão social do Evangelho*. Entrevista especial com Frei Carlos Josaphat, publicada no site do IHU em 24-04-2013 e disponível em <http://migre.me/uzo6T>
- *O salto qualitativo de João XXIII: uma síntese da ética social*, Entrevista especial com Frei Carlos Josaphat, publicada na revista *IHU On-Line*, nº 360, de 09-05-2011, disponível em <http://migre.me/uzo7R>

#Crítica Internacional - Curso de RI da Unisinos

As disputas no mar do Sul da China: uma queda de braço entre China e EUA

Por Diego Pautasso e Gaio Doria

“As disputas no Mar do Sul da China se prestam a muitos objetivos regionais: ampliar sua presença militar sob pretexto de resguardar os demais países da ameaça chinesa; fomentar padrões de inimizade para fragilizar a liderança da China na região; gerar dissensos para fragilizar as iniciativas de integração regionais conduzida pelos chineses, tanto relacionado à ASEAN quanto à Rota da Seda Marítima; tentar engolfar a China num conflito regional fazendo ser o ‘seu Vietnã’”, analisam Diego Pautasso e Gaio Doria.

Diego Pautasso é doutor e mestre em Ciência Política, professor de Relações Internacionais da Unisinos, autor do livro “China e Rússia no Pós-Guerra Fria” (Curitiba: Juruá, 2011).

Gaio Doria é bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, doutorando na Universidade do Povo da China em Beijing.

Eis o artigo.

A dimensão regional do conflito

Não restam dúvidas de que um dos pontos de atrito mais tensos da Ásia-Pacífico é a questão do Mar do Sul da China. Embora a narrativa dominante ocidental concentre-se no expansionismo da China sobre os vizinhos, a problemática é muito mais profunda. Inclusive porque a China começou a estabelecer sua presença apenas no final de 2013, com a construção de estruturas nos territórios reivindicados nas ilhas Spratly, enquanto outras estruturas já foram construídas, sendo 29 pelo Vietnã, 5 pela Malásia, 8 pelas Filipinas, 7 pela RPC e 1 por Taiwan.

As disputas no Mar do Sul envolvem diversas ilhas e zonas econômicas exclusivas (mar territorial) entre diversos países da região, nomeadamente a República Popular da China, a República da China (Taiwan), Filipinas, Vietnã, Brunei e Malásia. A República Popular da China possui as maiores aspirações em termos territoriais, uma área definida através do conceito de “linha de nove-traços” (九段线), originalmente o nome era “linha dos onze-traços” e foi proposto pela República da China durante o governo do Guomindang, com ajuda técnica dos EUA, antes da derrota para os comunistas, em 1947, com intuito de reivindicar soberania sobre as ilhas Paracels, Prats e Spratly, logo após a rendição japonesa na Segunda Guerra.

O imbróglcio aumentou quando o Tratado de São Francisco que dispôs sobre a situação do Japão no pós-

guerra não resolveu a questão das ilhas, deixando a RPC e Taiwan de fora de qualquer negociação. Os comunistas emitiram notas de repúdio e, posteriormente, o Premier Zhou Enlai subtraiu dois traços, retirando o Golfo de Tonkin e formando a “linha de nove-traços” que a China reivindica atualmente.

Segundo a entrevista concedida ao *Consensus Net* por Xue Li, chefe da Divisão Estratégica Internacional do Instituto de Economia e Política Mundial da Academia de Ciências Sociais da China, não existe consenso entre os acadêmicos chineses sobre o assunto. Há, todavia, quatro grandes interpretações sobre o significado da “linha dos nove-traços”: demarcação de fronteiras marítimas, soberania sobre as ilhas, direitos históricos e águas históricas.

As disputas entre China e EUA

As disputas no Mar do Sul da China se prestam a muitos objetivos regionais. Primeiro, ampliar sua presença militar sob pretexto de resguardar os demais países da ameaça chinesa. Segundo, fomentar padrões de inimizade para fragilizar a liderança da China na região. Terceiro, gerar dissensos para fragilizar as iniciativas de integração regionais conduzidas pelos chineses, tanto com relação à ASEAN quanto à Rota da Seda Marítima. Quarto, tentar engolfar a China num conflito regional fazendo ser o ‘seu Vietnã’. Detalhe: os EUA

As disputas no Mar do Sul envolvem diversas ilhas e zonas econômicas exclusivas (mar territorial) entre diversos países da região, nomeadamente a República Popular da China, a República da China (Taiwan), Filipinas, Vietnã, Brunei e Malásia

usam o controle sobre Estreito de Malaca como uma ameaça permanente à China.

Sabedora disso, a China percorre caminhos sinuosos para não atender aos interesses estratégicos dos EUA. Por um lado, o governo chinês mostra-se assertivo, buscando reafirmar a Lei sobre o Mar Territorial e Zonas Contíguas de 1992 da RPC que deixa claro a soberania indisputável sobre as ilhas e territórios reivindicados no Mar do Sul. O problema é que Taiwan segue as mesmas reivindicações de Beijing; o Vietnã é um dos contestadores, pois argumenta que possui presença ativa nas ilhas Paracels e as Spratly desde o século 17; a Malásia e Brunei reivindicam territórios no Mar do Sul baseando-se na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar; e as Filipinas não só reivindicam ilhas nas Spratly e o Scarborough Shoal (conhecida como Huangyan Island pela China), como buscou unilateralmente uma decisão final no Tribunal Permanente de Arbitragem em Haia.

Grandes poderes trazem grandes responsabilidades

No dia 12 de junho de 2016, o Tribunal Permanente de Arbitragem em Haia proferiu uma decisão favorável às Filipinas. Antes mesmo de a decisão oficial ser publicada, o jornal Global Times já havia escrito um editorial avisando que a reação da China iria depender da provocação das demais partes envolvidas, defendendo que: “O povo e o governo chinês compartilham dos mesmos interesses e responsabilidades. Nós devemos não apenas salvaguardar a soberania territorial, como também realizar esforços máximos para manter a paz na periferia da China, prolongando as oportunidades estratégicas para a ascensão da China.” Após o veredicto, o Ministério das Relações Exteriores da China emitiu um comunicado esclarecendo que o governo chinês não reconhece e não aceita o resultado.

Ao que parece, a China já esperava uma resposta negativa, pois no dia 5 de junho de 2016, no Diálogo China-EUA sobre o Mar do Sul da China entre think-tanks chineses e estadunidenses, em Washington D.C., o diplomata chinês veterano Dai Bingguo afirmou que “adjudicação definitiva da arbitragem, que sairá nos próximos dias, equivale a nada mais do que um pedaço de papel”.

Os Estados Unidos em conjunto com seus aliados já se engajaram em criticar a China por já adiantar que não respeitará a decisão da corte. A hipocrisia estadunidense, no entanto, nos chama a atenção para uma questão importante por detrás de todo o imbróglio: Irá a China se comportar como as demais grandes potências? Historicamente, nenhum membro permanente do Conselho de Segurança da ONU respeitou qualquer decisão do tribunal em quesitos envolvendo decisões que julguem infringir suas soberanias e interesses nacionais.

Considerações finais

Em âmbito regional, estas aparentes ilhotas geram tamanha controvérsia em razão de questões importantes: I) reservas de 11 bilhões de barris de óleo e 190 trilhões de metros cúbicos de gás natural; II) rota marítima de extrema importância por onde passam cerca de U\$5,3 trilhões de dólares do total anual de comércio do mundo; e III) alto potencial de exploração dos demais recursos naturais do mar.

Mas a questão de fundo é outra. Esse conflito é, antes de tudo, a antessala da escala de disputas entre China e EUA. Do lado dos EUA, mais uma tentativa de conter a potência emergente, tal como fizera com a URSS durante a Guerra Fria. Dividir, isolar a conter a China é essencial para tal, como atestam o apoio a movimentos separatistas e/ou à ênfase na construção da “ameaça chinesa”. Para a China, a forma de evitar a crescente presença dos EUA em seu entorno regional é o alargamento da sua área de segurança marítima.

Expediente

Coordenador do curso: Prof. Ms. Álvaro Augusto Stumpf Paes Leme

Editor: Prof. Dr. Bruno Lima Rocha



@_ihu



TWEETS
91,4 mil

SEGUNDO
1.932

SEGUIDORES
10,9 mil

CLIQUEAR
51

LISTAS
9

Seguir



ihu.unisinos.br

Retrovisor

Releia algumas das edições já publicadas da IHU On-Line.

A potência das ruas em debate

Edição 434 - Ano XIII - 09.12.2013

Disponível em <http://bit.ly/1iTFEJi>

Nos meses de junho a outubro de 2013, o Brasil foi sacudido pela movimentação das ruas. As grandes manifestações de junho não cessaram nos meses seguintes. Os protestos foram tema de debate nas publicações do Instituto Humanitas Unisinos - IHU. A atualização diária da página eletrônica, com a publicação de análises e entrevistas nas Notícias do Dia, buscaram compreender este dado novo da realidade nacional. A edição número 434 da **IHU On-Line** retoma o assunto. Pesquisadores e professores discutem as mobilizações e a violência que têm acompanhado as mesmas. Contribuem para o debate Ricardo Antunes, Jorge Barcellos, Giuseppe Cocco, Bruno Lima Rocha, Bruno Cava e Hugo Albuquerque.



A crise política brasileira. Elementos para a análise

Edição 146 - Ano V - 20.06.2005

Disponível em <http://bit.ly/2aAz3PZ>

Em seu número 146, a IHU On-Line aborda o tema da conjuntura política e econômica do Brasil, instigada pela tensão política daquele momento. A edição traz um texto de João Pedro Stédile, da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e da Coordenação dos Movimentos Sociais; e uma entrevista com Raul Pont, da direção nacional do PT. Os artigos de Plínio Arruda Sampaio, Ivan Valente e Emir Sader, mais a síntese das notícias diárias da página web do IHU, contribuem, igualmente, para a análise do tema. Também participam dos debates a economista Leda Maria Paulani, presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política, e os economistas Pedro Paulo Bastos, professor na Unicamp, e Reinaldo Gonçalves, professor na UFRJ.



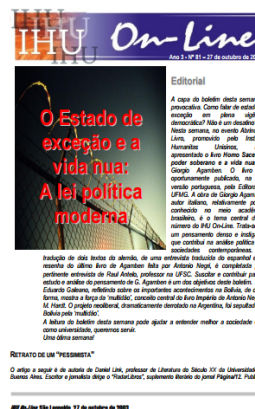
95

O Estado de exceção e a vida nua: A lei política moderna

Edição 81 - Ano III - 27.12.2003

Disponível em <http://bit.ly/2aZiTiG>

O tema de capa da revista IHU On-Line número 81 propõe uma reflexão acerca da obra *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002), de Giorgio Agamben. Esta obra do autor italiano traz um pensamento denso e instigador que contribui para a análise política das sociedades contemporâneas. Uma resenha de *Homo Sacer*, feita por Antonio Negri, traduções para a língua portuguesa de textos internacionais inéditos no Brasil e um artigo de Eduardo Galeano compõem a edição. ■



ÍNDICE EDITORIAL

67 O tema de capa da revista IHU On-Line número 81 propõe uma reflexão acerca da obra *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002), de Giorgio Agamben. Esta obra do autor italiano traz um pensamento denso e instigador que contribui para a análise política das sociedades contemporâneas. Uma resenha de *Homo Sacer*, feita por Antonio Negri, traduções para a língua portuguesa de textos internacionais inéditos no Brasil e um artigo de Eduardo Galeano compõem a edição. ■

68 O tema de capa da revista IHU On-Line número 81 propõe uma reflexão acerca da obra *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002), de Giorgio Agamben. Esta obra do autor italiano traz um pensamento denso e instigador que contribui para a análise política das sociedades contemporâneas. Uma resenha de *Homo Sacer*, feita por Antonio Negri, traduções para a língua portuguesa de textos internacionais inéditos no Brasil e um artigo de Eduardo Galeano compõem a edição. ■

69 O tema de capa da revista IHU On-Line número 81 propõe uma reflexão acerca da obra *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002), de Giorgio Agamben. Esta obra do autor italiano traz um pensamento denso e instigador que contribui para a análise política das sociedades contemporâneas. Uma resenha de *Homo Sacer*, feita por Antonio Negri, traduções para a língua portuguesa de textos internacionais inéditos no Brasil e um artigo de Eduardo Galeano compõem a edição. ■

70 O tema de capa da revista IHU On-Line número 81 propõe uma reflexão acerca da obra *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002), de Giorgio Agamben. Esta obra do autor italiano traz um pensamento denso e instigador que contribui para a análise política das sociedades contemporâneas. Uma resenha de *Homo Sacer*, feita por Antonio Negri, traduções para a língua portuguesa de textos internacionais inéditos no Brasil e um artigo de Eduardo Galeano compõem a edição. ■

71 O tema de capa da revista IHU On-Line número 81 propõe uma reflexão acerca da obra *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002), de Giorgio Agamben. Esta obra do autor italiano traz um pensamento denso e instigador que contribui para a análise política das sociedades contemporâneas. Uma resenha de *Homo Sacer*, feita por Antonio Negri, traduções para a língua portuguesa de textos internacionais inéditos no Brasil e um artigo de Eduardo Galeano compõem a edição. ■

72 O tema de capa da revista IHU On-Line número 81 propõe uma reflexão acerca da obra *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002), de Giorgio Agamben. Esta obra do autor italiano traz um pensamento denso e instigador que contribui para a análise política das sociedades contemporâneas. Uma resenha de *Homo Sacer*, feita por Antonio Negri, traduções para a língua portuguesa de textos internacionais inéditos no Brasil e um artigo de Eduardo Galeano compõem a edição. ■

73 O tema de capa da revista IHU On-Line número 81 propõe uma reflexão acerca da obra *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002), de Giorgio Agamben. Esta obra do autor italiano traz um pensamento denso e instigador que contribui para a análise política das sociedades contemporâneas. Uma resenha de *Homo Sacer*, feita por Antonio Negri, traduções para a língua portuguesa de textos internacionais inéditos no Brasil e um artigo de Eduardo Galeano compõem a edição. ■

74 O tema de capa da revista IHU On-Line número 81 propõe uma reflexão acerca da obra *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002), de Giorgio Agamben. Esta obra do autor italiano traz um pensamento denso e instigador que contribui para a análise política das sociedades contemporâneas. Uma resenha de *Homo Sacer*, feita por Antonio Negri, traduções para a língua portuguesa de textos internacionais inéditos no Brasil e um artigo de Eduardo Galeano compõem a edição. ■

75 O tema de capa da revista IHU On-Line número 81 propõe uma reflexão acerca da obra *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002), de Giorgio Agamben. Esta obra do autor italiano traz um pensamento denso e instigador que contribui para a análise política das sociedades contemporâneas. Uma resenha de *Homo Sacer*, feita por Antonio Negri, traduções para a língua portuguesa de textos internacionais inéditos no Brasil e um artigo de Eduardo Galeano compõem a edição. ■

76 O tema de capa da revista IHU On-Line número 81 propõe uma reflexão acerca da obra *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002), de Giorgio Agamben. Esta obra do autor italiano traz um pensamento denso e instigador que contribui para a análise política das sociedades contemporâneas. Uma resenha de *Homo Sacer*, feita por Antonio Negri, traduções para a língua portuguesa de textos internacionais inéditos no Brasil e um artigo de Eduardo Galeano compõem a edição. ■

77 O tema de capa da revista IHU On-Line número 81 propõe uma reflexão acerca da obra *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002), de Giorgio Agamben. Esta obra do autor italiano traz um pensamento denso e instigador que contribui para a análise política das sociedades contemporâneas. Uma resenha de *Homo Sacer*, feita por Antonio Negri, traduções para a língua portuguesa de textos internacionais inéditos no Brasil e um artigo de Eduardo Galeano compõem a edição. ■

78 O tema de capa da revista IHU On-Line número 81 propõe uma reflexão acerca da obra *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002), de Giorgio Agamben. Esta obra do autor italiano traz um pensamento denso e instigador que contribui para a análise política das sociedades contemporâneas. Uma resenha de *Homo Sacer*, feita por Antonio Negri, traduções para a língua portuguesa de textos internacionais inéditos no Brasil e um artigo de Eduardo Galeano compõem a edição. ■

79 O tema de capa da revista IHU On-Line número 81 propõe uma reflexão acerca da obra *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002), de Giorgio Agamben. Esta obra do autor italiano traz um pensamento denso e instigador que contribui para a análise política das sociedades contemporâneas. Uma resenha de *Homo Sacer*, feita por Antonio Negri, traduções para a língua portuguesa de textos internacionais inéditos no Brasil e um artigo de Eduardo Galeano compõem a edição. ■

80 O tema de capa da revista IHU On-Line número 81 propõe uma reflexão acerca da obra *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002), de Giorgio Agamben. Esta obra do autor italiano traz um pensamento denso e instigador que contribui para a análise política das sociedades contemporâneas. Uma resenha de *Homo Sacer*, feita por Antonio Negri, traduções para a língua portuguesa de textos internacionais inéditos no Brasil e um artigo de Eduardo Galeano compõem a edição. ■

81 O tema de capa da revista IHU On-Line número 81 propõe uma reflexão acerca da obra *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002), de Giorgio Agamben. Esta obra do autor italiano traz um pensamento denso e instigador que contribui para a análise política das sociedades contemporâneas. Uma resenha de *Homo Sacer*, feita por Antonio Negri, traduções para a língua portuguesa de textos internacionais inéditos no Brasil e um artigo de Eduardo Galeano compõem a edição. ■

82 O tema de capa da revista IHU On-Line número 81 propõe uma reflexão acerca da obra *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002), de Giorgio Agamben. Esta obra do autor italiano traz um pensamento denso e instigador que contribui para a análise política das sociedades contemporâneas. Uma resenha de *Homo Sacer*, feita por Antonio Negri, traduções para a língua portuguesa de textos internacionais inéditos no Brasil e um artigo de Eduardo Galeano compõem a edição. ■

83 O tema de capa da revista IHU On-Line número 81 propõe uma reflexão acerca da obra *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002), de Giorgio Agamben. Esta obra do autor italiano traz um pensamento denso e instigador que contribui para a análise política das sociedades contemporâneas. Uma resenha de *Homo Sacer*, feita por Antonio Negri, traduções para a língua portuguesa de textos internacionais inéditos no Brasil e um artigo de Eduardo Galeano compõem a edição. ■

84 O tema de capa da revista IHU On-Line número 81 propõe uma reflexão acerca da obra *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002), de Giorgio Agamben. Esta obra do autor italiano traz um pensamento denso e instigador que contribui para a análise política das sociedades contemporâneas. Uma resenha de *Homo Sacer*, feita por Antonio Negri, traduções para a língua portuguesa de textos internacionais inéditos no Brasil e um artigo de Eduardo Galeano compõem a edição. ■

85 O tema de capa da revista IHU On-Line número 81 propõe uma reflexão acerca da obra *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002), de Giorgio Agamben. Esta obra do autor italiano traz um pensamento denso e instigador que contribui para a análise política das sociedades contemporâneas. Uma resenha de *Homo Sacer*, feita por Antonio Negri, traduções para a língua portuguesa de textos internacionais inéditos no Brasil e um artigo de Eduardo Galeano compõem a edição. ■

IV COLÓQUIO INTERNACIONAL IHU

13 e 14

de setembro
de 2016

Políticas Públicas, Financeirização e Crise Sistêmica

Objetivo Geral

Analisar transdisciplinarmente a construção e efetivação das políticas públicas no Brasil, tendo como referência a financeirização e a crise sistêmica, de forma a apontar e problematizar seus principais resultados, limites e possibilidades.

Programação

Compreendendo a financeirização: conceito(s), origens, impactos e (im)possibilidades - Prof. Dr. Yann Moulrier Boutang - Universidade de Tecnologia de Compiègne - UTC - França

Financeirização e suas estruturas: a transição ecológica para uma sociedade dos comuns? - Prof. Dr. Gaël Giraud - Centre National de la Recherche Scientifique - CNRS - França

Social-Desenvolvimentismo, financeirização, avanços e retrocessos: o estágio de desenvolvimento que não chegou virá? - Prof. Dr. João Sicsú - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

A financeirização e seus impactos à vida em sociedade: (co)gestão pública, privada e/ou social - Prof. Dr. Yann Moulrier Boutang - Universidade de Tecnologia de Compiègne - UTC - França

Democracia, políticas públicas, poder e representação: considerações epistemológicas - Profa. Dra. Francini Lube Guizardi - Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz/Brasília

Políticas Públicas, Financeirização e Crises no Brasil: um olhar a partir de Deleuze, da antropologia imanentista e da sociedade pólen - Prof. Dr. Giuseppe Cocco - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

O capitalismo vindouro e a sustentabilidade: os papéis da gestão e da economia - Prof. Dr. Gaël Giraud - Centre National de la Recherche Scientifique - CNRS - França

Para ver a programação acesse <http://bit.ly/1SV4Fvv>.

Para se inscrever acesse <http://bit.ly/1XeCvkB>.



ihu.unisinos.br



bit.ly/ihuon



twitter.com/_ihu



youtube.com/ihucomunica



medium.com/@_ihu